

MARIA LÍDIA SOUZA DA SILVEIRA

**A formação dos trabalhadores a partir do campo do
trabalho: subjetividade e classe.**

Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação do Prof. Dr. Edmundo Fernandes Dias.

Março / 1998

Si39f

34547/Bc

MARIA LÍDIA SOUZA DA SILVEIRA

**A formação dos trabalhadores a partir do campo do trabalho:
subjetividade e classe.**

Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação do Prof. Dr. Edmundo Fernandes Dias.

Este exemplar corresponde à redação final da tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 10/03/98.

BANCA:

Prof^o Dr. Edmundo Fernandes Dias

Prof^o Dra. Angela Tude de Souza

Prof^a Dra. Silvia Maria Manfredi

Prof. Dr. José Paulo Netto

Prof. Dr. Reginaldo Carmelo Correa de Moraes

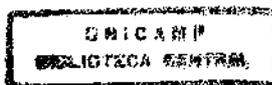
Edmundo Fernandes Dias

Angela Tude de Souza

Silvia Maria Manfredi

José Paulo Netto

Reginaldo Carmelo Correa de Moraes



UNIDADE	BC
N.º CHAMADA:	
V	
TÍTULO	34547
PAGE	395/98
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	30/07/98
N.º CPD	

CM-00113815-2

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

Si 39 f Silveira, Maria Lúcia Souza da
A formação dos trabalhadores a partir do campo do trabalho:
subjetividade e classe / Maria Lúcia Souza da Silveira. - -
Campinas, SP : [s.n.], 1998.

Orientador: Edmundo Fernandes Dias.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Trabalhadores - Educação. 2. Subjetividade.
3. Hegemonia. I. Dias, Edmundo Fernandes. II. Universidade
Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
II. Título.

À amiga Cida e à irmã Lala, pela vivência palpável
do percurso dialético
de produção da subjetividade.

Em memória

Amarílio Sales, personagem especial na minha memória
afetiva, que passou para todos que o cercávamos, o sentido e a
beleza da humanização dos homens.

Humberto Bodra, companheiro apaixonado pelas
possibilidades de emancipação dos trabalhadores, com quem
reaprendi a compartilhar a busca e construção das trilhas da
formação humana.

AGRADECIMENTOS

Ao professor Edmundo Fernandes Dias, meu orientador, pela interlocução significativa existente ao longo desse trabalho. Com certeza foi fundamental às reflexões existentes, as afinidades que temos em relação às possibilidades de elaboração e intervenção das classes subalternas.

À professora Maria Aparecida Tardin Cassab pelo permanente diálogo crítico, a quem devo preciosas sugestões fundadas na sua aguda percepção do sentido efetivo desse trabalho.

A Gastão de Carvalho Souza, meu pai, entusiasta do meu trabalho, grande crítico e debatedor, com sensibilidade para perceber - apesar das diferenças teórico-políticas - a desumanização a que são submetidos os trabalhadores no Brasil e a importância da construção de alternativas. A Sita Galvão Souza, minha mãe, pela contínua afetividade expressa através de seu jeito tão singular; obrigada também pela enorme colaboração no meu lidar com a língua francesa.

Aos filhos, Paulo Maurício, Mariana e Clara pela ajuda e paciência ao longo desse período. Ao Dodô, um obrigada especial pela ajuda nas transcrições e no trato com o computador. À Mari, meu super-ego "wordiano", pelo acompanhamento contínuo desse trabalho e, especialmente, pelas horas e mais horas dedicadas à sua edição final. Ao "kit ampliado", Bia e Mauricio, extensivos agradecimentos.

À Tica pela fundamental co-administração das tarefas do lar

À Paulo Braga Galvão pelo acompanhamento de todo esse processo através de objetivas críticas, valiosas sugestões e atenta revisão do texto. E pela efetiva presença, com a capacidade de potencializar no outro, o seu "núcleo sadio" de criatividade e descobertas.

A Mario Silveira, pelo tempo vivido e que fica registrado na memória afetiva dos sujeitos. Creio termos as marcas do que aprendemos e nos tornamos, na convivência com as classes subalternas reais, com rostos, nomes e inserções na vida social.

À Maria Eulália Souza Vanni e Maria do Socorro Galvão Souza pela ajuda inestimável não só junto às entrevistas mas, sobretudo, no partilhar de determinados momentos difíceis. E aí não dá para esquecer o conjunto das irmãs, Luciola, Cris, Ré, Sita, Angela e Nê.

A Fernanda Vanni pelos socorros de computador e pela torcida.

À Mariléa Venâncio Porfirio e Suely Almeida pela disponibilidade constante e o acesso a textos e livros especiais.

Aos colegas professores da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense que com o seu trabalho asseguraram o meu direito à capacitação docente. Em especial, às amigas Maria Auxiliadora da Costa Simão, Kátia Regina de Souza Lima, Maria Lucia Borges, Tania Maria Dahmer, Maria Elisa Pimentel e Sônia Lucio. Aos amigos - companheiros do NEVES (Núcleo de Estudos sobre Violência e Exclusão Social), Maria Aparecida Cassab, Deise Gonçalves Nunes e Serafim Fortes Paz que, juntamente com os alunos de Iniciação Científica e Aperfeiçoamento, investimos e criamos um espaço profícuo e respeitoso de relevantes reflexões em torno de distintos sujeitos sociais.

Um agradecimento especial aos alunos Gisele Saleh, Márcia Cristina Pereira, Cláudia Cristina e Aline Silva Costa pela inestimável ajuda na transcrição das entrevistas. Em especial à Aline, bolsista de aperfeiçoamento, pelo trabalho compartilhado de qualificação do material empírico.

À CAPES, que através de concessão de bolsa me permitiu a atualização de estudos e, concretamente, o deslocamento para a Unicamp.

Aos professores do doutorado em Ciências Sociais da UNICAMP, em especial a Edmundo Dias, Angela Tude, Ricardo Antunes, Armando Boito, Jorge Mignoli, Juarez Brandão, Vilmar Faria e Octavio Ianni.

Ao professor Osmar Fávero, meu orientador do Mestrado, pela permanente disponibilidade de dialogar e compartilhar textos instigantes.

Às entidades que através de seus diretores, monitores e assessores me permitiram o contato com a riqueza de sua experiência: à CUT, à Escola São Paulo da CUT, ao Instituto Cajamar, ao 13 de maio-NEP, ao Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, ao Sinttel - Sindicato de Trabalhadores em telecomunicações do Rio de Janeiro e ao Sindicato dos Bancários de São Paulo.

Um agradecimento muito especial a todas as pessoas que recorri para colher dados, entrevistar e trocar idéias. Em especial aos trabalhadores que responderam aos questionários, dividindo a sua visão de mundo e explicitando os sentidos da formação em suas vidas. Também aos companheiros que me ajudaram a fazer chegar esses questionários aos trabalhadores de vários pontos do Brasil: Antonio Carlos, Elias, Nilda, Titi, Santa, Acrísio entre outros.

Aos companheiros do 13 de maio NEP, Scapi, Mauro, Emilio, Helenice e Nivaldo pela marcante presença como sujeitos individuais, disponíveis e generosos. E pelas significativas marcas que o 13 tem deixado em muitos de nós.

Aos companheiros do núcleo de formação que participo, o NuHBep - Núcleo Humberto Bodra de Educação Popular - pelo contínuo aprendizado, originário da prática formativa empreendida e dos estudos e reflexões que estamos a fazer: Vera, Cacinho, Lu, Cleverson, Alberto, Chico, Elisa, Mario, Adalgisa e Gilsom. Um obrigada também pela ajuda na aplicação dos questionários.

A todos que fazem formação no Brasil, traduzindo numa práxis real a vontade de banir a servidão e o domínio imposto pelo capital, apostando assim nas possibilidades de emancipação dos sujeitos e de construção de uma outra sociabilidade.

RESUMO

O campo deste trabalho é o da formação política das classes trabalhadoras, a comportar uma necessária reflexão em torno do processo mais geral de conhecimento e educação, da definição de um sentido particular para a formação e, finalmente, dos sujeitos que a realizam e dos que dele são destinatários.

A questão central tratada diz respeito à importância da definição clara de um sentido para a formação empreendida, sentido que necessariamente implicará na recorrência à teoria social. Na análise efetivada, são tomados como referência concreta determinados experimentos formativos, os quais se situam na qualidade de *locus* a permitir a realização desse movimento de análise. A simultânea recorrência à teoria marxista vai privilegiar a adoção do seu método, da crítica às formas de estruturação da sociedade capitalista, da valorização da concepção de mundo das classes subalternas - e das possibilidades de sua ultrapassagem - e, portanto, da elaboração de uma subjetividade e de sujeitos coletivos com capacidade não só de empreender a crítica ao ordenamento hegemônico, mas de intervir ainda no seu interior, a partir de uma perspectiva nova, emancipatória, contendo a marca da busca coletiva para imprimir nessa forma instituída de organização social, os traços da nova racionalidade que já está a circular.

A adoção dessa referência teórica é que vai permitir seja feito o necessário diálogo com os experimentos, recuperando igualmente no seu interior, a perspectiva dos sujeitos que são “formados”, na tentativa de apreender os significados que conseguem dar a estas práticas em termos de novas esferas de subjetividade e racionalidade.

Assim, a formação será considerada como instrumento fundamental à subjetivação das classes trabalhadoras, contribuindo para a potencialização da crítica e da constituição de novas alternativas de sociabilidade, situando-se como um campo de força estratégico.

As considerações finais vão afirmar a importância da dialetização dos componentes imediatos presentes nas práticas e concepções de mundo dos trabalhadores, reforçando assim o plano da mediaticidade, possibilitando tornar reconhecível o novo projeto societário, potencializando-o, o que põe em evidência a centralidade da teoria crítica.

RÉSUMÉ

Cette thèse a pour objet la formation politique des ouvriers, ce qui comprend la nécessaire réflexion sur le processus plus général de la connaissance et de l'éducation sur la définition d'un sens particulier pour la formation et, finalement, sur les sujets qui la réalisent et sur ceux qui sont leurs destinataires.

La question centrale concerne l'importance de la définition claire d'un sens pour la formation entreprise, ce qui va demander l'aide de la théorie sociale. L'analyse faite prend comme référence concrète certaines expériences de formation, qui se placent comme point de départ pour permettre la réalisation de ce mouvement d'analyse. Le recours simultané à la théorie marxiste va mettre en relief l'adoption de sa méthode, de la critique des formes de structuration de la société capitaliste, de la valorisation de la vision de monde des classes subalternes - et des possibilités de leur dépassement - et donc de l'élaboration d'une subjectivité et des sujets collectifs qui aient la capacité, non seulement de faire la critique de l'ordonnance hégémonique, mais encore d'intervenir dans son intérieur, à partir d'une nouvelle perspective, émancipatrice, qui a la particularité de la recherche collective d'imprimer, sur cette forme instituée d'organisation sociale, les traces de la nouvelle rationalité, qui est déjà en circulation.

L'adoption de cette référence théorique permettra le nécessaire dialogue avec les expérimentations, en rattrapant, dans son intérieur, la perspective des sujets qui sont "formés", tout en essayant de saisir les significations qu'ils parviennent à donner à ces pratiques, en ce qui concerne les nouvelles sphères de subjectivité et rationalité.

Ainsi, la formation sera considérée comme l'instrument fondamental pour la subjectivation des classes ouvrières, en contribuant à la "potentialisation" de la critique et de la constitution de nouvelles alternatives de sociabilité, en se plaçant comme champ de force stratégique.

Les considérations finales affirmeront l'importance du passage dialectique des composants immédiats présents dans les pratiques et les visions de monde des ouvriers au plan intentionnel de la "médiaticité," en permettant de rendre reconnaissable le nouveau projet sociétaire et en lui donnant plus d'impulsion, ce qui mettra en évidence la centralité de la théorie critique.

SUMÁRIO

Introdução	001
1º Capítulo: A Lógica vigente em nosso tempo: sociedade das mercadorias e sociabilidade despolitizada	016
1.1- Mercadoria e campos ideológicos	016
1.1.1- Ideologia e subjetivação	020
1.1.2-Base material e organização societária: produção de mercadorias e de sujeitos	025
1.2- Atualizando temas da dialética do Capital	029
1.2.1-Transformações no processo de trabalho	029
1.2.2- Pós-fordismo e trabalho imaterial	034
1.3- Neoliberalismo e campo das subjetividades.	040
2º Capítulo: Classes, Conjunturas e Processos de Formação Sindical: pequeno recorte das últimas décadas.	054
2.1- Conjuntura e visibilidade das classes trabalhadoras	054
2.1.1- Os Anos 70 : na tênue visibilidade dos dominados, a concretude da resistência.	054
2.1.2 - Os Anos 80 e a “transição transada”.	067
2.1.3- Os Anos 90: globalização e movimento de diluição do campo do trabalho.	082
2.2- Aprendizados e (in)definição de percursos.	085
3º Capítulo : O Campo concreto de Análise	088
3.1-Visibilidade dos experimentos de formação político-sindical dos trabalhadores.	088
3.1.1- Formação e campo da CUT (Central Única dos Trabalhadores) .	089
3.1.2- Traços de experimentos formativos.	097
- O Instituto Cajamar	097
- O 13 de maio- Nep- Núcleo de educação popular.	102

- o Sindicato de Metalúrgicos do ABCD	109
3.2- O Patamar da Teoria: a necessária tradutibilidade do experimento.	117
4º Capítulo: Formação dos trabalhadores: desconstrução da racionalidade capitalista, rupturas e redefinição de referências.	122
4.1- Formação: Hegemonia, Educação e processo de Conhecimento	122
4.1.1- Educação e processo de conhecimento.	122
4.1.2- Hegemonia: educação, senso comum e bom senso.	128
4.1.3- Hegemonia, cultura e processo educativo	136
4.1.4- A Consciência Antecipadora, campo de força na constituição de novo projeto societário.	153
4.2- O experimento anarco-sindicalista: afirmação operária no campo do trabalho.	160
4.3- O desenho de uma outra lógica, a possibilidade de um novo projeto	167
4.3.1- Formação: da “educação desinteressada” aos princípios educativos da escola unitária.	170
4.3.2- Formação e caráter estratégico.	174
5º Capítulo: Novos Possíveis: subjetividades, traçados formativos e afirmação do porvir.	182
5.1- Formação e produção de subjetividade: recusa ao movimento instituído de seletiva subalternização.	182
5.2- Alguns sujeitos e tantos outros descobrimentos.	190
Considerações Finais	199
- Os alinhavos - necessários - ao movimento de síntese.	199
- Formação, subjetividade e potencialização dos possíveis.	200
- Formação: campo de força estratégico.	204
Bibliografia	214
Anexos	231

INTRODUÇÃO

Karel Kosik (1996:1), ao refletir acerca do nosso tempo, assinala que o século XX começou com tiros em Sarajevo, em 1914, e, coincidentemente, está terminando com tiros em Sarajevo.

No seu desdobramento, a quebra da bolsa em 1929, transmutando o euforismo com o avassalador desenvolvimento material e a enorme concentração capitalista, em desespero e angústia quanto aos rumos do futuro.

A crise de 1929 tornava visível a especulação que já ocorria em larga escala nos EUA, em íntima conexão com o modelo de produção industrial e agrícola adotado, voltado para um mercado consumidor em expansão. A base real da crise de 1929, conferindo ao ocorrido com a Bolsa o seu sentido real, desfeticizando-o, portanto, se situa de fato na busca de altos lucros e no estímulo à especulação.

Coincidentemente, o século se finaliza em Sarajevo com a presença de guerras intestinas, a implodir os traçados nacionais, repondo as questões étnicas e religiosas no âmbito das novas modalidades de violência, arbítrio e distanciamento de formas efetivamente humanizadas e emancipadas de convivência entre os homens.

No patamar desta finalização, este século volta a ser cenário de outra crise na Bolsa, desta feita originária em Hong-Kong e estendida a expressivo rol de países asiáticos, europeus e americanos em geral, numa espécie de globalização às avessas da que é permanentemente alardeada, expressando de alguma forma a volatilidade na qual se assenta a contínua acumulação de capital e, principalmente, impondo a um conjunto de países capitalistas, novas perdas, mais sacrifícios e potencialização de decréscimo das condições de existência para a maioria dos que não partilham dos ganhos - estes reais - do ordenamento capitalista vigente: os trabalhadores e os que rapidamente deixarão de ter vínculos formais no mercado de trabalho, com a inexorável ampliação do desemprego.

Ora, este quadro de conjunturas que se atualizaram, alimentadas em estruturas marcadas pelo capital, apenas reintroduz na contemporaneidade a necessidade, para as classes continuamente subalternizadas por este processo, de se continuar a empreender a crítica das formas e das bases de sustentação da sociedade capitalista, reafirmando-se, portanto, a importância da adoção de referências teóricas para sua análise e compreensão, condição necessária para que se possa apreender através das

particularidades de uma formação social concreta, os seus elementos mais gerais e, dessa feita, poderem ser igualmente propiciadas a elaboração de propostas de sua transformação num tempo histórico dado. O que se está a enfatizar desse ponto de vista, diz respeito à necessidade de referências substantivas para a ação humana - especialmente das classes subalternas -, negando assim a propagada e conveniente crise dos paradigmas, o discurso acerca do caráter inócuo das ideologias e a afirmação do fim da história.

A brutalidade da ofensiva do capital a garantir a sua sobrevivência aperfeiçoada tem imposto a diminuição do trabalho vivo e sua desregulamentação, a contínua diminuição dos direitos sociais, além do refinamento das distintas formas de extração de mais-valia (redução real do trabalho pago, terceirização), bem como a presença das formas de reestruturação do processo produtivo, sob o argumento da diminuição das diferenças entre o capital e o trabalho (qualidade total, acumulação flexível, etc), em verdade, meros mecanismos para fazer frente à expansividade da acumulação.

i- Delineando a questão

Dessa perspectiva pode-se afirmar, como neste contexto permanecem lúcidas e atuais as formulações de Marx - a crítica ao capital e a sua necessária desumanização dos sujeitos - e as de Gramsci - especificamente ao dar ênfase a conformação de uma direção intelectual e moral, de um projeto engendrado no âmbito das classes subalternas, de tal forma que esta possa ir criando as condições reais de se transformar em classe dirigente.

Creio que estas questões centrais permanecem absolutamente atuais e pertinentes neste final de século, assim como na particularidade de nossa formação social. Nesse sentido, penso ser relevante a preocupação hoje com o processo de formação política das classes subalternas, qualificando-o, estabelecendo seus nexos, possibilidades e organicidade.

Penso igualmente que a formação, além da necessidade de ser conceituada, de serem definidos seus conteúdos, tanto relacionados ao processo educativo escolhido

quanto ao campo de conhecimento buscado, exige uma definição clara de um norte, na tentativa de ser assegurada a sua centralidade, e, portanto, o seu eixo político.

Nesse sentido, o lugar no qual vou me referenciar ao discutir e analisar a formação, supõe a adoção de uma visão crítica frente às formas de estruturação da sociedade burguesa, a implicar, igualmente, a valoração da visão de mundo das classes subalternas e, portanto, a de uma subjetividade capaz da elaboração não só da crítica ao ordenamento social hegemônico, mas a constituição ainda no seu interior de intervenções voltadas para a conformação efetiva de um campo singular de classe, a constituir sujeitos sociais voltados para uma perspectiva emancipatória, encarnada por paixões, rotas traçadas e sob o crivo de permanentes avaliações; sobretudo por uma intencionalidade que se faz ação a moldar, por incompletos e provisórios traçados, o desenho de uma nova racionalidade.

Desse lugar, a formação se inscreve como um entre muitos instrumentos de subjetivação das classes trabalhadoras, se situando na qualidade de um campo de força estratégico.

Partindo da efetividade do trabalho formativo empreendido por entidades de educação popular e sindicatos, interessa-me captar as referências desses empreendimentos bem como as formas adotadas para dar movimento e encarná-las nos distintos processos educativos adotados. Especialmente me parece relevante explicitar que campo - novo ou velho com novas roupagens, real ou apenas intencional - se vai configurando em termos de representações, ideário e sociabilidade.

Preocupa-me também perceber dimensões reais dessa intencionalidade formativa, a articular o resgate da experiência individual e histórica dos trabalhadores combinada com o acesso que obtiveram em termos de acervo teórico - expressão da própria história humana em movimento - , ainda que operando no território restrito dos cursos de formação.

Finalmente, na perspectiva dos segmentos das classes trabalhadoras que estão a vivenciar estas práticas formativas, me parece significativo compreender a partir da experiência que têm na e da sociedade, quais as formas que constroem de representação do seu próprio lugar na sociedade. Especialmente no que tais práticas possam contribuir para o engendramento de novas esferas de subjetividade e racionalidade.

O conjunto dessas preocupações expressadas não se limitam ao campo acadêmico. Elas se inscrevem na minha contínua aproximação e vinculação com o universo das classes trabalhadoras, a partir do qual tenho sido continuamente e profundamente interpelada; nesse processo, tenho sido compelida a empreender minhas próprias sínteses, a redundarem em movimentos efetivos, ainda que distintos em forma e conteúdo, ao longo das quais fui encarnando provisórias sínteses, materializadas em experimentos reais que continham tanto a marca da minha própria subjetividade quanto da presença marcante de outros sujeitos, individuais e coletivos. Assim, as pequenas incursões em experiências de educação popular, em verdade foram se entranhando na minha vida ao longo destas três últimas décadas. Esta vinculação não está apartada da minha prática docente nem da minha militância pessoal: trabalhar, formando formadores e trabalhadores, continua sendo parte constitutiva de minha atividade intelectual.

E este “enamoramento” vai se revelar a partir das significativas marcas deixadas por sujeitos reais, através dos quais internalizei o respeito a estas iniciativas de apostar no conhecimento humano impregnado de um olhar crítico - tanto sobre os sujeitos quanto acontecimentos - a traduzir, para além do experimento de conhecer, o de se transformar e as situações concretas que reduzem os sujeitos às condições de domínio e servidão.

ii- Procedimentos metodológicos

Essa investigação tem dois pontos de partida. O primeiro são as minhas próprias inquietações com o tipo de organização societária regida pelo capital e, no seu interior, o meu próprio movimento crítico e de busca de alternativas. Nesse contexto se inscreve a reflexão sobre a formação humana; para materializá-la, o segundo movimento: empreender contatos e ampliar outros tantos, com formadores e alguns experimentos sistemáticos de formação sindical, realizados por entidades de educação popular que atuam de forma diferenciada junto ao movimento sindical, (13 de Maio - Núcleo de Educação Popular, em São Paulo e o Instituto Cajamar, em Cajamar, São Paulo) e por um sindicato, o dos Metalúrgicos do ABCD, que organiza a sua formação através de intervenções próprias ou articuladas junto a outras

instâncias de formação da CUT (Central Única dos Trabalhadores) e outras entidades de educação/ formação. Este último se situa no município de São Bernardo do Campo, São Paulo).

A escolha dessas entidades, entre tantas outras que vêm desenvolvendo programas de formação sindical, se deve a quatro questões essenciais:

- sua presença expressiva no eixo Rio - São Paulo, referência relevante em termos de educação sindical e formação política para entidades sindicais e populares. No caso específico do 13 de Maio e do Instituto Cajamar, acrescente-se o seu grau de abrangência, visto que ambas têm um leque de atuação nacional.

- a efetividade da experiência de formação, num espaço de tempo significativo (todas com mais de 10 anos.)

- algumas singularidades existentes nas experiências assumidas diretamente pelas direções sindicais (por exemplo, equipes de formação compostas por trabalhadores de comissões de fábrica), que vão de alguma forma, entender e forjar a formação de maneira distinta da de um sindicato que apenas solicita a entidades programas de formação.

- e, finalmente, experiências voltadas para a questão da transformação social, a partir da delimitação de um certo campo de pertencimento: o da CUT.

Vale acrescentar meu interesse por um conjunto bem maior de experiências, (DIEESE, Bancários de São Paulo, Metalúrgicos de São Paulo, entre outras, estas já sistematizadas por estudos de Sílvia Manfredi. No entanto, necessário se torna esclarecer que a priorização de algumas se situa apenas na qualidade de referência empírica a partir da qual, se explicitam as indagações e o recorte analítico. Sendo assim, para os limites desta tese não caberia uma incursão extensiva destes 'fazer'.

Além das experiências arroladas também se levará em conta, ainda que de forma mais periférica, o trabalho formativo do SINTTEL - Sindicato de Trabalhadores em Telecomunicações do Rio de Janeiro, através de acompanhamento de cursos/ atividades, entrevistas, bem como através da inclusão de projetos formativos em seu planejamento geral, num viés eminentemente organizativo-formativo.

As fontes essenciais de acesso às experiências de formação se constituem basicamente de:

a) documentos originais, obtidos em contatos diretos com as entidades. Trata-se de relatórios anuais, programações gerais ou de eventos específicos, prospectos, textos internos de estudo, balanços avaliativos e publicações;

b) entrevistas:

b.1- com monitores componentes das equipes fixas de formação,

b.2- com monitores que são trabalhadores em grandes fábricas, pertencendo simultaneamente às Comissões de Fábrica e à equipe de Formadores Voluntários do Sindicato;

b.3- com assessores que, além de criadores de programas, são igualmente monitores;

b.4- com componente da CUT - Nacional responsável pela formação, não só elaborador de programas e linhas de formação mas também com prática nessas atividades;

b.5- com formadores que participaram anteriormente desses experimentos ou de outros, distintos, portadores de uma leitura acerca de sua importância e desafios fundada numa ligação ainda existente com a questão da formação política.

Fiz longas entrevistas com um dos criadores (e formadores) da Secretaria de Formação do Sindicato de Bancários de São Paulo (um dos primeiros sindicatos a criar um programa de formação) e que integrou posteriormente a equipe do Instituto Cajamar.

Munida dessa perspectiva de rastrear algumas pessoas significativamente envolvidas com formação, não só pela experiência acumulada como também pelo próprio processo de reflexão e sistematização em curso, entrevistei uma das integrantes da equipe de formadores de DIEESE nos anos 80, hoje coordenando a Escola São Paulo, da CUT.

Todas as **entrevistas**, semi-estruturadas, foram realizadas pessoalmente, o que me permitiu, de um lado, indagações bastante precisas em consonância com as hipóteses da investigação, e de outro, a construção de interpelações ao longo da própria entrevista produto, seja de sua dinâmica singular, seja da ordem de novas questões e revelações que apenas o seu desenrolar tornava perceptíveis.

Foram realizadas 17 (dezessete) longas entrevistas, totalizando aproximadamente 25 (vinte e cinco horas) de gravação.

Em anexo será disposta a relação dos entrevistados (Anexo I)

Além dos dados de identificação do entrevistado e de sua trajetória pessoal no que se refere à formação político-sindical, os **temas** tratados podem ser assim sintetizados:

- concepção de formação da entidade;
- como esta concepção se realiza efetivamente;
- metodologia utilizada;
- valores que a formação forja; como os trabalhadores são “tocados”;
- que valores a formação não atinge;
- possibilidades e limites da formação sistemática;
- formação e articulação com projeto político mais amplo;
- forma de avaliação junto aos trabalhadores que vivenciam a experiência formativa;
- outros aspectos considerados relevantes.

A leitura atenta das entrevistas me instigou ao estabelecimento de um necessário diálogo com os elementos teóricos acumulados e igualmente fundamentais no processo de análise que então se iniciava. Da concretude das entrevistas a revelar as práticas efetivas ou até intencionais dos formadores, foram engendradas algumas categorias auxiliares nesse inter cruzamento vital. Assim, nas sucessivas leituras das entrevistas, a sua apreensão passou a ser permeada pelos seguintes componentes:

- Formação/concepção-definições;
- Formação/Intencionalidade;
- Formação/Projeto Político(esboço);
- Formação/Construção da Classe;
- Formação/Consciência /Consciência de Classe;
- Formação/Conhecimento-Educação;
- Formação/Capitalismo;
- Formação/ Tática/Estratégia;
- Formação e Subjetividade;
- Atividades Formativas;
- Metodologia (componentes);
- Limites da Formação.

O acesso invertido, qual seja, ouvir os trabalhadores partícipes de cursos de formação, foi algo mais limitado em função do precário retorno dos **questionários** utilizados, da ordem de 150 para 50, aproximadamente. Delimitar-se-á, portanto, o seu uso, não na qualidade de amostragem quantitativa mas sim como referência empírica, auxiliar às reflexões postas pelo inventário de intenções das entidades formadoras, assim como pelas questões que emergem destes experimentos, a efetivar, ainda que de forma desagregada, interpelações teóricas expressivas e instigantes, particularmente do ponto de vista educativo-ideológico presente no curso desta investigação.

O **instrumento questionário** foi utilizado com trabalhadores de categorias profissionais diversas, que tivessem participado, no mínimo, de dois cursos de formação. Procurou-se através dele tematizar a seguinte ordem de questões:

- experiências significativas na esfera do trabalho e na vida;
- acontecimento marcante na vida, junto a outras pessoas;
- o trabalho: o que impressiona mais e aspectos significativos;
- das mudanças:
 - na maneira de ser;
 - origens dessa mudança;
 - situações e elementos concretos que tornam perceptível estas mudanças
- participação em cursos, palestras e outras atividades educativas nos últimos 3 anos;
- cursos: quais? realizados por quem? o que gostou mais e por quê?;
- o que acha que aprendeu?.

Secundariamente foram consideradas avaliações de trabalhadores que participaram de cursos do 13 de maio-NEP assim como dados avaliativos oriundos de trabalhadores que fizeram cursos com o NuHBep - Núcleo Humberto Bodra de Educação Popular -, núcleo de monitores organizado no Rio de Janeiro.

O conjunto dessas experiências, ainda que diferenciadas entre si, têm em comum o pertencimento a um campo, o campo da CUT, a ser explicado proximamente.

Por outro lado, torna-se igualmente necessário o registro dos limites deste trabalho. Ele não pretende proceder à recuperação da história dessas experiências (1);

elas se situam apenas na qualidade de experimentos efetivos empreendidos pelas classes trabalhadoras numa dimensão educativo-política; constitui-se, dessa feita, na qualidade de concretidade, a instigar uma compreensão mais próxima dos seus significados reais. Portanto, não tem o atributo de material empírico a exigir tratamento técnico adequado. Dessa perspectiva, a indagação que movimenta a interpelação a tais experiências, se circunscreve às formulações gerais e referências teórico-políticas adotadas por estas entidades quando efetivam a sua prática formativa. Ou seja, considera-se necessário proceder os contornos das proposições formativas e de seus nexos teóricos verificando, outrossim, como estes elementos são 'traduzidos' e veiculados nas diversas experiências de formação, seja sob a forma de temáticas de cursos, seminários, entre outras atividades, ou ainda através das metodologias adotadas. Buscar-se-á a partir deste universo, perscrutar, o que está a ser conformado e implementado em termos do campo subjetivo dos trabalhadores.

Nesse intuito, para facilitar o acesso ao cerne dos experimentos, estes serão subdivididos em sub-itens sem prejuízo da posterior totalização e análise efetivadas nos próximos capítulos. São eles os seguintes:

- Dados de identificação da entidade;
- Concepção de formação da entidade;
- Atividades formativas - tipos de atividades, categorias profissionais atingidas;
- Metodologia.

iii- Lógica de exposição

No movimento de totalização desses componentes serão considerados o processo de ampliação e construção de conhecimento, o acesso aos elementos constitutivos do ordenamento burguês, os valores que estão a circular neste espaço, uma reflexão acerca da questão da subjetividade, a adoção de campos lógicos analíticos - seja na circunscrição às demandas imediatas dos trabalhadores, seja na adoção de uma perspectiva de caráter mais estratégico, a supor quando da administração destas demandas, o intuito de não perder de vista o norte de constituição de um projeto histórico das classes trabalhadoras. Assim, parcela significativa da tese consiste em intercruzar esses movimentos - o da "naturalidade" do

ordenamento do capital e o da sua desconstrução e afirmação simultânea de possibilidades de constituição de uma outra racionalidade.

Esta macro-indagação repõe um outro movimento, compatível com a reflexão sobre o sentido da experiência formativa: a adoção de uma perspectiva teórica, fio condutor da costura analítica a ser empreendida, no caso o marxismo. Assim, o conjunto dos experimentos considerados a partir do crivo de seu método, bem como das necessárias mediações construídas, dão materialidade à lógica que está a organizar a investigação.

Esta lógica, por sua vez, estará relatada na exposição, organizada em cinco capítulos.

No curso da análise empreendida, o mergulho analítico na concretude do experimento de formação dos trabalhadores está a supor, a adoção de uma referência mais geral para a realização desta análise, bem como um recorte, ainda que delimitado, das conjunturas específicas nas quais estes experimentos assumem maior inteligibilidade, assim como do reconhecimento da presença do sujeito social.; nesse sentido, terá importância essencial o eixo de conformação de sua subjetividade, entendida como a sua visão de mundo, os seus conhecimentos, a sua nova racionalidade em conformação, para elaborar, a partir do domínio burguês, a construção de outra hegemonia.

No entanto esta consideração do experimento formativo e de sua relevância, a sua localização histórica e a conjuntura que o conforma, assim como a compreensão dos seus significados em termos culturais, políticos, de conformação de novas subjetividades, enfim, de ampliação das condições subjetivas no campo do trabalho, vão carecer, para que se constitua a própria e singular identidade das classes trabalhadoras, da explicitação do seu contraponto: o ordenamento do capital, sua lógica e forças a lhe conferir materialidade.

O 1º Capítulo fornecerá alguns elementos relevantes à inteligibilidade da hegemônica racionalidade burguesa. Cuidará especialmente da análise da mercadoria - componente fundante das relações sociais vigentes - e, a partir daí, da necessária ampliação do processo de fetichização, essencial nos procedimentos destinados ao apagamento dos sujeitos do trabalho.

Este modo de organizar a criação de bens - que é fundamentalmente produtor e reprodutor das relações capitalistas e da valorização do capital -, para além de

encobrir na ordem da produção das coisas o sujeito que as produz, determina igualmente formas e campos de expressão de sua subjetividade, também esta elaborada, majoritariamente, a partir de referências subalternas.

Outro elemento complementar a essa análise, a ideologia - que perpassará a totalidade da tese -, na particularidade deste capítulo será mais enfocada no sentido de perceber alguns elementos de sedimentação do bloco histórico dominante, sobretudo na substantivação do processo de engendramento do consenso. As facetas da dominação política em curso serão também melhor precisadas, especialmente no que se refira aos registros diversificados através dos quais os sujeitos, não só internalizam a dominação, mas dela se tornam parceiros, compartilhando da sua lógica e disseminando os seus valores.

Base material e sujeitos sociais. Pensar esta movimentação exige a consideração das conjunturas nas quais os sujeitos intentam as alterações das estruturas nas quais estão inscritos ou nelas enredados.

O 2º Capítulo se deterá na consideração das classes sociais no âmbito das conjunturas das duas últimas décadas, situando certos investimentos em formação política realizados por trabalhadores e entidades articuladas com seus interesses de classe.

Nesse sentido, a compreensão dos significados de um investimento cultural, político, de conformação de novas subjetividades, enfim, de ampliação das condições subjetivas no campo do trabalho torna necessário igualmente, que nos reportemos à nossa formação social, delimitando na movimentação das classes no Brasil a partir dos anos 70 a presença diversificada dos trabalhadores. Este capítulo tratará dessa movimentação e será composto de dois blocos básicos. No primeiro far-se-á um recorte da conjuntura dos anos 70, dando centralidade ao aspecto da resistência dos setores subalternos, marcante nesse período, à violência oriunda do novo bloco no poder; dos anos 80 procurar-se-á os elementos que vão tornar perceptível os meandros da transição democrática em curso e, finalmente, nos anos 90, período de grandes transformações do ângulo da produtividade do capital, se tratará de trazer à discussão, a partir do processo de globalização e de adoção da perspectiva neoliberal, as formas utilizadas de obliteração do campo do trabalho e de seu contínuo e atualizado aprisionamento à lógica do capital.

Deste recorte conjuntural caberá recuperar, do ponto de vista da formação, os diferenciados rumos e aprendizagens que foram elaborados. Este é o cerne do segundo bloco que, retomando as experiências formativas, vai problematizá-las, recorrendo a categorias do pensamento presentes, seja nas próprias experiências ou nos relatos e análises de alguns formadores.

A partir desse conjunto de elementos serão recortados do ponto de vista da formação, os múltiplos significados desses percursos, especialmente tratando de considerar suas perspectivas de mediaticidade e imediaticidade.

O 3º Capítulo, supondo estes componentes mais gerais, se deterá na particularidade de alguns experimentos formativos, ponto de referência da investigação. Tratam-se de intervenções de coletivos distintos de entidades de educação popular e/ou de trabalhadores organizados (basicamente em sindicatos), que através de atividades sistemáticas de cursos, encontros, dinâmicas de grupos e outras atividades, investem num trabalho formativo moldado, seja num processo de desconstrução do ordenamento vigente e reconstrução de novas referências, seja direcionado à retomada mais qualificada das lutas imediatas a envolver os trabalhadores de categorias profissionais específicas, ou ainda para troca de experiências, aprofundamento de temáticas consideradas necessárias ao movimento dos trabalhadores, além de outras atividades consideradas relevantes pelos sindicatos .

O acesso a algumas destas experiências de formação - diversificadas e diferenciadas na sua intencionalidade, práticas e sentidos efetivos -, consiste na premissa de que o experimento é o ponto de partida concreto a possibilitar a efetivação da análise.

Este ponto de partida, particular vai implicar, na perspectiva de totalidade, na movimentação para o geral. Assim, o processo de formação precisa ser entendido e dimensionado a partir, tanto da estrutura material que organiza de fato a sociedade (em sintonia com a realidade da globalização), quanto da conformação histórica a instituir as bases e a constituição de nossa formação social, bem como os marcos de suas conjunturas a conferir visibilidade à movimentação tensionada das classes e forças sociais, disseminando os seus valores.

Na medida em que esse movimento, a conformar a sociabilidade vigente, não está constituído de forma linear tratar-se-á também da tensão nele existente, a estabelecer, do ponto de vista das classes subalternas, comportamentos de aceite,

recusa, crítica, resistência, conformismo e intervenção. Portanto, ao mesmo tempo que são explicitadas as determinações do ordenamento pautado no capital, torna-se necessário se voltar também para a outra força, de per si, contraditória. No seu interior, especialmente do ponto de vista da formação, essencial se torna compreender os sujeitos que aí se conformam, fragmentados, ambíguos, ao mesmo tempo portadores da indiferença e do conformismo e, paradoxalmente, de possíveis operações instituintes. Este é o mote central do 4º Capítulo: as possibilidades de desconstrução da racionalidade capitalista operada por estes sujeitos, num movimento de ruptura e reconstrução de referências. Assim, este vai recuperar as possibilidades de negação da racionalidade instituída, operando com as positivities de sua desconstrução. Trabalhará com os componentes teóricos que afirmam a presença de um outro campo, visceralmente antagônico ao vitorioso, ao mesmo tempo em que efetivará o resgate dos elementos presentes nas lutas, atitudes, organizações, formas moleculares de resistência, atividades outras de natureza distinta, todos circulando nessa realidade em movimento; sua presença frágil e dispersa pode ser lida como enunciadora de um novo em constituição, nesga de um projeto que vai sendo de uma certa forma, re-desenhado, se insurge e se afirma em várias frentes na dinâmica da vida social, funcionando como uma certa consciência antecipatória de uma organização societária que está posta como um horizonte.

Três blocos vão compor este capítulo. No primeiro se buscarão as referências conceituais de afirmação da lógica desta nova racionalidade, anti-capitalista, seus nexos e sua necessária articulação com o movimento do real. No segundo, considerar-se-á, na qualidade de fonte histórica desse movimento de tomar às mãos a afirmação do campo do trabalho, o experimento anarco-sindicalista, sobretudo no campo de suas propostas e intervenções educativas.

Finalmente, no terceiro capítulo será explicitada a concepção de formação que vai nortear a tese, especialmente pautada no reconhecimento de sua dimensão estratégica. Afirmar-se -á, portanto, a perspectiva de sua mediaticidade, a partir de dois enfoques essenciais: o da positividade do campo do trabalho, na recuperação, possível, da dimensão do coletivo e a perspectiva da cultura que, vinculada ao primeiro, não só atua na redescoberta e re-elaboração dessas referências do ser coletivo, como ainda repõe o campo das relações subjetivas; esta perspectiva cultural

tende a exercer fundamental articulação entre esses dois níveis precedentes, de alguma forma redimensionando, a partir de condições históricas dadas, a perspectiva do porvir.

Trata-se, em última instância, de afirmar no âmbito das relações sociais em geral a presença efetiva das classes subalternas, tomando como referência para fins deste estudo, a questão das condições subjetivas de sua constituição, ressaltadas a partir de suas experiências, no trânsito que pode ser realizado de decodificação do mundo regido pelo capital, na busca de dar-lhe alguma inteligibilidade possibilitando, assim, não só a construção de sua ultrapassagem, como a assunção da sua dimensão de práxis.

O 5º Capítulo trabalha os eixos centrais de uma formação voltada para o fortalecimento do campo do trabalho, na qualidade de ponto de força a substantivar o desenvolvimento de condições subjetivas, atuando como componente estratégico essencial à presença de uma proposta socialista. Dessa feita, reitera a importância da subjetividade no campo marxista. Busca-se na elaboração dos próprios movimentos sociais, uma atitude de recusa da subalternidade e constituição da diferenciação e da identidade - fundadas nessas dimensões subjetivas - retorna-se à temática da formação detendo-se no traçado que vai sendo elaborado por formadores e “formandos”, visualizado através das lentes que foram construídas ao longo da tese. Perscruta-se o processo de des-asujeitamento em curso, relevando-se não só a presença ou não de “nortes formativos”, mas considerando-se a diversidade presente no processo formativo, que aparece tensionado, matizado, marcado por contingência e permanência, realismo e ordem simbólica, afirmação, obscurecimento e obliteração das referências de classe.

Nesse traçado que é histórico, há uma volta ao particular. Porém, certamente, de uma outra forma, revisitado para além do dado, para além do limite das próprias experiências, na afirmação, necessária, de uma leitura que expresse a dimensão de totalidade. O que vai supor, da ordem da concepção formativa, a perspectiva de mediaticidade e, portanto, de estratégia, que, ao se insurgir contra os limites do ordenamento vitorioso, o faz na qualidade de força auxiliar, a fazer frente ao apagamento do campo do trabalho.

Espera-se que as reflexões trabalhadas ao longo da tese possam servir como contribuição àqueles que fazem formação política e que estão permanentemente

preocupados em re-descobrir as melhores formas e caminhos de fortalecimento das classes subalternas no Brasil. Este não deixa de se constituir também o sentido do meu trabalho.

Porém, sem dúvida, a significação mais ampla no interior da qual a temática e as reflexões feitas se inscrevem, diz respeito à importância de serem continuamente afirmados os princípios e a crença de que é possível, a construção de relações novas entre os homens, com capacidade de recuperar a sua dimensão de humanidade e que, nessa direção, o socialismo permanece como a alternativa a ser intentada.

1º Capítulo: A Lógica vigente em nosso tempo: sociedade das mercadorias e sociabilidade despolitizada.

*“- Já vi o bastante, agora gostaria de ir embora.
- O senhor ainda não viu tudo - disse o oficial de Justiça com uma inocência desesperadora.
- Não quero ver tudo - disse K., que aliás, se sentia realmente cansado - , quero ir embora; por onde se sai?
- O senhor não vai me dizer que está perdido! surpreendeu-se o oficial de Justiça. - Tudo o que tem a fazer é dobrar ali e retomar o corredor até a porta.
- Venha comigo - disse K. -, mostre-me o caminho ou me enganarei. Há tantos caminhos aqui!
- Mas esse é o único! ” (KAFKA. O Processo).*

O presente capítulo se propõe a efetivar um pequeno recorte do campo das relações sociais a partir da afirmação da presença da mercadoria e das relações mercantis nos espaços de conformação dos sujeitos. Privilegiar-se-á nesta direção a própria concepção de mercadoria e as distintas leituras de ideologia, destacando-se nesse conjunto o movimento encetado pelo capital, para fins de fazer valer o processo de acumulação; como componente essencial desse percurso, a necessária e contínua subsunção do campo do trabalho. Dessa perspectiva, serão minimamente pontuadas facetas que atualizam este processo de manutenção da valorização do capital através da também necessária atualização dos processos de trabalho. E, finalmente, será traçado esboço de uma inicial reflexão sobre o espaço o qual, nesse contexto, está reservado aos sujeitos.

1-1- Mercadoria e campos ideológicos.

Ao enunciar uma tese sobre formas particulares e significados existentes no empreendimento de fazer formação política para trabalhadores - nos marcos do capitalismo -, e arrolar Franz Kafka e O Processo, o faço por me parecer provido de sentido, discutir o ordenamento do capital - a conformar também as relações sociais e, nesse contexto, igualmente a particularidade dos projetos de formação - e abrir tal reflexão a partir da temática das regras da burocracia, da organização social constituída sob os cânones de uma “naturalidade” que contém a marca da permanência

inquestionável, se travestindo em destino, fatalidade irrecorrível. Ordenamento materializável para K. - personagem central de O Processo - através das hierarquias, códigos, leis, mecanismos de organização de tempo e do processo de trabalho que vão lhe dar sustentação, e que se objetivarão através da encarnação onipresente das suas chefias.

Na particularidade deste texto literário o escritor tcheco já tematizava a organização da vida e do trabalho na comunidade humana e, no seu interior, os próprios limites de compreensão dessa também particular vida social no universo da sociedade capitalista. Sob a forma de uma alegoria (usando a terminologia lukácsiana na abordagem que fez da estética de Kafka), efetuava representações de componentes peculiares à época e, através desse recurso narrativo, colocava a descoberto aspectos significativos do ponto de vista da organização social e política vigentes, como também na ordem das subjetividades ¹

Nessa direção, Carlos N. COUTINHO (1977) vai destacar, por exemplo, referindo-se a A Metamorfose, o momento em que Gregor Samsa desperta e se vê transformado em gigantesco inseto, instrumento através do qual Kafka

“eleva a símbolo estético a essência de um período, de um mundo no qual já estão em ruínas, esvaziadas de qualquer conteúdo concreto as ilusões humanistas da etapa heróica da revolução burguesa. (...) Onde o contato com este mundo real aparece agora como a paulatina degradação do núcleo da individualidade (...) a refletir as transformações ocorridas no ser social do capitalismo. (p.24-5).

Assim também em O Processo, as disposições materializadas nas figuras dos funcionários e da “direção” imprimida pelas chefias, vão se apresentar a K - na medida em que se torna um processado - , na qualidade de uma situação nova, que o interpela e à qual não consegue retornar com a antiga resposta de cumprimento mecânico das tarefas desempenhadas com correção, desprovidas de qualquer interrogação acerca de seu sentido. Algo mudou nesse curso, algo mudou no que se refere à forma como K.

¹ O conceito de subjetividade aqui priorizado vai supor a visão de que esta é *produzida*, não sendo, portanto, imanente ao sujeito. Ela se constrói a partir da objetividade, em conjugação com os elementos que estão e/ou vão sendo internalizados nos indivíduos. Vai se conformar, expressar e se modificar a partir do campo privilegiado da cultura. No capitalismo a sua referência fundamental é a do universo das mercadorias.

se relacionava com o seu trabalho. Parafraseando Coutinho, poder-se-ia dizer que Kafka *faz*, ainda que não o *saiba*, a crítica a esta forma instituinte de ordenação do mundo, o capitalismo monopolista, assim como do lugar ao qual será destinado, no seu interior, ao trabalho.

Kafka parece denunciar a violência simbólica da construção dos valores e nexos que se estabelecem (a segurança, o bem-estar, o fim dos conflitos), a partir dos quais o capitalismo vai invertendo o sentido dos acontecimentos, a supor e implementar nesse itinerário, a potencialização e interiorização de sentimentos de subalternidade e de uma certa aceitação individualizada perante situações de perda, no movimento de delimitar questões de natureza social para o campo atomizado - e frágil - do sujeito individual.

Se este é o movimento da racionalidade dominante, este não vai determinar ou submeter os sujeitos de forma homogênea. Alguns personagens centrais do realismo kafkiano, por exemplo, não vão simplesmente se resignar à naturalização desse ordenamento. No caso específico de K., este, ao rejeitar as formas de reconquista de sua “segurança” perdida, reafirma a rejeição à conciliação e, mais que isto, nega também de alguma forma, a aceitação do conformismo. Racionalidade que vai supor no curso de suas transformações, especialmente a partir da conversão da força de trabalho em mercadoria, o também necessário enrigecimento da capacidade de *formular* a própria finalidade de sua utilização. Os conteúdos desta racionalidade obstaculizarão igualmente as possibilidades de outras tomadas de decisão no campo das relações sociais, sobretudo em relação à formulação de projetos alternativos à vida social instituída.

Kafka apresenta essa passagem do capitalismo liberal para o capitalismo dos monopólios através de situações concretas vivenciadas por seus personagens, homens também concretos de uma época historicamente determinada. A presença da burocracia experimentada por K., torna visível a força dessa expressão da hegemonia que engendra conformismo e subalternização - na qual o indivíduo tende a aceitar as atribuições prescritas pela nova divisão do trabalho, o que o fará merecedor do passaporte de consumidor obediente, seja de bens, opiniões ou concepção de mundo - o que vai implicar, igualmente, na manutenção, com nova roupagem, do aprisionamento do campo do trabalho.

Ao retomar o pensamento de Kafka, sob esse ângulo da desconstrução de sentidos cristalizados socialmente, o faço da perspectiva do reconhecimento da

importância desse esquadramento realizado pelo sujeito, na qualidade de exatamente ser uma primeira forma de aproximação com o que está em torno, deciframento inicial de qualquer processo de conhecimento. Ela tende a fornecer elementos para certas indagações que parecem pairar sobre alguns acontecimentos e situações experimentadas num repetitivo cotidiano, marca de um tempo vivido sob a “naturalidade” de uma sociabilidade calcada em universalidades abstratas, a obstaculizar processos através dos quais o sujeito nela, efetiva e substantivamente, possa- se reconhecer.

No entanto, há certamente traços que retenho com mais intensidade, que serão de momento apenas mencionados, para subseqüentes e mais oportunas reflexões. Um primeiro diz respeito, de um lado, ao movimento que K. assume de não se submeter e se resignar à lógica que sobre ele se abate, com aparência de “naturalidade inquebrantável”; trata-se, portanto, do seu movimento de *resistência*. Creio existir entre esses dois momentos, um inter-cruzamento, como se fosse um veloz hiato que, sob a forma de injunção - também contingente - provoca, antes de ser internalizada pelo sujeito, um certo “curto circuito”² - terminologia de Slavoj ZIZEK (1996) , que está a merecer melhor elaboração, especialmente em termos de ser precisado o “que é tocado” no sujeito, o que o instiga a alterar a sua forma precedente de se ver e ao Outro - o Inimigo, o diferente, o interpelador, o ... - possibilitando-lhe assumir uma atitude de defesa, de afirmação de uma outra esfera de subjetividade, de um movimento que o leva a resistir: ele não sabe, mas age ?

No que pesem conjunturas históricas diferenciadas, podemos nos apropriar do pensamento de Kafka para também elaborar as continuidades existentes nessa teia ordenadora da vida social num mundo globalizado e que assenta tal globalização sob o signo da mercadoria e, portanto, no poderio do capital, na qualidade de direção e chefia, atualizando também o mote kafkiano.

² Slavoj Zizek é um pensador tcheco marxista, participante de um movimento que efetiva a crítica da cultura, no interior do qual vai trabalhar especialmente com o conceito de ideologia, priorizando mais do que as formas comumente utilizadas e reconhecíveis nos seus aspectos de exterioridade, os processos internos que vão afetar os sujeitos.

No entanto se esta é a configuração mais geral a moldar a ordem existente, a aceitação dessa teia na estruturação das relações sociais reais e mais que isso, o núcleo real - traumático ou fantasioso - que permite ao sujeito conviver, aceitar, negar, estar, escapar ou re-elaborar essa realidade, precisa ser decodificado a partir de outros aportes, relevantes ao se pensar e buscar melhor compreender sentidos efetivos à adoção desta ou daquela perspectiva de formação humana. O movimento de retomar, atualizando, a interpretação kafkiana, pode se constituir, de momento, num precioso veio auxiliador dessa análise.

1.1.1 - Ideologia e Subjetivação

Assumindo o ponto de vista de Žižek da importância de estabelecer ligações entre a necessária leitura da ideologia e seus vínculos constitutivos no processo de subjetivação, pode-se afirmar que as interpelações tendem a afetar os sujeitos ocasionando um processo de identificação que se dá, ainda que estes não consigam apreender a totalidade de seus sentidos. Dessa perspectiva, a burocracia irracional apontada por Kafka poderia ser traduzida como algo gigantesco e absurdo perante a inteligibilidade do sujeito, confrontando-o, antes mesmo que se evidencie qualquer grau de reconhecimento ou identificação, portanto, qualquer subjetivação.

Num certo sentido há uma dimensão que captura o sujeito na lógica do outro, antes mesmo que se processe qualquer tipo de consciente identificação, qualquer reconhecimento que seja partilhado, ainda que no plano simbólico.

De uma outra perspectiva poder-se-ia dizer que a presença que vem se perpetuando, sob várias formas, é desse sujeito atomizado, conformado numa universalidade abstrata de indivíduos livres, que, amiúde, o torna mais desenraizado que emancipado, mais atomizado que autônomo, mais afoito que clarividente, traços apontados por Lucien SÈVE (1989:170); este conjunto de aspectos reforça o sentido do quanto este sujeito está efetivamente apartado de um campo coletivo que o referencie e que lhe permita, dessa feita, algum tipo de identificação; a consideração da pertinência de tal pressuposto, não impede, todavia, que se possa pensar a presença de um sujeito que deste se diferencie.

Na perspectiva de rastrear elementos auxiliares a esta reflexão, há uma formulação de Boaventura SANTOS (1994) bastante sugestiva, na qual afirma serem as identidades, identificações em curso. Em especial no que se refere às identidades culturais vai ele complementar,

“não são rígidas nem, muito menos imutáveis. São resultados sempre transitórios e fugazes de processos de identificação (...), escondem negociação de sentido, jogos de polissemia, choques de temporalidade em constante processo de transformação.”
(SANTOS, 1994:32)

O autor vai acrescentar ainda que, na contemporaneidade, o conceito que atualiza a categoria de identidade corresponderia à de subjetividade. Dessa forma, pode-se recolocar a questão de uma subjetividade que não é imanente, mas que é produção e que, portanto, tanto se afirma como se refaz. E nesse curso não pode prescindir na sua conformação, tanto de uma base material na qual se inscreve e se forja, quanto da presença de outros sujeitos através dos quais estabelecerá relações absolutamente essenciais à sua própria afirmação - e diferenciação - na qualidade de sujeito.

Utilizando o pensamento gramsciano, a aproximação conceitual que inicialmente se coloca consiste em vislumbrar neste sujeito fragmentado, imerso em situações particulares, crenças, símbolos, vontades dispersas, características do senso comum, a também presença, *recalcada*, de elementos valorativos, práticas, percepções e intuições que podem ser potencializadas, tornadas bom senso, a partir de um outro OUTRO: uma cultura coletiva, referência distinta que, para além da interpelação, seja capaz de possibilitar a criação de laços de solidariedade a substituir o vácuo, o conformismo e a indiferença das subjetividades abstratas, descontextualizadas e fundadas no prisma individual; cultura que “produz,” também, uma subjetividade coletiva, contextual, a repor como dimensão possível da existência individual-social, a perspectiva da emancipação.

Nesse movimento de uma subjetividade que se constrói, Daniela ROPA (1994) vai destacar um outro componente igualmente importante:

“o desejo de solidariedade não apenas no seu sentido mais banal do amor ao próximo, mas sobretudo, como sendo o reconhecimento de pertencimento a determinado grupo ou comunidade de tradição, à qual estamos atados por vocabulários, crenças e laços de linguagem.”(1994:171).

A formulação marxiana também é pertinente nessa direção:

“Os indivíduos partiram sempre de si, dentro de suas condições e situações sociais, e não do indivíduo “puro” no sentido das ideologias” (1980:65).

Pensando-se em termos de uma configuração destas situações sociais vivenciadas pelos sujeitos, Vera TELLES (1992) ressalta as significações que passam a ter nesse processo de subjetivação, as próprias lutas sociais travadas. Assim,

“a importância das lutas sociais, enquanto abertura de espaços públicos nos quais as experiências diversas podem ser tematizadas, problematizadas e, por essa via, desprivatizadas enquanto condição comum que interpela a sociedade na formulação e exigência de direitos. É nessa articulação entre o privado e o público que identidades são construídas e reconstruídas, definidas e redefinidas, criadas e recriadas, num espaço de conflito em que as práticas de resistência, abertas ou surdas e cotidianas nas suas vitórias e derrotas, sucessos e insucessos, para além de seu significado material em cada momento específico, redefinem e refundam tradições, reafirmam e reorientam práticas, elaboram e reelaboram valores e referências por onde homens e mulheres, em situações concretas de vida, percebem o seu lugar na sociedade e sobretudo percebem a eficácia de suas ações e de suas palavras na produção de fatos e acontecimentos que afetam ou podem afetar as circunstâncias de suas vidas.”(1992:59).

Temos efetivamente portanto a presença no todo social, não de um sujeito único, marcado por um processo de obliteração do real, produzido por formas ideológicas oriundas do capital, que o alienam e o impedem de desvelar a gênese da exploração. A absoluta presença desse sujeito alienado suporia que na vida social a presença do capital na qualidade de efetiva chefia, unifica, implementa seu ideário, forja *sempre* subjetividades subalternizadas ao seu ordenamento.

Assim, poder-se-ia afirmar que esse processo de naturalização da alienação por parte dos sujeitos suporia, em contrapartida, a existência no interior da dinâmica social de um “não lugar” da alienação, um certo ponto “correto” de chegada, protegido ou até mesmo não vulnerável às influências da ideologia dominante. Zizek registra esta impossibilidade, visto que o que vai se verificar é a presença de um certo cerne pré-ideológico, uma certa matriz formal na qual seriam enxertadas as várias formulações ideológicas. Ele ainda reforça sua argumentação ao afirmar que o que se vivencia como realidade não é ‘a própria coisa’, é sempre algo já simbolizado, constituído e

estruturado por mecanismos simbólicos, e esta simbolização não conseguiria expressar o real na sua totalidade, permanecendo nesse sentido, uma certa dívida simbólica.

Para dar concretude a tais reflexões o autor vai afirmar o conceito da luta de classes, na qualidade de categoria central no âmbito da subjetividade no capitalismo. Assim,

“a “luta de classes” nomeia o próprio antagonismo que impede a realização (social) objetiva de se constituir como um todo fechado em si mesmo.” (...) é ponto de referência que nos permite situar qualquer fenômeno social - não ao relacioná-lo com a luta de classes como seu sentido último (o “significado transcendental”), mas ao concebê-lo como (mais) outra tentativa de ocultar e “remendar” a brecha do antagonismo entre as classes, de apagar seus vestígios.”(Idem:27)

Segundo ele, esta afirmação está sendo feita do ponto de vista do sujeito, uma vez que no próprio cerne do processo social, nas cruciais relações entre forças produtivas e relações de produção, aparecem recalcadas dimensões constitutivas do sujeito. O autor se refere ao valor da força de trabalho que não está dado objetivamente, mas vai resultar da dinâmica da luta de classes. Esta impossibilidade de isolar qualquer processo ou mecanismo social “objetivo”, se afirma perante a constatação de que quaisquer deles vão implicar, necessariamente, numa dinâmica “subjetiva” da luta de classes. Complementa o autor:

“(...) a própria “paz”, a ausência da luta, já é uma forma de luta, é a vitória (temporal) de um dos lados da luta. Na medida em que a própria invisibilidade da luta de classes (a “paz das classes”) já é um efeito desta - ou seja, da hegemonia exercida por um dos lados da luta -, fica-se tentado a comparar a situação da luta de classes com a do McGuffin de Hitchcock: “Que é luta de classes? - É o processo antagônico que constitui as classes e determina suas relações. Mas, na nossa sociedade, não há luta de classes! - Está vendo, é assim que funciona!” (Idem:28)

Estas reflexões são relevantes para colocarmos em debate, um lugar de onde “fala” grande parte dos experimentos formativos, a pressupor um território verdadeiro, neutro das contaminações burguesas ou do próprio senso comum das classes subalternas, um campo “objetivo” e, dessa ótica, não afetado por essa dinâmica - efetiva - da luta de classes.

A existência desse campo neutro parece sugerir a presença de uma consciência verdadeira que se estabelece pelo distanciamento crítico - e superior - da vivência cotidiana dos trabalhadores, encravada num mundo real, marcado pela “imperfeição” das próprias relações sociais existentes. Como se alguém pudesse estar a salvo do crivo ideológico.

Isso se torna palpável, por exemplo, quando dirigentes sindicais programam cursos para as “bases do sindicato”, mas prescindem de sua própria participação, por considerarem que já dominam todos os temas e já têm as respostas certas para quaisquer desafios postos pelos patrões: o problema está na base que não acompanha as discussões e não entende o sentido da luta. A consciência deles - os dirigentes -, se lhes apresenta como algo pronto, formado, acabado; não vulnerável às influências do capitalismo.

No desenvolvimento desta tese procurar-se-á demonstrar que esta concepção - presente no interior de setores organizados da esquerda, seja no movimento sindical, no movimento partidário, assim como no interior de entidades de educação popular e de formação sindical -, implica na efetiva assunção deste privilegiado lugar da ciência verdadeira. Assim, não só se enredam nessa fantasia ideológica, mas se excluem do terreno objetivo e subjetivo onde está se travando a efetiva luta pela hegemonia. Considero ser esta uma questão central a ser decodificada no âmbito dos experimentos formativos dos trabalhadores.

Aproximando estas reflexões ao trato do objeto deste estudo, vale realçar a existência de uma objetividade que, ao ser apropriada pelos sujeitos, assume numa leitura típica do senso comum, a forma “daquele lugar” do qual se avalia ter uma visibilidade privilegiada, visto que se consegue “olhar” de forma total, eficiente e, principalmente, verdadeira, as questões mais complexas existentes nas relações sociais.

Na crítica da impossibilidade deste lugar objetivo, Zizek chama a atenção para o fato de que se perde de vista o real antagonismo social que se expressa nas próprias distorções que são feitas da realidade.

Assim, na dinâmica da vida social as apreensões dos sujeitos podem ocorrer de forma diferenciada, ainda que tenham como ponto de partida a mesma realidade social, o que não significa afirmar nem que estão alienados dessa realidade, nem que estão cooptados pela racionalidade que organiza de forma hegemônica esta realidade. A presença destes distintos olhares - e lugares -, verdadeiros para cada sujeito, de per si,

introduzem de forma contundente a temática da subjetividade e de sua importância efetiva nos processos de conhecimento e reconhecimento individual, do campo coletivo - cultural, simbólico, de outros sujeitos, dos conflitos sociais, das ações coletivas - na qual esta subjetividade se produz.

Na particularidade do ordenamento capitalista, a busca de uma compreensão mais totalizante do processo social em curso vai implicar no movimento de detectar, na conformação da organização social, a base que efetivamente vai engendrá-la, ou seja, as formas concretas de organização da produção material e, portanto, o modo de produção existente numa peculiar formação social.

1.1.2- Base material e organização societária: produção de mercadorias e de sujeitos

Tal ordenamento se funda numa particular materialidade que vai privilegiar a lógica da produção de mercadorias e de um sujeito fundado na individualidade burguesa, na ênfase na exterioridade do consumo e da propriedade de bens, na cisão entre esfera pública e privada e na desconsideração de um campo coletivo propulsor de referências substantivas aos sujeitos.

Na ótica burguesa, esta sociedade das mercadorias a produzir sujeitos e objetos, se assenta na visão de riqueza baseada na expropriação do trabalho articulada à organização e representação do poder a encobrir - através de formas jurídicas, do precário acesso aos elementos constitutivos do sistema social - a própria gênese da riqueza.

“A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa, a qual pelas suas propriedades satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie. A natureza dessas necessidades, se elas se originam do estômago ou da fantasia, não altera nada na coisa. Aqui também não se trata de como a coisa satisfaz a necessidade humana, se imediatamente, como meio de subsistência, isto é, objeto de consumo, ou se indiretamente como meio de produção.” (MARX, 1983:45)

A mercadoria é também uma série de relações de poder. Não é simplesmente um conceito que descreve e designa relações existentes na sociedade capitalista. Especialmente o poder que tem o capital de impor a forma mercadoria, a se equivaler

ao seu poder de manter o próprio sistema e assim também subsumir a classe trabalhadora a existir como força de trabalho, “funcionando” assim como parte do capital. A forma mercadoria é dessa feita básica no entendimento das relações de classe e, portanto, igualmente no caráter das lutas de classe.

Marx, ao analisar a relação entre objetos, no caso a mercadoria, o faz sobre o fundo de uma relação entre sujeitos, que a supõe.

Nessa linha de análise, Rozitchner (1989) vai destacar como elemento significativo o processo de acesso às significações e à comunicabilidade, existentes na trama das relações sociais. Ressalta ele o fato de uma particular contradição presente nas relações sociais que

“desenvolveu-se como contradição entre os sujeitos a nível de sua própria produção de homens reais, não representados. (...) Assim o campo da palavra aparecerá também como segundo: complemento da dominação que circula pela expropriação material da vida alheia, onde a palavra está como um instrumento, ao mesmo tempo que para significar o real, a serviço da distorção e do ocultamento.” (Idem: 81)

A questão fundamental, subjacente às considerações arroladas até o momento e que têm sua gênese na mercadoria, diz respeito à afirmação que precisa ser feita, oculta que está dentro do processo de intercâmbio capitalista: o que confere realidade (e valor) às mercadorias é exatamente o que têm em comum, o trabalho humano que as produziu. A categoria trabalho é central no pensamento marxiano: o homem se constrói pelo trabalho.

“Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independentemente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de medição do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, vida humana.” (MARX, 1983:50)

Nesse sentido, ele é ponto de partida do processo de humanização do ser social e, simultaneamente, na sua objetivação no interior da sociedade capitalista, é degradado, se transmutando em mero meio de subsistência. Assim,

“a força de trabalho torna-se, como tudo, uma mercadoria, cuja finalidade vem a ser a produção de mercadorias. O que deveria ser a forma humana de realização do indivíduo reduz-se à mera possibilidade de subsistência do despossuído. Esta é a radical constatação de Marx: a precariedade e perversidade do trabalho na sociedade capitalista.” (ANTUNES, 1995:124).

Nesse percurso, a teoria do valor mercantil recupera esse conjunto de fazeres e significações das quais os sujeitos produtores - imersos em relações concretas de produção e circulação - encontram-se apartados.

Em relação a essa evidência, Marx ressaltará o segredo da forma-mercadoria. O cuidado a ser tomado é o de evitar o fascínio fetichista do “conteúdo” que estaria supostamente escondido por trás da forma. Assim, o “segredo” a ser revelado pela análise não seria o conteúdo oculto pela forma, mas o que precisaria ser revelado seria o “segredo” da própria forma. Assim, o entendimento teórico a ser buscado, mais que penetrar no seu “cerne oculto” (a determinação de seu valor pela quantidade de trabalho utilizada em sua produção), seria a de explicar

“por que o trabalho assumiu a forma do valor de uma mercadoria, por que ele só consegue afirmar seu caráter na forma mercadoria de seu produto.” (ZIZEK, 1996:297).

Marx efetua um percurso para desvendar o segredo da forma mercadoria, empreendendo o seguinte movimento do pensamento:

- partir da consideração primeira de que deve ser eliminada a atribuição de valor da mercadoria à mera casualidade (entre oferta e procura, por exemplo); o passo a ser dado é em direção ao sentido que está oculto por trás de sua forma e, assim, penetrar no “segredo” do seu valor.

- considerar que a determinação da magnitude do valor pelo tempo de trabalho, mesmo sendo um segredo que se oculta sob as aparentes flutuações dos valores relativos das mercadorias, se descoberto, ainda que exclua a aparência de algo meramente acidental na determinação dos valores dos produtos, não vai efetivamente alterar a maneira através da qual ocorre tal determinação.

- por fim, a consideração de que o desmascaramento do segredo é insuficiente.

Uma das constatações feitas é a de que no processo de troca de mercadorias vai se verificar um duplo movimento de abstração; durante o ato da troca, a abstração do caráter mutável da mercadoria e a abstração do caráter concreto e particular da mercadoria, reduzida que é à entidade abstrata na medida em que seu “valor de uso” passa a ter o mesmo valor da outra mercadoria pela qual foi trocada.

Dessa forma, os sujeitos transacionam essas mercadorias “como se” estas estivessem autonomizadas nesta relação, o que não implica que na consciência dos

sujeitos elas sejam efetivamente autônomas. Até porque é corrente no próprio senso comum o fato de que as mercadorias não se reproduzam sem o trabalho.

O caráter abstrato presente no ato da troca, de forma alguma pode ser transferido mecanicamente à consciência de seus agentes. A sua ocupação está centralizada no uso das mercadorias pelo seu processo de negociação e pela própria aparência empírica das coisas, vinculada à sua destinação de uso. Esse desconhecimento que efetivamente faz com que os agentes envolvidos desconsiderem as distintas dimensões presentes em seu ato, o reduz, de uma certa forma, "num encontro casual de indivíduos atomizados no mercado" a produzir, por assim dizer, uma dimensão social "recalcada" presente no seu ato e que vai emergir, na qualidade de seu contrário, uma razão que universaliza esses gestos. No plano da troca, os indivíduos parecem se comportar como se desconhecêssem a sua função sócio-sintética, o que corresponderia exatamente ao nível de "abstração real" como forma de socialização da produção privada, que se daria através do mercado. Assim, o paradoxo dessa relação entre a efetividade social da troca da mercadoria e a "consciência" dela reside no fato de que o desconhecimento da realidade em verdade é seu componente constitutivo. Em outras palavras, o fetiche é parte da própria mercadoria e não seu atributo.

No interior do capitalismo o fetichismo da mercadoria é uma realidade. Partindo desse ponto de vista Zizek (1996) aponta que as relações entre os homens são desfeticizadas em sociedades nas quais vai predominar a produção voltada para o mercado. Este fetichismo existente precisa ser compreendido e denominado corretamente. Evocando ainda Marx, o autor vai ressaltar que sob o capitalismo as formas intersubjetivas de dominação e servidão se disfarçam "sob a forma de relações sociais entre coisas, entre os produtos do trabalho."(p.310), deslocando dessa maneira, a desfeticização das relações entre os homens para a do fetichismo entre as coisas.

Portanto, com a sociedade burguesa, as relações que a conformam de servidão e dominação, ainda que existentes, são *recalcadas*. A aparência é a de que presentes nas relações sociais estão sujeitos livres. E o sintoma que vai emergir desse conjunto de relações existentes e que vai subverter essa aparência construída de liberdade e igualdade, na leitura de Zizek, consiste exatamente nas "relações sociais entre coisas".

Isso permite a identificação de uma certa fissura que vai desmentir o decantado sentido universal dos direitos e deveres burgueses.

Tal desequilíbrio presente no ordenamento capitalista, ao invés de ser revelador da realização incompleta destes princípios e, portanto, o marco de uma insuficiência a ser aperfeiçoada com o tempo vai, de fato, existir na qualidade de seu momento constitutivo.

Assim todo universal ideológico aceito e internalizado socialmente (a liberdade e igualdade) é falso perante a presença de uma exceção a revelar a sua própria falsidade.

O caso específico do trabalhador que vende a sua força de trabalho no mercado, vai subverter, por exemplo, a noção universal de liberdade:

“essa liberdade é o próprio oposto da liberdade efetiva: ao vender “livremente sua força de trabalho, o trabalhador perde sua liberdade - o conteúdo real desse livre ato de venda é a escravização do trabalhador ao capital.” (Idem: 306)

Fundamental se faz situar, nesse movimento do capital, certas medidas essenciais à manutenção de todas estas relações voltadas mais diretamente para o mundo do trabalho, centradas na conformação de um novo padrão de acumulação e que terá repercussões, seja na ordem da materialidade, da subjetividade dos sujeitos, ou ainda no processo de organização e luta dos trabalhadores. Temas que serão abordados no próximo item.

1.2- Atualizando temas da dialética do capital.

1.2.1- Transformações no processo de trabalho

As formulações anteriores elaboradas a partir do pensamento de Marx reforçam a tese de que é inerente ao modo de produção capitalista a sua necessária movimentação, no sentido das sucessivas transformações do processo de trabalho, a envolver, tanto as formas de organização que lhe são pertinentes, assim como a formação do trabalhador, de tal maneira que se otimize a base material e técnica (com a prevalência do trabalho morto), e a mínima participação do trabalho vivo e de seu “nefasto” peso subjetivo.

Trata-se de uma forma mais adequada ao capital, um sistema de produção assentado no poderio das máquinas e na presença menor e ainda mais restrita do trabalhador; eis, por certo, o previsível desaguadouro das relações de trabalho, a produzir de uma certa forma, um novo “locus” para o trabalho, com implicações determinantes a esta sociabilidade em gestação.

Na literatura aparece um conjunto de trabalhos que vê para os trabalhadores, elementos de positividade na adoção dessas novas formas de gestão da força de trabalho - auto-gerenciamento do trabalhador, gestão participativa, reaglutinação de tarefas, enfim, democratização do local e dos processos de trabalho. Fernando Fidalgo (1996) ressalta que, em verdade, nestes tempos de inovação nos modos de acumulação e de regulação social-capitalista, o que vai se verificar é um processo de radicalização das contradições sociais. Assim,

“Há uma redução significativa do operariado industrial tradicional, um aumento da subproletarização e da desproletarização, pela proliferação do trabalho precário, temporário e “artesanal” e uma expansão ostensiva do assalariamento nos setores intermediários da estrutura social, principalmente dos profissionais ligados à prestação de serviços.” (FIDALGO, 1996:8).

O autor amplia a sua problematização, indagando acerca da existência de uma decantada “revolução” no trabalho, que vai propor, entre outros elementos, a gestão participativa e o estímulo à comunicação intersubjetiva. Registra pertinentemente o fato de que, anteriormente, (e não se trata de um longínquo antes), as relações que se faziam predominantes consistiam nos seus contrários, ou seja, o cerceamento e a individuação.

Como qualificar, portanto, esta nova participação - que é também seletiva - quando a intimidação coletiva, com ampla visibilidade nesta década, se verifica de forma marcante nas ameaças de desemprego e na ampliação da precarização do trabalho?

Em outra perspectiva crítica encontra-se Francisco Teixeira (1994) argumentando que a introdução de modificações técnicas no processo de trabalho na contemporaneidade, nada mais é que o itinerário do capital, que vai sendo feito e refeito através da recriação de formas que atualizam a sua busca por valorização. Fundamenta sua argumentação na secção IV do Livro I de O Capital na qual Marx explicita este itinerário, transitando da cooperação simples à manufatura, até chegar à

grande indústria. E neste percurso, como observa Teixeira, o domínio do trabalho tem se revelado componente essencial, garantia mesmo desse processo de valorização.

Ainda que a grande indústria revele na atualidade essa capacidade assombrosa de domínio sobre o trabalho, paradoxalmente, este tal domínio não permite ao capital sua afirmação como “sujeito absoluto”. Teixeira acrescenta que

“os meios a que ele recorre para impor sua dominação sobre a sociedade são, ao mesmo tempo, negadores desse caráter absoluto. Realmente, para erigir-se como força que aspira a tudo dominar, o capital precisa desenvolver, incondicionalmente, as forças produtivas. Ao fazê-lo ele “nega” as bases de sua própria valorização: o trabalho vivo como criador de valor.”(Idem:25)

O enfrentamento dessa contradição vai ser buscada em formas novas de produção de mercadorias, visível nas transformações operadas nos processos de produção, sob a égide do capital. Nesse sentido, o saber técnico continuará subordinado à sua lógica; mercadoria-chave no processo capitalista em curso.

Partilhando desse campo crítico, Angela Tude de SOUZA (1994) ao discutir a reestruturação produtiva nesse contexto de globalização, efetiva crítica às teses correntes que vão entender a crise do capital como

“expressão de “esgotamento do progresso técnico”, ou ainda, como “crise do modo de regulação fordista” (...) para que se possa recompor a historicidade própria do quadro atual.”(...)
(1994:31)

A autora faz minucioso levantamento das várias formulações que de alguma forma se inscrevem no interior da lógica capitalista, identificando três orientações distintas na literatura. Nesse percurso crítico resgata nas formulações referentes tanto às raízes quanto às saídas para a crise, o conteúdo liberal presente nas elaborações de C. Sabel e M. Piore (1984 e 1986), J. Zeitlin (1985), entre outros, as análises *regulacionistas*, expressas por M. Aglieta (1979), Boyer e Mistral (1983) e A. Lipietz (1986 e 1990), além das reflexões *pós-fordistas*, que, segundo ela vão tipificar o pensamento reformista no interior do debate europeu.

Não se pretende adentrar nas pertinentes reflexões feitas pela autora, em torno da reestruturação produtiva, em função dos próprios limites deste trabalho. Porém, relevante se torna citar no interior desse debate alguns aspectos importantes ao tema central da tese.

O núcleo temático dos autores de corte liberal consistiria na afirmação de que a crise atual seria expressão visível do esgotamento do paradigma tecnológico criado em função da produção voltada para o consumo de massa. Assim, a reestruturação significaria uma ruptura com o passado, com a emergência de um novo modo de desenvolvimento capitalista assentado no abandono da produção em larga escala, com a introdução de formas flexíveis de contratação da força de trabalho. Ter-se-ia competindo no mercado distintos sistemas de produção industrial, a de massa e a produção artesanal flexível para produtos personalizados.

Do ponto de vista mais diretamente ligado aos trabalhadores a especialização flexível vai veicular

“a idéia de que a classe trabalhadora está morta como força ativa da história, cabendo às novas divisões da classe (sua segmentação) o papel de cimentar ideologicamente o processo de rompimento e afastamento da classe trabalhadora com relação à memória social de sua experiência coletiva prévia.”. (POLLERT apud TUDE:32).

Da mesma forma que a adoção desses modelos está a revelar a necessidade de introdução de outros padrões de acumulação (da angulação do capital), na esfera do mundo do trabalho estes padrões exercerão modificações significativas, alterando profundamente as distintas formas de inserção na estrutura produtiva, nas formas de organização e representação sindical, assim como nas diferenciadas esferas da ordem da subjetividade.

Outro autor que vai tratar dessa questão, Emílio GENNARI (1994), destaca ainda que a reorganização dos processos produtivos vai aproximar a engenharia de produção e, ao mesmo tempo, eliminar qualificações tidas como desnecessárias pelo desaparecimento do tipo de trabalho demandado, ao mesmo tempo em que moldam uma massa de trabalhadores que, dentro de limites precisos, se adequam com presteza a um número mais amplo de funções.

Em relação ao crescente processo de subordinação real do homem à máquina, acrescenta ele:

“A organização das equipes de trabalho baseia-se na determinação do capital de reduzir ao mínimo os “tempos mortos” da produção, enquanto a forma de sua intervenção, o número de tarefas a serem desempenhadas, o ritmo do trabalho e o grau de qualificação exigido são totalmente determinados pelas regras de funcionamento dos sistemas automatizados. Além disso a realidade nos mostra que, nos setores de ponta,

estamos nos aproximando cada vez mais da previsão de Marx e Engels, do deslocamento do trabalho humano, da intervenção direta na produção para o controle e supervisão dos equipamentos e, portanto, de uma situação que aumenta a subordinação real do trabalho ao capital.”
(GENNARI,1995:14)

Nos contornos dessa ofensiva do capital, potencializada pela presença nesse processo do capitalismo que se atualiza (reestruturação, globalização e neoliberalismo), Lucília MACHADO (1996) acentua a relação entre controle dos capitalistas e resistência e ofensividade dos trabalhadores aí tensionada. Ela mostra que:

“as dimensões da subjetividade e da intersubjetividade são mediações intervenientes fundamentais deste processo, fatores reconhecidos na sua importância pela própria empresa, ao acordar para o fato de que nada é mais flexível e importante à incorporação ao capital que o próprio trabalho humano, principalmente agora em tempos de maximização da flexibilidade e da integração.”(p.22)

Com esta breve síntese objetivou-se desenhar este campo crítico na recente literatura brasileira sobre o tema. Em que pese a constatação de que estas transformações vão atingir e conformar a subjetividade do trabalhador, há diferenciações na forma de tratamento da questão, e das implicações concretas no que se refere à intervenção no rol das lutas sociais. Assim, ANTUNES (1995), TUDE (1994), TEIXEIRA (1994), GENNARI (1995), DIAS (1993-1997), TUMOLO (1996) entre outros, vão destacar estas modificações a partir da consideração da própria base material do sistema capitalista. Nesse sentido, as diferentes formas de presença da reestruturação dos processos de trabalho, nada mais são que instrumentos de adequação da organização do trabalho às exigências de acumulação do capital e mais uma das ofensivas da classe dominante de obliteração do saber e dos experimentos coletivos de luta das classes trabalhadoras, no previsível movimento de obstaculizar seu instituinte movimento de elaboração e constituição de um outro ordenamento social.

Com vistas ao objeto deste estudo, tratar-se-á no âmbito do pós-fordismo, das reflexões em torno do trabalho imaterial, uma vez que esta concepção interfere no delineamento de um outro campo de subjetividade.

1.2.2- Pós-fordismo e trabalho imaterial

Maurizio Lazzarato (1993) define o trabalho imaterial como resultado de uma ampliação da ‘cooperação produtiva’, justamente por incluir a produção e reprodução da comunicação e, enfatiza ele, o seu conteúdo mais precioso: a subjetividade.

Se no fordismo o consumo se constituía em elemento integrado ao ciclo de reprodução do capital, no pós-fordismo o elemento novo a merecer destaque é a comunicação.

O pós-fordismo se constitui essencialmente na qualidade de economia de informação, operando, portanto, com as formas imateriais de produção e de produção de comportamentos de consumo.

Giuseppe Cocco (1996) assinala que

“Trata-se de um modelo pós-industrial que não se caracteriza pelas pequenas escalas de produção, nem por seu nível de flexibilidade, mas pelo nível de integração produtiva do consumo. O consumo torna-se produtor a partir de uma infraestrutura técnico-científica (cujo protótipo não é mais a fábrica - nem a fábrica toyotista - mas o das redes informáticas) que ainda funciona a partir de standards produzidos em grandes volumes”.(1996:25)

Assim pode-se dizer que ao invés de ser privilegiada a análise acerca da queda da “oferta” e da “procura”, a consideração maior em torno desse processo diz respeito à existência de uma redefinição da própria relação de produção e consumo. Ou seja, a presença do consumidor já está inscrita na elaboração do produto a partir de sua própria concepção. Há aqui uma clara aceitação da concepção econômica burguesa.

Dessa feita, tal presença não vai se limitar ao consumo efetivo da mercadoria. O consumo em si deve produzir condições à existência de uma nova produção.

“O consumo é então, antes de tudo, um consumo de informação. (...) Não é mais somente a “realização” de um produto, mas um verdadeiro processo social que se define com o termo comunicação.” (LAZZARATO, 1993:112)

Nesse rumo, cabe ao trabalho imaterial dar forma aos desejos, aos gostos, ao imaginário do consumidor e, principalmente, graças à particularidade constitutiva de seus produtos, estes se transformam igualmente em poderosos produtores de desejos.

Há um traço a singularizar esta mercadoria produzida pelo trabalho imaterial, a sua não destruição quando do próprio ato de consumo. Melhor dizendo, ao ser

consumida ela tende a criar e transformar a “ambiência” cultural e ideológica do consumidor. Dessa feita, ela pode não reproduzir a capacidade psíquica da força de trabalho, mas vai ter, num outro patamar, expressiva interferência através da objetiva transformação que vai operar no consumidor.

O núcleo de produção e potencialização desse impulso e desejo de consumir localiza-se na publicidade e este, por sua vez, se torna efetivo componente do processo de trabalho.

No curso de atualização de sua presença vitoriosa, o capital sofisticada também as bases de sua permanência. No que se refere especificamente às formas particulares de presença do trabalho, o trabalho imaterial produz primeiro uma relação social, que vai inovar na produção e no consumo e que na sua reprodução consegue também agregar um valor econômico.

“Se a produção é hoje diretamente produção de relação social, a “matéria primeira” do trabalho imaterial é a subjetividade e a “ambiência ideológica” dentro e pela qual esta subjetividade vive e se reproduz. A produção de subjetividade deixa de ser apenas um instrumento de controle social (pela reprodução de relações mercantis) e se torna diretamente produtiva, pois na nossa sociedade pós-industrial seu objetivo é o de construir o consumidor-comunicador. E construí-lo ativo. Os trabalhadores imateriais trabalham em pubs, na moda, em marketing, na televisão, em informática, etc), satisfazendo uma demanda do consumidor e ao mesmo tempo a instituindo. Que o trabalho imaterial produz ao mesmo tempo subjetividade e valor econômico, demonstra somente como a produção capitalista tem invadido toda a vida e quebrado todas as oposições entre economia, poder e saber. O processo de comunicação social (e seu conteúdo principal, a produção de subjetividade) se tornam diretamente produtivos porque de uma certa maneira, ele “produz” a produção.” (Idem: 115)

A longa citação de Lazzarato permite a elucidação dos elementos essenciais do trabalho imaterial como, igualmente, abre significativa polêmica em torno do próprio processo produtivo (trabalho produtivo X improdutivo, trabalho vivo X trabalho objetivado), sobre a qual não me deterei. O texto vai ressaltar *“ser a produção hoje diretamente produção de relação social.”* O destaque que vale a pena fazer é o de que não hoje, mas desde sua instituição, o capital é uma relação social. Vale também situar uma situação já prevista por Marx ao considerar o desenvolvimento vigoroso da indústria, como se antecipasse situações à frente de sua época. Fernando Haddad

(1997) em primoroso trabalho intitulado Trabalho e classes sociais, vai recuperar nos Grundrisse uma primeira formulação de Marx ao discorrer sobre a troca do trabalho vivo contra o objetivado, na confirmação da massa de trabalho imediato como fator decisivo na produção da riqueza. Contudo, salienta Haddad, a própria continuação do texto vai apontar para a seguinte formulação surpreendente de Marx:

“mas à medida que a grande indústria se desenvolve, a criação da riqueza efetiva se torna menos dependente do tempo de trabalho e do quantum de trabalho utilizado, do que da força dos agentes que são postos em movimento durante o tempo de trabalho, poder que por sua vez - sua poderosa efetividade - não tem mais nenhuma relação com o tempo de trabalho imediato que custa à sua produção, mas depende antes da situação geral da ciência, do progresso, da tecnologia, ou da utilização da ciência na produção (...) o trabalho não aparece mais até o ponto de estar incluído no processo de produção, mas o homem se relaciona antes como guardião e regulador do próprio processo de produção.” (HADDAD, 1997 apud Fausto, 1989: 50)

Esta incorporação da ciência como fator de produção repõe a discussão sobre o trabalho e, especialmente, sobre o trabalho qualificado. Entre as ponderações arroladas por Haddad, duas me parecem expressivas ao tema em questão. A primeira se refere às próprias formulações de Marx que ao declarar a ciência fundamento da riqueza, não se refere ao valor. Portanto,

“o fato de o capital internalizar a ciência ao processo produtivo, contratando agentes inovadores com esse objetivo, fato estranho ao século XIX, não muda esse aspecto da questão. Sem dúvida, o resultado da atividade de pesquisa e desenvolvimento se incorpora às mercadorias. (...) (Idem: 111)

A outra vai reconhecer no âmbito da indústria capitalista, a própria fronteira do saber se move numa velocidade superior à sua socialização.

E nesse quadro, pode-se compreender melhor no âmbito da sociedade de consumo capitalista, a presença do trabalho imaterial. Esta produção ao ser explorada pelo capital, pode resultar em mercadorias que existem separadamente do seu produtor. Entre os vários exemplos considerados, Haddad chama a atenção para o caso de um ator, por exemplo, contratado/explorado por um capitalista: a produção não material resulta em mercadoria cujo consumo se dá no ato da própria produção. Destaca ainda o autor:

“No caso da produção capitalista não material, o trabalhador contratado pelo capital é um trabalhador produtivo porque troca sua força de trabalho por uma parte do capital variável, produzindo mais valia para ele”.

Ainda nessa direção Giuseppe COCCO (1996), vai destacar a presença de uma nova produção cultural que vai efetuar visível deslocamento, ao ultrapassar os marcos superestruturais e a especificidade do mercado multimídia, atravessando significativamente o conjunto das atividades econômicas. Processo que segundo ele pode ser considerado como deslocamento do próprio regime de acumulação.

Nesse cenário a subjetividade passa a ser um campo privilegiado. E o trabalho imaterial, ao efetivar a necessária articulação entre consumo e produção, desempenha a tarefa de organizador dessas dimensões.

“A noção de trabalho imaterial - como figura subjetiva, social, cooperativa, difusa e pública do trabalho intelectual - pretende levar em conta o novo valor de uso das forças de trabalho na forma geral de atividade de todo sujeito produtivo da sociedade pós-industrial. Ela engloba tanto o operário qualificado do qual se tenta controlar a personalidade quanto o conjunto das figuras sociais (trabalhadores precários, informais, desempregados, estudantes, estagiários) que constituem a virtualidade social do paradigma produtivo baseado na comunicação. Face ao trabalho imaterial, enquanto figura produtiva mais madura do novo regime de acumulação baseado na produção de informações e de linguagens, encontram-se as novas práticas de management: implicação subjetiva, projetos de empresa, gestão da qualidade total, grupos de participação e de inovação.”(COCCO, 1996:29)

Lazzarato amplia esta tematização sublinhando os diferentes e específicos momentos que vão compor o ciclo de produção do trabalho imaterial. No entanto, para os limites do presente texto, far-se-á rápida referência a dois destes momentos, importantes à compreensão tanto da conformação das subjetividades como da singular função que a ideologia vai ter neste processo de atualização e sofisticação do próprio capital.

A característica central do “produto ideológico” criado vai se referir à sua transformação em mercadoria. Dessa perspectiva o ideológico não vai mais estar caracterizando o produto como “reflexo” da realidade, na qualidade de consciência falsa ou verdadeira do real. Assim,

“os produtos ideológicos produzem ao contrário de novos estratos da realidade, um aumento da potência de conhecimento e da ação do homem. Novas maneiras de ver, sentir demandam novas tecnologias e de novas tecnologias são demandadas novas formas de sentir e ver. Os produtos ideológicos são completamente interiores ao processo de formação da comunicação social, a saber, são ao mesmo tempo os resultados e os pressupostos desse processo. O conjunto dos produtos ideológicos constitui a ambiência ideológica do homem”.
(Lazzarato:118)

Por outro lado, este produto ao se transformar em mercadoria não consegue mais retirar também o seu caráter de acontecimento, um processo aberto que vai ser instaurado entre o trabalho imaterial e o público, organizado pela comunicação, e que, de alguma forma, vai escapar do controle do “promotor”.

Nessa direção, partindo das considerações do autor, o que se faz necessário registrar diz respeito ao próprio processo de realimentação deste singular consumo, o que vai implicar, necessariamente, no reconhecimento dos “valores” que o público/consumidor possui e especialmente, produz. Dessa maneira precisarão ser também conhecidas e levadas em conta, as suas formas de ser e de existir, o seu jeito de viver, entre outros aspectos que vão dar substância aos próprios valores. Esta “preocupação” do capital com o modo de vida dos trabalhadores, sua maneira de pensar e sentir a vida já era apontada por Gramsci em “Americanismo e Fordismo”, no qual vai constatar a articulação entre os métodos de trabalho e a criação de um novo homem e uma nova ética, presentes no fordismo.

Retomando ao trabalho imaterial, no seu âmbito, Lazzaratto afirma, tendem a conviver duas dimensões distintas. De um lado, a transformação dos produtos ideológicos em mercadorias a exercer efetiva influência sobre a vida social e as relações sociais aí conformadas, criando necessidades e valores assim como padrões de comportamento. Por outro, a exploração do tipo capitalista de uma indústria de lazer e entretenimento aumentou a presença de trabalhadores assalariados no conjunto destas atividades. Clarear o sentido desta presença no âmbito das classes - a nova composição dos trabalhadores assalariados, por exemplo - é algo significativo para quem faz formação política e se referencia num campo de classe, assim como, de alguma forma estas facetas de inserção da força de trabalho, reabrem questões para alguns setores que militam e fazem formação, e que têm na teoria da consciência de classe lukácsiana a sua referência.

Em última instância o que está em evidência nessa relação produção/consumo é o fato de que ainda que o capital se aproprie das formas e produtos, a produção não pode ser de todo pré-determinada pelo econômico, na medida em que o que vai movimentá-la é a própria dinâmica da sociedade, também constituída por uma dimensão de imprevisibilidade.

Finalizando o conjunto destas reflexões em torno do processo de trabalho no capitalismo, vale a afirmação de que toda a dinâmica da reestruturação produtiva com um aparato de modernização incomum, ao otimizar o processo de trabalho buscando o envolvimento e participação dos trabalhadores, nada mais faz que assegurar o processo de acumulação, embasado na necessidade de fazer frente à competição no mercado, agora ainda mais internacionalizado, aumentar a produtividade e buscar uma progressiva redução de custos de produção.

E este movimento do capital nada mais é que expressão de uma fase de transição entre regimes de acumulação, após a crise da regulação fordista nos países centrais.

Para Boaventura SANTOS (1994) uma das facetas deste processo parece estar no fato de o capital, sem dispensar a funcionalidade do Estado, estar criando um outro suporte institucional paralelo, composto por agências financeiras e monetárias internacionais, a dívida externa, entre outras, que vai se distinguir do suporte estatal, quer por ser transnacional em si mesmo, quer porque não mantém qualquer exterioridade ou autonomia perante as relações de produção. Assim, esta nova regulação econômica, aparece como desregulação, arrogando-se inclusive a ser regulação social e, mais ainda, a única regulação possível. Enfatiza o autor:

“É esta a miragem essencial do neo-liberalismo. Visa basicamente manter e aprofundar a hegemonia da dominação capitalista por sobre o colapso das condições que a tornaram possível no período anterior, que alguns designam como o período do capitalismo organizado. É assim que lógica e a ideologia do consumismo podem conviver sem grande risco político com a retração brutal do consumo entre camadas cada vez mais amplas da população mundial, vivendo em pobreza extrema.”.(1994:42)

O conjunto dessas formulações reforça um elemento essencial ao se pensar nessa permanência da dominação capitalista, ou seja, a fragilidade da presença e,

portanto, também da permanência, de propostas de emancipação a repor as possibilidades de ruptura com essa lógica da circulação do capital.

Mais do que isto, o que tem se esboçado ao longo dessa nova feição assumida pelo capital é também a inexistência, no campo de interesse dos trabalhadores, de formulações que apontem para estratégias de emancipação. Nesta ambiência, como bem sinaliza Boaventura Santos, este novo contextualismo e particularismo são empecilhos à elaboração dessas estratégias; assim, as lutas locais e as identidades contextuais vão tender ao privilegiamento da tática em detrimento da estratégia. Processo este compreensível na medida em que a globalização do capital vai ocorrendo e se intensificando simultaneamente à localização do operariado.

Cabe nesse sentido a afirmação de que no embate de forças sociais estará em jogo - e com peso relevante - a própria dialética entre formas de vida e valores que são produzidos pela sociedade contemporânea. Assim como também será nesse campo de contingência histórica que os sujeitos sociais vão se conformar. Portanto, a constituição de sujeitos sociais que encarnem a emancipação enquanto estratégia a ser afirmada terá muito a ver com o próprio processo de uma subjetividade que se produz na afirmação do coletivo e que possa fazer frente à hegemônica subjetividade de corte individualista e à perspectiva de globalização, fragmentação e despolitização da sociabilidade, fundadas no princípio do mercado e da propriedade individual.

A temática das subjetividades, especialmente sua constituição nesse contexto de globalização e neoliberalismo, será abordada no ponto que se segue.

1.3- Neoliberalismo e campo das subjetividades.

“De certo modo, com o homem sucede o mesmo que com a mercadoria. Como não vem ao mundo com um espelho na mão nem tampouco afirmando, como o filósofo fitchiano, ‘eu sou eu’, o homem se vê refletido primeiro só em outro homem. Só através da relação com o homem Paulo como seu igual, o homem Pedro se relaciona consigo mesmo como homem. Mas com isso também o homem Paulo, dos pés à cabeça, em sua corporeidade paulina, conta para Pedro a forma em que manifesta-se o genus (gênero) homem.” (MARX, 1983:65)

A presença do capital ao organizar todo o sistema produtivo assentado no trabalho assalariado, vai exercer real determinação nas distintas formas de existência

dos sujeitos. No capitalismo, a condição necessária para que os homens se tornem trabalhadores vai depender de que eles, os sujeitos, se tornem mercadorias.

Joel BIRMAN (1994) incorpora essas formulações ratificando a influência efetiva desse processo social pautado na produção de mercadorias, fundado em trocas entre agentes econômicos e circulação de bens e moeda numa formação social concreta, salientando que tal processo não se restringe apenas à ordem das questões econômicas, mas que seguramente têm enorme interferência em outros registros da vida social.

Assim, no liberalismo clássico o pressuposto do individualismo vai implicar igualmente numa concepção de sujeito reduzido ao indivíduo, onde a articulação entre os indivíduos será marcada pelas relações interpessoais. Birman chama a atenção para os componentes que dão sustentação a tal individualismo: a identidade entre psiquismo e a consciência, entre o eu e a consciência, que vão se desdobrar na formulação nuclear do livre arbítrio, onde o sujeito é que tomará decisões relativas a suas ações sociais, fundadas no seu eu e nas suas faculdades sociais presentes no campo da consciência.

No intuito de dar alguma consistência a tais pressupostos liberais, recupero a síntese feita por Reginaldo MORAES (1994), pertinente na apreensão da passagem para o neoliberalismo.

Em artigo denominado “Exterminadores do Futuro, a lógica dos neoliberais”, o autor além traça expressivo painel do ideário neoliberal efetivado e predominante no Brasil, especialmente pelos detentores do poder. Mostra ainda como esse ideário vem se materializado de forma marcante no processo privatizante em curso, vide as medidas relativas às empresas estatais e de serviços públicos.

Resgata o autor a conformação histórica da ação política liberal, engendrada no combate aos regulamentos estatais e corporativos, entre outros aspectos, e arrola uma síntese do pensamento liberal que tem atravessado os séculos:

- “1) a necessidade de limitar pela lei o poder político;*
- 2) a apologia das virtudes práticas do mercado livre;*
- 3) a justeza ética da liberdade individual;*
- 4) a certeza de que, dentro de uma estrutura legal estabelecida, a procura de interesse próprio não conduz à desordem, mas, pelo contrário, induz ajustamentos mútuos e relativamente harmônicos. Um dos cardeais do neoliberalismo acrescenta a essa lista um novo parâmetro: o reconhecimento das limitações da compreensão humana.”(MORAES, 1994: 7)*

Esta formulação de Friedrich Hayek, o aludido cardeal, como bem ressalta Moraes, pode ajudar na compreensão da lógica dessa concepção. Um desses fatores diz respeito à falta de consciência sobre os limites do conhecimento humano, o que iria implicar na ameaça à liberdade. Na medida em que os indivíduos só conseguem manipular uma parte de todo o conhecimento útil para a efetivação, com sucesso, de seus empreendimentos, a sua compreensão se revela, de per si, limitada. Portanto,

“o indivíduo beneficia-se de mais conhecimentos do que tem consciência. Em outros termos, nosso conhecimento é essencialmente prático, um knowledge how, e muito do que se prova útil para nós não pode ser articulado por nós.” (Idem:7)

Moraes ressalta ainda a presença de uma outra concepção, que aí jaz subjacente, de atribuição às ações humanas de uma caráter adaptativo, se moldando assim, com facilidade, às mudanças. No entanto estas são qualificadas e não estão fundadas, portanto, em articulações que dão visibilidade a meios e fins. Pelo contrário, são substantivadas com frequência a partir do movimento de

“seguir sinais redutores e sintéticos, como valores monetários. Consiste também em obedecer a hábitos e costumes, normas e valores morais, leis e instituições, cujas origens muito frequentemente desconhecemos. Assim, por exemplo, os sinais do mercado - oscilações salariais, fechamento de fábricas e perda de empregos, por exemplo - são mensagens que nos dizem se nossas ações estão ou não ajustadas à existência e aos interesses dos outros.”. (Idem :7)

Este recorte efetivado por Moraes enuncia um conjunto de aspectos auxiliares à compreensão de algumas continuidades que vão aparecer e se expressar nessa nova face assumida pelo capital, a do neoliberalismo, assim como, o campo e as formas que no seu interior assumirão a subjetividade.

Quando Otávio Ianni (1996) põe em discussão a globalização, um dos aspectos de destaque consiste exatamente nos impactos que esta vai provocar nas simbolizações produzidas pelos indivíduos. Estes tendem a colocar em suspenso princípios de vida, a efetivar rupturas inimagináveis, a se sentir perdendo algumas referências, criando sentimentos de estupefação, de medo e de novos desejos que precisarão ser reafirmados, reprimidos ou mesmo modificados. Trata-se, segundo ele,

“de uma ruptura drástica nos modos de ser, sentir, agir, pensar e fabular. Um evento heurístico de amplas proporções, abalando não só as convicções, mas também as visões de mundo.” (1996:13)

Este evento aludido por Ianni, a provocar tantas alterações na ordem da materialidade e da subjetividade, tem uma racionalidade que lhe é própria, que de alguma forma encampa, do ponto de vista mais estritamente super-estrutural, o ideário do fim das ideologias e das classes sociais, e, portanto, consequentemente, da não-presença na sociedade, de também distintos rumos e projetos.

Nessa linha de constatação de uma globalização que traz tanto a marca das rupturas, como a da efetiva negação de sentidos substantivos de campos de sociabilidade e subjetivação, Michel WIEVIORKA (1997) ao estabelecer os vínculos entre a mundialização e a sua face neoliberal, chama a atenção para outro componente, atávico aos demais: a violência. Assim,

“Com efeito, esta última se alimenta, no mínimo indiretamente, das desigualdades e da exclusão que se reforçam com o mercado generalizado, a livre iniciativa, o rigor orçamentário e o livre comércio, e é sensível às evoluções que tornam a troca mais importante do que a produção e que ameaçam o trabalho, tanto do ponto de vista de seu significado central, enquanto sentido da experiência humana, como enquanto fator estreitamente associado ao crescimento.”
(WIEVIORKA, 1997:13)

Complementar a esta há igualmente uma outra forma mais sutil de violência, que também internacionaliza o desemprego como algo natural no curso dessa concepção de acumulação e que tende a se espalhar na qualidade de efeito desta estratégia de mundialização em curso.

BIRMAN (1994), no fluxo das reflexões acerca deste sujeito da contemporaneidade, registra como um conjunto de objetivações sociais - crise econômica, desemprego, violência abrangente e, em vários níveis de complexidade, impunidade, banalidade da morte, entre um conjunto de outras situações - vai determinar um campo concreto no qual os sujeitos se conformarão. Assim, uma das marcas do cotidiano tem consistido na “naturalidade” com que os indivíduos têm lidado com tais fatos, de tal forma que, a insegurança, a perda, a carência vão nele se estabelecendo, ao mesmo tempo em que, vivenciados, implementam a desesperança a impregnar a vida social; dessa forma, o ceticismo se transforma no discurso mais difundido no espaço urbano.

Nesse seu registro, Birman vai considerar que, para além dessa objetividade da ordem da materialidade que o capitalismo conforma, a situação existente em nossa

formação social traduz igualmente a presença de uma crise de valores - operando na esfera da subjetividade - a permear a totalidade da estrutura social e interpondo-se nas relações institucionais e no funcionamento político, revelando a insuficiência das soluções tecnocratas e utilitaristas para dar conta da magnitude das questões sociais.

Assim, se o sujeito que se tinha como referência anteriormente, à luz da psicologia clássica, era o sujeito auto-centrado, tendo como base constitutiva a sua individualidade, fundada por sua vez no sentido da concepção humanista burguesa do sujeito como livre e autônomo, já o sujeito da contemporaneidade desse novo contexto do capitalismo, desconstrói, de alguma forma, o modelo precedente, pois vai se produzir de forma marcadamente fragmentada. Terry EAGLETON (1995) ao qualificar este sujeito como predominantemente esvaziado de substância ética e interioridade psíquica, subordinado ao efêmero deste ou daquele ato de consumo, relacionamento sexual ou moda, assinala que

“o sujeito do capitalismo tardio não é apenas o agente sintético auto-regulador postulado pela ideologia humanista clássica, nem simplesmente uma descentrada rede de desejos, mas um contraditório amálgama de ambos.” (EAGLETON, 1995:67)

Ainda desta perspectiva Wieviorka se referindo a este individualismo contemporâneo também vai destacar a presença de duas facetas, entre si complementares. De um lado, o indivíduo quer participar do que a modernidade lhe oferece e promete, do que lhe revela através dos meios de comunicação e das solicitações para o consumo, doravante mundializado. Ele quer entrar ou permanecer nesta rede de consumo. Por outro lado, acrescenta o autor,

“o indivíduo quer ser reconhecido como sujeito, construir sua própria existência, não ser totalmente de papéis e normas, poder distanciar-se deles sem ser no entanto obrigado a fazê-lo. Ele pretende por exemplo efetuar escolhas que o autorizem a referir-se a uma identidade coletiva, sem estar totalmente subordinado a ela, produzir-se, e não somente reproduzir-se.” (1997:23)

E este movimento, na sua contraditoriedade, adquire visibilidade através de alguns empreendimentos, configurando desde ações concretas ou ainda busca de sentidos que não existem ou não se fazem disponíveis na esfera cultural dada, demandando assim, por parte dos sujeitos, algo a ser instituído, seja na dimensão mais

privada, seja na de uma outra sociabilidade que só o espaço público pode possibilitar. Vera TELLES (1992) traz à tona estes elementos ao refletir acerca

“dos códigos sociais, dos valores morais, das representações e tradições culturais através das quais as classes assumem figurações reconhecidas e reconhecíveis, numa construção de espaço social que é solidário, como diz Lefort, com um conjunto de princípios implícitos que comandam a noção do que é legítimo e ilegítimo, justo e injusto, ordem e desordem, razão e desrazão, possível e impossível, permitido e interdito” (1992:87 e Lefort, 1986).

Dessa perspectiva pode-se também compreender a formulação de Goran THERBORN (1996), quando destaca que a reprodução de qualquer organização social, independentemente de ser uma sociedade fundada na exploração ou um partido revolucionário, vai implicar numa correspondência básica entre sujeição e qualificação. Assim, existiria um tipo de sujeição a uma padronização particular das capacidades do sujeito, frente a uma disciplina que o tornaria capaz e qualificado a levar a efeito certas atribuições. Mas, acrescenta ele,

“sempre há uma possibilidade inerente de que uma contradição possa se desenvolver entre essas qualificações. Novos tipos de qualificação podem ser requeridos e propiciados, novas habilidades que se chocam com as formas tradicionais de sujeição. Ou, inversamente podem se desenvolver novas formas de sujeição que se chocam com as provisões das qualificações ainda necessárias. Os efeitos de uma contradição entre sujeição e qualificação são a oposição e a revolta ou o desempenho e a renúncia. (1996:51)

Ainda nesse campo o autor ressalta três modos essenciais de interpelação ideológica, que constituem a estrutura elementar desse processo de sujeição-qualificação, *“dizendo-lhes, relacionando-os com, fazendo-os se reconhecerem.” (Idem:51).*

Em linhas gerais, o primeiro nível contemplaria quem somos, o que é o mundo, a natureza, a sociedade. Assim o sujeito iria adquirindo um sentido de identidade e de consciência do que é real e verdadeiro. O segundo diria respeito à estruturação e normatização dos desejos individuais, e finalmente, o terceiro se relacionaria às possibilidades e impossibilidades com as quais o sujeito se defronta, às mutabilidades pelas quais passa e, nesse processo, o que será modelado e confirmado em termos de esperanças, ambições e medos.

Estes três modos de interpelação teriam para o autor, enorme peso tanto no que se refere à conservação como às mudanças sociais. E, nesse universo das interpelações ideológicas, vai ele dar relevância às dimensões da subjetividade humana, elaboradas no que ele vai nomear de subjetividades de “no mundo” e subjetividades do “ser”, operando num quadro onde serão consideradas as dimensões existencial e histórica dos sujeitos, sob a forma de relação de inclusão e/ou posicional.

A ideologia posicional sujeita o indivíduo e o qualifica para assumir uma posição particular num mundo do qual é membro, e dessa feita, constitui “*formas de sujeitos de individualidades*”, a compor um campo, ainda que provisório, no qual é indicado ao indivíduo o que ele é, em contraste com os demais; as ideologias posicionais vão se referir a posições no interior do um mundo mais amplo, partilhado em comum com indivíduos de outras posições (um exemplo típico seria o da classe). Já as de dimensão histórica, em traços gerais, dizem respeito à constituição dos seres humanos e de sua consciência num mundo social histórico; pertencer a um determinado mundo pode gerar conflito em relação ao pertencimento a outro e mais que isto, gerar a coexistência com hierarquias variáveis de dominação e subordinação. Além do que as ideologias podem apresentar mais de uma das quatro dimensões ao mesmo tempo, ou em contextos diferentes.

Enfim estes são alguns aspectos, entre muitos outros, a serem levados em conta quando da busca de uma leitura mais substantiva da subjetividade.

No caso específico da nossa formação social, privilegiaram-se as visões que vão auxiliar a percepção da subjetividade na qualidade de produção e, portanto, como processo que não a finaliza e que vai supor elaboração, superação e reconstrução contínuas, a partir da objetividade da vida social num quadro de relações conflituosas de classes sociais e de também distintos processos societários.

Na medida em que as subjetividades não estão “dadas” e se produzem nessa tensão anteriormente mencionada, de alguma forma as forças políticas aglutinadas no bloco hegemônico, precisam para sobreviver e dar continuidade ao seu processo de domínio, investir no campo da superestrutura; dessa feita torna-se compreensível o direcionamento num particular investimento na esfera da ideologia, cultura e educação, no sentido não só de legitimar as formas de dominação em curso mas, especialmente, buscando a produção de um vasto campo de subjetividades subalternizadas à esfera do mercado, do consumo e do individualismo burguês.

Se este é o movimento necessário das classes hegemônicas, as análises precedentes procuraram revelar que este não vai corresponder mecânica e linearmente à presença de sujeitos submetidos à ordem, subalternos, conformados, passivos e indiferentes. A concepção que se utilizou de uma subjetividade que é produzida, não vai conceituar o sujeito da sociabilidade capitalista na qualidade de sujeito único, o possível nos marcos de sua racionalidade. A concepção de sujeito a referenciar esta reflexão, vai adotar o entendimento de que o sujeito é social e histórico. Será desse aporte, “produzido” a partir da história na qual se inscreve e que ele transforma em conjunto com os demais sujeitos. É partícipe de um mundo real, no qual intervém e que através das formas e conteúdos de sua intervenção - independentemente do seu sentido, clareza ou qualidade -, vai expondo a sua dimensão de ser social. E a centralidade por excelência desse sujeito “estar” no mundo, vai se dar através do trabalho: ele é o componente fundante na atribuição de significados à sociabilidade humana.

Nessa direção, vale a pena proceder a uma articulação, não tão visível, entre o ordenamento capitalista atual e as dimensões de subjetividade que tendem a ser elaboradas pelos trabalhadores, a potencializar outros efeitos na esfera da memória política, da visão de mundo, bem como comportamentos que tendem a enrigecer o potencial de elaboração do porvir.

A esta não visibilidade pode-se fazer novamente o paralelo com Gramsci de “Americanismo e Fordismo”, ao ressaltar as dimensões de subjetividade que precisam ser alteradas nos trabalhadores, para que possam fazer frente às demandas da nova organização do trabalho. Assim, explicita ele, há que ser elaborado um novo tipo humano conforme o novo tipo de trabalho.(1968 :397). Não é novidade, portanto, esta incursão do capital. Na sua ótica torna-se compreensível, na contemporaneidade, perceber como opera a modificação das formas de manutenção da acumulação mantendo, no entanto, inalterada a lógica que permite a sua permanência.

Nesse sentido as mudanças operadas do fordismo ao toyotismo, por exemplo, ajudam na reflexão destas dimensões. R. ANTUNES (1995), registra os traços constitutivos do toyotismo para o capital:

“ao contrário do fordismo, a produção sob o toyotismo é voltada e conduzida diretamente pela demanda. A produção é variada, diversificada e pronta para suprir o consumo. É este quem determina o que será produzido, e não ao contrário, como se procede na produção em série e de massa do fordismo. Desse

modo, a produção sustenta-se na existência do estoque mínimo. O melhor aproveitamento possível do tempo de produção (incluindo-se também o transporte, o controle de qualidade e o estoque), é garantido pelo just in time.” (1995:26)

Para além da flexibilização necessária ao aparato produtivo essencial será igualmente a flexibilização da organização do trabalho. Assim, o que vai prevalecer é a figura do trabalhador polivalente, multifuncional (CORIAT, 1992 apud ANTUNES (1995), “*pau para toda obra*” (GENNARI,1995:16).

Do ponto de vista da produção de subjetividade, vale a pena ressaltar esta dimensão do tempo, que o *just in time* realoca, a partir de uma racionalidade distinta da do fordismo. Nesse sentido, a forma de organização do trabalho se dará em função do consumo imediato e, portanto, desconsiderando a previsão e planejamento de estoques; o trabalhador, por sua vez, operará simultaneamente com várias máquinas e seu fazer se fundará na desespecialização, a implicar no reconhecimento da não necessidade do seu conhecimento específico, fortalecendo, dessa feita, uma outra perspectiva a conformar a sua subjetividade e sociabilidade: a dimensão do imediato, do tempo presente como medida e referência não só do seu próprio trabalho, como também dimensão constitutiva de sua própria existência. O sujeito que tende a se afirmar encampa esta perspectiva do presente como o único possível e natural, reificando o que está dado ³, e efetivando o obscurecimento da substância social da memória (e, portanto, da história da própria classe trabalhadora - na qual o passado é elo fundamental). O planejamento, a elaboração de longo prazo, o tempo visualizado numa dimensão de futuro são elementos que ao se apartarem de sua relação direta com o trabalho, tendem a gerar desdobramentos destas perdas, seja da ordem do sujeito individual quanto do sujeito coletivo. A perspectiva de um projeto, que suporia, evidentemente, a admissão do sentido de futuro e de uma história que, em movimento, pode ser refeita, se distancia do horizonte das classes trabalhadoras.

Por outro lado, as distintas formas que conformam esta subjetividade, por não se construírem nem de forma linear, nem rigidamente demarcadas pela racionalidade capitalista, se expressam no interior do “campo do trabalho”, tendo como seu ponto

³ O termo “dado” está sendo empregado no sentido do conjunto dos elementos presentes no interior do ordenamentos social vigente, e que tende a aparecer para os sujeitos sociais de maneira naturalizada, permanente e, portanto, definitiva.

de partida efetivo, as expressões da própria subjetividade elaboradas no ordenamento vigente. Assim, ainda que se apresentem de forma fragmentada, confusa, fatalista, gestada a partir desta visão de mundo hegemônica, isto não se constituirá empecilho à emergência de outros interesses individuais e coletivos, outros sentimentos, valores e até uma interpretação diversa dos fatos sociais.

Esta visão precedente, construída a partir de Antonio GRAMSCI, fica melhor esclarecida a partir de sua própria formulação:

“Deve-se insistir sobre o fato, existe realmente uma forte atividade volitiva, uma intervenção direta sobre a “força das coisas”, mas de uma maneira implícita, velada, que se envergonha de si mesma; portanto a consciência é contraditória, carece de unidade crítica, etc. Mas quando o “subalterno” se torna dirigente e responsável pela atividade econômica de massa, o mecanismo revela-se em certo ponto um perigo iminente; opera-se, então, uma revisão de todo o modo de pensar, já que ocorreu uma modificação no modo de ser social. Os limites e o domínio da “força das coisas” são restringidos. Por quê? Porque, no fundo, se o subalterno era ontem uma coisa, hoje não mais o é: tornou-se uma pessoa histórica, um protagonista. (...) (GRAMSCI, 1981:23-4)

Estes elementos desagregados, incoerentes, não críticos e episódicos que vão compor a concepção de mundo, consistem no senso comum, ponto de partida e ao mesmo tempo, produto do devenir histórico. O movimento de fazer a crítica desta visão de mundo reside num dos elementos essenciais à conformação dessa subjetividade com a marca da maioria histórica. Acrescenta o autor:

“O início da elaboração crítica é a consciência daquilo que somos realmente, isto é, um “conhece-te a ti mesmo” como produto do processo histórico até hoje desenvolvido, que deixou em ti uma infinidade de traços recebidos sem benefício no inventário. Deve-se fazer, inicialmente, este inventário.” (Idem:12)

GENNARI (1996) ressalta que esse processo se dá a partir de

“ um movimento contraditório entre a coerção imposta pelas necessidades de sobrevivência, que gera no homem-massa sentimentos de impotência, medo, submissão ou até de dívida de gratidão, e a busca constante de espaços de liberdade nos quais seja possível reafirmar a subjetividade dos indivíduos negada pela ordem dominante.” (1996:6)

Em se tratando do capitalismo globalizado e neoliberal, à concorrência propagandeada como fundamento central de liberdade econômica, se equivale em termos de internalização no universo dos sujeitos, o que Moraes vai designar de tábua de mandamentos: a expectativa que os indivíduos elaboram, seja de recompensa, seja de temor perante possíveis penas (e que direciona suas vidas), engendrando-lhes, uma postura de praticidade, utilidade, imediatismo e, principalmente, naturalidade perante os acontecimentos.

Há nesse sentido um processo assentado em componentes ideológicos, com uma intencionalidade de constituir nos sujeitos, sentimentos e comportamentos de passividade, indiferença, delegação de responsabilidades e decisões, portanto, uma subjetividade negadora da alteridade, que por sua vez vai ter como pilares a modernidade do mercado e do consumo.

Ora, se estes são os traços gerais da lógica que situa o espaço dos sujeitos, vale o registro de que eles não os determinam. Se o indivíduo moderno do capital majoritariamente se encontra enredado no seu poder disciplinador - regido por normas atualizadas e “naturalizadas” que já não comportam princípios de humanidade (considerados retrógrados na sua ótica face à velocidade e volatilidade desses novos tempos) -, tal enredamento comporta também o seu contrário: o desenredamento, a criticidade, a superação da fragmentação, o desvelamento do instituído, a recriação, a produção de uma outra subjetividade, entre outros. Isto porque, se a lógica das mercadorias e do mercado funda e procura determinar a produção das subjetividades, este movimento não se processa unilateralmente, e, portanto, de forma autônoma, passível de desconsideração de outros componentes, destes distintos que estão igualmente a conformar a visão de mundo e de alguns outros experimentos (entre os quais os de solidariedade), no campo das classes subalternas.

No quadro do processo hegemônico em curso, fundado nessa face modernizada do capital - o neoliberalismo -, a sua continuidade impõe um investimento cultural de monta, com a necessária priorização na utilização do convencimento, tática essencial à manutenção do consenso. O que significa também a clareza de que não deve ser desconsiderado o fato de que estas vivências e apreensões particulares das classes subalternas são elaboradas a partir das relações sociais conformadas por este ordenamento capitalista.

A observação contundente de R. MORAES (1996) ajuda à contínua e necessária colocação desse embate de racionalidades que está sendo travado na sociedade, que em verdade está a retratar, a tensão permanente entre as classes sociais, apesar do movimento de anúncio do fim das ideologias e do desaparecimento do sujeito político. Afirma ele, referindo-se a este contexto neoliberal:

“As construções neoliberais não são apenas fantasias e videogames. São armas de guerra ideológica. E os projetos econômicos e sociais que desencadeiam são, literalmente e sem qualquer metáfora, máquinas de morte, volta e meia justificadas com um social-darwinismo mais ou menos envergonhado.”
(MORAES:1994:11).

A afirmação subjacente, diz respeito a esse embate material e ideológico que continua a ser travado - a máquina de morte que já está em pleno funcionamento - e que tem revelado sua competência no movimento de destruição paulatina - física, política, moral -, do campo do trabalho. Para além da destruição de postos de trabalho, da desimportância propagandeada ao trabalho vivo e de sua precarização, entre outras relevantes dimensões, o que está sobretudo em litígio nesta guerra ideológica aludida por Reginaldo Moraes é desconstrução/reconstrução do trabalhador coletivo e, portanto, a presença viva dos trabalhadores como classe, o que vai demandar, da perspectiva da ordem, a necessária destruição de quaisquer vestígios afirmadores da cultura do trabalho. A ofensiva implementada, assentada na ausência de diferenciação de classes, é a de efetivo e simultâneo apagamento, tanto de outros princípios norteadores da vida social - que ora emergem fragmentariamente ou se afirmam através de instituintes práticas de organização e solidariedade -, como dos incipientes esboços a traduzir a versão possível dos novos projetos societários em conformação.

Vistos os traços gerais do ordenamento capitalista e a conformação de subjetividades no seu interior, será examinado no capítulo seguinte, na perspectiva de delinear nos distintos cenários conjunturais, a movimentação das classes no interior de nossa formação social, particularmente me detendo no âmbito dessa movimentação, aos traçados formativos construídos.

Destas formulações se partirá para o processo de efetivar algumas mediações teóricas, a partir do intercruzamento desse nível mais abstrato com o campo da

empíria, que vai dispor dos elementos significativos para o entendimento do objeto que estará em discussão.

2º CAPÍTULO: Classes, Conjunturas e processo de Formação Sindical: pequeno recorte das duas últimas décadas.

A reconstituição do investimento político - educativo num processo mais sistemático de formação sindical nas últimas décadas vai carecer, para sua efetiva inteligibilidade, de um recorte conjuntural mínimo, não só das forças sociais presentes e atuantes na sociedade brasileira, mas, sobretudo, da angulação das classes subalternas, na explicitação das formas particulares adotadas no seu “fazer educativo” intra - classe, datadas, visto que elaboradas a partir das movimentações ocorridas em um determinado período histórico.

Este capítulo está dividido em três blocos centrais e um fechamento parcial, passagem para o capítulo seguinte. Estes três primeiros vão delinear um breve quadro conjuntural das três últimas décadas, detectando na sua composição a movimentação das classes e, particularmente, nas distintas formas de presença das classes subalternas, alguns elementos, ainda que bastante gerais, de seu traçado formativo. O eixo do primeiro bloco está centrado na temática da resistência possível que as classes subalternas construíram frente ao arbítrio que se impôs naquele período e que correspondeu à forma específica de dominação burguesa que se afirmava no Brasil. O segundo bloco se deterá no particular processo da transição democrática brasileira, instado a partir de um grande pacto conservador; nesse contexto, a presença e atuação das classes subalternas terá maior expressividade a partir do ciclo de greves deflagrado e, com relevância ímpar, cabe destacar igualmente a criação da CUT. No terceiro bloco se discutirá o processo de reestruturação produtiva num quadro de globalização, sobretudo buscando-se compreender o movimento oriundo do capital de diluição e apagamento do campo do trabalho e, finalmente, de forma bastante sintética, serão apresentadas algumas tendências que a presença efetiva dos sujeitos sociais, nestas conjunturas concretas, apontam na qualidade de intuições, a demandar diversas análises que serão posteriormente empreendidas quando da discussão de experimentos concretos de formação.

2.1- Conjunturas e visibilidade das classes trabalhadoras

2.1.1- Os Anos 70: na tênue visibilidade dos dominados, a concretidade da resistência.

A definição dos anos 70 como corte na conjuntura para início desta reflexão não é aleatória. Deve-se a quatro fatores básicos: um primeiro diz respeito a ser a década imediatamente posterior ao golpe de 1964, já permitindo a visualização do estabelecimento e permanência dos acordos políticos feitos, assim como das formas e regras que vão vigorar no plano político (ausência de garantias políticas e eleições, por exemplo); tal processo vai se fundamentar num enorme apelo ideológico, no sentido de construção de “novas bases nacionais”, divulgando uma *“fachada de um país forte, dinâmico, seguro, em paz consigo mesmo”* (VELASCO e CRUZ, 1984:42), com grande repercussão e aceite pela população (a mística do “Brasil Grande” daí advém); a continuidade da base econômica que está a se consolidar, se revela capaz de assegurar o fluxo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, assim como a ampliação do processo de transnacionalização e, finalmente, também é nessa década que as classes trabalhadoras se movimentam, rompendo o medo e o isolamento imposto pela agressividade do golpe, reocupando o cenário político através de distintas formas.

Igualmente neste período são retomadas iniciativas de formação - também bastante diversificadas - no campo mais geral das classes subalternas.

Estabelecidas, portanto, as razões desta demarcação temporal, retoma-se a própria década de 70. O seu início pode ser ainda caracterizado pela continuidade da repressão política, oriunda do golpe militar infligido ao país em 1964, a estabelecer novo rearranjo no poder, visando assegurar a continuidade da prevalência do capital, num processo de permanência da hegemonia burguesa imprimindo, na particularidade desse contexto histórico, a prevalência de sua faceta coercitiva e autoritária.

A implantação do Ato Institucional nº 5 - o AI-5 - vai engendrar objetivamente, a presença de um Congresso desprovido de poder e submetido a cassações indiscriminadas de mandatos, a suspensão dos direitos formais e reais de cidadania, a inexistência da liberdade de reunião e associação, a censura à imprensa, às telecomunicações e às diversões públicas em geral.

Para além desses aparatos coercitivos explícitos, o novo bloco histórico constituído tece um ordenamento mais sutil, pautado no experimento efetivo - pessoal e coletivo - da vida social das classes subordinadas a esse processo instituído de dominação: vai implantando na dinâmica da vida social o silêncio como auto-defesa, o conformismo que faz obliterar no tecido social o homem-concreto (com história, lugar, com relações constituídas num campo de liberdade) e a indiferença como modo de sobrevivência individual.

Nesse ordenamento, ressalta Ximena Barraza (1980), a subordinação à ordem é encarada como “normalidade” e a configuração da vida social vai se dando de forma atomizada e fragmentada. As classes subalternas vão sendo destruídas na sua dimensão de sujeitos políticos, acarretando-lhes nesta trajetória uma postura de imobilismo, embasado por sua vez na crença de sua própria impotência e, portanto, na incapacidade de construção de alternativas para as suas vidas.

Indícios de resistência e rearticulação mínima após o golpe militar e o ato institucional de 1969 se tornam presentes nesse cenário, através de experiências moleculares oriundas das fábricas e de alguns bairros populares, especialmente no Rio de Janeiro e São Paulo.

Tais ações são múltiplas e vão desde conversas ao pé de ouvido nas fábricas, aos incipientes cursos supletivos para trabalhadores em bairros, incluindo também troca de experiências em termos de aprendizado profissional, ou ainda, pequenas reuniões entre aqueles que já estavam se encontrando há algum tempo e teriam construído relações de confiança que permitiam, inclusive, a organização de pequenas ações coletivas no interior das fábricas.

Estas relações são também diferenciadas não só em função do grau de organicidade dos sujeitos envolvidos como também do efetivo grau de eficácia obtido em termos de negação ao poder hegemônico e de constituição de alguma identidade nesse campo do trabalho.

“Vão desde ações de explosão e revolta individual - geralmente ações de sabotagem, como quebras de ferramentas, de máquinas, etc., - passam por ações de caráter um pouco mais coletivo, combinadas e preparadas em algum nível, através de canais informais existentes dentro das fábricas (grupos, turmas, etc.) - são os vários tipos de freagem da produção:” operações - tartaruga”, “operações - zelo”, etc. - ; e chegam até a operações mais organizadas e articuladas que contam com a presença de agentes ‘externos’ à fábrica - Oposições Sindicais

e/ou Sindicatos. (...) Mas, por outro lado, a ação que se desenvolve é localizada e atomizada.”(ABRAMO, 1982:in Manfredi:291)

Pode-se também afirmar a existência de um conjunto de atividades de educação, mais especificamente cursos e encontros de caráter clandestino, que igualmente colaboraram para a recriação dessas novas investidas de rompimento da atomização e do medo, e da criação de outros espaços de junção de pessoas e reconstrução de um campo coletivo dos subalternizados.

As iniciativas são da mesma forma diversificadas; vão desde a Igreja Católica, entidades de educação popular, ações de trabalhadores independentes ou ainda outras oriundas de experimentos clandestinos vinculados a organizações de esquerda. Independentemente da gênese de tais iniciativas, sua positividade estava na afirmação de que era possível romper com o isolamento individual e político imposto e reconstruir novas relações.

Esse trabalho miúdo iniciado, intitulado “de formiguinha,” aparecia assim como a materialização possível de existência dos trabalhadores na qualidade de classe. Movimentação que, mais que afirmar fortaleza no confronto com setores da burguesia, conferia às classes subalternas, não só o seu próprio reconhecimento como classe, mas também, de suas reais possibilidades de reconstituição como força singular.

Essa experiência do ponto de vista do movimento sindical pode ser interpretada como uma certa maioria em relação às práticas de educação e formação sindical dos anos 50 e 60. Neste período predominavam

“práticas educativas voltadas essencialmente para dirigentes atingindo a grande massa de trabalhadores apenas através da imprensa sindical; os conteúdos, em sua maioria, desvinculados das temáticas e questões (específicas e gerais) das lutas do movimento operário - sindical; agenciamento externo, isto é, sua direção e execução ficavam sob a responsabilidade de entidades exógenas ao próprio movimento: patronais (SENAC, SENAI), governamentais (Ministério do Trabalho,, INPS, INCRA, BNH), partidos políticos, Igreja Católica, e entidades sindicais internacionais (ORIT, IADESIL, FSM)” (MANFREDI, 1994: 290)

Ainda na década de 70, vale o destaque em termos de resistência para as Oposições Sindicais e, em especial, para a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, a disseminar, não só a concepção político ideológica de oposição à estrutura

sindical, mas sobretudo, a difusão das possibilidades de constituição de uma proposta das classes trabalhadoras a ser implementada na conjuntura desse período.¹

A articulação do ENOS - Encontro Nacional de Oposições Sindicais - realizado em 1979, teve considerável peso político neste período frente ao conjunto da organização sindical, sendo um marco de estruturação concreta dos trabalhadores numa perspectiva efetivamente classista, além de núcleo propulsor de propostas de intervenção na conjuntura.

Estas ainda que contestadas por parte expressiva do movimento sindical ou ainda sofrendo restrições por outros segmentos, se constituíram em expressiva referência para novos debates frente à superação da perspectiva corporativista e a reconstrução de novos parâmetros de retomada da luta contra a estrutura sindical. Nessa direção é relevante assinalar que o ENOS reuniu categorias profissionais distintas e já apontava concretamente em suas teses para a criação de uma Central Sindical.

Por outro lado, sendo real essa influência das Oposições, era também importante

“fazer o registro do descompasso entre a lógica do discurso das oposições - revolucionário, de rompimento radical com as concepções conservadoras do movimento operário, das proposições novas quanto às formas de inserção e participação nos espaços organizativos (por exemplo, as Comissões de Fábrica) - e a sua efetivação e enraizamento no cotidiano de luta dos trabalhadores.” (SILVEIRA, 1987:51).

Vera Telles (1981) amplia estas considerações destacando também a importância do trabalho político - educativo desenvolvido pela Pastoral Operária,

¹ Sobre as Oposições Sindicais, fragmento do texto preparatório do ENOS (Encontro Nacional de Oposições Sindicais, São Paulo, 1979, mimeo). “Mesmo antes do golpe de 1964, vários operários já tentavam avançar na crítica à política de conciliação que imperava na época. Desde esse tempo se levantava nas bases a crítica ao populismo, à ausência de organização pelas bases, e conseqüentemente a falta de controle sobre as direções que sempre decidiram por todos. Nesse período a atuação desses grupos passava despercebida devido à ausência de um expressão política a nível nacional ou ainda estadual, que apontasse a necessidade de organização a partir das bases do movimento (...). Foi na conjuntura de 1968 que se deu a experiência mais acabada da prática das oposições. Nesse ano foram organizadas Comissões de Fábrica ao mesmo tempo em que se articulou uma Oposição sindical. (...) Desde então as idéias básicas da proposta de Oposição ficaram estabelecidas e serviram de guia de ação para o trabalho de muitos militantes de classe operária durante o período de descenso de lutas que se seguiu a 68.

ressaltando especialmente as relações construídas a partir de múltiplos espaços, a valorar o mundo operário e o campo da cultura.

“Em alguns locais, já desde o início dos anos 70, militantes da Pastoral Operária e/ou Oposição Sindical levaram um trabalho de aglutinação operária, apoiando-se na rede de relações articuladas pelas comunidades de base, cooperativas de compras comuns, cursos de alfabetização (...)

Esses bairros foram verdadeiros redutos de resistência operária nos anos mais negros da repressão, e a luta operária sempre foi tema de discussão dos vários núcleos de organização de moradores: centros culturais, comissões de moradores, as comunidades eclesiais de base da Igreja, etc.”
(TELLES, 1981:5-6)

De um conjunto diversificado de experimentos organizativos em bairros populares, e especificamente a partir do Estado de São Paulo, merece registro os “Clubes de Mães” e o “Movimento Custo de Vida”. O primeiro, como bem assinala Sader (1989), diferenciado dos patrocinados por prefeituras e associações beneficentes nos anos 50, se forja em torno de 1972, na periferia sul de São Paulo, iniciado por donas de casa que *“resolveram criar um clube de mães que elas mesmas dirigissem”*.(SADER, 1988:200). O autor ressalta a expansão dessa forma de organização numa associação inseparável ao desenvolvimento das comunidades de base ao longo deste período. Assim, estas experiências se revelam impregnadas de elementos da teologia da libertação, de valores emanados pela metodologia de Paulo Freire das aulas de alfabetização de adultos, além de um conjunto diversificado de atividades que se embasavam na construção de um novo sentido para a vida. Este cristianismo propugnava a *“idéia de uma existência comprometida com a luta pela justiça social, com a solidariedade, com a participação consciente na vida coletiva”*.(Idem:203) Os clubes de mães, ainda que portando um discurso de que foram criados *“por elas mesmas”*, efetivamente se organizaram neste caldo de influências e de organização de base dos agentes pastorais. O Movimento Custo de Vida surgido a partir de uma carta de um Clube de Mães às autoridades reivindicando medidas contra a alta no custo de vida. O Movimento se expande a partir de 1975 quando clubes de mães da zona sul de São Paulo realizam uma pesquisa sobre a alta de preços de artigos de primeira necessidade, consumidos por famílias de trabalhadores. Desse trabalho resultou um abaixo - assinado de 16.500 assinaturas, solicitando às autoridades o controle do custo de vida, aumento dos salários, fornecimento de escolas

e creches. (*Idem*:214-5). Desse começo de mobilização deu-se continuidade ao movimento, ampliando-o com outras participações (lideranças sindicais, partidos políticos). Nova pesquisa e outro abaixo assinado são realizados, e a mobilização para este se intensifica: fábricas, bancos e escritórios. O desaguadouro do movimento se constitui num grande ato público realizado em junho de 1976, com mais de 4000 pessoas em Santo Amaro, zona sul de São Paulo. Necessário se faz recuperar os novos significados que estes desdobramentos vão tendo para os seus organizadores. Sader destaca que além do recolhimento de assinaturas, o Movimento se colocava os objetivos de unir as pessoas, difundir o próprio MCV (Movimento Custo de Vida) e a situação de vida do povo, conversar com pessoas novas, permitindo-lhes expressar as suas idéias, integrar mais pessoas no trabalho e buscar a conscientização dos envolvidos.

Este impulso do movimento, sua politização, as lutas internas (especialmente entre membros da Igreja e do Partido Comunista do Brasil (PC do B) vão alterando significativamente o perfil do movimento. No entanto, não cabe nos limites desta tese uma elaboração mais detalhada de seus desdobramentos. O registro a ser feito diz respeito à sua importância como fonte de organização, politização, educação, mobilização e aglutinação de setores diversificados de trabalhadores e da população em geral, numa conjuntura ainda permeada pela repressão e arbítrio e que, com certeza, terá influência em outras movimentações de resistência e ofensividade das classes subalternas.

Também a partir de 1975, levantamento do DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos -, efetivado em 1981, constata a presença de experimentos específicos de formação sindical iniciados por sindicatos.

Trata-se basicamente de seminários e cursos com temáticas muito particulares às demandas conjunturais do mundo sindical: estrutura sindical, economia brasileira e política salarial. Além dessas atividades realizam-se também congressos de categorias específicas de trabalhadores.

O destaque que o DIEESE faz deste período é o de que, apesar de esses experimentos serem quantitativamente inexpressivos significaram, para alguns sindicatos, o movimento de tomar a si a responsabilidade da formação de trabalhadores de base. (DIEESE,1981).

No entanto tal atitude não implicou em atuação direta dos dirigentes sindicais nesta tarefa.

Silvia MANFREDI a partir de estudo realizado pelo CEPIS vai arrolar quais os agentes institucionais que a partir desse período tiveram envolvimento, ainda que diferenciado, nessas atividades educativo - formativas:

- *“organismos vinculados à Igreja Católica, com abrangência variada, desde centros locais, regionais até nacionais, que realizam trabalhos de assessoria e formação aos movimentos sociais do campo e da cidade (Comissão Pastoral da Terra (CPT), Comissão da Pastoral Operária (CPO), Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Centro de Defesa dos Direitos Humanos);*
- *centros de educação não necessariamente articulados de forma institucional à Igreja, mas com o apoio de entidades internacionais vinculadas ao Conselho Mundial das Igrejas, de caráter mais ecumênico, como, por exemplo, Frente Nacional de Trabalho (FNT), Federação de Órgãos para a assistência Social e Educacional (FASE), Centro Pastoral Vergueiro (CPV), Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi), Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapiential (Cepis) Centro de Ação Social (Ceas), Pesquisa e Assessoria em Educação (Nova) e Centro de Educação Comunitária (Cedac), Cedes (Campinas);*
- *centros novos criados a partir do retorno de sindicalistas cassados e exilados após a anistia - 13 de maio ², Cepase, Cecope, Ibase, Reconstrução, Caps - e/ou organizados por partidos políticos não - oficiais (Fundação Roberto Morena, Ildes, CES);*
- *centros que reúnem ex - militantes em educação popular, que procuram abrir um espaço nas universidades visando à produção e sistematização dos conhecimentos produzidos com o avanço das lutas nos movimentos populares e sindical e para a prestação de serviços de educação popular e sindical (URPLAN/PUC/SP, UNIMEP/Piracicaba, alguns projetos da Universidade Federal da Paraíba)” (PONTUAL,1986:8-11, apud Manfredi,1995:293)*

²Vale a pena esclarecer que o 13 de maio, núcleo de Educação Popular não é oriundo de retorno de sindicalistas cassados, conforme tipologia traçada por Pedro Pontual, citada por Silvia Manfredi, mas sim da demissão coletiva realizada pela Fase Nacional de toda a equipe local de São Paulo, em função de divergências políticas. Não caberia, na ótica dos dirigentes da FASE Nacional, o trabalho de formação ortodoxamente “classista” realizado pela equipe de São Paulo. A base desta minha afirmação está na minha presença como Coordenadora da equipe da FASE/ Rio de Janeiro neste período.

Vale também o registro de entidades criadas pelo próprio movimento sindical (a Casa do Trabalhador e o DIEESE). Em especial este último teve enorme relevância no seu processo formativo e de lutas, não só pela produção de conhecimentos, assessoria em geral e disponibilidade de dados para as campanhas salariais e para a recuperação da memória de lutas, mas também pela iniciativa de organizar atividades sistemáticas voltadas para o processo formativo do trabalhador, através de cursos e encontros. O depoimento recolhido em entrevista que realizei com uma das integrantes da equipe de formação do DIEESE, à época, recupera dimensões outras desse empreendimento:

“Fizemos um seminário com o movimento sindical do Brasil. O DIEESE organizou. A equipe tinha mais ou menos quatro pessoas só para isso. Aí a gente fez desse encontro em novembro de 1983; uma discussão com o movimento sindical de muitos Estados presentes; e a gente, discutiu essa proposta e a proposta ficou essa mesma: o DIEESE formaria formadores que iam trabalhar em suas próprias entidades.

Então, a partir de 84 nós começamos a fazer esse trabalho de formação de coordenadores de programas de educação sindical. Fizemos 52 cursos no Brasil inteiro, de 84 a 91, 52 cursos de formação de formadores. E a gente estruturou esse curso assim: Basicamente a gente discutia o que era educação para o trabalhador. E se educação para o trabalhador tem uma característica própria, que metodologia deveria ser usada? E de como na prática a gente poderia estar operacionalizando esta metodologia?” (Entrevista concedida por Solange Bastos, DIEESE, atualmente na Escola São Paulo da CUT, em 20/7/95)

Pesquisa empreendida pelo DIEESE em 1980 sobre as iniciativas dos sindicatos no que concernia à educação sindical já revelava o baixíssimo nível de atividades formativas.

Nesse quadro, a criação de uma Escola Sindical pelo DIEESE foi uma iniciativa de peso no interior do movimento sindical, que requeria, como enfatiza Silvia MANFREDI (1994), gestação cuidadosa e uma certa prudência política. Justificável pelo fato de o DIEESE ser uma entidade Intersindical, abrigando no seu interior sindicalistas de orientações ideológicas diferenciadas. E, portanto,

“a tensão entre manutenção e renovação também se refletia no estabelecimento de suas linhas de atuação, com maior peso ainda quando se tratava de criar serviços educativos.” (MANFREDI, 1994:295)

A autora vai destacar que, embora o DIEESE não se caracterizasse como uma entidade de educação dos trabalhadores ou, ainda, que não tivesse uma equipe destinada a tal finalidade, em verdade na sua prática efetiva sempre fez formação sindical. No entanto, apenas em meados da década de 80 explicitará uma estratégia educativa e criará uma equipe de educação.

Outros elementos descritos por Solange Bastos, socióloga a participar do DIEESE nessa fase, mostram a relevância dessa entidade. À experiência inicial dos cursos de formação de monitores, se deu continuidade com outros, de aprofundamento, chamados de nível 2, com conteúdos mais específicos do movimento sindical, por exemplo, negociação coletiva, política salarial, ou ainda outros temas mais conjunturais: na época da Constituinte se organizaram atividades em torno da questão “A Constituição e os Trabalhadores”.

Do ponto de vista da afirmação de uma perspectiva formativa, o programa de formação de Monitores se constituía na tentativa de buscar no interior do próprio movimento e por indicação dos próprios trabalhadores, novos agentes formadores.

Considerando o conjunto das frentes de atuação do DIEESE, talvez caiba explicitar a própria conceituação de formação utilizada por S. Manfredi, ao se referir a estas práticas. Diz ela:

“Se por formação sindical entende-se um processo mais sistemático de troca de informações, conhecimentos e experiências que contribuam para o avanço político-organizativo dos trabalhadores, pode-se afirmar, também, que a atividade formativa fez e faz parte do modo de ser e agir do próprio trabalho técnico”.(1994:296)

Relevante se faz registrar, portanto, a presença desse conjunto de experiências de natureza mais sistemática do ponto de vista da formação, que vai possibilitando a ampliação do “campo educativo” das classes trabalhadoras, para além daquelas primeiras e importantes iniciativas de trabalhos mais atomizados. Ainda que atingindo poucos setores, o somatório dessas diversificadas experiências forneceu elementos engendradores de uma subjetividade de nova qualidade, fundada num processo inicial de diferenças de classe e, portanto, da simultânea construção de uma singular identidade.

Com certeza tais componentes exerceram saudável influência no aparecimento dos trabalhadores enquanto força mais organizada no cenário político brasileiro, ainda

que não sejam, por si só, suficientes para explicar tal emergência. Força que se faz revelar através de distintas formas e feições e que foi se forjando ao longo de acontecimentos e experimentos, também diversificados, os quais têm para estes trabalhadores uma tradutibilidade, um grau de compreensão e explicação, que, ainda que aprisionado no senso comum, contém a possibilidade de se espriar, constituir-se na afirmação de sua diferença, tornar-se enfim bom senso.

A compreensão dessa movimentação permite que se atribua a segmentos de trabalhadores, a posse, ainda que insuficiente, de uma inteligibilidade, que mesmo fragmentada e desagregada, engendrada no conformismo da sociedade burguesa, compõe o seu experimento subjetivo - histórico, e, portanto, a sua forma possível de vivenciar a sua dimensão de classe. Nessa linha de reflexão, adquire sentido perceber como elemento de continuidade histórica e não como uma surpreendente ação espontânea, a ocupação do cenário político brasileiro pelos trabalhadores em 1977, num quadro de conjuntura repressiva do governo Geisel.

“A campanha pela reposição salarial de 1977, iniciada pelos metalúrgicos do ABC, através de seus sindicatos, foi um marco da retomada das lutas massivas. Em 1978, o movimento grevista originado no ABC expandiu-se de fábrica em fábrica. As greves metalúrgicas no ABC, São Paulo, Osasco, Guarulhos, atingiram quase todas as grandes empresas deste setor, mobilizando cerca de 300 mil trabalhadores”. (Reconstrução de lutas operárias, 1985:3)

Estas paralisações não deixaram de surpreender governo, empresários e os próprios sindicalistas e iniciaram um ciclo de greves sem precedentes.

“Sua principal característica durante a década foi a incorporação crescente de categorias ou grupos de trabalhadores que jamais haviam experimentado o confronto direto. Em 1978 foram deflagradas 118 greves e, dez anos depois elas passaram a somar 2188. O número atual de grevistas aumentou 60 vezes e, entre esses mesmos anos, o número de jornadas não trabalhadas (o indicador síntese das greves) pula de 1,8 milhões para 132 milhões”. (NORONHA, 1990:1)

Para além dessa visualização das lutas, na busca de sua interpretação, persistia a polêmica acerca do seu caráter: luta econômica e/ou política.

A tendência que parecia dominante atribuía às lutas econômicas a busca da melhoria das condições de negociação dos salários e de trabalho, sem se deter na questão da exploração capitalista e sua superação.

As lutas políticas seriam aquelas que implicariam numa compreensão e posicionamento dos trabalhadores frente aos problemas mais gerais da sociedade, a envolver liberdades políticas, liberdade de organização e, principalmente, a conquista do poder.

Essa separação rígida do processo de conformação da classe é reveladora da própria fragilidade teórica do movimento sindical.

Nessa direção a própria greve de São Bernardo de 1980, referência do novo sindicalismo emergente, é expressão dessa dimensão mais totalizante das lutas em curso.

“A greve de São Bernardo de 1980, por exemplo, começou em torno de reivindicações econômicas (melhores salários, piso, etc.) mas no seu curso, na medida do avanço, da intervenção sobre o sindicato, da prisão das lideranças, da repressão militar, sofreu um processo de politização, levantando e defendendo bandeiras que fugiam ao plano somente sindical, como a libertação dos dirigentes presos, a devolução do sindicato, o apelo à solidariedade nacional dos trabalhadores, etc.” (Pesquisa Reconstrução, 1980:21)

Estas ponderações são respaldadas por dados do DIEESE referentes às greves ocorridas em 1979:

MOTIVOS DAS GREVES	Nº de GREVES	DISTRIBUIÇÃO
Aumento e/ou antecip. salarial	340	62%
Normalização de pagamentos	97	18%
Condições de trabalho	52	9%
Delegado sindical	21	4%
Descontos por greves anteriores	14	3%
Solidariedade	4	1%
Intervenção em Sindicato	1	0%

Fonte: Reconstrução de Lutas

As greves deflagradas por motivações essencialmente econômicas revelaram, ainda que tênues, elementos expressivos em relação à constituição da solidariedade de classe, a um processo organizativo com um pouco mais de densidade, expressão possível da perspectiva de classe que se constrói em totalidade, especialmente se se considerar a conjuntura repressiva da época, como também o precário investimento num processo formativo efetivo, continuado e consistente.

Entre estes movimentos mais característicos da solidariedade operária, a pesquisa *Reconstrução de Lutas* destaca alguns deles:

- a greve de 4.000 borracheiros da Pirelli em solidariedade aos metalúrgicos em greve;
- de trabalhadores da construção civil da Alcan em Minas, em apoio à greve da construção civil em Belo Horizonte;
- a de 10.000 metalúrgicos da Volks - paralisação de 2 horas - em protesto contra a intervenção no sindicato;
- a greve da FIAT no Rio pela readmissão do operário Gianini, demitido por sua participação nas lutas;
- e a inclusão das bandeiras da devolução do Sindicato e da soltura dos dirigentes presos após a intervenção em São Bernardo, em 1980.

O experimento vivenciado por algumas categorias de trabalhadores de intervenção em seus sindicatos, bem como uma consciência mais fundamentada em termos não só dos limites da estrutura sindical, como também da necessidade dos trabalhadores de afirmar certos princípios que demandariam nessa conjuntura ainda repressiva, formas outras de organização, condizentes com essa leitura e com uma dimensão estratégica que se pretendia afirmar e difundir. Assim, para além das expressões de organização dos trabalhadores criadas e/ou implementadas a partir de lutas concretas - as comissões de fábrica, comandos de greve -, outras merecem especial destaque, por se constituírem a partir de princípios que se materializarão em propostas organizativas e interventivas - as oposições sindicais e as correntes sindicais

A trajetória das lutas ocorridas neste período, assim como das distintas formas organizativas, permite a compreensão não só das mudanças na ordem da subjetividade destes sujeitos, como visualiza, na gênese dessa operação, a experiência objetiva do trabalho, que permite circular e confrontar leituras do mundo, fazeres distintos, formas

próximas e/ou desiguais de conceber a vida social, bem como a própria luta que agregou, ainda que temporariamente, estes sujeitos. E a totalidade desse experimento, assim como suas repercussões nos sujeitos, pode possibilitar a reelaboração da singularidade do experimento vivenciado, como também, outrossim, o vislumbre das possibilidades de serem evidenciados novos comportamentos perante outros acontecimentos, para além da imediatez do confronto grevista, e que já estavam a ocorrer nessa conjuntura.

Numa outra dimensão, do ponto de vista de atividades que nucleavam moradores e trabalhadores, exercendo desse modo uma dimensão formativa, Vera TELLES (1983) ressalta ainda no começo dos anos 70, as atividades de aglutinação de trabalhadores empreendidas por militantes da pastoral operária de São Paulo e por membros das oposições sindicais. Ou ainda ao longo dos anos 70 para outra gama de atividades que tinha como base essencial as próprias comunidades de base e que se materializava em experimentos de compras comunitárias, centros culturais, comissões de moradores, cursos de alfabetização e, principalmente, cursos profissionais.

Silvia MANFREDI (1996) chama a atenção neste período para algumas iniciativas formativas de entidades sindicais, planejadas em atendimento a demandas específicas do próprio movimento. Segundo o DIEESE, tais iniciativas diziam respeito à organização de cursos e seminários abordando temas vinculados à estrutura sindical, economia brasileira e política salarial.

Estas atividades eram desenvolvidas por entidades extremamente variadas de educação popular, entidades de assessoria a movimentos, com vínculos diretos, indiretos ou sem vínculos com a Igreja, e ainda contavam com apoio internacional de entidades ecumênicas ou vinculadas à social-democracia. Este leque de entidades se concentrava em maior número no eixo Rio/São Paulo e contava com mais de vinte entidades, arroladas de forma detalhada por Manfredi.(1996:114-15).

De alguma forma, faz-se importante registrar que tais investidas revelam uma preocupação de alguns setores entre o conjunto dos trabalhadores, em relação às questões que diziam respeito às condições da vida em geral, e que precisavam ser melhor entendidas pelos trabalhadores, ainda que predominasse, na maioria das atividades formativas desta época - estrutura sindical e política salarial, por exemplo -, uma ênfase nas questões mais imediatas e afetas ao mundo sindical.

2.1.2- Os anos 80 e a “transição transada”.

Os anos 80 se inscrevem num cenário de consolidação da transição brasileira, interpretada por vasta literatura na qualidade de um pacto de elites. “Transição transada”, para O’Donnell e Schmitter (1988), a designar a sua marca de conservadorismo. Tal caráter precário de reconstituição da democracia formal acontecia pari passu com a liberalização de conflitos, ou, na expressão de B. Lamounier (1987), na eclosão de novas demandas.

No cenário capitalista mundial já aparecem sinais a designar um processo de exaustão no padrão de acumulação, a exigir um conjunto de revisão de formas, necessárias para que seja assegurada a reprodução do sistema em níveis de acumulação tidos como razoáveis.

A recessão que toma vulto nesta década, se prolonga de 1981 a 1983. Gabriel SOBRINHO (1994) ressalta que a crise econômica que perpassou toda a década de 80, aprofundou o quadro social - com raízes nitidamente estruturais -, colocando a população perante impasses e situações de carência de dimensões gigantescas. Evidencia-se a queda dos níveis de investimento, produção e consumo, acompanhada da redução do nível de empregos. Processa-se também uma rápida urbanização, que vai corresponder a um acelerado processo de metropolização da população, que passa a se concentrar nas grandes cidades. Assim, como enfatiza Sobrinho,

“a urbanização e a expansão das relações de trabalho assalariado, inclusive no campo, tornam a força de trabalho mais permeável aos efeitos da crise. (...) Assim, a busca contínua de uma nova ocupação passa a constituir a alternativa de sobrevivência para um número crescente de trabalhadores, diante de oportunidades de trabalho cada vez mais restritas”.(1994:14)

Nessa interseção, nada mais convincente que um processo de redemocratização, regido com a maior maestria, no sentido de que seja assegurada a manutenção do modelo econômico - em necessária sintonia com o movimento mais global do capital - e um processo de reinstitucionalização, superador de uma possível crise de legitimidade, capaz de

“sensibilizar os atores políticos e de criar recursos de poder, para além da simples força militar, que leve de um ou outro modo a ampliar os graus de consentimento.”(Fernando Henrique CARDOSO, 1980:16)

Florestan FERNANDES (1986) já chamava a atenção para as três pontas desse processo, a representar articulações de interesses sociais, econômicos e políticos. Assim, o braço militar se desarmaria mas permaneceria na retaguarda para fazer frente às manifestações dos ainda existentes “inimigos da ordem”. Do ponto de vista da cúpula política, a expressão do maior partido de oposição iria efetivar aliança com os setores liberais do regime - atitude para eles considerada da maior importância revolucionária - e assim garantiria a efetiva participação na partilha do poder e dos cargos. E, finalmente, o braço civil abraçaria esta nova composição democrática visto ser ela, num certo sentido, a garantia da esperada e tranqüila transição que, sem turbulências, permitiria que o capital continuasse seu natural desenvolvimento.

Portanto, o que é construído nessa transição para a ordem democrática, nada mais é que um pacto conservador que busca conciliar distintos interesses do capital, via utilização do poder político, na perspectiva de ser assegurado na manutenção da estrutura de classes, a continuidade desse modelo capitalista. É uma conciliação pelo alto que não encontrará opositores suficientemente conscientes e organizados a lhe fazer frente. Ao discutir esse aspecto Florestan Fernandes assinala que

“os proletários estão atados a cadeias invisíveis, que os prendem às várias formas de opressão e às suas vítimas. A ‘emancipação da classe’ não pode ser um processo unilateral, dos proletários em si e por si mesmos, lutando para si; ela envolve os outros proletários, mais ou menos privados das condições de constituição de classe, porém, ainda mais oprimidos e explorados (...); (...)Esse acúmulo de sentimentos negativos e da compulsão à emancipação coletiva não gera ódios simples, a vontade de estabelecer a ‘normalidade das coisas’. Não existe ‘normalidade das coisas’ para os que são excluídos e para os que participam da mesa graças aos proventos do trabalho ‘livre’. Para eles a ‘normalidade das coisas’ está em aberto, resta a ser criada e só pode surgir por suas mãos. Não é uma ‘normalidade das coisas’ que passe pela ordem existente.(...). (1986:78)

Neste contexto de um regime de classes que se atualiza, o fato de não existir ainda no permanente e complexo embate travado, do ângulo das classes subalternas, seja o desenho de um sólido projeto, seja uma movimentação e organização compatíveis com a necessária transformação a ser empreendida, não significa que o conformismo está cristalizado e que não existam formas presentes de luta, ainda que pouco articuladas a algo mais geral.

Nessa direção, do ponto de vista do movimento dos trabalhadores, Eduardo NORONHA (1990) vai afirmar da necessidade de se compreender, a partir destas características da transição e, especialmente do ângulo dos conflitos, a particularidade das greves. Segundo ele não se tem dado a importância necessária para o peso social e político da ação sindical, no entendimento mais substantivo da forma como se deu a transição brasileira.

“A literatura sobre sindicatos no Brasil oscila entre salientar a fragilidade dos sindicatos brasileiros ou valorizar a força renovadora do sindicalismo no ABC; entre enfatizar as rupturas com o sindicalismo populista ou sua continuidade. Já a literatura sobre a transição, em geral expressa ou ao menos deixa subentendida a fraqueza dos sindicatos brasileiros quando deixa de observar os violentos embates e as transformações que deles decorreram, simultâneos aos pactos das elites.

Se a estrutura sindical corporativista - denunciada e criticada como tal por sindicalistas e cientistas sociais - tem se mantido intacta desde sua estruturação no governo Vargas até hoje, sobrevivendo à nova constituição, apesar disso, a prática sindical alterou-se profundamente na última década. A greve, ou melhor, o volume de greves dos anos recentes é a expressão máxima desse fato. Tem sido a estratégia privilegiada de ação e reação.” (1990: 4-5)

Noronha vai ainda destacar como mais um elemento potencializador de conflitos no Brasil o sistemático desrespeito à leis trabalhistas. Mais de 20% das greves de 1987 incluía ao menos uma cláusula contra o não cumprimento de leis e acordos coletivos, sendo que metade dessas paralisações aconteceu por essa razão e a grande maioria tinha em sua pauta o atraso de pagamentos de salários.

As greves ocorridas entre 1978 e 1987 se diferenciaram bastante das do período anterior, especialmente com a presença quantitativamente superior de setor privado. Coube a estes 67,9% de paralisações que correspondiam a apenas 22,3% das jornadas perdidas. O setor público, por sua vez, teve 29,5% de paralisações sendo responsáveis por 71,6% de jornadas não trabalhadas.

INDICADORES GERAIS DAS GREVES - Período 78/87

	PRIVADO	PÚBLICO	AMBOS/SI (2)	TOTAL
Nº de GREVE	4474	1945	174	6595
%	67,9	29,5	2,6%	100,0
Nº Jornadas Perdidas (1)	75,5	241,9	20,5	337,9
%	22,3	71,6	6,1	100,0
Nº de Grevistas (1)	9,8	16,1	2,8	28,7
%	34,1	56,0	9,9	100,0
Média de Grevistas	1963	9009		4393
Média de dias parados	5.5	8.4		8.4

Fonte: NEPP/UNICAMP. Pesquisa: "Acompanhamento de Greves no Brasil".

(1) Em milhões.

(2) SI - sem indicação.

Do ponto de vista organizativo a ausência de direito de sindicalização dos servidores públicos, entre outros fatores, contribuiu

"para a unificação de campanhas salariais e para a criação de associações mais abrangentes, escapando ao padrão municipal da estrutura sindical brasileira para os trabalhadores de empresas privadas." (NORONHA:11)

Para estes, a estrutura sindical dificultará a centralização, que na prática será de alguma forma burlada, via criação de organizações que rompam com esse atrelamento - as Centrais Sindicais -. Tenta-se dessa feita, romper a fragmentação e a hierarquização de seu próprio processo organizativo imposto pelo Estado.

Ao processo de redemocratização em curso, concorriam de forma expressiva a explicitação dos conflitos no campo do trabalho, represados ao longo do período autoritário. Tanto no setor público quanto privado, as greves, que se limitavam anteriormente a poucas categorias profissionais, se espalharam diversificadamente. Novas demandas aparecem assim como novos setores entram em conflito.

"Esta diversificação não ocorreu apenas por 'tipo de categoria' - por exemplo, 'metalúrgicos', 'químico', etc. Os dados indicam que entre 1983 e 1987, 2330 categorias de base territoriais específicas (por exemplo, 'metalúrgicos de São Paulo', 'servidores públicos municipais de Santos', etc.) realizaram ao menos uma greve. Destas, menos de 20%

realizaram mais de uma greve durante esses 5 anos. Considerando que o número de sindicatos ou associações profissionais urbanas no Brasil é cerca de 3000 e considerando que sua base territorial é predominantemente municipal, vê-se que grande parte dos sindicatos ou associações profissionais urbanas no Brasil realizaram ao menos uma greve, o que demonstra o grau relativamente alto de penetração, consolidação e legitimidade da ação grevista entre os trabalhadores do mercado formal e sua contínua expansão.” (NORONHA, 1990:39)

Poderíamos concluir que as greves neste período se constituíram em elementos essenciais à conformação das classes trabalhadoras brasileiras. Foram elas que deram visibilidade às ações sindicais, explicitando antagonismos, colocando novas questões aos setores de classe responsáveis pela transição em curso e, principalmente, interferindo objetivamente, ainda que como força subalterna, no pacto das elites em vigor.

Marco A. OLIVEIRA (1994) destaca o fato dessas novas lideranças sindicais, sem assumirem uma atitude de rejeição aos canais institucionais, terem de fato ultrapassado os limites da legalidade fazendo das greves sua essencial forma de luta. E isto se evidenciava

“quer na defesa de seus interesses econômicos e profissionais mais imediatos, quer na luta pela liberdade e autonomia sindical como condição para ampliar seu próprio raio de ação, quer enfim na tentativa de se afirmarem como interlocutores válidos pelo lado dos trabalhadores junto às representações patronais e ao poder público.” (OLIVEIRA, 1994:500)

O ano de 1983 foi particularmente importante pois, além de deflagração de greves - em geral por questões salariais, por atraso no pagamento de salários e demissões - , será cenário de uma greve de 53.000 trabalhadores metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema que acontecerá, não por questões salariais, mas em solidariedade às intervenções que ocorreram nos sindicatos de petroleiros da Bahia e de Campinas. Por outro lado, neste período também vai ocorrer a deflagração da greve geral - 21 de julho - que, conforme acentua Noronha, fracassa também em função das discordâncias no interior do meio sindical, visível através da presença de orientações distintas, oriundas de Jair Meneguelli e Joaquim dos Santos Andrade, gerando dúvidas e confusão entre os trabalhadores.

Tanto OLIVEIRA (1995) como Noronha (1995, 1990), Rodrigues (1991) além de Sader (1988) e outros autores que se voltaram para essa temática reconhecem que ao longo dos anos 80 não só o volume de greves no Brasil foi o mais alto do mundo, mas sobretudo que este experimento foi central no processo de reorganização do movimento sindical. Nessa direção, Joelzito Araújo (1989) também destaca o fato de que esta reorganização torna o movimento mais fortalecido para ampliar o leque de demandas e colocar questões novas, não previstas pelos setores de classe dominante responsáveis pela transição, *“transformando os sindicalistas em interlocutores válidos do governo”*. Ao mesmo tempo, registra o autor:

“mas os limites da força sindical e do espaço aberto no ‘pacto de elites’ estão dados pela sua incapacidade de alterar, para além da agenda, as políticas de governo.” (ARAÚJO, 1989: 40)

No rol de constituição do campo do trabalho ao longo desse período, merecem destaque alguns “Encontros de Trabalhadores” de distintas categorias realizados a partir de 1980, e que foram elementos essenciais à formação de um novo polo no interior do movimento sindical brasileiro, e que posteriormente iria redundar na criação da CUT. Sem detalhar tais encontros, a eles se fará algumas referências, importantes no sentido de facilitar o entendimento das forças que compunham tais iniciativas e que vão contribuir de forma decisiva na direção política das lutas e nos novos rumos que serão imprimidos por um conjunto expressivo da classe trabalhadora organizada.

O Encontro de João Monlevade

Realizado em fevereiro de 1980 em João Monlevade (MG) no Sindicato dos Metalúrgicos, aglutinando ativistas católicos (líderes de pastorais operárias, movimentos populares e de comunidades de base), lideranças de movimentos populares não diretamente ligados à Igreja, representantes das oposições sindicais e de diretores de sindicatos. A novidade de tal encontro, diz respeito à junção de ativistas dos movimentos sociais em geral com sindicalistas, fato este realizável pela influência de intelectuais da Igreja Católica.

Este encontro estabeleceu um conjunto de princípios a nortear a democratização da estrutura sindical assim como elaborou um conjunto de

recomendações gerais que funcionariam como referências gerais à articulação, já apontada como necessária, entre os trabalhadores urbanos e rurais e os movimentos sociais em geral. Tais princípios compuseram o “Documento de Monlevade” divulgado nacionalmente, que efetivava não só uma crítica aos militares e às multinacionais assim assumia a bandeira de “uma sociedade dirigida pelos trabalhadores”.

São os seguintes tais princípios norteadores da ação sindical:

- a) buscar a unidade do sindicato mediante o convívio democrático com as oposições.*
- b) agir sempre em função das necessidades e da vontade das bases e conscientizá-las com relação a seus problemas.*
- c) jamais vincular o sindicato a partido político, pois choca-se com os princípios da liberdade, da autonomia e da unidade sindicais a sua subordinação a um partido.*
- d) ampliar e aperfeiçoar, de modo permanente, os laços intersindicais para dar unidade a reivindicações básicas, visando a criação de organismos que promovam a integração dos trabalhadores da cidade e do campo a nível regional e nacional.*
- e) democratizar a estrutura interna e a participação da categoria no sindicato de modo a torná-lo um órgão a serviço de suas bases, estimulando o surgimento de novas lideranças.*
- f) sempre se lançar em campanhas por vantagens imediatas, buscar incutir reivindicações políticas de caráter duradouro.*
- g) incentivar a articulação entre as lutas do movimento sindical com as lutas do movimento popular (bairro, terra ,etc. ..), na cidade e no campo.” (Documento Monlevade:1980)*

No entanto, apesar do enunciado, as reivindicações não se pautavam em componentes de radicalidade e nem apontavam para a perspectiva socialista. Rodrigues destaca por exemplo, o fato de a reforma agrária não ter sido mencionada no corpo do documento, nem obstante a intencionalidade da criação de vínculos entre a cidade e o campo.

O Encontro de São Bernardo

Este encontro vai dar continuidade ao de João Monlevade, ocorrendo ainda em julho de 1980 em Taboão da Serra (São Paulo) e se caracterizando em termos de participação, pela presença das mesmas tendências do anterior, com presença ainda bastante expressiva das organizações da Igreja. Afora a presença de sindicalistas, movimentos populares, se faziam também presentes membros das pastorais da terra.

O Encontro vai ampliar o rol das reivindicações, dando-lhes um cunho mais radicalizante que o anterior, incluindo a luta pela posse da terra, tanto dos trabalhadores rurais como urbanos, elaborando, dessa feita, um primeiro movimento de busca de unificação. Já é também assinalada a unificação mais efetiva dos movimentos populares com o movimento sindical e, portanto, já é explicitada a necessidade de criação de um organismo com esta incumbência: a ANAMPOS (Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais).

Um outro dado relevante presente no documento é o da necessidade de criação de um partido político que de fato pudesse contribuir na libertação das classes populares e o da criação de uma central única de trabalhadores, unificando lutas de distintas categorias e reunindo trabalhadores da cidade e do campo.

Vale a pena assinalar a referência explícita à compreensão do caráter de classe, expressa no documento.

“(...) É também parte integrante do movimento popular o movimento sindical, que pela sua própria natureza, possui um caráter de classe definido pelas categorias profissionais que o integram.” (1980, Documento de São Bernardo).

O caráter de classe parece estar definido pelos trabalhadores/membros de movimentos sociais, pela sua inserção direta no processo produtivo.

O Encontro de Vitória

O Encontro, denominado III Encontro Nacional de Articulação de Movimentos Populares (ENAMP), vai acontecer em junho de 1981 e vai congregar 130 delegados de dezoito Estados, com a presença de dirigentes sindicais urbanos e rurais, pastoral operária e da terra, comunidades de base e associações de moradores de bairros. Do ponto de vistas de entidades sindicais, a minoria era de trabalhadores industriais, havendo o predomínio de sindicatos compostos por profissionais de formação universitária. (Rodrigues:22).

Do temário básico do encontro constava:

- “- o Desemprego*
- a Greve legal*
- a CONCLAT*
- a CUT*
- a nossa articulação” (Documento de Vitória: 1981)*

Entre as propostas aprovadas, se destacam as referentes à reforma agrária sob o controle dos trabalhadores, a realização de uma greve geral envolvendo, além de trabalhadores, organizações outras, como associações e movimentos, tanto da cidade quanto do campo e a formação de uma central única dos trabalhadores.

A influência das posições da Igreja Católica tem visibilidade na construção e direção de propostas oriundas de seus intelectuais - e de seus militantes - e vai ter como consequência previsível a efetivação da ANAMPOS, em Goiânia, em junho de 1982, assentada no ideário que já vinha sendo construído ao longo dos demais Encontros, de uma articulação - institucionalizada - dos movimentos populares em geral. O tom diferenciado da proposição se encontrava na acepção de uma posição mais coadjuvante para as organizações populares, em relação às lutas das classes trabalhadoras em geral: apoio, acompanhamento, finanças, ou seja, já se estabelecia planos distintos de importância e intervenção na dinâmica das lutas sociais. Por outro lado esta pretendida unificação de lutas era visualizada pela efetiva direção política do movimento (leia-se intelectuais e militantes da Igreja e sindicalistas autênticos) na projeção de constituição da central dos trabalhadores.

“(...) os movimentos populares, articulados aos movimentos sindicais, não terão dificuldade em assumir a luta pela construção de uma Central Única dos Trabalhadores como instrumento que também representa a luta por seus interesses.”
(‘Por que articular os Movimentos Sindicais com os Movimentos Populares?, Secretaria ANAMPOS apud RODRIGUES:23).

O ENTOES

(Encontro Nacional de Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical)

A presença diversificada no interior do movimento sindical de sindicalistas autênticos, diretorias sindicais outras e as oposições sindicais (já mencionadas anteriormente), se fazia visível na conjuntura desse período, com organizações e formas de luta com relativa especificidade e aglutinando também leituras políticas singulares. No entanto, especialmente no interior das forças que se estruturavam a partir das orientações dos setores progressistas da Igreja, ia se constituindo com certa

clareza a visão da importância de junção de parte expressiva dessas forças, especialmente se pensando a possibilidade, que já se delineava, de construção da Central Sindical. Dentro desta perspectiva se realiza em setembro de 1980 o ENTOES em Nova Iguaçu, Rio de Janeiro. O núcleo de participações se verificou em torno de diretorias sindicais combativas, oposições sindicais de tendências políticas diferenciadas, grupos de trabalhadores organizados, comandos de greve, comissões de empresa entre outros, totalizando aproximadamente quinhentos delegados, representando quinze Estados. De certa forma esse encontro significou um divisor de águas entre os autênticos/diretorias combativas/oposições sindicais e diretorias ligadas à “Unidade Sindical”, tendência que aglutinava setores mais conservadores ou até pelegos do movimento sindical, aliados a outros sindicalistas que estavam vinculados ao PCB, PC do B e MR-8. A aliança entre os primeiros terá peso decisivo à formação do bloco que vai originar a CUT. E parte dele vai se engajar na criação do Partido dos Trabalhadores.

A CONCLAT e a formação da CUT

A CONCLAT (Conferências das Classes Trabalhadoras) assim como a CUT se originam na busca que se efetivava no interior do próprio movimento sindical de criar uma central sindical de caráter nacional, com potencialidade de assegurar a unificação das lutas dos trabalhadores. Esse itinerário construído pelas classes ao longo das conjunturas, especialmente ao longo dos anos 70, é que vai permitir a realização em agosto de 1981, em São Paulo, de um dos mais importantes encontros sindicais, o I CONCLAT, a aglutinar o conjunto das facções que militavam no interior do movimento sindical.

Ricardo ANTUNES (1991) ao discutir o “Novo Sindicalismo”, faz as seguintes observações sobre esse evento:

“E foi assim que, através da confluência de ações muitas vezes díspares, foi possível realizar o mais expressivo encontro sindical que, até então, se tivera notícia:(...) a Primeira Conferência das Classes Trabalhadoras (CONCLAT), com a presença de 1091 entidades sindicais, 5036 delegados representando entidades vinculadas aos assalariados urbanos e rurais, operários fabris e funcionários públicos, assalariados médios e bóias-frias, trabalhadores em serviços e despossuídos

de terra. Depois de muitos anos de resistência, e ainda sob a vigência da ditadura militar, o movimento sindical brasileiro, em pleno início dos anos oitenta, dava um salto qualitativo importante em busca da constituição de sua central sindical.” (1991:43-4)

REPRESENTAÇÃO NA I CONCLAT - 1981

ENTIDADES	Nº de Entidades	%	Nº de delegados	%
Sindicatos Urbanos	469	43,0	3053	60,6
Sindicatos Rurais	363	33,3	916	18,2
Associações pré-sindicais	176	16,1	716	14,2
Associações de funcionários públicos	32	2,9	145	2,9
Federações	43	3,9	184	3,7
Confederações	5	0,5	22	0,4
TOTAL	1091	100	5036	100

Fonte: Comissão Nacional Pró - Cut: 1º CONCLAT: A Caminho da Central Única, 1981.

Essa conferência, apesar das divergências que lá se explicitaram, conseguiu construir uma saída coletiva através da constituição de uma Comissão Nacional Pró-CUT. Segundo Leôncio RODRIGUES (1991) esta comissão foi formada através de chapa única composta por 56 sindicalistas rurais e urbanos de todas as tendências, cuja atribuição principal seria coordenar para o ano seguinte (1982), um novo congresso que finalizasse o processo de formação de uma central única.

Ricardo ANTUNES (1991) destaca, com pertinência, a forte polarização que já era visível ao longo dessa conferência. De um lado se evidenciavam aqueles trabalhadores que defendiam um perfil classista para o movimento sindical e, noutra direção, aqueles que eram adeptos de uma concepção mais conciliadora. No primeiro segmento se destacavam o emergente novo sindicalismo e as oposições sindicais; no outro, o polo denominado Unidade Sindical, agrupando o peleguismo e setores de uma esquerda também conciliadora, PCB, MR-8 e que contou com a adesão de sindicalistas ligados ao PC do B.

O destaque a ser feito ao longo desse período é a formação da CUT. E esta é produção coletiva, força instituinte que se origina nas próprias experiências de

organização e luta das classes trabalhadoras, apontadas sucintamente nas elaborações precedentes.

Compondo este conjunto de correntes e agrupamentos que tinham uma inserção mais combativa no interior do movimento sindical, Ricardo Antunes (1991) ressalta também a presença de um sindicalismo independente, sem a marca de uma clara definição ideológica, assim como a presença de setores da esquerda católica, especialmente os ligados à Teologia da Libertação; destaca também a participação de tendências socialistas e comunistas, dissidentes dos tradicionais agrupamentos de esquerda e, ainda, de trotskistas.

No entanto, convém destacar as duas grandes forças que se constituíram, de certa forma, em componentes fundantes da Central: as Oposições Sindicais (particularmente a Oposição metalúrgica de São Paulo) e o novo sindicalismo.

Ricardo Antunes (1995) ao se referir a esse processo de constituição da CUT, reconhece que:

“basicamente, duas grandes tendências confluíram nesta ação: de um lado o novo sindicalismo nascente em meados dos anos setenta e que, atuando por dentro da estrutura sindical, pouco a pouco foi iniciando um lento processo de mudança e transformação desta mesma estrutura sindical atrelada. O caso exemplar que marcou a história sindical do país, e que por isso simboliza esta tendência, foi dado pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, com Lula à frente.(...) De outro lado, num trabalho árduo e persistente, nas situações as mais adversas, vinham as oposições, mais refratárias à ação por dentro da estrutura sindical e que traziam como bandeira central a luta pelo organismo de base, especialmente pelas comissões de fábrica, independentes da estrutura sindical. (...) Foi, portanto, destas duas tendências - heterogêneas quando contrapostas uma à outra e muito diversas também quando examinadas na sua interioridade, uma vez que aglutinavam grupamentos vários - que nasceu o projeto de criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT). (1995: 28-9)

Nesse quadro conjuntural, a perspectiva de formação das classes trabalhadoras será múltipla, fundada em distintas concepções oriundas quer da análise de conjuntura efetivada, ou ainda das tendências políticas existentes - seja nas entidades de formação ou nos organismos do movimento popular e sindical -, com suas leituras próprias acerca dos rumos das possíveis transformações a serem empreendidas na sociedade brasileira.

Silvia Manfredi (1996) vai destacar que no interior do movimento sindical ao longo da década de 80 vai sendo conformado um modelo de formação próprio no qual os trabalhadores de base passam a ser alvo e que vai corresponder às propostas e projetos que estão presentes no movimento, oriundos também de suas diferentes correntes.

Esta diferenciada presença constituirá, portanto, campos políticos extremamente díspares que vão se forjar ao longo desta década, o que significará, igualmente, encaminhamentos distintos não só das lutas, como também da própria formação sindical. Sobre esses aspectos Silvia MANFREDI afirma:

“Referimo-nos a período que vai de 1982 até 1985, quando se dá a delimitação de dois campos políticos no movimento sindical, (a criação da CUT e CONCLAT), a reorganização das esquerdas e da reformulação político - partidária e os movimentos em prol das eleições diretas; e o segundo, de 1985 a 1991, quando se elaboram as propostas e os projetos formativos das centrais Sindicais: Central Única dos Trabalhadores (em substituição à Conclat) em 1986 e sua posterior subdivisão em 1989, com a criação da Confederação Geral dos Trabalhadores; e pela sistematização das propostas do ‘sindicalismo de resultados’ e conseqüente reorganização política no campo da CGT, que culminou com a criação da Força Sindical em 1991”. (1996:115)

No entanto, ao final da década, as mudanças que já começavam a ocorrer no que tange aos processos de trabalho, assim como a manutenção de um quadro de recessão, implementam crescente processo de empobrecimento e até de desproletarização de grandes contingentes de trabalhadores. O modelo neoliberal vai sendo implantado e, com ele, a desregulamentação do trabalho, a privatização, processos de flexibilização, entre outras medidas, pressionando o movimento sindical e, como acentua ANTUNES (1993), *“inserindo o nosso sindicalismo na onda regressiva”*. (p. 68)

Assim, o campo mais à esquerda no interior do movimento sindical modifica a sua perspectiva de enfrentamento dessas novas questões e, ainda segundo Antunes, isso vai ocorrer de um lado pela emergência de um sindicalismo de caráter nitidamente neoliberal, do qual a Força Sindical era expressão e, de outro, pelas lacunas políticas, econômicas e ideológicas existentes na própria CUT. O autor vai enfatizar que

“Estas lacunas lhe dificultavam enormemente o avanço qualitativo, capaz de transitar de um período de resistência, como nos anos iniciais do novo sindicalismo, para um momento

superior, de elaboração de propostas econômicas alternativas, contrárias ao padrão de desenvolvimento capitalista aqui existente, que pudessem contemplar prioritariamente o amplo conjunto de nossa classe trabalhadora. Neste caso, além da combatividade, era necessária a articulação de uma análise aguda da realidade brasileira com uma perspectiva crítica e anticapitalista, de nitidos contornos socialistas, de modo a adotar o novo sindicalismo dos elementos necessários para resistir aos influxos externos, à avalanche do capital, ao ideário neoliberal, no lado mais nefasto e, ainda, à acomodação social-democrática (...) apresentando-se como a única alternativa possível para combater o neoliberalismo.”(1993:68)

Ora, esta avaliação de Ricardo Antunes de alguma forma expõe uma das fragilidades do movimento sindical, secundarizada equivocadamente, quando não desprezada por muitos trabalhadores, inclusive lideranças: o pouco acesso e substância à teoria social.³ Seus componentes seriam potencialmente capazes de fornecer um instrumental fundamental à análise das situações concretas, das relações de força, dos campos ideológicos e, principalmente, forneceriam preciosos elementos à necessária definição do campo estratégico no qual se inscreveriam determinadas táticas, coerentes com este campo. À guisa de mero exercício de reflexão, poder-se-ia pensar, por exemplo: lutas imediatas e investimento maciço em atividades culturais? Organização no local de trabalho e campanha salarial agressiva? Negociações em substituição às greves ou o contrário? Enfim, o delineamento dos tipos de enfrentamento, atividades culturais, articulações políticas, articulações com o setor rural, articulações/atividades conjuntas com movimentos sociais, entre outras... seria construído a partir de uma referência mais ampla da classe, em outras palavras, da construção - coletiva - desse campo estratégico. Entende-se que a formação poderia ter papel essencial nesse contexto.

Registros acerca da formação nesse período, sistematizados por Silvia Manfredi indicam que a primeira metade da década vai se destacar por um conjunto maior de atividades, expressas na presença de experiências moleculares por todo o Brasil, diversificadas no que se referiam às suas formas assim como às orientações político-ideológicas.

Significativa também é, neste período, a criação por parte de sindicatos com atuação expressiva no interior do movimento sindical, de departamentos de educação e

³ A temática da importância da teoria será trabalhada no 4º Capítulo.

cultura que, nos termos de Manfredi, “*ensaiam programas mais articulados de formação sindical.*” (*Idem:117*) Destaca ela alguns sindicatos que vão ter estas experiências no campo da formação: Metalúrgicos de São Bernardo do Campo (São Paulo), Metalúrgicos de Monlevade (Minas Gerais), Bancários de São Paulo, Telefônicos (Minas Gerais), Químicos de São Paulo e do ABC, Sapateiros (Franca, São Paulo), assim como algumas Federações: rurais de Minas, Pernambuco e a Federação da Alimentação do Rio G. do Sul. Entre as Confederações, a CONTAG. Ressalta também o trabalho desenvolvido pelas Oposições Sindicais, com destaque para o da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo.

Não cabe nos limites deste trabalho um detalhamento dos programas e metodologia do conjunto de entidades, com grande presença e influência em termos de formação política e sindical. No entanto, necessário se faz a referência ao DIEESE, à FASE (Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional), à Fundação Casa do Trabalhador, à FNT (Frente Nacional do Trabalho), o CPV (Centro de Pastoral Vergueiro), o CEPIS, o CEDI (Centro Ecumênico de Documentação) o CEAS (Centro de Estudos e Ação Social), o 13 de Maio núcleo de Educação Popular, o IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sócio - Econômicas), entre outras. Tem sentido assinalar, ainda que pontualmente, o registro em termos de concepção e metodologia pertinentes às análises que serão feitas posteriormente. Assim, Silvia Manfredi referindo-se particularmente à Casa do Trabalhador, à FASE, à CONTAG e ao DIEESE, elabora observações que têm pertinência à grande maioria das entidades que se voltaram para atividades de educação popular/formação político-sindical. Resgata ela que

“No que concerne às concepções de educação e de metodologia, embora singulares, não há grandes divergências no ideário proposto pelas quatro entidades, tomando-se como parâmetro a década de 80. Resguardando-se as diferenças, estas entidades são porta-vozes do ideário que tem como matrizes discursivas três grandes eixos nucleares: as teorias marxistas, as experiências de educação popular dos anos 60/70 e a pedagogia paulofreiriana.” (1996:141)

No entanto pode-se afirmar também que a apropriação diferenciada do marxismo por parte de entidades de educação popular, de assessoria, assim como no interior da própria CUT, redundará em termos de formação político-sindical na adoção de também concepções de formação distintas, fundadas quer na ênfase à imediatividade

das reivindicações e às questões majoritariamente específicas à categorias profissionais ou ao limitado mundo sindical, quer na adoção de uma perspectiva mediata, se referenciando portanto num campo de classe.

2.1.3- Os Anos 90: globalização e movimento de pulverização das classes trabalhadoras.

Os anos 90 terão seu traço constitutivo mais marcante na presença ainda mais ofensiva do movimento do capital que, no esforço de manter o padrão de acumulação, vai implementar avanço tecnológico embasado nas premissas de “qualidade e produtividade”, com a adoção de novas técnicas gerenciais, buscando assim a diminuição significativa do trabalho vivo. Tal redução vai ser ainda complementada por uma absoluta precarização das condições de trabalho. Assim, verificam-se também enormes concentrações de capital e, seu complemento previsível, disparidades sem precedentes na distribuição de renda, presentes no modelo capitalista adotado no Brasil, a conviver num tempo de apelos ideologizados, endereçados a conformar, como assinala Eduardo GALEANO que

“a pobreza é o justo castigo merecido pela ineficiência, ou simplesmente é um modo de expressão da ordem natural das coisas. A pobreza pode ser lamentada, mas não provoca mais indignação. Existem pobres devido às regras do jogo ou por fatalidade do destino.” (GALEANO, 1996:70 apud BORGES, 1996)

Neste quadro, tem-se a conformá-lo a presença da economia globalizada (sucintamente traçada no primeiro capítulo). Corolário dessa presença é a alternativa apresentada aos trabalhadores em geral, no sentido de aceitação da reestruturação da produção, a envolver não só mudanças na sua forma de organização mas, principalmente, no universo do mundo do trabalho. O que vai implicar em maior agilidade na própria implementação da desregulamentação total das relações de trabalho a envolver Estado, sindicatos e empresários.

Este processo vai produzir, entre outros fatores, a eliminação de direitos e encargos sociais, a implementação de novas formas de gerenciamento e controle sobre a forma de produzir bens e serviços, além de gerar a desconcentração de unidades

fabris, facilitada por sua vez pela presença de serviços terceirizados (BORGES, 1996:97-8); tudo a atingir diretamente os trabalhadores, gerando mudanças não só na materialidade de sua existência, como também afetando e complexificando as suas formas de organização e luta.

São colocadas como alternativas aos trabalhadores a concordância às regras do jogo capitalista - o que significa, assumir as novas perdas de direitos duramente conquistados pela classe - ou a convivência com o desemprego. Vale a pena a ponderação de que esta submissão às das regras não vai assegurar a garantia de emprego.

No campo dos trabalhadores, interpretações diferenciadas vão igualmente existir sobre este momento de atualização do capital, com significados distintos em termos de visão da organização, da luta e do processo ideológico e de formação da classe.

Assim, está presente no interior do movimento uma leitura que considera que estas mudanças no padrão tecnológico trarão “naturalmente” um sentido emancipatório aos trabalhadores. Vêm estes trabalhadores na adoção dos métodos gerenciais, a incorporação de bandeiras do movimento sindical, por exemplo a da não fragmentação do saber, a da participação no processo de trabalho, são o argumento de que os trabalhadores estruturados em grupos opinam sobre a forma de realização do trabalho, exercendo assim sua autonomia ao se responsabilizarem sobre a forma de execução de suas tarefas, sem a mediação de chefes, segundo eles, os reais implementadores de conflitos. O trabalhador se sente integrado ao trabalho da empresa, parte dela, especialmente pela integração favorecida pelas dinâmicas grupais, produzidas por sua vez pela adoção de sofisticados e competentes modelos de gerenciamento de recursos humanos. Este posicionamento tem visibilidade em setores majoritários da tendência Articulação, hegemônica no interior da CUT.

Por outro lado, os setores que têm uma avaliação crítica desse processo, realizando uma leitura de seus conteúdos objetivos e subjetivos, têm apresentado dificuldades em transferir este pensamento crítico para reações efetivas de resistência e ofensividade perante o movimento do capital. A dificuldade em compreender o sentido das transformações em curso se faz presente: por exemplo, perceber como o método de “gestão participativa” busca envolver os trabalhadores no ideário da empresa, ou ainda de como a idéia de flexibilização do trabalho, em verdade cria a aparência de que

não mais existe a efetiva separação entre planejamento e execução, na medida em que, correlata a esta noção, se afirma a idéia do trabalhador “polivalente”, capaz de realizar um conjunto de funções assim como pensar e experimentar novos métodos de trabalho; ou ainda, perceber na terceirização uma das facetas da própria flexibilização.

No entanto, o que permanece efetivamente oculto à grande maioria dos trabalhadores é a continuidade do próprio processo de acumulação.

Emílio GENNARI (1995) explicita esta dimensão:

“A lógica das mudanças no interior do sistema capitalista tem na polivalência e na flexibilização dos processos de trabalho, dois importantes instrumentos para ocultar a continuidade histórica da necessidade da classe dominante ir adequando a organização do trabalho às exigências da acumulação do capital e para apagar nas classes trabalhadoras a memória coletiva de sua tradição de luta e, com ela, a necessidade de construir uma nova ordem social.”(1995:15)

A leitura ambígua ou extremamente “técnica” efetivada pela maioria dos trabalhadores, sejam trabalhadores de base sejam lideranças sindicais reflete, de alguma forma e reiteradamente, a incapacidade teórico - política de interpretar os embates que estão a se travar, continuamente, entre as classes sociais. A efetiva dificuldade de organizar e priorizar as lutas - além de politizá-las, inserindo-as para além de sua particularidade, aprisiona os trabalhadores numa perspectiva defensiva, tornando-os reféns, de um lado do imediatismo das demandas de sobrevivência colocadas pelos trabalhadores e, de outro, das propostas que se originam do próprio capital.

Esta visão em última instância, subordinada à lógica do capital, norteará por sua vez a perspectiva de formação empreendida. Na medida em que, por exemplo, a direção do movimento, aposta nas Câmaras Setoriais como espaço privilegiado de intervenção, se desloca a luta do “chão da fábrica” para as mesas de negociação por tempo indeterminado e, assim, o enredamento nas teias da ordem burguesa se amplia, ao mesmo tempo que o movimento vai se afastando de uma perspectiva que fortaleça o efetivo campo do trabalho e a ampliação do desenho possível de seu projeto, que pode ir se esboçando ou não a partir dos efetivos movimentos que o instituem tornando-o reconhecível. Ora, na medida em que este campo permanece nos limites das táticas gestadas a partir das iniciativas do capital - além de desconectadas de uma perspectiva emancipatória, norte do próprio movimento - o que tende a se verificar, em verdade, é uma cristalização de sua subordinação, instituindo não algo novo a ser

afirmado, mas a confirmação de sua des-identidade na perspectiva do trabalho, o que vai igualmente possibilitando, o “apagamento”, a “rasura” daquele esboço que estava a ser forjado.

Edmundo DIAS (1995) ressalta que

“Um dos principais elementos de subordinação do pensamento e das práticas das classes subalternas é precisamente o de não conseguir elaborar uma identidade própria. A elaboração do saber/pensamento dessas classes é permanentemente reescrita pelas classes dominantes. Mesmo que em processo permanente de luta contra essa dominação, as classes subalternas têm que dar respostas concretas e imediatas aos problemas colocados pelos dominantes. Com isso, normalmente eles pensam no interior, no próprio cerne das práticas dominantes e de seus discursos. Subtrair-se a isso significa dar o primeiro passo para um processo de liberdade, de autonomia para construir seu projeto de autonomia.”(1995:5)

Não serão tratados neste item aspectos dos experimentos formativos referentes aos anos 90, visto que serão eles objeto privilegiado de reflexão ao longo dos demais capítulos.

2.2- Aprendizados e re(in)definição de percursos

Dando um corte nesses elementos de conjuntura, cabe a indagação acerca do aprendizado político que ficou desse confronto, especialmente, dos elementos da ordem da subjetividade e da consciência social que permaneceram, para além da imediaticidade das lutas e das trajetórias priorizadas.

Cabe a indagação sobre as formas como o movimento real dos trabalhadores que se organizou ao longo desses experimentos, buscou dar continuidade a esses momentos privilegiados de conformação das classes trabalhadoras brasileiras.

Cabe a reflexão acerca de seus setores dirigentes, se conseguiram ou não ter, daquele momento, a clareza de ampliar o sentido desses acontecimentos, possibilitando a constituição - necessária - das condições subjetivas dessas classes. Ou seja, trata-se de explicitar a questão acerca das reais condições subjetivas dos dirigentes desse processo, na pertinente indagação sobre a sua visão de mundo e de devenir e de como e se estas lhes permitiram a condição de se colocar a continuidade, não das lutas

imediatas, mas dos rudimentos de um novo projeto societário que ali de alguma forma se fazia embrionário.

A formulação de Edmundo Dias, referente à dificuldade por parte das classes subalternas, em afirmar a sua identidade e, dessa feita, conseguir também ir se diferenciando do ideário dominante, se revela bastante pertinente, no trato não só da compreensão das lutas travadas, mas sobretudo na dificuldade que se expressa no próprio campo do trabalho, em assumir uma perspectiva anticapitalista.

Tal dificuldade aponta para um aspecto extremamente significativo em termos de formação. A meu ver, as formas de pensar elaboradas no caldo cultural burguês não têm encontrado, para se opor a elas, de um lado, um princípio educativo presente em Marx e reapropriado por Gramsci - o trabalho e sua centralidade na organização da vida social e da subjetividade humana - e de outro, não se deram genuinamente conta da importância da cultura, na qualidade de elemento essencial à consciência individual e social. Para GRAMSCI a cultura é sinônimo *“de organização, disciplina do eu interior, posse da própria personalidade. (...)”*

Se apresenta como

“conquista de uma consciência superior, mediante a qual se atinge a compreensão do nosso próprio valor histórico, de nossa função na vida, de nossos próprios direitos e deveres.”
(1916:Il Grido del popolo, 1976:83)

Nesse sentido é perceptível que a cultura, na concepção gramsciana, é que vai possibilitar aos seres humanos a atribuição de significados às suas ações. Assim, numa perspectiva socialista, vai implicar no conhecimento de si mesmo, em ser senhor de si mesmo, em distinguir-se e diferenciar-se. E, nesse movimento, podem os sujeitos se colocar a elaboração e realização de um outro projeto societário.

No entanto, no marco das tensões de classe presentes na nossa formação social, o que permanece vigendo e de forma muito competente é a prevalência da dominação política e a presença das classes trabalhadoras enredadas na teia da racionalidade burguesa vitoriosa, a conformar uma pretensa igualdade entre as distintas classes. Igualdade cidadã, como pondera Edmundo Dias:

“Podemos dizer que, no campo das forças do Estado burguês, todo jogo parece se dar entre “indivíduos” genéricos, abstratos, sem historicidade. Na política há como que um ‘desnudamento’ dos homens em relação às determinações estruturais; tanto o capitalista quanto os operários são reduzidos à cidadania. Desaparecem as

diferenças; pode-se agora transformar indivíduos em vontades cívicas, ou, quem sabe, em consciências cívicas.(...) Se todos são iguais, é possível uma unidade fundamental: a pátria (...) Os partidos surgem como catalisadores de interesses diferentes, mas que suportam, no limite, a mesma unidade ideológica. Estamos pois no campo da colaboração de classes, e não da luta de classes.”(1995:6)

Há um conjunto de questões que permanece submerso nesse traçado que se buscou fazer das últimas décadas, bem como algumas determinações nelas presentes, essenciais em serem consideradas para que se criem condições de reflexão sobre o processo de formação das classes trabalhadoras.

Assim, ainda que se tenha utilizado como base desta reflexão, o ordenamento capitalista e no seu interior, as relações de trabalho e de produção, assim como a organização política vigente numa formação social concreta, e a partir daí, o destaque à cultura como componente essencial à produção de subjetividades e da consciência social elaborada, ainda assim, estas referências precisam ser retomadas ao recolocarmos, analisando, a reflexão essencial sobre ideologia, já sinalizadas precedentemente.

As elaborações construídas ao longo desse capítulo procuraram problematizar a partir de conjunturas concretas e da movimentação das classes no seu interior, algumas concepções gerais fundantes do nosso processo formativo, capazes de fornecer elementos de inteligibilidade às formas com que estes experimentos vão se singularizar.

Exatamente sobre estas feições singulares de alguns experimentos formativos, se deterá o terceiro capítulo, delimitando-os a partir da interseção entre a estrutura da sociedade capitalista e no nosso caso específico, as conjunturas do final da década de 80 e o início dos anos 90. Constitui-se no ponto de partida concreto da investigação, encarnação por parte de sujeitos reais, de um investimento efetivo no processo de formação humana para os trabalhadores.

3º CAPÍTULO: O Campo Concreto da Análise

“Nós temos dois barquinhos num mar tempestuoso e uma enorme tempestade. Um marinheiro fala:

- Isso tudo é uma velharia, eu vou jogar fora.

- Mas nós vamos ficar com nosso astrolábio, com a nossa bússola. (Então, a nossa bússola é o método. Nós não vamos evitar a tempestade, a bússola não vai dirigir o nosso barco para nós. Ela não é garantia que cheguemos aonde queremos chegar, mas a gente vai se agarrar na bússola nem que seja para chegar no final e dizer: estamos perdidos, fudidos, mas estamos exatamente onde tudo está. (...) Nós sabemos que é uma batalha, sabemos quem é o inimigo, sabemos onde estamos. Quem jogou a bússola fora, além de não melhorar a situação, está com uma enorme dificuldade de saber onde está, por isso nós não vamos abrir mão da nossa referência”.
(Mauro Iasi, monitor do 13 de maio-NEP)

3.1- Visibilidade de experimentos de formação político-sindical de trabalhadores.

O ponto de partida da tese são algumas entre as muitas iniciativas e práticas reais de formação política de trabalhadores. O fato de existir, de per si, tal investimento por iniciativa dessas classes, já implica, do meu ponto de vista, a relevância que se está a atribuir ao próprio conhecimento humano, no reconhecimento de sua dimensão potencialmente subversiva, possibilitando que as situações dadas, assim como seus sentidos e os próprios sujeitos que lhes dão e atribuem significação, possam se modificar.

Esse começo de itinerário implica não somente a valoração que se está a fazer - do ponto de vista do método - de partir do concreto das experiências, como ainda está a supor que tal concretude tem a marca da base material que determina as formas concretas da organização social na qual os sujeitos estabelecem suas relações sociais; de certa forma implica igualmente, numa aproximação e vinculação com o universo da cultura das classes subalternas, no intuito de apreender os significados de suas experiências de enfrentamento e fruição da vida, sobretudo buscando compreender o seu potencial transgressor.

Problematizar essa esfera diferenciada mas que é parte integrante do campo de investigação relativo ao processo amplo de organização, consciência e intervenção dos trabalhadores, implica serem consideradas as formas utilizadas por setores expressivos destas classes, - organizados minimamente em sindicatos, grupos associativos e

partidos políticos - através das quais vêm compreendendo o desenvolvimento do capitalismo no Brasil e de como a partir dessas análises e da participação organizada enquanto classe no campo das relações sociais vigentes, se propõem a efetuar um investimento cultural e político fundamental: intervir no processo formativo, contribuindo para a ampliação das condições de apropriação crítica por parte dos trabalhadores, das condições - tanto objetivas quanto subjetivas - postas no capitalismo.¹

Os experimentos específicos que vão ser referidos, trafegam num campo socialmente reconhecido por sua marca política, a de pertencimento à CUT (Central Única dos Trabalhadores).

3.1.1- Formação e campo da CUT.

Este campo poderia ser desenhado como constitutivo da ação da perspectiva do trabalho, a ser empreendida em nível nacional, a partir de alguns pressupostos, classistas, expressos no I Congresso da entidade. O nexos central de luta contra a

¹Registre-se a importância dos estudos pioneiros sobre formação sindical no Brasil empreendidos por Sílvia Maria Manfredi, que tem em sua tese de doutoramento 'Educação em Sindicatos (Quem disse que a gente não sabe?)', USP/1983, uma primeira e importante reflexão acerca de práticas sistematizadas de educação sindical, com destaque, inclusive, para a experiência do Sindicato de Metalúrgicos de São Paulo. Seguem-se outros estudos da autora, sendo o último deles centrado nos espaços educativos dos trabalhadores, associados tanto a processos de sociabilidade cotidiana quanto nos seus próprios movimentos coletivos; de uma certa forma, a autora redimensiona o campo da cultura no interior das práticas formativas: 'Formação Sindical, história de uma prática cultural no Brasil (1996).

Estudos igualmente recentes de outros autores, a merecer leitura pela consistência dos temas e pela forma instigante de tratar as práticas formativas. O primeiro vai tratar da formação no espaço da CUT da Paraíba. Trata-se da dissertação de mestrado de Roberto Veras de Oliveira, 'A CUT somos nós... A Experiência-CUT e a questão da participação no imaginário dos militantes que atuam na Paraíba', UFPb/1994. O segundo se refere a uma outra dissertação de mestrado na área de educação da UFMG/1989, de Joelzito Almeida de Araújo intitulada 'Formação Sindical e novo sindicalismo: análise de algumas experiências'.

superexploração do trabalho, adquire concretude nas bandeiras de luta principais definidas e que, na conjuntura do Congresso de 1983, iriam se pautar pelo combate ao

“desemprego, a luta pela reforma agrária, contra o arrocho salarial, pela liberdade e autonomia sindical e contra a política econômica (...) contra a conciliação e atrelamento do movimento sindical aos interesses do patronato, pelo fim do regime militar e de sua política econômica, mudança radical na política externa” (CUT - I Congresso Nacional apud Antunes, 1991:52)

Por outro lado os próprios estatutos da entidade expressam os objetivos de se constituir numa Central classista e assim defender

“os interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora, a luta por melhores condições de vida e trabalho e o engajamento no processo de transformação da sociedade brasileira em direção à democracia e ao socialismo.”(Forma e Conteúdo, 1994:6)

Evidentemente estas formulações correspondem à presença de um conjunto de forças e tendem a ser alteradas, pelo menos parcialmente, a partir de outros congressos realizados, nos quais são repostas novas análises de conjunturas e onde também poderá se modificar o nível de articulação das forças políticas deles partícipes. Para as entidades de formação estes pressupostos gerais permanecem na qualidade de referência, lidos e interpretados com ênfases diferentes, de acordo com seus objetivos, os vínculos existentes com setores do movimento sindical/partidário ou ainda em função de sua própria composição ideológica.

Por outro lado, a criação de uma instância no interior da CUT - a Secretaria Nacional de Formação - vai exercer um papel mediador, digamos assim, no sentido de traduzir, as deliberações gerais da entidade a partir de seus Congressos, em planos de trabalho formativos, elaborados por sua vez, com outras instâncias coletivas. O 2º CONCUR (Congresso da CUT) vai estabelecer a formação como uma das suas prioridades. Em 1987 o Plano Geral de Ação da CUT, elaborado por sua Executiva já assegurava tal decisão. Dos pontos arrolados neste plano constavam :

“A consolidação da CUT, o encaminhamento das decisões do congresso e desse plano de ação, exigem a constituição de uma atividade permanente de formação política e sindical, que tenha como objetivo o desenvolvimento da consciência classista, a compreensão da concepção sindical e política da CUT e a visão concreta da realidade, para garantia de nossa intervenção permanente no movimento e na luta política e

sindical.”(Histórico da política de Formação da CUT, Forma e Conteúdo:23)

Assim em 1987, traça-se o Primeiro Plano de Trabalho da SNF (Secretaria Nacional de Formação) que já definia os princípios da Formação Cutista, retomados em 1990, e que, em 1993, passando por um Encontro Nacional de Formação (1992) e por reunião do Coletivo Nacional de Formação, define um conjunto de princípios. Serão arrolados a seguir todos os itens que o compõem. Detalhados serão apenas aqueles que mais diretamente terão a ver com a análise a ser elaborada. São os seguintes os princípios da formação cutista:

“ - *Classista e de Massas - a Formação da CUT busca capacitar os trabalhadores para a organização e ação sindical necessárias às conquistas de seus objetivos. Atua portanto, no sentido de despertar nos mesmos a consciência de classe e a percepção da importância da unidade para a luta. Tem como meta atingir amplos setores das massas trabalhadoras priorizando aqueles que estejam de alguma forma organizados e buscando abranger os que ainda não estejam.*

- *Resoluções são a referência - as atividades de formação têm nas resoluções das instâncias da Central a sua referência. As decisões democráticas dos trabalhadores devem, portanto, ser analisadas, debatidas e confrontadas com a ação efetiva do sindicalismo cutista de forma crítica, buscando contribuir na implementação das deliberações e na superação dos conflitos entre concepção e prática.*

- *Democrática, pluralista e unitária.*

- *Unificada e descentralizada*

- *Metodologia coerente com o projeto - a CUT busca a melhoria das condições de vida e trabalho através da ação consciente da classe trabalhadora. Isto só é possível num processo onde os trabalhadores são sujeitos das transformações sociais, dotados de capacidade crítica para analisar, propor e agir. Desse modo, a Formação deve estimular este processo trabalhando com uma metodologia coerente com o projeto da Central. Uma metodologia que faça da experiência vivida dos trabalhadores o ponto de partida para as reflexões teóricas; que incentive o desenvolvimento do potencial de cada um e onde a construção coletiva do conhecimento seja um processo de síntese das capacidades individuais. Que seja um movimento permanente de criação e recriação do saber realizado através da reflexão guiada por objetivos comuns.*

- *Integralidade do ser humano*

- *Instrumento de reflexão crítica e de libertação- a Formação tem como objetivo ser um instrumento que contribua na luta pela transformação da sociedade. Deve contribuir para que os trabalhadores possam ter uma visão crítica do mundo e*

das relações sociais. Para construir um mundo melhor é preciso que ela seja objeto de libertação, tornando o trabalhador sujeito da história, capaz de pensar por si só e de agir coletivamente com convicção e consistência em seus propósitos.

- Contra as discriminações

- Dimensões: ideológica, política e técnica - com o objetivo de capacitar trabalhadores para transformar a realidade através de sua ação consciente e organizada, a Formação deve levar em conta esses três aspectos do conhecimento. O trabalhador deve, além de ter capacidade de perceber a realidade de forma crítica e elaborar proposta para sua transformação, ser capaz de transformá-la. Para isso, além de ter consciência do que deseja fazer, deve ter a capacidade de saber fazer e, portanto, adquirir conhecimentos técnicos necessários à operacionalização de suas decisões políticas que emanam da sua concepção ideológica.

- Formação é processo

- Permanente, planejada e sistematizada

- Indelegável

Relação com entidades de apoio.” (Forma e Conteúdo, 1994:30-1)

Afora estes princípios acima explicitados, a Política Nacional de Formação apresenta outros aspectos a compô-la, entre os quais, o referente à sua identidade. Ressaltar-se-ão alguns pontos de seu conteúdo, pertinentes ao corpo das reflexões a serem efetivadas posteriormente:

“Portanto, a formação deve buscar em todos os campos da ciência (Planejamento, História, Ciências Sociais, Economia, Pedagogia, etc) recursos para dotar todos os cutistas, e no limite toda a classe trabalhadora, de elementos que nos permitam melhor planejar, gerir e avaliar cada uma de nossas ações.

Mas a formação não deve se restringir apenas aos aspectos político-sindicais do projeto cutista. Ela deve romper estes limites para ir além e transformar a sociedade, criando possibilidades do surgimento do novo homem, da nova mulher. Isso significa atuar na mudança de posturas, de comportamentos, na transformação não apenas das relações políticas e econômicas, mas de todas as relações sociais, raciais, culturais, afetivas, familiares, de gênero, etc. O novo ser social se constrói aqui, desde já. E a Formação deve se preocupar com essa construção integral do ser humano e não de apenas algumas de suas dimensões.” (Forma e Conteúdo, 1994:29)

Destas formulações filosófico-políticas, a Política Nacional de Formação da CUT expressa a sua concepção de educação, afirmando a necessidade de uma

coerência com a sua própria visão de sociedade. Assim, vai considerar como referência inicial a estruturação da sociedade em classes sociais em permanente conflito, em função de seus interesses contraditórios. Nesse embate, a dimensão de historicidade e processo, torna-a passível de transformação, assumida pela CUT na perspectiva de defesa de interesses da classe trabalhadora. Em decorrência dessa visão, a

“Política Nacional de Formação da CUT trabalha com a concepção de que a educação deve ser um instrumento de transformação da realidade e de libertação dos trabalhadores de toda e qualquer dominação. Deve ser, portanto, um recurso de auto-realização, de conscientização e de luta ideológica que potencialize a organização e a ação sindical, forjando sujeitos sociais, e desenvolvendo comportamentos e valores de um(a) novo(a) homem/mulher para uma nova sociedade.” (Política Nacional de Formação, 1994:54)

Na busca de complementar estas linhas gerais da formação cutista, foi entrevistado um membro da equipe de Formação da CUT Nacional ², objetivando delinear um pouco mais a concepção de formação presente na entidade. Esta vem desenvolvendo um trabalho de formação no programa Processo de Trabalho e Organização no Local de Trabalho, que a instiga a fazer as seguintes observações:

“Eu vim assessorando esse programa e o desenvolvimento dele seguiu no sentido de se buscar uma concepção que fosse própria do movimento sindical, de organização, própria do movimento sindical (...). Assim, a questão da concepção da formação existente aqui na CUT para esse programa, nós realmente vimos construindo um processo onde os sujeitos que vivem uma realidade de trabalho em lugares diferentes, em tempos diferentes, com processos de trabalho diferenciados, pudessem trazer os elementos que identificavam a experiência organizativa dos trabalhadores O que há de comum entre uma organização em um local de trabalho de trabalhadores rurais, com trabalhadores urbanos, professores, químicos (...). E o que nós conseguimos perceber ao longo de dois anos de atividades realizadas em todos os estados, regiões, em diferentes

² Esperava entrevistar a Secretária de Formação da CUT- Nacional. No entanto, o seu não comparecimento a dois encontros previamente agendados em São Paulo, na sede da CUT-Nacional e a um terceiro, na CUT Estadual do Rio de Janeiro, me fizeram desistir da obtenção de informações e leituras acerca da formação, via sua representação formal; entrevistei ainda um outro membro da Secretaria Nacional de Formação, além do privilegiamento como material de pesquisa às fontes documentais, especialmente as referentes à própria Central.

categorias traziam o seguinte: como elemento central foi observado que estas experiências organizativas, elas nasciam de um movimento, de mobilizações. Mobilizações essas que expressavam um conflito, uma rebeldia com a capacidade de criar uma solidariedade entre trabalhadores de diferentes setores dentro de uma mesma empresa, de um ambiente de trabalho, criando identidade nesse processo de conflito e que estava fora do controle patronal (...). Vimos que a mobilização tem motivações diversas também, mas que ela define uma rebeldia, um conflito. O trabalhador se motiva à organização, é um momento de organização dos trabalhadores, de formação.(...).

Formação é um caminho de mão dupla onde nós vamos valorizar essa experiência do trabalhador, do sujeito da formação, porque a gente precisa saber, trocar experiência, sistematizar, refletir sobre ela e sistematizá-la. Como também, você tem a outra mão, seria, vamos dizer, todo o conhecimento teórico, sistematizado que você precisa inter-agir com essa prática, com essa experiência, com essa vivência. Por outro lado para além da experiência e vivência do trabalhador, são as resoluções da Central, políticas que são aprovadas em instâncias, em Congressos, em plenárias e que também são elementos formativos, de você levar essas resoluções, socializá-las, discuti-las, criticá-las e implementá-las.”(4/04/1995)

A realização efetiva da formação, afora as instâncias de decisão e programação estruturadas a nível nacional - e já explicitadas anteriormente - vai se processar concretamente nas Escolas de Formação da CUT ou em entidades de educação popular definidas pelas CUTs Estaduais e Regionais. No entanto, na qualidade de estruturas orgânicas da Central se destacam as Escolas de Formação da CUT. São elas:

- Escola Sindical Sul, localizada em Florianópolis, fundada em 1990;
- Escola Sindical São Paulo, localizada em Cajamar, São Paulo, fundada em 1993;
- Escola Centro-Oeste de Formação Sindical, localizada em Brasília, Distrito Federal;
- Escola Sindical Norte, localizada em Belém, Pará;
- Escola Sindical 7 de Outubro, localizada em Belo Horizonte, Minas Gerais;
- Escola de Formação Quilombo dos Palmares, localizada em Recife, Pernambuco.

No Nordeste há uma instância de articulação das Secretarias de Formação das CUTs Estaduais e de representante da Escola Quilombo, o Coletivo Nordeste de Formação - CONEFOR.

- o Instituto Cajamar, situado em Cajamar, São Paulo, ainda que, até 1995, permanecesse uma polêmica acerca de sua inserção na CUT: escola orgânica?

Esse é o patamar mais geral a partir do qual a Central Única dos Trabalhadores vai organizar a sua prioridade de formação dos trabalhadores brasileiros; e é ele, portanto, que de, forma ampla, passa igualmente a se constituir para as entidades/centros de educação popular, referência para suas intervenções formativas, o campo político anteriormente referido.

No entanto, a intensificação dos processos de reestruturação econômica, da privatização de setores significativos do Estado, do aumento do desemprego, entre outros fatores, vão exercer grande influência sobre o sindicalismo brasileiro, especialmente o organizado nesse campo cutista. Tal situação vai alterar, igualmente, as formas de existência do movimento, desde a releitura de seu próprio potencial transformador à sua efetiva ação sindical. Esse movimento é visualizado por alguns estudiosos da questão sindical: Ramalho (1994), Antunes (1996), Dias (1996), Rodrigues (1993) que analisam, ainda que com nuances diferentes, a substituição de intervenções embasadas no conflito, pela construção da negociação a todo custo. Paulo TUMOLO (1996) citando Martins (1994) afirma que este identifica no movimento sindical cutista, a presença de uma “nova concepção”, uma tendência de passagem de um sindicalismo de confrontação para um sindicalismo de negociação, de concertação.

Ainda Tumolo (1996) com o intuito de situar a fase atual do sindicalismo cutista, elabora pequena síntese de sua trajetória de 1978 aos dias atuais:

“Primeiramente, aquela que vai de 1978/83 até aproximadamente 1988, que se caracteriza por uma ação sindical combativa e de confronto. A segunda, cujo período aproximado é de 1988 a 1991, que pode ser classificada como a fase de transição e, por último, a mais recente, caracterizada por um sindicalismo propositivo e ‘negociador’. Trata-se, portanto, de uma mudança política substancial, de um sindicalismo combativo e de confronto, de cunho classista, para uma ação sindical pautada pelo trinômio proposição/negociação/participação que, gradativamente, perde o caráter classista em troca do horizonte da cidadania” (TUMOLO, 1996:12).

Roberto VERAS (1993) reitera a consideração pautada na literatura acerca do movimento sindical brasileiro, de ser inegavelmente a CUT, expressão do significativo processo de organização e crescimento qualitativo do próprio sindicalismo, não obstante a constatação de uma quadro de 'crise' ou de 'transição' que se evidencia nesse período, e, poder-se-ia acrescentar, permanece ao longo dos anos 90.

Essas mudanças de curso nos rumos da Central evidentemente vão afetar significativamente os conteúdos de sua política de formação, ainda que isto não ocorra em uníssono, visto que não se evidencia uma total correspondência entre estes movimentos; a diferenciação interna, ainda que desigual, permite que a hegemonia existente na Central não se estabeleça igualmente, em todos os seus espaços. Portanto a formação, ainda que conformada nesta tensão, vai implementar seja programas mais voltados para uma perspectiva classista, seja de abandono da posição anti-capitalista priorizando a perspectiva da defensividade, na dependência das forças que compõem, sejam os coletivos, sejam as equipes que irradiam a formação nas escolas da própria Central, sejam as entidades de educação e formação com seus programas próprios numa determinada perspectiva.

Dentro desse quadro mais amplo é que destacaremos os fazeres de algumas entidades de formação político-sindical, no período compreendido entre 1990-1995, desenhando no seu perfil, os princípios, o projeto pedagógico, a proposta metodológica, assim como sínteses de seu fazer formativo. Dados complementares à compreensão destes elementos estarão dispostos em ANEXOS.

O acesso aos experimentos se deu a partir do acervo documental das entidades, publicações próprias, programações anuais, avaliações documentais e, sobretudo, entrevistas realizadas com os coordenadores/assessores/ monitores de formação.

O contato direto ou indireto com trabalhadores cursistas através de questionários só foi bastante restrito. Apenas obtive retorno de três entidades, fragmentando e fragilizando a consideração efetiva das pertinentes argumentações apresentadas. Ainda assim, optei por usar algumas respostas significativas, alertando os leitores das limitações presentes no uso do instrumento.

3.1.2- Traços de experimentos formativos

O Instituto Cajamar³

O Instituto Cajamar - INCA - foi fundado em julho de 1986 por sindicalistas, militantes do movimento popular e intelectuais vinculado às lutas sociais, na qualidade de

“centro de formação e investigação voltado a atender as demandas formativas(...) que uma nova geração de militantes que saiam das lutas de resistência para assumir papel de destaque no cenário público”(Documento interno, 1994:2)
“esta iniciativa tinha o objetivo de capacitar e qualificar pessoas que vinham atuando nos movimentos sociais na construção de um projeto de transformação social, um projeto de sociedade democrática e socialista, conforme registra sua carta de princípios: O Instituto Cajamar se define como uma entidade que visa desenvolver esforços com o objetivo de elevar o grau de formação e informação da classe trabalhadora brasileira nas suas lutas por uma sociedade democrática e socialista. Com este propósito o Instituto Cajamar exercerá atividades de estudos e pesquisas, de assessoria, de divulgação e formação para pessoas que atuem nos movimentos sociais, em particular no movimento sindical, popular e político”.(Instituto Cajamar, doc. interno,1995:1)

As matrizes teórico-práticas que referenciaram o Instituto e explicitadas ao longo de seus documentos são a pedagogia de Paulo Freire e a experiência desenvolvida por entidades e ONGs envolvidas com formação sindical, que auxiliaram na substantivação do projeto pedagógico de Cajamar.

³ Sobre o Instituto Cajamar: a tese de mestrado de Miriam Expedita Caetano, ‘Educação para transformação ou para mudar as algemas de mão?’, da Faculdade de Educação da UNICAMP, de 1995; texto de Claudio Nascimento, ‘Sobre o processo constituinte do INCA’, mimeo, 1993;

Entre os documentos consultados merecem registro o histórico da entidade, documento de autoria de Claudio Nascimento intitulado “Sobre o processo constituinte do INCA,” de agosto de 1992, ‘Projeto INCA’, de out. 1992, ‘Horizonte Estratégico’(1992), ‘Instituto Cajamar’ (1993), ‘Histórico e síntese do trabalho’(julho 1995), Atividades Formativas por projeto (1993, 1994, 1995), ‘Metodologia’ (s/ data), Programação do INCA 1995.

Por outro lado procura corresponder igualmente às necessidades de consolidação das tarefas de educação popular e de formação cultural e política, demarcados pela escassa tradição político-organizativa da sociedade brasileira.

Concepção de Formação

“Eu acho que a formação tem a sua especificidade que é o trabalho de consolidação de valores, é o trabalho de geração de referências, é o trabalho mais de socialização do conhecimento na área que você está trabalhando; eu acho que tem este lado específico, mas ela tem que ter uma preocupação de estar colada na organização, no que diz respeito, por exemplo, até à própria alteração da forma de organização.”(Monitora, abril 1995)

Na qualidade de centro de formação político-cultural, o INCA se propõe atuar junto à classe trabalhadora e aos setores excluídos da sociedade, associando-se na necessária contraposição aos valores hegemônicos do capital, mas procurando efetivamente contribuir para que os trabalhadores desenvolvam seus próprios instrumentos de pesquisa e formação, tendo em vista a adoção de processos educativos comprometidos com projetos de transformação social.

Em entrevista realizada com o diretor da formação do INCA, ela é assim explicitada:

“Uma coisa que eu diria é que aquela formação que a gente dizia, a formação política ou a formação sindical, um dos objetivos que se tinha era trabalhar essa questão da consciência classista; eu acho que isso hoje é profundamente reducionista. Porque ela tinha toda concepção de educação, de trabalho, de sociedade, de classe, uma concepção determinada do marxismo, que eu creio está profundamente abalada. Então, hoje a gente pensa assim: é um movimento de uma consciência de classe, de uma formação classista por uma formação em termos de cidadania.” (Cajamar, 20/7/95)

O Instituto se reconhece como espaço plural de produção de conhecimentos, disponível para atender às diferenciadas demandas formativas dos sujeitos populares, na expectativa de consolidação de importante projeto formativo, capaz de também contribuir no traçado de um projeto nacional alternativo.

Sobre este projeto, o entrevistado acrescenta aspectos, delineando-os num quadro daquela conjuntura específica:

“Aqui em Cajamar nós dizemos assim: tem um eixo que perpassa tudo em Cajamar: o socialismo e a democracia. Em se falando em democracia se fala em participação popular. E como se trabalha esta questão? Hoje nós temos alguns programas como esse de transformação no mundo do trabalho, onde essa questão é também colocada. Você pode pegar uma série de coisas, disputa de hegemonia, e quando você disputa hegemonia você trabalha alternativa de sociedade, não é? Em outro curso agora a gente está apresentando a discussão de um projeto alternativo de sociedade, um projeto democrático-popular, que é a discussão que se dá no país, pelo menos quando se tem eleições, não é?(...)

O INCA, segundo seu próprio histórico, apresenta diversas fases. Elas revelam respostas a diferentes desafios. Sejam iniciativas que correspondiam às forças políticas que lhe davam expressão e sustentação, sejam respostas que se faziam necessárias perante às demandas dos movimentos sociais ou ainda, iniciativas do próprio Instituto, resultado de flexões distintas que os próprios formadores avaliavam necessárias.

Tal avaliação se pautava não só na consideração das novas conjunturas, como também nas distintas dinâmicas que eram percebidas no interior dos movimentos; num outro patamar, bastante diferenciado, se colocavam igualmente situações que expressavam a vulnerabilidade financeira da própria entidade - perda/diminuição dos financiamentos de entidades estrangeiras -, obrigando-a a redefinir objetivos, prioridades e atividades.

Para além dos documentos, as falas dos sujeitos que “fazem” o INCA são reveladoras dessas dimensões nele presentes. A entrevista que realizei com uma das formadoras do Instituto, explicita um olhar diverso, ainda que não antagônico, acentuando esta natural tensão dos que lidam com o desafio de pensar e realizar a formação política.

“Do ponto de vista curricular, pelo que eu entendo, Cajamar não rechaça a matriz clássica, o que tem é uma crítica, que em algumas pessoas já existia, mesmo nessa fase que o currículo era mais clássico - que é uma visão profundamente contrária ao marxismo estruturalista, a uma visão pragmática; a preocupação marxista com o paradigma do trabalho, a discussão sobre classe, isto eu acho que ela sofre uma mudança. (...) Cajamar é uma coisa muito engraçada porque publicamente tem duas visões sobre Cajamar. Uma, de que Cajamar é uma coisa ortodoxa, uma formação ortodoxa assim marxista-leninista e que trabalha e qual. Que essa já está meio caída, e outra, que Cajamar trabalha com uma metodologia

basista de participação. Essas duas visões não são representativas do que Cajamar é realmente.(...) Concretamente a gente foi reformulando o projeto político pedagógico, tendo a preocupação metodológica e o vínculo com a metodologia da educação popular que permanece, é um vínculo. A vertente de educação popular adotada na prática, eu tenho a convicção de dizer, é individual sim, está no campo da educação popular, agora na prática o que cada um faz na hora de preparar o seu curso, entrar na sala, é individual.” (Abril, 1995).

Especificamente no período 1992-1994, o INCA reafirma ser o “*Campo Democrático-Popular, o destinatário de seu trabalho formativo*” e destaca como um dos valores centrais deste campo “*a pluralidade e heterogeneidade de sua composição política.*”(INCA, doc. interno, 1994:3). A partir dessa afirmação delimita o papel que a formação teria a cumprir nesse contexto:

- *“Abrir canais para o debate de questões que superem os limites corporativos de cada organização.*
- *Desenvolver o potencial de reflexão global a partir das práticas específicas e de sua articulação em conjuntos mais amplos.*
- *Questionar os modelos explicativos da realidade evitando a tendência a que estes se tornem auto-confirmadores e incapazes de vislumbrar as mudanças ocorridas ou em gestação”(Idem:4).*

O desenvolvimento rumo a este projeto democrático-popular vai evidenciar, desde a adoção de referências gerais, onde o marxismo é re-interpretado, como igualmente uma leitura específica da conjuntura. Este conjunto vai se fazer presente no experimento formativo, fornecendo-lhe forma e sentido, assim como esta feição da entidade tenderá a estabelecer distintas relações com outros experimentos/entidades de formação. Referindo-se ao projeto democrático-popular e a outras leituras e intervenções formativas, o Diretor da formação do INCA afirma:

“Aqui nós estamos trabalhando essa perspectiva que se coloca basicamente em todos os programas, mas hoje nós queremos dar uma cara para ela, que é um programa que nós chamamos de projeto nacional.(...) O que a gente quer discutir é o seguinte: a questão como se coloca hoje do ponto de vista do pensamento socialista e marxista brasileiro, pensando as nossas condições. (...)Eu creio que é preciso nacionalizar a pauta da esquerda, mas quando a gente fala em nacionalizar a gente não fala em nacionalismo, não é fechar(...)Estamos pautando para o final do ano um seminário que chamamos de “Um novo ciclo da esquerda”. Acho que um ciclo histórico se venceu e nós temos que ir fundo, pensar essa questão do poder local. A esquerda

vem acumulando e tem um espaço estratégico na questão das administrações, nas prefeituras; é um espaço concreto de uma hegemonia democrático-popular. É poder concreto. Antes nós tínhamos o poder de conscientizar, hoje não. Então isso implica mudanças também na formação.” (Entrevista, Julho 1995)

A programação de trabalho do INCA para 1995, traz na sua apresentação, uma certa síntese de sua intencionalidade formativa para este período, fornecendo expressivos elementos à compreensão de sua leitura da conjuntura, bem como do sentido da própria formação nesse contexto. Textualmente consta da apresentação de seu programa de trabalho:

“O resultado das eleições de 1994 expressou um grande pacto das classes e frações de classe dominante que, à semelhança de 1930, seu principal significado parece indicar o início de um novo ciclo político e econômico no país. Para o campo democrático-popular, a nova conjuntura política implica a necessidade de traçar rumos estratégicos qualitativamente novos.

Neste quadro histórico, a formação é um elemento de importância crescente. Suas atividades são fundamentais para desenvolver a capacitação, a reflexão coletiva e a elaboração, necessárias para enfrentar as exigências do contexto atual.

Compreender a dinâmica das transformações globais deste final de século; pensar a possibilidade de um projeto nacional democrático-popular que abranja as grandes questões nacionais e a inserção do Brasil no cenário internacional; avançar na construção de formas democráticas de gestão pública; refletir sobre a metodologia da práxis em sua relação com o campo do conhecimento; multiplicar agentes e recursos de formação; aprofundar uma concepção estratégica de cidadania ativa e dos sujeitos sociais emergentes são alguns dos objetivos das atividades que o INCA oferece este ano.” (1995:1)

A Síntese referente às atividades de formação do Instituto Cajamar constam em anexo, intitulado ANEXO I.

Projeto Pedagógico/ Concepção Metodológica

Tomando como base o documento formulado pela diretoria de Formação, (1993), alguns de seus pontos centrais:

- para definição de um projeto pedagógico, necessário se faz definir a visão do conhecimento e a relação entre o sujeito e o objeto do conhecimento.

- para o INCA

“todo conhecimento é resultado conjunto da experiência e da razão. É um processo de construção que parte da experiência do sujeito, passa pela interpretação (pela razão) e visa a transformação da realidade” (p.5).

“o conhecimento (a teoria) é base para a modificação do nível de conscientização dos sujeitos e serve como instrumento para a transformação da realidade” (Idem)

- tal visão do conhecimento vê a educação como processo de transformação, meio de desenvolvimento de novos valores e comportamentos adequados à “*esse indivíduo, sujeito de sua própria história*” (Idem:5)
- o projeto pedagógico supõe também a adoção de metodologia coerente com estes princípios.

“Esta concepção metodológica supõe que as atividades educativas tenham sempre como ponto de partida (grifos meus) a prática social, observação e descrição da experiência(...) A partir daí, caminha-se para um momento de aprofundamento, de análise da realidade, um processo que envolve, ao mesmo tempo, uma reflexão da realidade atual, do passado e do futuro, com a intenção de entender as contradições que explicam as situações concretas atuais, possibilitando um nível de consciência mais crítico. Este processo de teorização permite, através do questionamento dos mecanismos de funcionamento, manutenção e superação da realidade, a busca de uma ação transformadora, de uma intervenção na realidade.” (Idem:5-6)

A adoção da metodologia em Cajamar se baseia na Teoria Dialética do Conhecimento, sendo nomeada de Concepção Metodológica Dialética. Seu percurso constaria de:

“partir da prática - teorizar sobre ela - voltar à prática para transformá-la, ou o que é o mesmo: partir do concreto - realizar um processo de abstração - regressar ao concreto para transformá-lo, este é o processo dialético do conhecimento” (JARA, Oscar, Metodologia, INCA, edição provisória: 11)

A Síntese referente às atividades de formação constam em anexo. (Anexo II)

13 de Maio - Núcleo de Educação Popular.

O 13 de Maio-NEP, é uma entidade de apoio a grupos de trabalhadores, criada em 1982, com o objetivo de contribuir com as formas que estes buscavam de se organizar e atuar na realidade brasileira, atuação esta direcionada naquela conjuntura à implementação da democratização real da sociedade. Nesse período, a atuação da entidade se voltou mais para as oposições sindicais, seguido de trabalho organizativo junto a associações de trabalhadores em bairros, concomitante à elaboração de subsídios e recursos para práticas educativas.

O ressurgimento de movimentos grevistas em São Paulo nesse período impulsionou um conjunto diversificado de movimentos sociais. Assim, para além deste trabalho organizativo de base, foi sendo iniciada no interior da entidade, a estruturação de um campo voltado para a formação.

Quando da criação da CUT em 1983, para além da inserção na Secretaria de Política Sindical (que fazia o acompanhamento das eleições sindicais e das oposições), o NEP vai igualmente atuar na Secretaria de Formação. Assim, o seu perfil vai se afirmando no sentido de assessoria e apoio aos movimentos sindicais, movimentos populares e pastorais, a partir do princípio do respeito à autonomia das organizações e grupos. A Formação se destacava no conjunto destas atividades tanto porque havia ampliado a sua demanda, assim como era avaliada pela equipe como essencial “ à constituição de um movimento sólido e consciente de seu papel na democratização da realidade brasileira.” (NEP-13 de Maio, 1994:4)

A possibilidade de compreensão da formação social brasileira, das conjunturas, do movimento e da própria avaliação que os trabalhadores fazem de sua própria organização e sentido de suas lutas, vai possibilitando à equipe do NEP empreender avaliação desse processo, fundada no amadurecimento de sua proposta, especialmente significativa em se tratando da formação. A entidade destaca ainda a defasagem de informações necessárias ao estabelecimento de um norte para a formação e para as dimensões de crítica a serem empreendidas pelos trabalhadores. Sobre a questão da representação, por exemplo, a equipe vai dispor em seu “Projeto de Formação e Capacitação”.

“a representação, entendida como uma necessidade para gerar vínculos entre as realidades específicas e as lutas gerais foi, pouco a pouco, sendo substituída por uma delegação de poderes. A Comissão de Fábrica ‘resolve por você’, ‘o sindicato luta pela categoria’ (...) Construiu-se uma verticalização desde a CUT (...). No campo da representação política, conquistam-se as administrações municipais, com o deslocamento de vários

companheiros para assumirem postos que estes espaços criam, formou-se uma lacuna entre as direções e os movimentos que lhe deram origem. Ao mesmo tempo o movimento era forte no patamar institucional que fora capaz de desenvolver e se debilitava em seus vínculos orgânicos com os setores sociais dos quais emergia.” (NEP-13 de maio, 1994:7)

Esta lacuna, para a equipe, reforça o sentido de exigência da formação, não apenas como espaço de socialização de vivências históricas mas, igualmente para fornecimento dos elementos de compreensão e transformação da realidade.

A outra questão referente às informações é explicitada pela equipe, através da entrevista que me foi concedida pelos monitores do 13 de Maio - NEP:

“Vai nos chamando a atenção a defasagem em reação às informações que todos os trabalhadores precisavam em todos os níveis e o contraste com a disposição de luta e determinadas formas de luta que requerem mais informações que força; esta debilidade vai nos chamando a atenção e aí a preocupação: nós precisamos trabalhar isso melhor; com o desenvolvimento das coisas, fundação de cursos, se vai para a Central Sindical tentando resgatar essa necessidade, e vai se querer fazer o seguinte: se desenvolver uma política sindical que vai ser acompanhada por uma secretaria de formação dentro do movimento. Vários problemas vão se apresentar, vamos tentar executar isso, diferentes interesses, diferentes idéias de como fazer as coisas, o que seria a inauguração de uma luta intestina. Nesse contexto, a gente vai sentir e dizer: olha, a forma deve ser alterada e aí simplesmente se vai buscar no programa de formação, tentando responder aquilo que a prática anterior revelava: como tentar socializar, levar elementos que nós percebemos estarem fazendo falta para os trabalhadores”. (7/1995).

O conjunto destas atividades de formação definidas pela entidade era igualmente qualificada. Assim,

“as atividades formativas devem preservar seu caráter plural e ser um instrumento que permita a democratização e a participação qualitativa daqueles que despertaram para a necessidade de lutar por seus direitos. Um curso, um seminário, ou outra atividade educativa, pode fazer com que os participantes olhem mais profunda e criticamente sobre sua prática e possam potencializar suas ações. Isso é conseguido com atividades que permitam aos participantes conhecer os elementos básicos do funcionamento de nossa sociedade e de sua história, dominar os elementos de planejamento de suas ações, de reflexão sobre a organização nos locais de trabalho, de exercício de análise de conjuntura e outras iniciativas que

potencializem a participação e preparem as pessoas para assumir como sujeitos conscientes seus destinos e de seus movimentos.” (grifos meus) (Programa, 1994:8)

Do interior desse documento referente ao programa da entidade, destaquei de forma sucinta os componentes centrais de sua proposta.

Concepção de Formação

No interior da concepção da entidade ficam explícitos os princípios gerais de sua proposta de formação. São eles:

- garantir a autonomia dos grupos e entidades com os quais se desenvolve atividades.
- não alinhamento às correntes de opinião que disputam o movimento, procurando realizar uma ação pluralista.

Seu núcleo central se sustenta no entendimento de que o trabalho de formação deve ser uma contribuição para que os setores populares se tornem sujeitos ativos e conscientes, capacitando-se para atuar de forma efetiva nas decisões e nos rumos da vida econômica e política do país. Por outro lado, a equipe do Nep- 13 de maio considera que o trabalho de formação é uma das contribuições importantes destinadas à recuperação/reconstrução das mediações e organicidade entre o patamar institucional das próprias entidades de representação dos trabalhadores e os movimentos sociais que lhes deram origem.

Acentua igualmente o fato de que a elaboração de uma ação consciente exige, para além do imediatismo dos desafios práticos postos no dia-a-dia da luta, a compreensão dos elementos teóricos fundamentais que permitam o conhecimento do funcionamento da sociedade, bem como a do desenvolvimento histórico que condiciona a realidade atual.

Enfatiza a perspectiva de médio e longo prazo desse trabalho, questionando a perspectiva imediatista que induz a um ativismo, o mais das vezes, estéril.

Além do que está documentado, a concepção formativa do “13 de maio” é explicitada por dois de seus componentes, que além de monitores são igualmente planejadores e dirigentes da entidade, entrevistados em julho de 1995:

“Tem uma coisa que eu acho que é o corte. Do 1º ao último dia do curso e do 1º ao último dia de todas as atividades: tem o corte anti-capitalista visceral. É isso assim: - Eu ainda não consegui entender direito o que aconteceu no período getulista,,

após Juscelino Kubitschek. - Tudo bem. Mas você saiu um pouco mais anti-capitalista do que entrou? (...). Você tem essa dimensão no 'Comunicação e Expressão', no 'Questão de Gênero', em todos os cursos. Nós vamos falar na questão de gênero, vamos falar da Comunicação e Expressão na intimidação que as pessoas sofrem, ou ainda do planejamento da entidade sindical, sempre da perspectiva de quem quer demolir, de alto a baixo, o sistema capitalista. Isso é a base, nós vamos partir daí para depois desdobrar as outras formas.

O 2º elemento que está colado com a concepção de formação é instrumentalizar teoricamente as pessoas para que elas possam ter esse posicionamento anti-capitalista, acima da questão de juízos valorativos, isto é, a gente não quer incentivar uma crítica moral ao capitalismo. A crítica tem que ser visceral ao capitalismo mas se tem que ser também visceralmente instrumentalizado para ser consistente.(...) A partir do programa de Monitores, nós estamos batendo muito em cima da questão da unidade de coerência; nós temos falado com os monitores: nós estamos condenados à coerência. Então tem que haver unidade e coerência na afirmação anti-capitalista. Por que estou falando isso? Porque estou falando de mudança de valores; porque isso implica uma cobrança muito forte por parte dos monitores, dos agentes de formação, para essa preocupação do estudo, com a cobrança de quantas horas por dia você dedica ao estudo, prá leitura; não é só a leitura de formação, é a leitura de romances, contos, enfim, filmes, etc., que vai dar uma qualidade cultural, um embasamento cultural que sustente essa unidade de coerência, não sendo algo superficial, mas que seja qualitativamente diferente de um trabalho agitado. Assim como também o diferenciamos da prática de organização". (julho 1995).

O Projeto de Formação explicita igualmente alguns objetivos gerais:

"1- Formar e capacitar militantes dos movimento sindical, popular, partidário e pastoral para que possam agir de forma crítica, consciente e criativa na condução de suas entidades, suas relações e lutas.

2- Capacitar militantes destes movimentos para enfrentar problemas concretos no planejamento e ação de suas entidades.

3- Socializar os elementos básicos para uma compreensão da realidade para transformá-la, contribuindo na integração dos grupos atingidos, superando os desniveis de formação entre os seus participantes.

4- Difundir a necessidade de que a formação seja vista como um esforço permanente com programas e não eventos isolados e assistemáticos de formação, desenvolvendo uma cultura de formação.

5- *Formar e capacitar formadores para que, junto às suas entidades e regiões, desenvolvam na prática programas próprios de formação.*" (Projeto de Formação, 1994:22)

Concepção Metodológica

Em linhas gerais, a metodologia da entidade se baseia na necessidade de socializar os componentes teóricos de compreensão da realidade, fazendo com que estes se tornem instrumentos para aqueles que querem se tornar sujeitos das transformações necessárias. Fundamentam-se numa determinada visão de mundo e numa compreensão do processo de consciência.

"A teoria, fruto do acúmulo e do amadurecimento do pensamento de toda a humanidade se torna abstrata e de difícil compreensão para o público com quem trabalhamos. Negamos a alternativa de rebaixar a qualidade dos conceitos visando uma educação "popularizada". Para nós a educação popular é o desafio de levar os participantes até a compreensão e apreensão dos conceitos em sua complexidade, de forma mediada e participativa.

"As pessoas têm uma visão de mundo estruturada, com a qual vivem, buscam compreender seus atos e a realidade, julgam através de um sistema de valores e agem através de normas de comportamento e conduta. Acumulam um conhecimento e um saber que lhe são próprios e derivados de sua inserção particular na realidade imediata do trabalho, de sua região, de sua comunidade, etc.

Esta concepção de mundo não são simples idéias que podem ser substituídas por novas apenas pela força de discursos ou pelo peso de argumentos. São relações vivenciadas e fortemente enraizadas com carga afetiva, vividas como verdade, como realidade e naturalidade. (grifos meus) Antes de ser de ser um novo valor ou idéia assumida pelo sujeito, o conhecimento deve ser vivenciado. (...) Numa primeira fase enfrentamos as aparências, lutamos contra os efeitos e não as causas: melhores salários, condições de vida, injustiça. os limites dessa percepção ficam claros quando começamos a nos indagar sobre as causas e não nos contentamos em saber que existe miséria, etc (...) Buscamos o "porquê" existe tudo isso, as causas. Procuramos saber como funciona para poder mudar.

As respostas a estas questões não podem mais ser encontradas no horizonte imediato da vivência de cada um. Exigem conhecimento do funcionamento estrutural da sociedade, da história e de meios teóricos para estas compreensões. São necessárias mediações teóricas (...)

Não adianta definir conceitos, eles devem ser vividos. Isto é feito nas atividades através de uma série de mediações, recursos e dinâmicas que permitem aos participantes, traduzirem os conceitos para a realidade (...) (Programa de Formação, 1994:20-1)

Ainda no decorrer da longa explanação acerca da metodologia, a equipe do “13 de maio” exemplifica com um dos cursos, o de ‘Como funciona a sociedade’, os seus procedimentos metodológicos. Eis a síntese:

“Começamos com uma chuva de idéias estimuladas pela questão “Que país é este?” e através desta dinâmica levantamos as percepções que os participantes têm dos problemas vividos a partir de sua realidade, seus valores e como têm compreendido estes fatos. Assim estaríamos recolhendo dados da realidade, “tirando a realidade” a partir dos participantes. Chegamos até onde o grupo Formação leva sua percepção das injustiças e distorções de nossa realidade, até a constatação do contraste entre riqueza e pobreza. Daí começamos a questionar as causas deste fenômeno. Para que o grupo chegue aos conceitos do funcionamento da sociedade, que conheça como se dão as formas de exploração, simulamos uma unidade produtiva onde os participantes são os trabalhadores e realizamos uma dinâmica e que ao final, os conceitos de economia são reconstruídos pelo grupo desvendando o processo de produção e distribuição da riqueza que causa as distorções apontadas.

No decorrer do seminário a teoria a ser socializada está permeada pela linguagem, exemplos e situações que o grupo vai recriando com o monitor de forma intensamente participativa. A teoria se traduziu em vida, foi compartilhada e pode vir a ser utilizada como uma ferramenta agora incorporada verdadeiramente.” (Programa de formação, 1995: 21).

Ainda sobre a metodologia, as entrevistas dos dois monitores entrevistados esclarecem um pouco mais a proposta metodológica:

“A reflexão teórica sobre a prática parte de uma concepção teórica, de uma perspectiva teórica, de elementos socializados e acumulados na história mundial do pensamento. Então o esforço teórico e educativo parte de uma teoria acumulada, vai até uma prática colocada, para chegar a um novo patamar ou a um nível de produção ou socialização do conhecimento(...) Essa teoria acumulada, ponto de partida teórico, vai ter que ser re-mediaticado novamente a cada experiência. E aí, quem vai buscar os elementos? E com que objetivo? Do nosso ponto de vista, da nossa perspectiva de autonomia do movimento, a gente estaria ultrapassando a característica da formação. Nós estaríamos nos responsabilizando pela volta qualitativamente

superior da prática, quando a gente avaliava que a nossa ação deveria buscar uma volta qualitativamente superior da reflexão teórica. O aprimoramento teórico, para que, aqueles companheiros, dentro da sua autonomia enquanto movimento, agissem nessa prática. E o que dá conta dessa prática não é mais a formação.”(abril, 1995)

O conjunto das atividades desenvolvidas pela entidade estão dispostas em anexo (Anexo III)

Sindicato dos Metalúrgicos do ABCD

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema foi criado em 12 de maio de 1961 e está localizado em São Bernardo do Campo, tendo como sua base o conjunto dos sindicatos metalúrgicos desta região da Grande São Paulo.

A formação sindical teve início de forma mais sistemática nos idos de 1981. Segundo a assessora de Formação do Sindicato em entrevista datada de julho de 1995, a diretoria já constatava após as greves de 79/80, a necessidade de estar preparando a militância que havia surgido na luta e que, segundo ela,

“se encontrava frágil para enfrentar certas discussões, tendo um entendimento melhor do funcionamento da sociedade, de como se dá a exploração, ou mesmo dos seus direitos. Ai o sindicato já começa a ter essa preocupação com a formação sindical, não sei se generalizada em toda a diretoria, mas com certeza, alguns diretores viam isso como prioritário naquele momento. E a partir daí, sempre existiu essa formação mais sistemática, mais planejada aqui dentro do sindicato.(...) Foi criado um departamento de Formação no Sindicato.”

Se a formação mais sistemática vai ter início nos anos 80, documento interno da própria Secretaria de Formação datado de 1993, intitulado “Formação X Organização: um passo à frente”, localiza trabalhos formativos anteriores ao final da década de 70, composta de cursos que versavam sobre a CLT.

O documento ainda situa o período de 82/83, como a época na qual se davam os passos iniciais de conformação da Central, localizando nas Oposições Sindicais (especialmente a Metalúrgica) e nos sindicalistas autênticos, as forças efetivas com

acúmulo na experiência de formação, auxiliares no assessoramento que vai ocorrer no Sindicato do ABC, em termos de montagem dessa nova fase da formação. Desta época, são pesquisados pelos autores do documento de 1993, os objetivos da formação, que serão posteriormente desdobrados em cursos. Estes objetivos seriam os seguintes:

“Aumentar o compromisso dos trabalhadores com a luta e tornar esse compromisso claro. Desenvolver práticas cada vez mais corretas. Ganhar companheiros para a luta”.(1993:1)

Estes objetivos se traduziam em cursos que se centravam em

“clarear a situação da classe trabalhadora em antagonismo à burguesia, seja ao nível da estrutura da sociedade capitalista, seja a nível do acompanhamento da conjuntura. Era componente importante desta postura, também, a ênfase na formação ideológica dos trabalhadores para aumentar o seu compromisso.”(p.1)

Em meados de 1985, por se avaliar esta formação insuficiente e equivocada, deu-se início a atual (1993) fase da formação. Substituiu-se então aquela compreensão, buscando-se assessoramento *“no setor de educação popular”*. De documento desta época - 1985 - , estão registradas as novas concepções de formação:

*“Voltada para capacitar trabalhadores para fora do sindicato
Superar o corporativismo.
Preparação sindical, mas com base política
Preparar para atuação no Movimento Popular, no Partido, na
Pastoral, na CUT
Articular, neste sentido, a situação da diretoria com a
organização na fábrica.”*(p.2)

Este contexto formativo permanece, se verificando, no entanto, em 1988, uma ênfase à questão da organização. Assim, no plano de trabalho desse período, consta:

*“Unir o trabalho de base com a formação
A formação se dá na ação
Fortalecer o grau de organização”*(p.2)

Em 1993, esta referência geral, ‘a formação se dá na ação’, sofre um processo avaliativo liderado pelo coletivo de formadores do Sindicato. Tendo como eixos a retomada do trabalho de base e o melhor aproveitamento da organização já existente nos locais de trabalho, acoplada às exigências de um maior entendimento por parte dos trabalhadores das mudanças que estavam a se operar na produção, define-se que

esses pontos passariam a compor o núcleo dos cursos e atividades formativas sistemáticas a serem a partir daquele momento, implementadas.

Assim, o relatório do Departamento de Formação de dezembro de 1992 - “Avanços e Perspectivas” -, para além da avaliação de conteúdo dos cursos feitos, reelabora nortes para o programa de 1993, assim como vai prever, igualmente, atividades concretas.

Destas novas fundamentações, resumidamente, constam os seguintes aspectos:

- a formação como instrumento de capacitação dos trabalhadores direcionada à uma intervenção crítica na realidade.

- desafio posto pela CUT: enraizar sua concepção sindical na base.

- aproveitar e socializar as experiências já existentes de organização no local de trabalho.

- constatação da necessidade inadiável de capacitar os trabalhadores em relação às mudanças na organização da produção.

Desses pressupostos se originam os novos cursos e atividades de formação:

- A Automação e a nova organização do trabalho.
- Concepção, Estrutura e Prática Sindical.
- Organização no Local de Trabalho.
- Outros cursos integrados aos demais departamentos do sindicato:
- Contrato Coletivo/condições de Trabalho e Saúde/Negociação Coletiva e Política Industrial.

- São mantidos os investimentos já em andamento, de formação de grupo de formadores, a partir da visão de que a *‘educação dos trabalhadores é também obra dos próprios trabalhadores’*. (Programa 1993: 3)

A questão acima referida, relacionada às mudanças que estão se operando no interior da produção e de suas repercussões no mundo do trabalho, no “chão da fábrica”, é considerada por um metalúrgico entrevistado, membro da Comissão de Fábrica da Ford e componente da equipe de Formação do Sindicato. Diz ele:

“Eu acho que a formação é muito importante, porque hoje o trabalhador tá necessitando disso, tem essa carência. Hoje em dia o mundo do trabalho tá avançando, dentro da fábrica as coisas tão mudando tão rápido e os trabalhadores não tão conseguindo acompanhar essa mudança que está tendo. Acho

que por falta dessa formação. E o patrão tem uma capacidade tremenda de passar na frente da gente.”(17/7/95)

Este breve histórico ajuda a delinear o processo que vai constituindo a proposta formativa do Sindicato, assim como possibilitando o reconhecimento de algumas referências essenciais, utilizadas ao longo da instituição dos seus programas de formação.

Deste processo, das entrevistas realizadas e de outros documentos que compõem o acervo do sindicato, serão destacados a seguir as linhas de constituição de sua(s) concepção(ões) de formação, bem como parcial recorte do conjunto de suas atividades formativas.

Concepção de Formação

A concepção de formação que o Sindicato assume é relativa à existente na CUT.

Portanto, a formação tem se pautado numa perspectiva de: possibilitar que os trabalhadores se comprometam mais com as lutas da classe, a partir de compreensão da dinâmica da luta de classes e de sua visualização no interior da sociedade capitalista.(1982); capacitar os trabalhadores para fora do sindicato, superando o corporativismo, se voltando para outros movimentos sociais; ênfase na perspectiva do trabalho de base e da organização, na dimensão de que a formação se dá na ação - fortalecer a organização nos locais do trabalho, acentuando, todavia, o acesso às informações sobre os processos de transformação no interior da produção.

Na entrevista realizada com membro da Comissão de Fábrica da Ford este alerta para a dificuldade de transferir essa intencionalidade formativa que o sindicato tem para o cotidiano da fábrica, sensibilizando os companheiros para participarem. Afirma ele:

“Porque é difícil na fábrica os trabalhadores entenderem algumas coisas hoje, porque justamente falta formação. Não sei porque no nosso meio ela é difícil de ser assimilada. Porque o trabalhador prefere ir prá casa, assistir seu programinha, ver sua novela, do que vim pro sindicato tentar discutir um assunto, tentar aprender uma coisa.”

Outro membro da comissão de formadores voluntários e da Comissão de Fábrica da Mercedes Benz, fala também do sentido da formação:

“Eu acho que a proposta do sindicato era ter companheiros da própria fábrica fazendo a formação, discutindo até porque não é um teórico qualquer que tá falando.”(17/7/95)

Finalmente, em 1995, o Plano de Trabalho do Departamento de Formação, explicita dimensões de sua concepção de formação. Na introdução a preceder o sentido das práticas formativas, constam algumas formulações bastante elucidativas destes sentidos. Serão resenhadas algumas destas afirmações:

O texto tem início com uma consideração geral acerca das alterações presentes no mundo do trabalho, a reestruturação produtiva - a exigir um novo tipo de trabalhador,

“com mais iniciativa e criatividade. (...). Assim, estão colocados para os trabalhadores, a sociedade e os sindicatos, novos paradigmas, tanto de vida, como de atuação e mobilização.”
(p.2)

Estas mudanças forçam igualmente o repensar da formação sindical desenvolvida no Sindicato. A partir desse repensar vai ser afirmado, na forma original, o seguinte:

“Entendemos por educação dos trabalhadores um processo contínuo e permanente de formação que os trabalhadores se proporcionaram como classe, como pessoas, e que se dá nas práticas sociais do cotidiano. Ou seja, no trabalho, na família, na escola, através da participação em organizações (partidos, sindicatos, associações de bairro) e dos movimentos de caráter mais coletivo como greves, campanhas salariais, campanhas políticas, movimentos reivindicatórios e outros mais.

A riqueza desses ensinamentos se potencializa quando os trabalhadores têm a oportunidade de fazer reflexões mais profundas e críticas sobre suas experiências individuais e coletivas. Sendo assim, também é importante que ao aprendizado vindo da prática se acrescentem outros, obtidos através da leitura, estudo, da participação em debates, cursos, congressos, seminários, enfim, de formas mais sistemáticas e planejadas de reflexão e teorização da prática.”(Silvia Manfredi).

Assim, por formação sindical entendemos práticas educativas intencionalmente programadas, de caráter mais sistemático desenvolvidas com as seguintes finalidades:

- propiciar a organização e a troca de informações e experiências entre os próprios trabalhadores;

- obter e acumular experiências e conhecimentos teóricos e práticos necessários para avançar as formas de luta e organização dos trabalhadores.
- formar dirigentes, militantes, formadores sindicais, etc.
- propiciar, a partir do anteriormente exposto, uma consciência crítica real” (Plano Trabalho/95:3).

A assessora de Formação entrevistada enfatiza aspectos dessa concepção presente no Sindicato:

“Entendendo que a formação dos trabalhadores não se dá só nesses momentos, que esses momentos são mais de reflexão do que os trabalhadores já fazem, da ação que eles têm no dia a dia, dentro da fábrica, participando das lutas, das assembléias, dos movimentos. Todos esses momentos a gente entende que são formativos, educativos. O Departamento dá suporte para que os trabalhadores possam estar refletindo mais coletivamente a sua ação, a sua prática. E é um pouco esta concepção que a gente tem de estar valorizando o conhecimento que o trabalhador já tem, e estar apenas contribuindo para ele refletir de forma crítica esse conhecimento que ele tem, essa prática.”

Acentua a formadora a importância e o desafio do trabalho formativo, para além da objetividade do trabalho político-organizativo no sindicato e na sociedade em geral, chamando a atenção para outras esferas que a formação precisa também se preocupar. Nesse sentido pondera:

“Eu acho que o nosso desafio enorme é esse: fazer com que as pessoas tenham as suas práticas, as suas ações, não só no movimento sindical, mas com a família, com os colegas, que incorpore essa concepção na sua vida. Então não adianta eu falar: - eu quero o socialismo, eu quero uma sociedade democrática. Só que eu piso na cabeça do meu vizinho, bato na minha mulher, eu discrimino o meu colega porque é negro, eu vejo um deficiente e não tenho o menor respeito por ele... Então o que a gente precisaria mexer era com essas coisas. Porque é difícil, não é fácil, porque passa pelo psicológico. Nós temos dentro de nós a ideologia capitalista e a gente tenta romper com isso a todo momento, e não é fácil...”(19/7/95)

O Diretor do Sindicato e também Coordenador da Formação neste período - 1995 -, ao discorrer sobre a formação e de como o pensamento de Paulo Freire o empolgou, vai resgatar nos idos de 1982 sua incursão nos livros, num treinamento específico e em experiências concretas de educação para trabalhadores que vão capacitando-o para essa empreitada da formação. Fala do quanto gosta de fazer

formação, o quanto lhe dá prazer a elaboração do próprio curso, das aulas, dos debates e das conversas. E é exatamente essa paixão e experiência que ele busca trazer para o sindicato, não obstante, segundo ele, a real dificuldade de participar de forma mais efetiva do processo de trabalho da equipe de formação, em função do acúmulo de atribuições que tem na qualidade de diretor de sindicato. Apesar de todas estas dificuldades, a formação para ele permanece essencial e a sua concepção, é sintetizada da seguinte maneira:

“A minha concepção de formação permanece a mesma da que eu tinha lá atrás, bem lá atrás. A formação sindical não pode servir para as pessoas reproduzirem idéias, propostas, pensamentos e táticas sindicais. A formação sindical ou a formação do que quer que seja, ela tem que servir pras pessoas deixarem de ser número de massa e passarem a ser cidadãos, não é? Aqui no sindicato a gente diz: - Queremos que sejam militantes. Mas não é um militante que apenas reproduz, mas que ele possa pensar, avaliar e escolher caminhos; (...) pras pessoas também poderem se relacionar, colocar o que estão pensando.

A formação ela é um pouco mais lenta do que a realidade, não é? As coisas mudam e a gente tem que mudar. Até elaborar um novo a gente perde um período.”(Julho, 1995)

Procurei insistir, indagando da presença no projeto de formação do sindicato, da existência de algum norte ideológico, ou ainda, de algum viés anti-capitalista, ao que o diretor sindical prontamente respondeu:

“Tem uma configuração que é classista. Então o que nos norteia hoje dentro da visão classista, nós temos duas preocupações básicas nos nossos cursos. Primeiro é trabalhar para que o curso ajude na organização no local de trabalho. Então o curso não é desvinculado da política geral do sindicato: OLT (Organização nos Locais de Trabalho), Comissão de Fábrica, CIPA, militantes. Então o melhor curso que temos aqui é o de organização no local de Trabalho; a CUT não tem, o Cajamar não tem, o que eles têm é uma forma tão genérica, que para nós não serve. (...) E a outra coisa importante dentro dos cursos é a questão do processo de trabalho; o curso está voltado para transformações que estão ocorrendo dentro do processo de trabalho, para que os militantes, os trabalhadores possam entender as modificações e interferir no processo de trabalho, antes até de acontecer.

Então eu acho assim, tem esse viés que é classista, não é? Todo classista é ideológico, agora, não é aquele dogmatismo, aquela coisa que a gente teve no passado, de dizer: - O futuro é o socialismo. Não é, 'né'? Nós estamos descobrindo, como todo

“mundo, que não é bem assim, que temos que fazer outras coisas também.”(19/7/95)

Concepção Metodológica

Os relatórios, programações e documentos consultados desse período - 1990-1995 - não contêm abordagens explícitas acerca da temática da metodologia. Compreensível, talvez, pela ênfase dada à ligação do trabalho do sindicato com a proposta formativa da CUT e, portanto, com a assunção de sua metodologia.

Procurando clarear esta questão durante as entrevistas com os componentes do departamento de formação do Sindicato, pude reforçar esta hipótese ao longo das argumentações apresentadas. Assim, na suposição da presença deste referencial metodológico mais geral, uma das assessoras da Formação ao falar da metodologia, explicita mais os procedimentos que permitem tornar coerentes estes referenciais:

“Nós tiramos como prioridade a questão do grupo de formadores. O trabalho se dá por grupos específicos. Então nós fazemos formação para a base, para a militância que ‘lá’ começando a para a militância que já é antiga no movimento. São três níveis; dependendo do nível, a atividade de formação é diferenciada. Por exemplo, esse ano a prioridade do sindicato na área de formação era a reestruturação produtiva. Nem todas as pessoas estavam preparadas, capacitadas para fazer esta discussão. Então esse ano vamos capacitar os formadores, para poder fazer os cursos de reestruturação produtiva.”(19/7/95)

O diretor do sindicato que é igualmente o responsável pela formação, reforça esta íntima articulação político-interventiva entre a CUT e o Sindicato do ABC.

Enfatiza ele :

“Algumas coisas do nosso sindicato se confundem com a da Central, porque o Meneghelli sempre foi presidente daqui, presidente de lá, o Vicentinho também. Então muitas das coisas que estão colocadas na Central, refletem uma ação sindical nossa aqui. Então a CUT diz: ‘Concepção e prática Sindical’, é o que sempre nós fizemos, não é? Então nós não temos que ficar divergindo, discutindo,. Estamos teorizando uma prática nossa.”

E hoje a estratégia global do Sindicato se resume em duas coisas importantes: a organização no local de trabalho e o mapeamento do processo produtivo.”(Em 19/7/95)

São estas, em linhas gerais, a concepção e parte do leque de intervenções do Sindicato de Matalúrgicos do ABC, experimento que será retomado de forma incidental ao longo do processo de análise da tese.

No universo desta intenção de formar trabalhadores explicitada por este conjunto de entrevistados assim como pelos documentos que registram este movimento de dar corpo a esta vontade, vão se materializar programas de trabalho e de atividades, sistematizadas através de uma síntese das atividades formativas, colocadas em anexo. (ANEXO III).

3.2- O Patamar da teoria: a necessária tradutibilidade do experimento

O núcleo teórico adotado no sentido de maior compreensão dos significados do trabalho formativo realizado é o marxismo. A partir dele, procurar-se-á apreender e compreender os sentidos existentes no interior dos experimentos formativos efetivados por trabalhadores e/ou entidades de educação popular, voltados ao fortalecimento de seu processo formativo-organizativo, numa perspectiva de transformação da sociabilidade vigente, marcadamente regida por princípios de objetividade fundados em relações sociais capitalistas.

Nesse sentido, serão consideradas a partir das distintas concepções, formas/conteúdos e metodologia presentes no rol das experiências referidas, os seus eixos a lhes conferirem determinada identidade e perspectiva política.

Assim, partindo da compreensão e da intencionalidade que atribuem à experiência de formação, pretende-se detectar na combinação que efetivam entre história da sociedade humana, e, em especial, no lugar atribuído aos trabalhadores, alguns componentes desta intencionalidade: a visão que tem do capitalismo e das alternativas postas para sua superação, a maneira como lêem a própria conjuntura, como situam as classes sociais no seu interior e, sobretudo, as formas consideradas relevantes à conformação de uma outra sociabilidade, distinta da hegemônica. Todos estes componentes serão referências importantes no sentido de perscrutar a existência de uma dimensão estratégica no interior dessas práticas formativas. Assim, não se pretende efetivar nem um estudo de caso dos experimentos ou das entidades, nem

tampouco das possíveis ambiguidades e/ou afirmação/alteração de rumos da CUT. Os limites postos a este trabalho terão estes elementos na qualidade de um certo campo empírico, base essencial à análise das possibilidades abertas pela experiência formativa que busque contribuir com a perspectiva do trabalho.

De outro lado, se buscará nos elementos constitutivos da concepção gramsciana de cultura - a supor a presença efetiva de um Estado potencialmente diverso em conformação -, a implementação desta perspectiva estratégica, o que implica, por parte de quem projeta e faz formação, a essencialidade desta dimensão mediata, fundada na particularidade do campo do trabalho.

Esses componentes genéricos precisam ser mediatizados por algumas categorias teóricas, qualificando assim, a observação e a análise a serem efetivadas a partir da concretude das experiências e das leituras diferenciadas que vários dos sujeitos nelas envolvidos realizam. Dessa feita, busca-se mais que uma articulação de planos, busca-se o seu mútuo engendramento, a ser concretizado no trato do plano do real e do abstrato, do plano da experiência e o do conhecimento, e no plano da ação.

Trata-se portanto da tentativa de apreender relações e processos, em detrimento de conceitos fragmentados, desencarnados e enrigecidos.

Nessa direção credita-se, numa dimensão de mediaticidade, à perspectiva da emancipação enorme papel transgressor e ao mesmo tempo sintetizador de rumos, especialmente no que se refere à instituição de outras formas de sociabilidade.

Ao se falar de emancipação, precisa ser determinado o campo ao qual estou me referenciando; dessa feita ao delimitar o campo de trabalho, não só excluo outros campos - e outros projetos, valores, ideário etc - como também estou afirmando a presença de novas subjetividades, individuais-históricas que estão se constituindo. A ação efetiva do movimento dos trabalhadores sem terra, do movimento dos trabalhadores sem teto, do movimento feminista, do movimento de homossexuais estão a ratificar a visibilidade destes sujeitos históricos, especialmente a partir de meados dos anos 80.

Assim precisarão ser redefinidas várias questões essenciais: o que exatamente significa valorar a experiência do trabalhador? Significa reificar o senso comum nele presente, significa trabalhar a perspectiva de constituição de uma outra concepção de mundo e aí se investir no trânsito necessário ao bom senso gramsciano? Mas esta nova concepção se assenta em que princípios e referências mais gerais? Se não é o

socialismo, trata-se exatamente de que, como novidade humana e histórica? De que subjetividade se está a falar? Será que se está confundindo individualismo com individualidade e personalidade, ou será que a ordem de outras esferas da vida, fundadas na objetividade mas com contornos diversificados, não tem relevância no interior das relações sociais? Então, exatamente de que homem novo se está a falar? E que cidadania está sendo considerada? Aquela costurada no interior da ordem burguesa? De qual perspectiva de classe se está efetivamente tomando como referência? Ela está negada e/ou afirmada e potencializada? De que socialismo se está abrindo efetivamente mão? Em que consiste esta unidade do econômico-corporativo e do ético-político?

No âmbito destas indagações polêmicas, merece particular atenção do ponto de vista da visão que esse está a assumir para pensar a formação, a questão da subjetividade neste processo. Ou seja, ao se falar de subjetividade, quais as aproximações possíveis e quais as diferenciações marcantes? Em que isso vai afetar a concepção de formação adotada?

Há uma outra questão central da ordem do campo teórico, e que igualmente necessita ser precisada. Trata-se da perspectiva da ordem do capital.

Dela surge a elaboração da pergunta que não é tão claramente formulada, mas que os experimentos de formação e as interpretações sobre eles de alguma forma expõem: - É realmente necessária a criação de um outro ordenamento social? É realmente necessário que os experimentos de formação impulsionem os sindicatos e a Central, numa perspectiva revolucionária?

Creio que o pano de fundo essencial a auxiliar esta análise se coloca no sentido da explicitação/ afirmação ou ocultamento/subordinação do campo do trabalho. Este é o norte em torno do qual as práticas formativas têm que optar, necessariamente, em que pese a variedade de seus discursos. Aliás, também a linguagem terá decisivo papel neste processo.

Este divisor político é que irá definir e encaminhar as propostas formativas diferenciadas do ponto de vista teórico-metodológico.

Embora reconhecendo estas diferenciações, este estudo não se ocupa em avaliar o grau de resposta às questões acima levantadas pelos entrevistados e fontes documentais das entidades.

O que está sendo priorizado é o reconhecimento da formação na qualidade de valor estratégico, no âmbito do projeto emancipatório dos trabalhadores.

Munida desse conjunto de intencionalidades analíticas, inicio o quarto capítulo na perspectiva de dispor sobre as possibilidades de desconstrução da lógica que está a ordenar a vida social e, no seu interior, para a constituição de uma outra instituinte racionalidade, a recolocar a possibilidade de reorganização da vida social a partir de um outro ideário e assim, também dimensões de um projeto diferenciado, que, ainda de forma desagregada, se faz presente na dinâmica social.

Privilegiar-se-á no seu interior, para além das lutas e formas de organização das classes trabalhadoras, o seu investimento na formação político-sindical. Nesse contexto se clareará a formação do ponto de vista de seu caráter estratégico, campo de força importante à constituição desse novo projeto societário.

4º Capítulo: Formação dos trabalhadores: desconstrução da racionalidade capitalista, rupturas e redefinição de referências.

“Colocar a ênfase sobre a disciplina, sobre a socialidade, e pretender, todavia, sinceridade, espontaneidade, originalidade, personalidade: eis o que é verdadeiramente difícil e árduo. Portanto, a socialidade, o conformismo, é o resultado de uma luta cultural (e não somente cultural); é um dado “objetivo” e universal, assim como não pode deixar de ser objetiva e universal a “necessidade” sobre a qual se ergue o edifício da liberdade.”

Antonio Gramsci

Este capítulo se centrará nos sentidos através dos quais os trabalhadores conhecem e decodificam a vida social e elaboram, simultaneamente, a sua subjetividade. Nesse processo se dará relevância à educação, a partir de suas acepções de instrumento de transmissão de informações, decifrador e organizador de uma certa leitura do mundo; igualmente o senso comum como ponto de partida real das formas através das quais os trabalhadores entendem e organizam a vida na sua cotidianidade - assim como o trânsito para outras formas mais substantivas de compreensão e elaboração crítica de suas experiências e dos acontecimentos que estão a conformar a vida social -; além desses aspectos, também o campo da cultura será abordado, a partir da consideração de que no seu interior circula este conjunto diferenciado de relações e significados para os sujeitos e, finalmente, uma reflexão acerca da hegemonia, vital no reconhecimento da racionalidade vigente, de sua pujança, desenvolvimento e tendências e, principalmente, na constatação da movimentação real que as classes estão a vivenciar, e a partir da qual - da angulação das classes subalternas - se constitui, ainda que repleta de fragilidades e imprecisões, uma outra distinta racionalidade.

4.1- Formação: Hegemonia, Educação e processo de conhecimento

4.1.1- Educação e processo de conhecimento

Uma reflexão sobre a formação dos trabalhadores não pode prescindir de uma referência, ainda que breve, às formas através das quais conhecemos - compreendendo e interpretando - a realidade. Assim como, nesse percurso não é possível desconsiderar a presença da educação na sua variedade de sentidos e componentes agregadores, estabilizadores e/ou transgressores, ou ainda, potencializadores de práticas individuais e sociais.

A concepção de conhecimento utilizado como referência para as análises feitas supõe a idéia basilar de Gramsci de que todos os homens são filósofos, todos, mesmos os mais simples interpretam e elaboram a sua vida, tendo portanto para o presente algum princípio orientador de seu experimento cotidiano, assim como pensam o seu futuro, projetando desejos e anseios. E nesse processo global, misturam de forma absolutamente desordenada, contraditória e acrítica um conjunto variado de concepções de mundo. Assim, coexistem nessas formas de conhecimento e reconhecimento de si mesmos e do mundo, aspectos primitivos da convivência social, assim como esferas da modernidade possibilitada pelo avanço das ciências, ou ainda traços das grandes contribuições filosóficas que circulam, absorvidas em seus aspectos mais conservadores e/ou instigantes às transformações. Neste caldo cultural, há elementos constitutivos da vida social com determinantes de classe próprios, elementos que funcionam na qualidade de provisória esteia para os indivíduos; a não estaticidade supõe a transformação que operando, põe em movimento ciência, arte, filosofia, economia, política, as relações em geral, alterando costumes e visões do mundo. Nesse quadro, a apropriação destes elementos pelos indivíduos se coloca como contínua possibilidade, se refletindo não só na linguagem como igualmente na sua personalidade e subjetividade, enfim, no conjunto das relações sociais. Esta apropriação individual e coletiva *“é um dos fatores que a cada momento tende a consolidar, atualizar ou superar os limites dessa mesma ordem”*. (GENNARI, 1995:5)

A educação será utilizada em duas dimensões distintas. A primeira na qualidade de componente essencial ao fornecimento de informações necessárias às necessidades presentes no âmbito de nossa organização social, numa perspectiva

eminentemente utilitarista. A segunda, a supor igualmente o acesso ao acervo cultural próprio da época, vai valorar o processo de humanização dos homens, numa visão mais universal, a demandar o desenvolvimento de uma perspectiva crítica a fecundar não só o conjunto das elaborações como igualmente, impulsionando à criação de novas relações.

Percebe-se que há uma imbricação entre determinadas perspectivas de conhecimento e educação. A meu ver, o processo de formação propicia este movimento de síntese.

Será, portanto, atribuída à formação no âmbito desta tese, um sentido de oportunização aos sujeitos do exercício absolutamente singular de conformação de suas sínteses, especialmente se pensando a possibilidade de constituição de uma subjetividade coletiva a implicar tanto na apropriação de processos de conhecer e interpretar a vida individual e social, quanto dos componentes educativos - normativos e conformadores de uma determinada forma de inscrição na vida social, ou ainda, na sua crítica, rejeição e re-criação diferenciada (o exemplo da educação popular, especialmente das contribuições do pensamento de Paulo Freire traduz bem este sentido) - e, finalmente, na subjetivação que os sujeitos fazem ao definirem as suas referências cruciais a dar sentido à existência - particular e coletiva -, supondo igualmente a adoção de valores e princípios, marcas fundamentais de um norte a ser encarnado.

Apropriações relativas ao sentido e aos processos de conhecer, não se constituem algo inovador no âmbito das distintas formas através das quais os homens vêm organizando a sua vida em sociedade.

O “mote” da ordem, do fragmento, da banalidade e da vida social presidida por um sentido *prático-utilitário* (KOSIK,1976:60) qualificado e substantivado por sua vez, pelo efêmero e descartável, vem se afirmando como núcleo desse conhecimento amplamente divulgado e reconhecido socialmente.

No entanto, se esta é a matriz hegemônica a moldar as formas de presença do processo de conhecimento na vida social, é possível vislumbrá-la para além desta diretriz.

Na superação dessa dimensão utilitarista do conhecimento, o movimento é o da adoção de uma outra perspectiva, que por sua vez vai implicar não só na assunção

do ponto de vista da totalidade, como também vai supor, a partir do “*princípio metodológico de uma investigação dialética da realidade social (...) a afirmação de que “cada fenômeno pode ser compreendido como momento do todo.” (KOSIK, 1976:40)*

Nessa direção, o pensamento dialético vai conceber o real na qualidade de não redutível ao que está dado, o que implica que este fundamento vale igualmente para a totalidade dos fatos e relações; mais que isto, este todo é sobretudo criação.

Para o materialismo, esta totalidade que precisa ser conhecida, reconhecida e, principalmente, transformada - re-criada -, supõe uma premissa fundamental: a do homem como sujeito indispensável nesse processo:

“Nesta problemática que indaga o que é a realidade social mediante a verificação de como é criada esta mesma realidade social, está contida uma concepção revolucionária da sociedade e do homem.” (p.44)

GRAMSCI (1981) ao discutir os instrumentos lógicos do pensamento, vai atribuir grande importância à técnica do pensamento, a qual segundo ele,

“não criará grandes filósofos, mas fornecerá critérios de julgamento e de controle, bem como corrigirá as distorções do modo de pensar do senso comum” (p.77)

Especialmente para as classes subalternizadas, o seu distanciamento das elementares noções da língua, do acervo cultural, assim como de um processo sistemático de pensar e elaborar sobre os fatos mais corriqueiros, se impõe tanto como limitação quanto desafio para a utilização da dialética: um novo modo de pensar não pode abdicar das formas elementares de comunicação e informação, fundamentais à uma nova compreensão e interpretação da vida singular e social.

A adoção, portanto, de uma outra perspectiva de conhecimento que interroga os fatos sociais e não os vê como algo dado vai exigir, sobretudo do ângulo dos sujeitos que estão se propondo a exercer atividades voltadas para a formação humana, um movimento metodológico e político-existencial a interpelar os sentimentos e a razão dos indivíduos, ao mesmo tempo em que vai se revelando um auxiliar precioso no inestimável e necessário movimento de síntese a ser realizado pelos sujeitos. Tal síntese implica na reconstituição de sua personalidade e de sua concepção de mundo, criando, dessa feita, as possibilidades de que esta última se espraie para além do aprisionamento subordinador à hegemonização capitalista em curso.

Para além de uma perspectiva epistemológica, os sujeitos que expressam a necessidade de conhecer a realidade histórica não podem desconsiderar, igualmente, o processo de apropriação teórica fundamental não só no deciframento dos fatos como também na atribuição de significados pelos sujeitos, fatores estes decisivos na elaboração das possibilidades concretas - objetivas/subjetivas - de transformação da própria realidade.

A educação nesse percurso

O processo de conhecimento vai implicar em um conjunto diversificado de instrumentos a possibilitar a circulação de conceitos, princípios, normas, tradições, traços culturais, entre outros aspectos. Nesse contexto a educação terá papel relevante, não só na qualidade de retransmissão das informações socialmente produzidas, como, igualmente, na circulação de valores e padrões de comportamento.

Utilizando-se desse entendimento da educação Anibal PONCE (1985) faz uma recuperação histórica importante em torno de algumas concepções de educação, desde a comunidade primitiva aos primórdios do século XX, destacando nesse percurso a predominância dos modelos de organização da economia - a partir da lógica dos setores politicamente dominantes - na formulação e execução dos modelos educacionais.

Em sua análise, o interesse básico para esse estudo consiste na apropriação utilitarista que no capitalismo se faz da educação. Que, como se verá mais à frente, repercutirá nos experimentos de formação.

Na particularidade do capitalismo comercial nascente, vai destacar a transição valorativa que vai ocorrer, concomitante às alterações de ordem econômica, tornando visível no que se refere à burguesia mercantil, por exemplo, a ênfase na individualidade triunfante em consonância com a afirmação da própria personalidade. No período do Renascimento preponderará, enquanto aspiração essencial, o “culto ao homem de negócios”: *“formar homens de negócios que também fossem cidadãos cultos e diplomatas hábeis.”* ((1985:110)

A educação do homem burguês até meados do século XVIII será marcada, entre outros aspectos, pelo sentido de utilidade e praticidade. Ponce ressalta que

Montaigne em seus Ensaios Pedagógicos afirmava que “*deveríamos limitar o campo de nossos estudos às coisas de provada utilidade*” (Idem: 114).

Nesse quadro de transição de formas de estruturação social, especialmente se considerando este sentido utilitarista que se enraizava, não só a própria educação cavalheiresca passa a perder a serventia para o nobre que tendia a ser cortesão, como tampouco tinha utilidade a dialética e a teologia ao burguês que se lançava ao fretamento de navios para realizar suas empreitadas - mercantis mais que “aventureiras” - rumo ao Novo Mundo.

Essa nova concepção de educação se afirmava, fundada no terreno dos negócios, em íntima conexão com o individualismo burguês em ascensão. Seu pano de fundo são interesses econômicos que estão em curso e que vão se expressar, igualmente, em certos ideais atribuídos à educação.

Essas breves anotações apenas têm a finalidade de destacar como, desde a passagem do feudalismo para o capitalismo, a burguesia já adotava como premissa a afirmação dos direitos do indivíduo a partir de sua particular leitura de classe. Dessa perspectiva, o individualismo burguês vai aparecendo e se afirmando sob as mais diferentes facetas, a ditar a implementação de interesses bastante peculiares: liberdade para contratar, para comercializar, para justificar suas crenças e, finalmente, para viajar (evidentemente a partir do traçado de “rotas” muito bem definidas).

Nesse quadro, a formação desejável às massas era aquela que as tornasse aptas a competir no mercado. A esse respeito, Basedow, um dos discípulos de Rousseau, já anunciava nesta época, de forma explícita, o princípio da educação utilitarista ao afirmar que a finalidade da educação consistia em formar “*cidadãos do mundo e em prepará-los para uma existência útil (grifo meu) e feliz.*” (apud PONCE:136). Para a consecução deste ideal, nada mais natural que escolas diferenciadas, uma para os pobres e outra para os filhos de eminentes cidadãos. Dessa perspectiva, a determinação de que as crianças das grandes escolas (populares) devessem “*de acordo com a finalidade a que deve obedecer a sua instrução, dedicar metade de seu tempo aos trabalhos manuais (...), além de efetivar deveres e atribuições próprios às classes populares*” (Idem:137), se constituía em algo absolutamente trivial.

A burguesia da Revolução Francesa, por sua feita, compreendia a necessidade de ampliar a instrução do povo, a partir da constatação de que o manuseio competente

das máquinas industriais exigia um saber mais qualificado por parte dos trabalhadores. Esta concepção utilitarista vai conformar a adoção da educação elementar, distanciada de um ideal de acesso à cultura para as classes populares. O que vai se impor é uma formação que responda a uma necessidade concreta do novo processo de trabalho - face do capitalismo em ascensão - e que vai redundar, para o embrionário proletariado, em exploração do trabalho em consonância ao processo, também fundamental, de consolidação de sua consciência. (BOSI, 1995).

Tais dimensões são retomadas por Celso BEISEGEL (1979) ao destacar no interior de nossa formação social, a enorme influência da “cultura de massa” como conformadora deste singular ideário, adequado às necessidades das sociedades capitalistas. Neste sentido são emitidas mensagens para a sociedade pela indústria cultural,

“dando forma a um complexo de valores, idéias, sentimentos, atitudes..., enfim, a uma certa cultura produzida de “cima para baixo”, de certo modo imposta a largos setores da população, bem diversa daquela cultura popular resultante da interação entre os homens comuns no curso da história.” (1979:41)

Beisegel registra, por exemplo, já a partir do século XVIII, a entrada das idéias liberais na colônia, chamando a atenção do ponto de vista da educação, que as idéias de educação para todos assumiam a aparência de uma educação para todos os cidadãos, entendida pelas “elites intelectuais” como um direito de todos, inicialmente e, mais adiante, como um dever, também de todos.

Estes grupos por sua vez, ao expressarem seus interesses assumindo determinadas orientações, aderem, em verdade, a um certo corpo de doutrinas, conformador de um determinado projeto de sociedade, não obstante sua imprecisão e irreabilidade. Nesse projeto,

“a educação para todos assumia um duplo papel: era ao mesmo tempo um componente intrínseco da sociedade que se pretendia realizar e, também, o principal instrumento de preparação dos homens para a construção dessa ordem social particular. A educação era assim entendida como exigência individual e social, era necessária para todos e deveria ser levada a todos mesmo quando a coletividade ainda não tenha consciência dessa necessidade individual e desse dever cívico (...). De algum modo tratava-se, já aqui, de ‘conscientização.’” (idem:50)

Pode-se afirmar que a educação neste contexto pode ser identificada como um necessário e eficaz instrumento auxiliar de conformação do consenso, a assegurar,

o ideário valorativo em consonância com a constituição e enraizamento do próprio ordenamento social.

Estabelecendo os elos históricos, pode-se afirmar a permanência ao final do século XX desse modelo de educação, a traduzir, como bem explicita GENARI (1997), uma perspectiva de educação “hegemonizante” fundada numa massa crescente de explorados, educados para

“obedecer e orientar suas vidas de acordo com os valores do mercado, disciplinados a pensar e agir nos estreitos limites traçados pelos interesses das elites, dificilmente conseguirão transformar sua revolta em algo ameaçador. tendo como instrumento teórico a visão de mundo do senso comum e como prática a busca incessante do interesse individual, a hipótese mais provável é a de que as classes dominantes terão tempo e condições suficientes para viabilizar num novo patamar suas relações com os setores subalternos e reconquistar a confiança das massas nas possibilidades do sistema.”(Idem: 14)

Esta perspectiva utilitarista da educação vai se afirmando e expandindo no interior do ordenamento burguês, e se potencializa ainda mais ao ser internalizada pelo conjunto dos sujeitos sociais, a partir do contato e convívio com os valores e ideário dominantes. Ela atravessa a todos, através de um conjunto inimaginável de instituições e de relações sociais que aí se conformam e se intercambiam.

Sobre esta movimentação em termos do traçado de seus conteúdos, significados e práticas, os itens subsequentes se deterão, buscando desenhar e problematizar alguns aspectos considerados relevantes do ponto de vista da formação política.

4.1.2- Hegemonia: educação, senso comum e bom senso.

*“- Não concordo com esse ponto de vista - disse K., balançando a cabeça. - Ao aceitá-lo seria preciso admitir como verdadeiro tudo o que diz o guarda. Mas você mesmo provou suficientemente o quanto isso é impossível.
- Não - disse o abade -, não é preciso aceitar tudo como verdadeiro, deve-se apenas aceitá-lo como necessário.
- Triste conclusão - disse K. - Ela transforma a mentira num principio universal.” (Kafka, O Processo).*

As tentativas e práticas de desenvolver processos de formação, se defrontam com um dado irrefutável e que carece ser melhor compreendido - teórica e concretamente - : trata-se das formas de presença e permanência da hegemonia burguesa, múltiplas e que efetivamente têm organizado e gerenciado a vida cotidiana das classes sociais em geral.

A fala do abade de alguma forma expressa a necessidade que os indivíduos têm de incorporação e aceitação de regras, normas e leis, que efetivamente traduzem uma particular verdade que, ao se ‘hegemonizar’, se transmuda em componente universal e fator de coesão.

Esta verdade, como qualquer realidade, esta verdade intrínseca à existência dos processos de normatização, não se apresenta em sua plenitude ao sujeito. Algo permanece recalcado, e pode ter sua explicação na existência de formações ideológicas que, mediadas na ordem simbólica, impossibilita que toda a realidade seja efetivamente apreendida. Esse recalco tem, portanto, um caráter ideológico, acarretando a secundarização dos elementos determinantes da sua maior apropriação e, no fluxo geral, forja a intensificação do processo de aceitação de normatizações várias por parte dos sujeitos, a partir da consideração de que os elementos em questão são ‘naturalmente’ necessários para que flua, com tranquilidade, o próprio ordenamento vigente. Os componentes constitutivos desse processo que se apresentam incompreensíveis aos sujeitos, serão vividos na qualidade de injunção. (ZIZEK:1996)

No que se refere à particularidade das classes subalternas brasileiras, na atualidade deste final do século XX, pode-se afirmar que o estado capitalista manteve sua competência no processo de educação voltado para o consenso social, fundado na

“destruição dos sentimentos de coletividade e solidariedade (base de toda forma de organização e resistência), pela incorporação acrítica dos valores do mercado”. (GENNARI 1997:14).

O senso comum prevalece, se cristaliza e, sob o ‘verniz’ educativo incorporado pelos indivíduos, tende a ir forjando a internalização acrítica de valores e conceitos, de interpretações acerca da vida, pautadas, predominantemente, na racionalidade dominante. Se isso é verdadeiro, também o é o fato de que o senso comum é conformador da vida social destas classes, no sentido de que a ingenuidade política explicativa dos acontecimentos presentes na vida social, não impede estes setores de terem visibilidade através da busca e efetivação de formas alternativas de

sobrevivência, explicações mágicas mas satisfatórias para os mistérios da vida, resoluções criativas no enfrentamento das adversidades e até um “discurso plasmador” do seu modo de organizar a vida.

Não se está a afirmar que isso é bom ou ruim. O destaque a ser feito e que precisa ser compreendido em sua complexidade - para que não se atribua às classes subalternas características equivocadas, seja de vitimização ou de sapiência nata -, é o de que nas relações que estão postas na sociedade, estas tendem a aparecer para a maioria das classes subalternas na qualidade de algo perfeitamente natural, não comportando, dessa feita questionamentos significativos em relação à estruturação da organização social. Dessa maneira essa vai tender a ser vista por tais classes, com o atributo da permanência e da normalidade.

Nesse contexto, o mais comum é o predomínio de reações de defensividade e rejeição perante as propostas de alteração do estabelecido, quando não sujeitas a uma interpretação de violência, desestabilização e perda. O verdadeiro caráter violento e classista do ordenamento capitalista permanece obliterado.

Ao trabalhar com o conceito de hegemonia tanto no sentido de direção como no de domínio, Gramsci está a considerar este aspecto efetivo da violência do capitalismo e, portanto, da necessidade das classes subalternas fazerem frente a esta face coercitiva - e real - do processo de dominação. Assim, esta “naturalidade e passividade” presente no ordenamento burguês, a “contagiar” os setores subalternizados, supõe a presença e eficácia do convencimento; no entanto, também presente e a este complementar de forma absolutamente necessária, encontra-se a coerção. Reconhecer tais presenças e sua intervenção no processo de ordenamento social é tão relevante quanto elaborar o seu próprio processo de constituição das forças que intentam ser dirigentes e dominantes e, portanto, portadoras de um outro projeto já em construção.

Para além da passividade, outro poderoso componente do conformismo social consiste na indiferença. Este traço do homem-massa é assim descrito por Gramsci:

“a indiferença é o peso morto da história (...) O que ocorre não ocorre tanto porque alguns elementos o queiram, quanto porque a massa dos homens abdica de sua vontade, deixa fazer, deixa de dar os nós que depois só a espada poderá cortar.”
(Gramsci, 1916:228-9, apud DIAS, 1985:37)

Poder-se-ia afirmar serem estes elementos os que vão forjar as bases de constituição da cidadania burguesa, para além do componente de nacionalidade, a conformar uma falsa mas efetiva identidade para as classes trabalhadoras em geral.

O que Gramsci elabora no conceito de hegemonia implica numa percepção de que, nem a força, nem a lógica da produção capitalista, explicam o consentimento que esta forja e que tem amplo reconhecimento no âmbito das classes subalternas. Dessa forma, para além dos componentes nitidamente ideológicos, não devem ser colocados em segundo plano certos mecanismos que afetam a própria elaboração da afetividade e da subjetividade dos sujeitos sociais, igualmente essenciais à compreensão desse complexo mecanismo.

O conceito de hegemonia implica em dois movimentos vitais: de um lado, num processo através do qual uma parte da classe dominante exerce o controle sobre outras frações aliadas, não em termos de imposição ideológica mas através de

“um processo politicamente transformativo e pedagógico, pelo qual a classe (fração) dominante articula um princípio hegemônico, que combina elementos comuns, extraídos das visões de mundo e dos interesses dos grupos aliados.”
(GIROUX, 1981:418, apud CARNOY, 1997:95)

E de outro lado, na relação que se dá entre as classes dominantes e as subalternas. Nesse sentido a hegemonia compreenderá a movimentação destas primeiras, imprimindo a sua efetiva direção intelectual e moral, no sentido de assegurar a presença e permanência de sua visão de mundo, dotando-a porém de uma natureza abrangente e universal, através da qual intenta moldar os interesses e necessidades dos grupos subordinados.

No entanto este conjunto de relações não é estático, mas pleno de contradições postas pelo dinamismo da base material da sociedade, dos processos sociais em contínuo movimento, assim como pela presença ativa e real dos sujeitos na vida social.

Ainda pensando a questão da hegemonia, Edmundo DIAS (1997) salienta que o campo da ação das classes é por elas atravessado tanto no que se refere à

“ampliação da esfera de classe, absorção da sociedade, momentos concretos da identificação da classe dirigente/dominante com a sociedade. Hegemonia: projeto que permite expressar o programa, o horizonte ideológico, no qual as demais classes devem se mover. Horizonte que, ao proceder à padronização, ao “conformismo”, desorganiza, inviabiliza, ou tenta, os projetos das demais classes (...). Horizonte que é

estruturação do campo das lutas, das alianças, do permitido e do interdito. Racionalidade de classe que se faz história e que obriga as demais classes a pensar-se nessa história que não é delas.”(DIAS,1997:38)

Pode-se inferir da perspectiva de constituição de uma outra hegemonia, que uma das questões essenciais, do ponto de vista das classes subalternas, diz respeito à necessidade de um real exercício de crítica, fundado nos e articulado com os componentes teóricos, - refiro-me aqui à filosofia da práxis -, que se constituindo em atividades, contrapontos materiais, objetividade e encarnação na vida e nas relações, se colocam em contraposição profunda ao projeto hegemônico, ao mesmo tempo em que, os sujeitos vão elaborando uma outra concepção de mundo, que é, em síntese, atividade crítico-teórica e movimento de transformação.

No entanto este processo adquire um grau de complexidade maior ao serem considerados os processos de internalização que vão ocorrer nos sujeitos. Do ponto de vista da formação tal dimensão não pode ser secundarizada, ou mesmo recuperada em graus de generalidade que pouco auxiliam no processo pedagógico que precisa ser instaurado junto à totalidade dos protagonistas envolvidos, formadores/formandos, entidades/agentes educadores. Tão importante quanto considerar a materialidade da existência das classes e dos sujeitos, bem como as ações concretas que desenvolvem, é também se levar em conta os significados que estes atribuem às suas ações.

Essa ponderação adquire expressividade ao se considerar, na particularidade das ações empreendidas pelas classes subalternas, a presença do senso comum. Dessa perspectiva, considerar a existência e a importância de sua superação no âmbito das relações capitalistas - a implicar infantilização e subalternização das classes trabalhadoras - é algo essencial e um dos aspectos centrais do pensamento gramsciano, especialmente ao se levar em consideração que esta visão de mundo, tende a ser incorporada e realimenta o senso comum, não é forjada de maneira linear e harmoniosa. Os grupos sociais e os indivíduos frente à inevitabilidade do contato e influência dos valores e normas vigentes, tanto são por estes marcados quanto plasman, ao mesmo tempo, os seus próprios interesses, as suas formas de enfrentamento da vida cotidiana, as suas emoções, além de outros experimentos grupais não atrelados aos modelos instituídos.

O produto desta concepção de mundo constituída nesse movimento contraditório tende à ambiguidade: contém desde o conformismo à ordem dominante,

aos movimentos desagregados de resistência perante esta, bem como respostas outras, repletas da relativa imprevisibilidade que povoa as ações dos sujeitos frente às distintas situações da vida social. Pode-se afirmar que se fazem presentes expressões de subjetividade construídas nesta objetividade, tanto direcionadas à afirmação quanto à ultrapassagem do estabelecido. Constatável é o fato de que a marca essencial desta subjetividade é revestida pela aceitação social do ordenamento hegemônico - fundada na indiferença, no conformismo ou ainda na concordância com a sociabilidade desse consenso que vige - , em conformidade com os próprios limites demarcados pelas classes dominantes, a partir de relações sociais elaboradas na concretude e singularidade da formação social.

A ultrapassagem dessa visão de mundo previsivelmente fragmentada, supõe uma necessária elaboração dos acontecimentos. Tal elaboração expressa, seja a inicial compreensão das diferenças sociais presentes na sociedade burguesa - ainda que desprovidas do reconhecimento do potencial de organização e força existentes nas próprias classes subalternas -, seja a adoção de formas diversificadas de resistência ao estabelecido (ainda que dotadas de incipiente tradutibilidade de significados).

Transitar na direção desta ultrapassagem impõe o reconhecimento - inegável - da relevância da ideologia, da cultura e de um efetivo investimento na educação.

Terry EAGLETON (1996), ao se referir ao conceito gramsciano de hegemonia, destaca do ponto de vista dos trabalhadores, a necessidade de estabelecimento de uma liderança moral, política e intelectual, com o sentido de difundir a sua própria visão de mundo. Nessa direção, afirma ele,

“Para Gramsci, a consciência de grupos subalternos na sociedade é tipicamente fraturada e desigual. Em tais ideologias, geralmente existem duas concepções conflituosas de mundo, uma extraída das noções “oficiais” dos governantes, a outra derivada da experiência prática da realidade social por um povo oprimido.(...)Essas contradições no pensamento devem ter uma base histórica, e Gramsci a localiza no contraste entre o conceito emergente de mundo que uma exhibe quando atua como uma “totalidade orgânica” e sua submissão, em tempos “normais”, às idéias dos que a governam. Um alvo da prática revolucionária, então, deve ser elaborar e explicitar os princípios potencialmente criativos implícitos na compreensão prática dos oprimidos - elevar esses elementos incipientes, ambiguos de sua experiência à condição de filosofia coerente ou “visão de mundo”.(EAGLETON,1996:110)

Gramsci irá explicitar, portanto, o papel educador da filosofia da práxis, atribuindo à teoria fundamental valor na superação dessa forma fragmentada e contraditória de ver o mundo, na qualidade de componente auxiliar à sua decodificação e reconstituição. Edmundo DIAS (1996) ressalta ainda nessa perspectiva, como a manutenção ou a vitória de um projeto hegemônico não pode se ater ou se processar, diferentemente, apenas levando-se em conta a superioridade técnica, lógica e racional. No caso específico da construção de uma nova hegemonia implica especialmente em

“compreender como um discurso pode capturar as emoções e as práticas das classes que domina. (...) O debate hegemônico não se move, devemos enfatizar, apenas no campo da racionalidade. Mas também no campo da afetividade. As formas anteriores de pensamento não apenas têm por si a legitimidade do antigo uso mas a sua transformação em afetividade.”(p.58)

Nesse sentido, um dos enormes desafios das classes subalternas consiste em elaborar uma concepção mais coerente, com capacidade não só de propiciar um sentido mais qualitativo à própria vida, como igualmente, a de por em circulação, ainda que embrionariamente, o processo e as formas de afirmação e divulgação de uma nova racionalidade, elementos de uma outra hegemonia. Gramsci afirma :

“Por ser uma filosofia do concreto e do real, a filosofia da práxis apresenta-se, inicialmente, como crítica do senso comum, isto é, da filosofia heterogênea, e não elaborada, das classes subalternas”(GRAMSCI,1981:21)

Tal enraizamento se alimenta, se fortalece e se reproduz a partir dos elementos e concepções que estão presentes no senso comum, que, para Gramsci, refletem elementos significativos existentes na própria vida social. Nesse sentido, esta “consciência popular” não deve ser rejeitada, pura e simplesmente; pelo contrário, o desafio está em se fazer a distinção dos elementos reacionários e progressistas que a compõem. O trânsito para o bom senso, supõe a referência a esta forma de consciência- senso comum, que, reconstruída, se transmuda em nova cultura e filosofia. Precisam ser forjados, portanto, vínculos substantivos entre a experiência vivida e interpretada simploriamente pelas classes subalternas e uma teoria, a auxiliar a construção de conexões subjetivas e objetivas entre esta experiência popular e a organização e vida política. Assim,

“Não se trata de introduzir a partir do zero uma forma científica de pensamento na vida de todo mundo, mas de

*renovar e tornar 'crítica' uma atividade já existente.”
(GRAMSCI, 1978:103)*

Estes conteúdos do pensamento gramsciano são apropriados no cotidiano de algumas experiências formativas pesquisadas, utilizados na qualidade de referências efetivas à existência e consolidação do já aludido esboço de projeto societário. Um dos entrevistados expressa esta dimensão presente na sua prática formativa:

“Nos cursos a gente trabalha com a noção de senso comum do Gramsci, e que uma das características do senso comum é que ele é incapaz de fazer um inventário, e fala coisas como se fosse dele, sem saber da assinatura que está embaixo; essa despolitização, essa ausência de uma formação que dê consistência a alguns princípios para as pessoas lerem e se acharem numa concepção.(...) (Entrevista com monitor do 13 de maio-NEP, julho, 1995).

Nicola BADALONI (1978) destaca os componentes ideológicos presentes nesse itinerário, nem um pouco linear, de potencialização dos elementos que constituem este ‘núcleo sadio’ do senso comum, ressaltando inclusive que o próprio Gramsci não vai se referenciar na concepção mais comum de ideologia, na qualidade dos componentes não visíveis, justificadores da forma de estruturação da sociedade, mas sim na

“manifestação do choque das realidades correspondentes a dois modos de produção visíveis historicamente. (...) nas quais se condensam os comportamentos e as concepções de mundo próprias destes modos de produção diversos (...); sintetizam um modo diverso de comportar-se na presença de estruturas sociais diversas. O choque ideológico reflete sensivelmente o choque das relações sociais existentes com outras e novas que emergiram e impuseram uma moral conforme a elas.” (p. 11-12)

Ainda Badaloni registra a permanente articulação dessa fundamentação gramsciana a partir de elementos presentes no próprio pensamento de Marx, no sentido de que este já acenava para a importância do senso comum e da solidez das crenças que este conforma, não no sentido da pertinência e validade do conteúdo dessas crenças, mas exatamente na sua dimensão de imperatividade ao produzir normas de conduta.

Dessa perspectiva, implícita está a necessidade de constituição de outras crenças, num certo sentido, um novo senso comum, necessidade igualmente imperiosa, emergência de uma crítica inicial das formas históricas que organizam os sujeitos reais

no interior da sociedade capitalista. Assim, pode-se pensar a relação indissociável entre o processo de conhecer e de se inscrever no mundo, transformando-o, ao mesmo tempo em que se pode compreender melhor, através da passagem de um senso comum solidificado - expressão das relações sociais existentes baseadas na igualdade formal - para a sua crítica e reconstituição em novas bases - instauração de novos componentes de liberdade no desenho de uma também nova situação histórica -, na qualidade de momentos privilegiados a possibilitar a emergência do 'coletivo'.

E nesse conjunto, Gramsci insiste na importância e necessidade da teoria, exatamente no movimento de ir além destas aparências mais imediatas, fornecendo os elementos mais significativos de entendimento do terreno sobre o qual as lutas de classe estão tendo lugar.

A compreensão mais ampla desse processo, por sua vez, supõe a consideração do campo da cultura na qualidade de elemento essencial a essa reconstrução do universo de referências dos setores subalternizados, campo a ser explicitado no item que se segue.

4.1.3-Hegemonia, cultura e processo educativo.

"Então o DIEESE formaria formadores que iam trabalhar em em suas próprias entidades.(...) A partir de 1984 nós começamos a fazer esse trabalho de formação de coordenadores de programas de educação sindical. Fizemos 52 cursos no Brasil inteiro, de 1984 a 1991, 52 cursos de formação de formadores. Era um curso básico onde a gente discutia : o que é educação para o trabalhador? O que é educação? Se a educação para o trabalhador tem uma característica própria, que metodologia deve ser usada? E como é que na prática a gente pode estar operacionalizando esta metodologia sem perdas no movimento sindical? (...) E a partir daí a gente fez cursos de aprofundamento, também chamados "nível 2", que eram conteúdos mais específicos, usando a mesma metodologia(...) Eu vi renascer a formação sindical no Brasil. Foi uma coisa muito bonita... Isto é uma coisa que ninguém toma da gente mais. Se você perguntar se todas essas pessoas viraram formadoras, é óbvio que não. (...) Mas através desses cursos as pessoas saíam com outra cabeça, as pessoas saíam de outra maneira. Saíam abertas para a possibilidade de formação sindical, de uma outra maneira de trabalhar para a organização, ou seja, existia a luta, que a gente não negava, mas existia também uma outra maneira de lutar e de brigar..."

Solange Bastos - Escola São Paulo de Formação Sindical da CUT S.P.

O percurso feito até o momento permite a afirmação de que na particularidade de nossa formação social, a vida social organizada sob o capitalismo, não só confirma, mas externaliza, a prevalência de um determinado projeto hegemônico, o burguês. Hegemonia entendida a partir da ótica gramsciana, a implicar, portanto, a articulação de dois elementos essenciais: a direção intelectual e moral e a dominação exercida por uma classe social sobre as demais, a partir da “imposição e conformação de um determinado consenso”, pautados em sua forma particular de interpretar e organizar a vida social, na ótica de seus interesses de classe.

Este movimento de “convencimento” e de elaboração do consenso social, vai necessariamente implicar na internalização da lógica da qual se originam a disseminação de formas e valores hegemônicos.

Esta dimensão internalizadora merece particular atenção quando se está a tratar do processo de educação e formação. Mais ainda quando se cogita, não de qualquer processo formativo, mas sim de um singular, voltado à conformação de uma nova filosofia, a engendrar princípios de ordenação da vida individual e social, distintos. Mais que diferenciação, trata-se também de conformar uma nova direção para a vida social, a supor junção de vontades individuais que se disponham a compartilhar a criação de uma concepção coletiva e emancipadora do mundo.

Tal reflexão, que se está a empreender, supõe, no trato da hegemonia, uma premissa essencial: a de que o ordenamento vigente, organizado pela burguesia - não obstante seja traduzido como algo naturalizado - tem de fato a marca da transitoriedade, essa sim, própria do permanente embate de forças distintas e da ação de sujeitos concretos que se movem em conjunturas singulares.

Dessa perspectiva, Gramsci destaca que o

“desenvolvimento político do conceito de hegemonia representa - além do processo político-prático - um grande progresso filosófico, já que implica e supõe necessariamente, uma unidade intelectual e uma ética adequadas a uma concepção do real que superou o senso comum e tornou-se crítica, mesmo que dentro de limites ainda restritos.”(1981:21)

Nesse sentido, hegemônica será a classe que se revele capaz de construir e manter o consenso entre grupos sociais heterogêneos, o que implica a criação de

“*unidade ideológica de todo o bloco social*” (GRAMSCI,1981:16); ou ainda, “*capacidade de articulação de um projeto expansivo*”. (DIAS,1984:26)

Na visão de Gramsci, a hegemonia vai implicar na assunção de uma série de práticas voltadas à obtenção do consentimento, parte da efetiva dominação de classe. Implica, portanto, no estabelecimento de uma ‘liderança’ moral, intelectual e política no interior da vida social, difundindo a sua concepção de mundo pelo conjunto da sociedade.

A constituição de uma hegemonia distinta vai implicar necessariamente na criação de uma nova racionalidade. Esta, por sua vez, exigirá que uma nova concepção de mundo esteja em circulação, produto da crítica das bases que estão a sustentar a concepção hegemônica, e mais que isto, da efetividade desta presença na qualidade de um projeto que está se constituindo num campo simultâneo de luta, onde necessariamente há que ser precisada a natureza dessa oposição: esclarecendo contra que e contra quem se é contra.

Neste processo, mais do que a negação em curso, está a se afirmar uma essencial diferenciação, a implicar por sua feita em árduo e permanente movimento de caráter eminentemente formativo: o de construção e reconstrução tanto dos sujeitos, quanto do próprio projeto em andamento.

Edmundo Dias ao se referir a este processo afirma ser ele

“Produção material, produção simbólica, articulação de direitos, criação de intelectuais que expressem e ampliem a nova racionalidade em ação. Isso é, no essencial, a ‘nova civilização.’ Para que seja possível a construção de uma nova racionalidade e resolver a materialidade dela decorrente, é fundamental produzir uma nova Weltanschauung que fecunde e alimente a “cultura de uma era histórica”. (1996:33 e Gramsci:1981:93)

A elaboração de uma visão de mundo tem absoluta centralidade no processo de construção da hegemonia.

E no caso específico desta tese, vale a reiteração de que o processo de formação política que se está a priorizar, necessariamente implica na consideração das dimensões de uma subjetividade que não está dada, ainda que aprisionada, quer no senso comum, quer nas teias da racionalidade hegemônica. Subjetividade que está a se construir e se modificar continuamente no interior desta objetividade contraditória, a afirmar, dessa feita, a possibilidade de reformulação da concepção de mundo que se

está a negar, fundada na atribuição de novos significados individuais e coletivos para a vida social.

Do ponto de vista da racionalidade dominante, um dos componentes de potencialização e implementação do seu processo hegemônico - essencial à dominação do Estado burguês - consiste exatamente na educação. Dessa perspectiva se evidencia o movimento de fomento ao necessário processo de integração dos indivíduos à estrutura social, a partir da lógica desse ordenamento, centrada na reprodução dos interesses dominantes.

Assim, verifica-se no espaço específico da escola, por exemplo, mais que o acesso à informação e a reprodução de conteúdos formais, a intencionalidade de difusão e internalização nos sujeitos de valores e formas de viver que correspondam às exigências deste ordenamento.

A necessidade de referências essenciais à educação é traduzida por Gramsci ao formular o seu princípio educativo vinculado ao trabalho, na qualidade de atividade teórico-prática que engendra significações à existência humana, ao mesmo tempo em que permite ao homem criar e satisfazer as suas necessidades de sobrevivência material e espiritual. Gramsci explicita dessa forma parte de seu princípio educativo:

“O conceito de equilíbrio entre ordem social e ordem natural sobre o fundamento do trabalho, da atividade teórico-prática do homem, cria os primeiros elementos de uma intuição do mundo liberta de toda magia ou bruxaria, e fornece o ponto de partida para o posterior desenvolvimento de uma concepção histórico-dialética do mundo, para a compreensão do movimento e do devenir, para a valorização da soma de esforços e sacrifícios que o presente custou ao passado e que o futuro custa ao presente, para a concepção da atualidade como síntese do passado, de todas as gerações passadas, que se projeta no futuro.”(1968:130 -1)

Esse princípio educativo propugnado por Gramsci para a escola unitária impõe um investimento no desenvolvimento humano numa perspectiva de emancipação em todos os níveis, sobretudo apostando na perspectiva de movimento e mudança e, portanto, na construção do porvir.

Ao se pensar o campo da formação hoje, de alguma forma se está atualizando o princípio educativo gramsciano, exercido não pela escola tradicional, mas por estes espaços educativos criados e dirigidos pelos trabalhadores.

Evidentemente tal princípio se contrapõe à lógica ordenadora da vida social sob o capitalismo, a vigir, legitimada na sua aparência de imutabilidade e indispensabilidade. No entanto, esta própria matriz vitoriosa também não se afirma de forma linear, nem é tampouco desprovida de ambiguidade. A sua ofensividade não tem, igualmente, o atributo da disseminação 'naturalizada', o que implicaria na positiva suposição de que os sujeitos sociais são apenas e sempre enredados na teia de produção do consenso. Na contramão dessa dinâmica efetivamente em curso, presente está também a possibilidade do exercício da criticidade, da compreensão totalizadora do real e dessa imprevisibilidade transgressora dos sujeitos sociais, redesenhando projetos, potencializando esferas do porvir.

Desse modo, considera-se que está sendo constituído um processo hegemônico distinto; sua afirmação, no entanto, impõe, neste campo estabelecido de permanente luta ideológica, a necessária criação de espaços singulares, diversificados, instrumentos de expansividade - de natureza distinta - de uma outra concepção de mundo. Esta construção comportará, além da capacidade agregadora, a de potencializar, na perspectiva das classes trabalhadoras, outros valores, desorganizando formas estruturadas do ordenamento vigente, ao mesmo tempo em que implicará, igualmente, numa necessária desorganização que se produzirá na subjetividade dos sujeitos que estão a intentar tais transformações; trata-se de um amplo movimento instituinte, cuja materialidade se dá - em que pese a pouca nitidez de sua visibilidade, decorrente de sua fragilidade, pequenez e previsível contraditoriedade -, via processos e formas que se objetivam em ações aparentemente desimportantes, mas que transgridem com o instituído e investem na elaboração do novo. Este movimento por sua vez - para além do arroubo inovador, da simbologia que o torna reconhecível e o faz crescer, oriunda dos sentidos que se produzem a partir do próprio ato de transgredir - impõe a elaboração de um certo norte, conformado por sujeitos reais, a conter a marca da mediaticidade.

Nesse processo se está a afirmar que a nova racionalidade se desenha num concreto - possível - não esgotável nele mesmo, com potencialidade de assumir uma perspectiva estratégica que negue a imediaticidade subordinadora da racionalidade hegemônica, na afirmação das possibilidades de constituição de uma nova ordem societária.

O registro que fiz através de algumas entrevistas com formadores/ coordenadores/ secretários de formação, enfim, pessoas que participam por distintas formas de programas de formação expressam, diversamente, os próprios projetos, dispares, de formação política ¹:

A partir deste material procurou-se categorizar alguns de seus conteúdos relativos ao projeto formativo e sua inserção em dois planos distintos: o da imediaticidade e o da mediaticidade.

Expressões acerca da formação que se colocam no plano imediato:

“Agora a gente pensa que é mais o imediato mesmo, tem que trabalhar no imediato para você cativar mais a presença dos trabalhadores aqui dentro do sindicato. Se você joga a coisa mais geralzona, não funciona...” (Entrevista com formador, 19/07/95)

“Uma coisa que eu diria é que aquela formação que a gente dizia, a formação política ou a formação sindical, um dos objetivos que se tinha era trabalhar essa questão da consciência classista; eu acho que isto hoje é profundamente reducionista. Porque ela tinha toda uma concepção de educação, de trabalho, de sociedade, de classe, de economia...Uma concepção determinada do marxismo que eu creio está profundamente abalada. Então, hoje a gente pensa assim: é um movimento de uma consciência de classe ou de uma formação classista, por uma formação em termos de cidadania e uma consciência civilizatória mais global.” (Coordenador de Formação, 10/05/95)

Este plano do imediato presente está não apenas na ordem da luta e dos ganhos materiais, como igualmente no interior dos projetos de formação, restringindo, desta forma, a perspectiva de inclusão do plano de mais longo prazo. Assim, os elementos que vinculariam o mote do projeto da classe tendem a ficar aprisionados no campo imediato das conquistas sindicais (e/ou populares), previsíveis e permitidas no

¹ Merece ser ressaltado, reiterando a afirmação metodológica que não se está a fazer estudo de caso, nem tampouco análise qualitativa de base empírica das experiências consideradas - a diferenciação de referências teóricas utilizadas para a formação, componente intrínseco de inserção, ou não, num projeto de classe.

âmbito do ordenamento capitalista. Dessa forma as referências classistas tendem à fluidez e o próprio pensamento marxista parece ser utilizado inadequadamente, inscrito nas limitadas conquistas da própria cidadania burguesa.

Expressões sobre a formação que se colocam no plano da mediaticidade

“Eu acho fundamental duas coisas: uma é o valor que de fato se tem uma perspectiva de se trabalhar esse ideário de se ter uma visão de mundo mais global, não sectária, dentro de uma perspectiva de mudança mas não vinculada apenas à sua corporação, seja ela de trabalho ou de militância. Compreensão de que o processo de formação inclui diferentes sujeitos e que podem ter atuação diferenciada, dependendo dos papéis que eles se propuserem e que dentro dessa articulação se possa configurar.” (Monitora, 11/05/95.)

“Eu acho que nós acertamos em que a formação tivesse mais ligada ao cotidiano do sindicato, que se traduz na organização. Eu acho que nós acertamos porque é a oportunidade também de você mostrar que essa questão da organização significa você estar pensando o trabalhador sindical e tendo uma concepção de mundo, de vida diferente.(...)”

O Habermas escreveu aquele negócio do muro de Berlim. Na realidade nesse livro tem um negócio interessante, ele fala o seguinte: ‘Mesmo a gente discordando daquele negócio, era uma referência. Nós perdemos um pouco aquela referência, tá ruim, mas de repente aquilo lá pode ser uma experiência nova. Como não aconteceu e o mundo teve problemas, aquele socialismo real ruiu da forma que ele foi concebido e nós ficamos sem referência’. Eu acho que olhando para a formação, eu acho que a nossa busca é buscar um pouco essa referência. Como pensar hoje as transformações necessárias com um outro tipo de referencial. Ou, se não com um outro tipo de referencial, com um referencial diferente daquele que a gente sabe que ruiu, ou que a gente não concordava de alguma forma.” (Diretor de formação, 2/05/95)

“ Eu acho que está aí um grande nó, um desafio prá gente enfrentar e que a gente não está ainda enfrentando bem. E aí o desafio deixa de ser só da formação e passa a ser um desafio da Central: o que fazer numa central classista, de massa, numa central que se propõe a ter um projeto? A gente tem que fazer essa discussão; e a gente tem que fazer esta discussão pelos cursos(...) Então a gente tem que construir. É um processo muito mais de deixar de ser uma coisa que só se falava, prá gente estar começando a saber do que a gente está falando mesmo.” (Entrevista com monitora, 20/07/95)

“Do ponto de vista do socialismo, o que eu acho é que a metodologia traz o germe, insisto, mesmo que essa metodologia seja precária, quando traz a experiência com o saber privilegiado que precisa ser colocado, ampliado, discutido, é um germe de um projeto próprio.” (Entrevista com Assessor de formação, 4/04/95))

As experiências formativas que tem a preocupação com as referências adotadas, parecem ter claro o sentido de valorar o campo do trabalho numa perspectiva anti-capitalista, assim como traduzir este sentido através dos conteúdos teóricos utilizados. De certa forma estão a considerar necessária, ainda que mesclada por imprecisões conceituais - e até indefinições políticas- a inclusão de reflexões e análises que abordem o projeto socialista.

Assim, a definição do sentido da formação, a efetiva referência teórica e política que lhe dá consistência e sentido, são dimensões absolutamente essenciais a um projeto formativo. Especialmente para aquele que se coloque para além das demandas imediatas, seja dos trabalhadores ou do próprio capital.

Munida dessa perspectiva, creio ser necessário a explicitação desses pontos básicos, atributos da singularidade desse processo formativo que, no seu desenvolvimento, os afirma e, ao fazê-lo, busca assegurar as suas necessárias conexões, no sentido de garantir o percurso e a lógica que o fundamenta e, dessa feita, a possibilidade de ir sendo materializado o devir.

Na definição desse campo, num primeiro patamar convém ressaltar a importância do processo de conhecimento e decodificação do mundo pelos sujeitos, a se conectar com a subjetividade que vai sendo elaborada nesse engendramento de objetividade e formas de sua apreensão, recepção e internalização pelos sujeitos; o outro diz respeito à categoria de senso comum, ponto de partida real desse processo de desvendamento do mundo; num nível correlato, o reconhecimento de uma determinada concepção de mundo a presidir, conformar a organizar a vida social, e na especificidade desta tese, a relevância no âmbito das classes subalternas, das possibilidades de transformação dessa concepção hegemônica, o que significa por em circulação outros valores de convivência a organizar a vida social; nesta direção o que

está ser experimentado é a própria criação de uma nova hegemonia, utilizando os termos gramscianos.

Nesse horizonte hegemônico, fundamental se torna - para além dos aspectos da vida e da luta mais prementes dos indivíduos e classes -, a adoção da perspectiva do que pode ser construído, do que se coloca num plano distinto do dado e do conhecido, ou seja, o conjunto dos elementos que constituem o plano da imediaticidade.

Remeter ao patamar deste plano vai implicar em confrontos no campo ideológico, na existência de um campo de luta que se trava em termos de significações e, portanto, num exercício que se revela necessário, de permanente tradutibilidade acerca do sentido dos acontecimentos e dos sujeitos que os fazem ser como são.

Por fim, um último elemento se refere ao novo projeto societário em constituição, de corte anticapitalista, o norte a direcionar a construção das rotas, sentido último da utilização e circulação desse conjunto de referências.

Do ângulo da formação, o que se está a ressaltar diz respeito aos projetos formativos voltados para esta perspectiva de ruptura com o modo de organização vigente e sua simultânea re-elaboração. Entende-se que estes necessitam assumir uma coerência entre os princípios filosóficos e políticos intencionalizados - suas referências fundamentais - , o método de análise e a metodologia a auxiliar a consecução desse processo global.

Este conjunto de pontos se destaca na qualidade de absolutamente essencial para uma formação que se diga voltada ao fortalecimento de um campo inovador. Especialmente ao se levar em conta o quadro atual, onde o discurso do fim das ideologias, do caráter supérfluo das classes sociais frente à prevalência da lógica do mercado e do mito da cidadania se fortalecem, numa esdrúxula composição de neoliberais e neo-marxistas, com o intuito de ir substituindo as já “obsoletas diferenciações de classe” e, sobretudo, buscando obscurecer os novos projetos societários assentados em outras referências, segundo eles, igualmente superadas pela “objetividade da história”.

As experiências formativas, os seus objetivos e as metodologias adotadas apresentadas ao longo do texto, assim como as falas diferenciadas dos sindicalistas que têm em seus sindicatos programas de formação e sobretudo, dos próprios formadores são recortes, bastante limitados, das distintas expressões, ou até pode-se dizer, leituras

diferentes acerca da realidade capitalista brasileira e da singularidade da formação no seu interior.

Independentemente das linhas formativas, de alguma forma o conjunto das entidades e a maioria dos entrevistados introduzem em momentos e tempos diferentes, o campo da cultura na qualidade do espaço privilegiado de trato do senso comum, assim como da possibilidade de ser efetivada uma reapropriação das formas de sociabilidade.

Utilizarei desta perspectiva, algumas respostas oriundas de questionários com trabalhadores que participaram de cursos de formação. Indagados acerca das mudanças que perceberam nos últimos três anos, neles mesmos e em torno, pedi para situarem através de que elementos percebiam estas mudanças.

O trânsito do senso comum ao bom senso

“Primeiramente da consciência que tenho que o ser humano é inacabado; procurando estar pronta para enfrentar o novo, sendo que a mudança ocorre de dentro para fora, através da convivência, estudos, livros, etc” (Professora de pré-escola, São Luís)

“É a mau política dos burgueses desse país sem o mínimo de amor pelo ser humano. Assim através da falta de conhecimento, para procurarmos a buscar em luta a nossa melhora.” (Do lar, Rio de Janeiro)

Nos últimos anos mudei a personalidade, mudei não, criei. E ela veio a partir do interesse por informações e das opiniões alheias, me senti bem comigo mesma”. (Vendedora, Rio de Janeiro)

“A minha mudança veio do conhecimento. Antes, explosão; agora, reflexão.” (professor, Belém)

“Muitas coisas mudaram. A mudança veio de um sistema mal organizado. Quando a maioria diz que as coisas não estão subindo e vemos que é tudo mentira.” (Secretária, São Luís)

“A compreensão de muitas coisas. Me chama a atenção como muitos companheiros mudaram o entendimento da vida através de cursos de formação” (Técnico Químico, R.J)

“Muitas mudanças vieram dos cursos, principalmente do 13 de maio. E também da psicoterapia.” (Bancário, Paraná.)

“Minha mudança veio do convívio com as pessoas, da participação em diversos cursos de formação promovidos pela entidade que milito e do próprio trabalho.” (Secretária, São Paulo)

“Dos trabalho, formação, das diversão, da participação popular, da organização nos locais de trabalho, na participação política.” (Agricultora, S. Paulo)

“Que infelizmente somos obrigados a seguir uma ideologia que só interessa a uma parte da sociedade que comanda o poder.” (Professora, São Luís)

Parece-me interessante destacar nas respostas, não só a diversidade e os níveis distintos de tratamento do tema, mas sobretudo, a maior ou menor articulação entre as mudanças operadas em termos da própria subjetividade, algumas referidas de forma bastante explícita, na sua articulação com os espaços que compõem as vidas destes sujeitos. Por outro lado me parece também visível em algumas respostas, uma quase necessidade de externalizar aspectos mais politizados, talvez até na certeza de que se esperava ouvi-las. Vale o destaque também para a ênfase dada à importância da formação no desenvolvimento destas mudanças.

Pensando-se tal questão sob a ótica da efetiva conformação de uma nova racionalidade, esta valoração do campo da cultura pode ser interpretada a partir do pensamento gramsciano, no sentido de ser reafirmada a inexistência de qualquer atividade humana desprovida de intervenção intelectual e, portanto, na presença de uma filosofia espontânea, instrumento efetivo de interpelação do mundo e de estabelecimento de um outro sentido ao cotidiano das classes subalternas.

Constitutivos desta filosofia são a linguagem - na qualidade de expressão de noções e conceitos -, o senso comum, e sua passagem qualitativa para o bom senso, a religião e todo o sistema de crenças e opiniões; num certo sentido a presença e a consideração do senso comum, de alguma forma enuncia a possibilidade de trânsito do que os indivíduos são (homem-massa, partícipes de um conformismo específico do mundo burguês, no qual se pensa *“acriticamente, de maneira desagregada e ocasional.”* (GRAMSCI, 1981:12), para o que podem vir a ser: homens - e classe -

com a potencialidade de “*elaborarem a sua concepção de mundo de uma maneira crítica e consciente.*” (Idem: 13)

Trata-se, portanto, de um processo que inclui e implica a personalidade dos sujeitos - para além do registro da individualidade física - numa relação social mais complexa, na qual o ambiente cultural se destacará, tanto na qualidade de espaço implementador do conformismo vigente, quanto de campo a ser modificado pelas novas exigências dos sujeitos sociais.

Gramsci assim tematiza esta encruzilhada do “homem-massa”:

“é preferível ‘pensar’ sem disto ter consciência crítica, de uma maneira desagregada e ocasional, isto é, ‘participar de uma concepção de mundo ‘imposta’ mecanicamente pelo ambiente exterior, ou seja, por um dos vários grupos sociais nos quais todos estão envolvidos automaticamente desde sua entrada no mundo consciente (e que pode ser a própria aldeia ou província, pode se originar na paróquia e na ‘atividade intelectual’ do vigário ou do velho patriarca, cuja ‘sabedoria’ dita leis, na mulher que herdou a sabedoria das bruxas, ou no pequeno intelectual avinagrado pela própria estupidez e pela impotência para a ação); ou é preferível elaborar a própria concepção do mundo de uma maneira crítica e consciente, e, portanto, em ligação com este trabalho do próprio cérebro, escolher a própria esfera de atividade, participar ativamente na produção da história do mundo, ser o guia de si mesmo e não aceitar do exterior, passiva e servilmente, a marca da própria personalidade?” (1981:12)

Por outro lado, nos diversos caminhos de elaboração desta concepção de mundo, não é possível dispensar a substantivação dos componentes de crítica ao ordenamento hegemônico e, portanto, a recorrência à teoria, no movimento fundamental, já apontado por Marx, de possibilitar a compreensão das formas que estruturam a sociedade capitalista, condição à gestação e constituição de um projeto político com capacidade de agregar e dar uma feição identitária à classe que pretende disputar/construir a hegemonia.

Ainda recorrendo aos questionários dos trabalhadores, destaco a partir da pergunta “o que você acha que aprendeu com os cursos?”, algumas entre as muitas avaliações dos trabalhadores, com o sentido de perceber algumas possibilidades que o uso da ‘Teoria’ tem de mexer com os sujeitos. Assim se expressam os trabalhadores que participar de cursos:

“Aprendi a identificar alguns aspectos do sistema capitalista e a propor alternativas para enfrentá-lo.” (Agrônomo, Rio de Janeiro)

“Conhecimento, produção, legislação, elaboração, análise da realidade” (Trabalhador rural, Paraná)

“Que um trabalhador pode mudar o rumo político desse país” (Auxiliar de Informática, Belém)

“Que o capitalismo pode acabar e precisa acabar.” (motorista, Rio de Janeiro)

“As formas de construir uma leitura de conjuntura”.
(Professora, Rio de Janeiro)

“A idéia em si do trabalho de conscientização dos trabalhadores; aprendi a linha marxista, o que dá uma visão bem profunda dos problemas dos trabalhadores em todos os tempos.” (Assistente de Administração - Servidor Público, Rio de Janeiro)

“Aprendi a expressar minhas idéias, respeitar as idéias alheias, me conduzir dentro da democracia.” (Técnico eletricitista, Paraná)

“Aprendi vários elementos da sociedade e poder transformá-los.” (Operador de Máquina, São Paulo)

Estes elementos expressos pelo sujeito revelam o grau de apreensão e compreensão que vão conseguindo ter das informações que lhes são socializadas, bem como do grau de reflexão que conseguiram empreender.

E, neste contexto, fundamental é considerar para além do espaço privilegiado desta recomposição interpretativa do mundo que estes sujeitos estão tendo a oportunidade de compartilhar, do ângulo do outro, daquele que está se responsabilizando pelo processo formativo, vital se faz a tentativa de colocar em circulação os elementos teóricos que podem potencializar o projeto da classe, o que vai implicar numa relativa clareza acerca da elaboração desse norte interventivo. Nesse conjunto compreender o campo da cultura é vital.

A partir da crítica à cultura vigente é que um novo projeto hegemônico se assenta, ai impor, acesso à teoria - da filosofia da práxis em termos gramscianos - , o que significa

“desconstruir o mito ideológico da impossibilidade, ou quase, das camadas populares de realizarem o trabalho filosófico e/ou teórico (...). O pressuposto do trabalho de crítica/desconstrução é, pois, o conhecimento do(s) saber(es), das experiências, dos subalternos. A cultura dessas classes não pode ser vista como exterioridade, como erro e/ou atraso. Trata-se, nós o sabemos, de concepções que organizam práticas e permitem entender o porquê e o como da subordinação, do isolamento, da hierarquização vigente. É sobre elas, transformando-as, mas tomando-as em consideração, que se pode atuar.” (DIAS, 1996:43)

Ainda à propósito da questão cultural, Gramsci através do “Il Grito del Popolo” datado de janeiro de 1916 (1976), já chamava a atenção para a concepção de cultura dominante, na qualidade de um saber enciclopédico, no qual o homem é considerado um condicionador de dados e fatos, desconexos, que deverão ser organizados em seu cérebro, para algum dia, se necessário, serem utilizados. Afirma sobre a cultura:

“É organização, disciplina do próprio eu interior, é tomada de posse da própria personalidade, é conquista de consciência superior pela qual se consegue compreender o próprio valor histórico, a própria função da vida, os próprios direitos e os próprios deveres. Mas tudo isto não pode acontecer por evolução espontânea, por ações e reações independentes da própria vontade (...) O homem é sobretudo espírito, isto é, criação histórica e não natureza.” (GRAMSCI, 1976:83)

Esta face da valorização da cultura se evidenciava quando da criação do *L'Ordine Nuovo* em 1919, que seria para Gramsci uma resenha semanal de cultura socialista, com o sentido de formação do proletariado, tendo em vista o processo revolucionário que avaliava eminente. Sua concepção estratégica fazia-o localizar na fábrica - espaço maior da dominação burguesa -, a referência desencadeadora desse processo. Imputava, portanto, ao necessário processo de educação recíproca entre os trabalhadores, a condição fundamental para que a “nova sociedade” se constituísse.

Em artigo intitulado ‘Democracia Operária’ vai dispor acerca das possibilidades de realização desse projeto proletário. Afirma ele:

“O Estado socialista já existe potencialmente nas instituições de vida social, característica da massa trabalhadora explorada. Ligar estas instituições, coordená-las, e subordiná-las numa hierarquia de competências e de poderes, centralizá-las fortemente, mesmo respeitando as necessárias autonomias e articulações, significa criar desde já uma verdadeira democracia operária, em contraposição eficiente e ativa ao

Estado burguês, preparada, já, para substituir o Estado burguês em todas as suas funções essenciais de gestão e de domínio de patrimônio nacional." (GRAMSCI, 1978:256-7, apud STACCONE, 1991:28)

Destacava igualmente o fato de que esse processo, em andamento, não prescindia da participação dos trabalhadores das fábricas e dos bairros. Tornava-se essencial, portanto, a articulação - nacional - de um conjunto cada vez mais ampliado das organizações existentes no campo do trabalho.

Compreensível fica a sua definição do eixo que vai nortear o trabalho do *L'Ordine Nuovo*, as Comissões Internas, com seus órgãos de democracia operária construídos a partir das fábricas. Nessa relação expressa-se um importante componente educativo, visível nos conteúdos do jornal:

"Os artigos do L'Ordine Nuovo, lembra, não eram frias orquestrações intelectuais. Ao contrário, surgiam de nossa discussão com os operários mais preparados; elaboravam sentimentos, vontades, paixões reais da classe turinense, que tinham sido por nós sondadas e provocadas, porque os artigos do L'Ordine Nuovo eram quase 'um tomar conhecimento' de acontecimentos reais, vistos como momentos de um processo de íntima liberação e expressão de si mesmos, da parte da classe operária". (Idem:29)

Por outro lado o que estas ponderações revelam em termos de formação política diz respeito a uma relação dialética educadora que vai sendo estabelecida entre os intelectuais do *L'Ordine Nuovo* com a classe operária, relação esta maiêutica, fundada no crescimento efetivo dos sujeitos históricos, numa perspectiva tanto individual quanto coletiva, potencializadora de ações voltadas para a transformação da sociedade.

Esta dimensão educadora, imersa no campo da cultura, vai possibilitar o uso da razão, da inteligência e da sensibilidade, no sentido de subtração dos trabalhadores do domínio do inexplicado. Vão possibilitar a capacidade de elaboração que cada um possa firmar da realidade. Vai implicar no assumir como postulado da existência e da ação humana a perspectiva da intransigência de princípios a nortear a constituição da personalidade individual e da vida coletiva.

Do meu ponto de vista esta questão permanece extremamente atual, especialmente da ótica de uma formação que adote efetivamente uma perspectiva de construção de uma nova hegemonia.

Nesta direção ainda, Frederic JAMESON (1992) vai destacar no interior da tradição marxista, na articulação entre as dimensões de classe social e de um conceito não instrumental da cultura, a possibilidade de serem retomadas certas diferenciações, e sobretudo, afirmações. Diz ele:

“o conceito de classe é assim o espaço em que uma versão marxista da hermenêutica de significado, de um conceito não instrumental de cultura, pode ser testada, particularmente na medida em que é desse mesmo conceito de classe social que também deriva a mais poderosa forma de uma “hermenêutica negativa” marxista - a do caráter de classe e da funcionalidade da ideologia enquanto tal.” (JAMESON, 1992:296)

Nesse sentido, o indicador da ampliação da própria concepção de mundo da classe precisaria ser identificado não de imediato nos ‘conteúdos’ ou motivos ideológicos da classe, mas no sentido, ainda que incipiente, de solidariedade com outros membros de um determinado grupo ou classe.

Portanto, o compromisso ideológico não se construiria tendo como ponto de partida uma escolha moral, mas sim, a partir da adesão que vai se verificar a um dos grupos em luta.

Retomando o fio condutor precedente, vale ressaltar que, do ponto de vista de uma concepção de mundo nova que carece ser afirmada, difundida, postando-se assim como capacidade ordenadora de elaboração de um projeto hegemônico, o campo da cultura aparece como vital a tal realização, até porque é ele o espaço privilegiado de formação dos sujeitos na sua totalidade, e, portanto, também o ‘locus’ no qual os experimentos e aspectos centrais de suas vidas podem ser melhor compreendidos na sua variedade de dimensões, inclusive, do ponto de vista político-ideológico. Ainda que datada, a ênfase de Gramsci na criação de espaços culturais da classe, nos quais pudesse ser desenvolvido um trabalho formativo com a sua marca, as suas referências de humanidade e de vida social, ainda parecem ter enorme atualidade e significação. Ou seja,

“um trabalho educativo-formativo que um centro homogêneo de cultura desenvolva, a elaboração de uma consciência crítica que ele promova e favoreça sob uma determinada base histórica que contenha as premissas materiais a esta elaboração (e que) não pode limitar-se ao simples enunciado teórico de princípios claros do método (...). (apud DIAS, 1991:8)

E especificando as referências desta formação, Gramsci não deixa dúvidas quanto ao fato de estar se referindo à filosofia da práxis. Conjugando vários elementos, hegemonia, senso comum, subjetividade, processo de conhecimento, vai explicitar a sua relevância visto que

“concebe a realidade das relações humanas de conhecimento, como elemento de ‘hegemonia’ política.”(Quaderni del Cárcere, apud DIAS, 1991:7)

Dessa feita, pensar a formação que tenha efetivamente a marca das classes trabalhadoras - numa perspectiva de conformação de uma outra hegemonia- vai implicar numa valoração real desse campo da cultura, onde trafegam subjetividades plasmadas pelo senso comum reificado pela ideologia burguesa, subjetividades o mais das vezes subalternizadas, mas nem por isso subsumidas ao poder ordenador vigente. Revelam-se potencialmente capazes de transgredir o estabelecido, na afirmação da vontade e capacidade de reelaborar o que está dado, num nítido processo de tornar socialmente visível o caráter de sujeitos reais, a se mover por inimagináveis rotas, entre as quais, a da construção de um projeto societário.

A efetividade destas rotas supõe, outrossim, a presença de seus sentidos, a crença de que estas têm significação, supõe igualmente a elaboração interior de uma certa alma recoberta de paixão por este trilha que é abraçada, ainda que persista a insegurança da consecução da vitória. Em certa medida o que está em jogo é exatamente a perspectiva da mediaticidade, impulsionada por uma identidade coletiva que está a apostar na plausibilidade de realização do porvir.

Creio que este processo subjetivo-objetivo, meio mágico, visto que precisa encantar e fazer apaixonar os desbravadores que estão a apostar no que não está dado, no que não é, mas pode vir-a-ser, enfim, esse movimento que de alguma forma se antecipa na afirmação da possibilidade do que não está no horizonte da realização, pode ter na expressiva reflexão de Ernst Bloch, sobre a consciência antecipadora, um elemento auxiliador nesta intrincada rede de variáveis tão diversificadas que tocam e afetam os sujeitos humanos.

Num certo sentido, estes sujeitos-individuais/classes antecipam - na sua razão e emoção - a possibilidade real de efetivação de um outro projeto societário. E exatamente nesta linha de reflexão, entende-se que as formulações de Bloch podem se constituir em instrumento igualmente valioso em desvendar os caminhos do processo de transformação dos sujeitos, particularmente daqueles que estão se enredando na

busca de serem ‘donos de si mesmos’ e, ao mesmo tempo, artífices de uma nova sociedade.

4.1.4- A consciência antecipadora, campo de força na constituição de um novo projeto societário

No interior do ordenamento capitalista no Brasil, especialmente na sua face em expansão, o neoliberalismo, tem-se tornado inegável a sua competência não só no que se refere à ampliação de sua base material, como igualmente no campo ideológico, num movimento direcionado a que seja forjada na consciência social de contingentes majoritários dos trabalhadores, uma visão acerca da vida social como finalizada na sua estruturação essencial - o que implica, de certa forma, no reconhecimento de que o futuro já está dado, e numa postura de naturalização do ordenamento hegemônico -.

Frente à sociabilidade vigente fundada no individual, a valorar o fragmentário, o virtual e o fugaz, um outro movimento se destaca na contramão dessa perspectiva, com o significativo atributo de transcender esta matriz de um tempo presente, conformado como algo dado e absolutamente definitivo; trata-se da elaboração de Ernst BLOCH (1976) do princípio esperança. Esse princípio tende a ultrapassar este sentido cristalizado, repondo, de certa forma, uma outra dimensão distinta: a da visualização da esperança não na qualidade de mera diretriz para a vida, mas sobretudo como uma fonte de práxis. Este movimento distinto, apresenta-se para ele na qualidade de potencializador da perspectiva do futuro, como campo de possíveis e necessárias transformações.

Para Bloch, neste processo por ele nominado de consciência antecipadora, há uma primeira movimentação realizável pelos sujeitos, o ‘sonho acordado’, na qual são elaboradas as expectativas e as possíveis formas através das quais se dão as suas aspirações, que, ao serem acompanhadas de algum tipo de *reflexão*, permitem a explicitação da *vontade de mudança*. Dessa feita se constitui uma primeira imagem de um futuro, que comporta um desejo de mudança que pode vir a ser satisfeito. O processo de reflexão informa o desejo, orientando-o no tempo, dando-lhe uma *forma social*.

Ainda que persistam as considerações em torno da excessiva preocupação de Bloch com o que se constituiria como o lado “subjetivo” da “Práxis”, creio que sua contribuição ao valorizar o campo da subjetividade não perde de vista, entretanto, a questão do sujeito que transgride o estabelecido e que pode se movimentar rumo à constituição de outra forma de vida social. Não obstante o caráter de fluidez e inacabamento presente nesta inicial movimentação, há um valor nela presente nada desprezível: o fato de recolocar no interior de sociedades fundadas a partir de relações utilitaristas e da reificação do estabelecido, a perspectiva do devir.

Portanto, da ótica das classes e setores sociais preocupados com as condições subjetivas e reais de constituição de um outro ordenamento social, a dialética de Bloch pode ser pensada na qualidade de componente a contribuir como mais um dos campos de força estratégicos dessa mudança social desejada.

Pensando do ponto de vista da formação política, creio na pertinência da substituição da concepção acerca da tomada de consciência a partir da atribuição de sua ingenuidade, para a perspectiva apontada por Bloch das contradições que existirão ao longo do percurso singular dessa conformação, a revelar, em verdade o seu inacabamento. Desse ponto de vista o núcleo engendrador destas dimensões no âmbito de uma concepção materialista, estão a supor, de um lado, a práxis enraizada numa realidade pré-existente; e de outro, numa concepção dialética fundada na visão de que esta práxis não só reflete esta realidade, mas busca igualmente reorientá-la através da crítica e de sua reconstrução, efetivada por homens concretos:

“Não estamos no fim das coisas - em que a ambiguidade não terá mais significação diante de uma verdade plenamente realizada -, mas bem ao fim de um começo, de uma luta esperançosa, de um processo que não se realiza por um progresso linear e constante mas por uma série de decisões e opções nas quais pode-se errar - daí a existência e a presença chocante da ambiguidade, daí a possibilidade do erro e do fracasso. O homem como ser de tendência tende para algo que ainda não tem totalmente, mas cuja realidade pressente”
(BLOCH, 1991:390)

A categoria de consciência antecipadora para o autor é elaborada na afirmação de que no interior do processo social o homem pode sair de si mesmo, se arriscar na busca de que se faz necessário na realidade, e que, no entanto, tal despertar é descontínuo, fragmentado e temporário. O papel da imaginação é ressaltado no

sentido de propiciar um distanciamento do presente imediato e de predispor os sujeitos à exploração de todas as possibilidades existentes ou passíveis de realização.

Esta formulação de Bloch acerca da imaginação - direcionada -, se circunscreve à afirmação da presença nos sujeitos sociais, de uma tendência à elaboração de uma consciência antecipadora, que é intencional e que aponta à construção de alternativas perante uma realidade insatisfatória. Supõe, outrossim, que o real está em contínuo movimento, o que implica em pensá-lo para além do presente; nesta direção, a consciência antecipadora permite visualizar o homem como um ser intencional e de tendência. No entanto para Bloch este possível que pode ser materializado na dimensão do ‘fazer provável do sujeito’, aparece de forma fragmentada.

Nas entrevistas com formadores procurou-se resgatar este movimento de uma intencionalidade posta no processo formativo e que se articula à idéia de um projeto mais amplo. Assim, por exemplo:

“Existe um alinhamento: somos uma entidade de socialistas com uma perspectiva anti-capitalista. Agora, nessa perspectiva geral da classe se faz a formação e, cada membro da equipe noutros espaços tem sua militância particular(...) O nosso referencial é o método; tem uma crítica do que caiu no Leste, que apontava o fenômeno da União Soviética, da China e etc, mas procuramos diferenciar isto do método, que é o nosso referencial. E fundamentalmente por que? Não por dogmatismo. É pelo seguinte, porque a história domina o barco, e no Brasil, as modas passam com uma tal velocidade, que as coisas são varridas sem muita clareza do que entra no lugar. E o problema é que não nos agrada este algo, na perspectiva do método. Porque veja bem o que acontece: ‘Marx está superado’. Bom, a superação nos assusta,. de certa maneira o medo da concepção de um partido de organização da revolução supera Marx. Na teoria militar se Lenin tivesse querido fazer a revolução com a técnica militar da coluna de Paris teria quebrado a cara.(...) Então superação não nos assusta. Mas a gente acha que supera exatamente quando consegue aplicar corretamente o método. E a tentativa que se está ‘aprontando’ agora é exatamente uma tentativa de superação do método.” (Monitor 13 de maio - NEP, julho 1995)

“Acho que um ciclo histórico se venceu, e eu acho que nós temos que ir fundo, pensar esta questão do poder local. A esquerda vem acumulando e tem um espaço estratégico na questão das administrações, nas prefeituras, é um espaço concreto de uma das construções de uma hegemonia democrático popular. É poder concreto. Antes nós tínhamos o

poder de conscientizar, hoje não. Então isso implica mudanças também na formação.

Então, a formação na questão da cidadania, por exemplo, que é uma outra pedagogia política, então a formação torna-se ação política quase imediata.” (Coordenador de Formação, Cajamar, maio, 1995)

Se estas formulações, de certa maneira, explicitam campos concretos - e diversos - de intencionalidade formativa, há uma certa síntese feita por monitor do próprio Cajamar, aludindo ao caráter potencializador da formação, ao que poder-se-ia aproximar da consciência antecipadora de Bloch. Diz ele:

“A formação por sua natureza, repete o passado, e do presente reflete o futuro. Essa é a grande vantagem da formação, é poder antecipar.” (Monitor, maio 1995.)

Creio existir um nexos entre este conceito de consciência antecipadora de Bloch e a relativa à desagregação/reelaboração presente nas categoria do senso comum/bom senso de Gramsci. Subjaz na formulação gramsciana a certeza de que todos os homens pensam a realidade em que vivem, ainda que de forma limitada pelo ideário dominante e pelas suas efetivas condições objetivas. Assim, ainda que de forma desordenada, contraditória e acrítica, há uma orientação e resolução de suas vidas. Estão igualmente dispostos - em que pese a confusão e mistura com os valores dominantes - a elaborar, concretamente, as suas expectativas em relação ao futuro. E estes componentes têm movimento, estão a se transformar continuamente e se revelam na expressão visível de suas concepções de mundo, de elaboração em níveis também distintos.

No caso específico da sociedade burguesa, pode-se, a partir de Gramsci, detectar na desagregação, fragmentação e até incoerência que caracterizam o senso comum, a expressão de presença das classes subalternas no seu interior, a revelar o seu grau real de consciência social, na partilha de um tipo de conformismo elaborado nos marcos desta sociedade burguesa. E este senso comum, solidificado, nada mais é que expressão de necessidades estruturais profundas, de relações fundadas na igualdade formal de proprietários privados. E. Gennari (1996) destaca o fato de que

“este alicerce sobre o qual se renovam as condições que garantem a passividade do povo simples ou sobre o qual se constrói a ação organizada é constituído de valores, de idéias, de um conjunto de percepções, práticas e vivências coletivas cuja inter-relação tece no dia a dia uma identidade e uma visão

de mundo comuns à maior parte dos indivíduos que compõem aquele determinado agrupamento social.” (p.3)

Na perspectiva de Bloch, a consciência antecipadora vai aparecer exatamente como manifestação de uma exigência do que “ainda deve ser concretizado”. O possível dialético vai permitir compreender a relação entre a atividade humana e o dinamismo da matéria. Assim,

“o possível aparece só para uma interpretação dialética - materialista da realidade, na qual se toma consciência da realidade como imperfeição e como possibilidade(...) Na consciência antecipadora, a realidade surge como algo que lá existe - senão como explicar as suas possibilidades? - e como algo que existe sob a forma de ainda-não. O seu determinismo se descobre como contingência e historicidade. Assim, o fundamento ontológico da consciência antecipadora é a afirmação do ser como ainda-não sendo.” (1991:225)

A elaboração de Bloch repõe, noutros marcos, a questão do vir a ser marxiano, no sentido do não conformismo ao estabelecido, e do reconhecimento da importância do sujeito social ser provocado por uma situação do presente que o instiga ao exercício de uma contestação radical.

Ainda recuperando as falas dos trabalhadores, alguns registros das mudanças por eles intuídas:

“Passei a entender melhor os problemas da sociedade como um todo: estrutura Social e do trabalho, preconceitos, etc.” (Torneiro Mecânico, Rio de Janeiro.)

“A compreensão de que nada muda só com nossos desejos. Deposito as mudanças à formação.” (Técnico de Informática, Rio de Janeiro)

“A importância das coisas que aprendi e da minha disposição em mudar. Ou seja, a influência externa, os cursos, por exemplo, ajudam a pessoa a rever os seus conceitos.” (Bancária, São Paulo)

“Que precisamos sempre lutar pela libertação.” (Professor, Rio de Janeiro.)

“Comecei a conhecer a sociedade na sua realidade, ou melhor, na sua essência” (Vendedora, São Paulo.)

“Minha vida começou a se transformar através da formação política com a consciência de classe, porque a formação pode

transformar a consciência social.” (Operador de máquina industrial, Rio de Janeiro)

“À minha mudança veio a partir do momento em que comecei a ver o trabalhador, como era explorado, trabalhava só por trabalhar. Só vai mudar quando o trabalhador tiver consciência e souber quanto tem valor o seu trabalho.” (Copeiro, Rio de Janeiro)

Esta tomada de consciência não é redutível, portanto, à uma disponibilidade genérica e vazia, mas à consciência de algo a se fazer. E que vai implicar na adoção de uma “visão prospectiva do amanhã que esclarece o presente como projeto”. (FROMM:118)

A perspectiva de futuro, particularidade do componente utópico aludido por Bloch, nesse quadro de aceite passivo e de naturalização do presente, impõe, de um lado, a sua crítica, e de outro, aponta para a construção efetiva do futuro, interpelando os sujeitos frente às possíveis mutações das situações de carências existentes em distintos níveis, a imprimir limitações tanto à materialidade da vida, bem como aos componentes de humanização, enrigecidos, nas relações sociais próprias à organização capitalista.

O princípio esperança implica por sua vez na possibilidade de serem assumidos riscos. Dessa perspectiva, ao se negar o real imediato ou se abdicar de sua aparente estabilidade e segurança, o que vai de fato predominar é a aposta, incerta, num esboço de futuro, o mais das vezes minoritário do ponto de vista de aceite social, e, sobretudo, imprevisível nos seus rumos e efetiva realização.

O núcleo desta dialética antecipadora consiste na qualidade de um certo modo de pensar o mundo. E esta forma de pensá-lo supõe, necessariamente, a superação do ponto de vista imediato. Mais uma vez poder-se-ia estabelecer uma relação com o pensamento de Gramsci. Assim, o senso comum, forma trivial de entender e organizar a vida por parte dos sujeitos, ao transitar ao bom senso e, em especial, ao fazê-lo no âmbito das construções identitárias referenciadas no coletivo - a potencializar a perspectiva do devir - se afastaria igualmente deste plano da imediaticidade.

Pensa-se o mundo, dessa perspectiva, a partir da não subordinação à pequenez do estabelecido, do dado, do naturalizado e instituído é uma necessidade: a de se retomar a perspectiva de conformação dessa nova racionalidade fundada no

campo do trabalho. Sua adoção tende a impregnar e impulsionar os sujeitos para além desta subalternidade elaborada nos marcos do consenso-convencimento da lógica do capital. A perspectiva de futuro, também esboçada na consciência antecipadora, recupera a questão da estratégia e das formas construídas pelos sujeitos a partir da tradução-compreensão possível, das interpelações significativas que a realidade social externaliza via sinais e situações a serem decodificadas. E esta projeção não é individual: a coletividade é o seu desaguadouro.

Da perspectiva de adentrar na encarnação de experimentos educativamente significativos empreendidos pelas classes trabalhadoras, destaco entre as inúmeras rotas percorridas ao longo de sua trajetória por emancipação frente ao capitalismo, o movimento anarquista, assumindo as previsíveis polêmicas que a veiculação desse tema tende a ocasionar, especialmente no interior do movimento sindical. Independentemente de juízos de valor, de definições morais ou políticas acerca da qualidade das escolhas dos itinerários que este segmento da classe trabalhadora forjou, considero extremamente expressiva e fértil na reflexão sobre o processo de sua formação, a sua tentativa de afirmar referências de cunho antagônico aos da burguesia, a crença na adoção de novos valores para a convivência entre os homens, a clareza da importância vital de criação de espaços de educação próprios - com capacidade de divulgar e expandir as formas de organizar a vida individual e social - e a valorização da capacidade de intervir sobre a realidade.

Alguns dentre estes elementos tiveram ampla significação para o processo de luta e organização dos trabalhadores brasileiros, até porque, a grande maioria dos anarco-sindicalistas eram imigrantes, que afora o ideário anarquista, traziam outras práticas oriundas de formações sociais diversas, em verdade parte da história do próprio movimento geral dos trabalhadores.

Dessa perspectiva, relevante se torna no sentido do processo de formação dos trabalhadores, considerar para além do mero registro desses fatos, o sentido que estes tiveram de encarnar o necessário movimento da classe de recusa ao estabelecido - que intenta a sua subalternização- , além da própria construção de sua dimensão subjetiva a partir da articulação de uma situação concreta que é negada e da constituição de espaços outros de elaboração de uma identidade singular.

4.2- O experimento anarco-sindicalista: afirmação operária do campo do trabalho.

Benjamin em sua parábola do ‘angelus novus’, reapropriada por Boaventura SANTOS (1997), ressalta a perda de significados substantivos acerca do passado, no qual este é tido mais como relato que recurso, esse sim, capaz de “*acordar os mortos e de voltar a unir o que foi destruído*” (BENJAMIN, 1980:697-8, apud SANTOS:105), ou como salienta Boaventura SANTOS,

“afigura-se-me crucial reposicionar o anjo da história, reinventar o passado de modo a restituir-lhe a capacidade de explosão e redenção” (1997:106).

O recurso ao passado se situa nessa busca de capturar, ainda que fugazmente, parte das inúmeras tentativas das classes subalternas em estabelecer uma forma de ordenamento social, informado numa perspectiva voltada à coletividade dos homens, em condições de efetivo exercício de sua humanidade e liberdade.

Por outro lado, esse movimento transgressor vivenciado pelos anarquistas, possui também uma dimensão que não só nega o estabelecido, e a sua lógica, mas investe na construção de sua ultrapassagem. Nesse curso, retomam valores diluídos na teia ordenadora do capital: a capacidade de indignação, de distanciamento do reduto individualista, de retomada da solidariedade, de assunção de ideais assentados em princípios e, portanto, de apostar na permanência e na mediaticidade.

Na qualidade de componente significativo desta rota qualitativa se inscreve a educação. Esta terá no interior do movimento anarquista um valor inestimável, a conformar seu ideário, constituindo poderoso instrumento de elaboração de uma particular visão de mundo e de atribuição de sentidos para as lutas.

A presença do anarquismo, e em especial, do anarco-sindicalismo, possibilitou no processo de conformação dos trabalhadores brasileiros, mais do que a vivência de um conjunto de experiências, o acesso a uma leitura do mundo assentada em valores que afirmavam a autonomia e vontade humanas, fundadas numa singular perspectiva de emancipação. Châtelet ao se referir, por exemplo, ao movimento anarquista do século XIX, afirma que este

“se inscreve numa tradição muito antiga, marcada ao mesmo tempo pela reivindicação da independência do indivíduo que recusa a ordem sócio- política imposta - da qual os cínicos da

Antiguidade pagã são os representantes mais audaciosos - , e pela afirmação que os grupos humanos são capazes de se organizar de modo autônomo, segundo seus desejos e suas vontades, fora ou à margem da autoridade política - posições muitas vezes adotadas, tanto pelas primeiras comunidades cristãs quanto pelos burgueses da Idade Média ou pelos diggers quando da Revolução Inglesa, por exemplo.”(1990:148)

Dessa ótica, ao se colocar a questão social, mais do que efetuar a recusa do Estado burguês, em verdade se afirmavam as possibilidades dos indivíduos e grupos de engendrar uma outra forma de organização social embasada na sua efetiva potência.

O anarquismo vai se enraizar e ampliar seus objetivos junto aos sindicatos operários, especialmente a partir de 1900 na França e na Itália. Châtelet vai destacar como as concepções proudhonianas readaptadas a outras circunstâncias, vão estar na gênese de ações reais, que pretendiam obter em cada empresa e em cada profissão, melhoria nas condições salariais e de trabalho, além da manutenção da combatividade dos operários agrupados nas Bolsas do Trabalho da classe operária em cada cidade. Esse conjunto de atuações informadas por tal processo organizativo tão particular, tinha como objetivo a busca da formação e emancipação de cada operário em particular e, ao mesmo tempo, a constituição de uma força coletiva capaz de intervir de forma globalizada na luta econômica.

O componente essencial subjacente a todo esse processo, era exatamente a conformação dessa força, para além dos partidos políticos e, por isso mesmo, controlada diretamente pelos operários. Na ótica do movimento anarquista, tratava-se de garantir a contraposição real com o Estado burguês e, simultaneamente, a luta contra o capitalismo.

Esta valoração vai colocar em relevo o princípio da auto-organização das classes trabalhadoras, assentado na crença da enorme criatividade dos indivíduos de per si, acrescida também da importância que se atribuía à consciência e organização dos trabalhadores em geral.

Neste conjunto de valores, a matriz das novas relações sociais almejadas é a da democracia direta a prescindir de intermediários. Dessa perspectiva não se atribui igualmente sentido à presença de um Estado, essencialmente opressor. Maurício Tragtemberg explicitando estes componentes libertários, acrescenta:

“Outro objetivo é mostrar que não são as reivindicações - sejam elas econômicas ou políticas - que definem o caráter revolucionário de uma luta, mas sim a associação igualitária

dos trabalhadores nesse sentido. As novas relações sociais criadas são a matriz do processo revolucionário.”
(TRAGTEMBERG, 1986:5)

Os ideais anarquistas se fundamentavam no princípio de que a liberdade e a igualdade só seriam conquistadas com a destruição do capitalismo. Este consenso localizava na propriedade privada a origem dos problemas da sociedade. Dessa feita, a questão central se localizava na relação capital e trabalho e não nas questões vinculadas às formas constitucionais e de instituições políticas. Por outro lado, a destruição do capitalismo seria inócua sem a idêntica destruição da burocracia governamental. A eliminação de Estado seria, dessa feita, garantia de término da dominação.

Perante as condições específicas de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, o movimento anarquista representou nessa fase significativa força de renovação. Entre estes novos elementos introduzidos à reflexão das classes subalternas, um deles consistia exatamente nessa outra visão do papel do indivíduo na sociedade, o que na prática significava contrapor esta concepção a do individualismo burguês em ascensão.

Neste contexto, a proposição de dignificação do homem e do trabalho humano e o combate contra o preconceito frente ao imigrante, eram conteúdos expressivos das denúncias feitas, face visível da subordinação dos trabalhadores ao capital, independentemente de sua nacionalidade. Afora esta constatação, mostravam os anarquistas que a saída possível dessa situação de domínio só seria possível com a união das forças de todos os trabalhadores, numa oposição clara ao capital, ao Estado e à Igreja.

Para que este processo ocorresse, os sindicatos precisariam ser autônomos. Autonomia que adquiria visibilidade, seja no interior do processo organizativo - onde não existiriam relações de mando e hierarquia e onde as diretorias sindicais somente levariam a cabo decisões oriundas de assembléias - , seja em relação a quaisquer partidos políticos. Esta autonomia possibilitaria garantias para se tornarem instrumentos efetivos de luta contra os poderes estabelecidos. Os sindicatos eram também considerados pelo movimento anarquista como os grandes responsáveis pelas lutas por mudanças estruturais no interior da sociedade, a partir especialmente da greve geral.

Maria Conceição Góes (1988) ao se referir ao movimento anarquista no Rio de Janeiro, reconstitui essa rede que era trançada através da junção de atitudes espontâneas de indignação frente à exploração e domínio do capital e a reelaboração que vai por sua vez ocorrendo, no imaginário e consciência dos trabalhadores, a partir principalmente da circulação do ideário anarquista efetuado por expressivo número de imigrantes. Afirma ela:

“Nesse contexto autoritário, a circulação das idéias e práticas anarquistas, vivenciadas por importantes militantes espanhóis, italianos e portugueses que imigraram para o Brasil, traziam aos trabalhadores, com as palavras contundentes de Proudhon, ‘a propriedade é um roubo’, a proposta de luta contra o Estado, o militarismo, a Igreja e contra o capital. A doutrina anarquista espalha a crença da possibilidade de transformação violenta e súbita da sociedade com uma confiança na racionalidade dos homens e na possibilidade de aperfeiçoamento destes.”(1988:67)

Estas idéias libertárias, divulgadas com simplicidade a partir dos experimentos reais de vida da população, encontravam assim fácil ressonância entre os trabalhadores, que compreendiam e aceitavam as propostas anarquistas. Essa divulgação se fazia sistematicamente em diversificadas frentes: no trabalho, nos transportes coletivos, nos centros de estudos onde se realizavam palestras, teatros e atividades educativas para adultos e crianças e através da imprensa operária. Os jornais libertários se constituíam em instrumentos privilegiados de divulgação dos princípios anarquistas. Conceição Góes ressalta que a preocupação inclusive de ampliar o número de leitores e assim possibilitar o aumento de conscientização entre os trabalhadores é que vai também mobilizar os anarquistas à introdução de escolas racionais nos centros e sindicatos sob sua hegemonia. Acentua ela que essa imprensa vai ser a maior testemunha das propostas e das formas de luta dos trabalhadores e que ela vai subsistir em função basicamente de suas das contribuições e solidariedade.

Se o conceito de anarquia tinha essa tradutibilidade, também a forma como os anarquistas entendiam o trabalho era coerente com o conjunto de seus princípios. Opunham-se de maneira contundente à proletarização em curso, por entendê-la como uma redução do trabalhador a um papel subordinado e aparentemente acessório, por parte do capital, que estaria apostando na sua incapacidade de prover autonomamente a subsistência.

A centralidade dessa vigorosa luta entre capital e trabalho se embasava, sinteticamente, na crença de que a destruição revolucionária do capital e de suas instituições correlatas possibilitaria a emergência das virtudes humanas, deformadas, visto que submetidas ao ordenamento hegemônico.

No cerne dessa luta, cabe a interpretação de que a experiência anarco-sindicalista brasileira, vivenciada por trabalhadores ao longo das primeiras décadas deste século, pode ser interpretada como uma das experiências históricas que efetivaram a articulação das lutas por melhores condições de vida e trabalho juntamente com a afirmação da dignidade e humanidade do trabalhador. Afirmavam igualmente o fato de serem portadores de um saber próprio, oriundo exatamente da valorização do processo de conhecimento, elemento constitutivo da autonomia operária e da elaboração e repasse de valores societários distintos dos do capital.

Maria Célia Paoli (1989) refazendo o itinerário da luta por direitos na sociedade brasileira, resgata a importância desse movimento para o sindicalismo classista brasileiro. Recuperando a presença de associações, ligas de resistência e um conjunto diversificado e expressivo de organizações operárias, mostra a autora sua importância ao fazer frente ao poder unilateral do patronato. E um dado singular dessa movimentação consistia na construção de uma permanência que superasse a rebeldia e a imediatividade, próprias do movimento grevista e de sua dinâmica.

“E esta permanência foi primeiro achada pelo lado moral e ético do trabalho urbano e industrial, exatamente naquilo que o capitalismo dilapidador e aristocrático despreza. Pois os patrões homogeneizavam qualquer trabalho manual e confundiam o proletário com o pobre, percebendo o trabalhador apenas através de suas necessidades imediatas. Por perceberem dessa forma, pedem também sua submissão conformada a regras unilaterais. Contra isso estão as greves, mas, além delas, formam-se ligas por ofício que afirmam o orgulho de um trabalho com saber próprio. Os anarquistas, que tão bem souberam interpretar esse sentimento (mesmo que formulando-o a partir de uma outra matriz, a transição européia do artesão ao proletário, quase inexistente no Brasil) fizeram uma contraposição ideológica à cabeça senhorial dos patrões brasileiros: santificaram o gesto cotidiano do trabalho, atribuindo-lhe um valor intrínseco de dignidade, liberdade e inteligência. Lembravam aos trabalhadores um outro percurso para este gesto, traçado no reverso das relações de mando fabris.

A imprensa operária montou a publicidade deste outro horizonte de referência interpretativa. A cada relato das greves que noticia, a cada desmando do governo que critica, a cada

artigo doutrinário e teórico que reproduz, a cada poesia que publica, esta imprensa elabora a categoria de dignidade como o centro da condição proletária e, através dela, costura os traços comuns de proletários muito diferentes.” (PAOLI,1989: 47-8)

Na medida em que percebiam a importância de uma ofensiva mais global, os anarco-sindicalistas conferiam à ação sindical dois níveis de atuação, em verdade complementares. De um lado apostavam na participação direta em movimentos coletivos, reivindicatórios ou de protestos em geral ; de outro, investiam na divulgação dos ideais anarquistas no interior do operariado, priorizando, dessa feita, a realização de palestras, a criação de bibliotecas e centros culturais, além da elaboração de jornais próprios.

A educação é tida como componente essencial à instauração de uma cultura da classe trabalhadora. As primeiras associações, além de suas funções de defesa econômica, se constituíam na única forma de participação expressiva dos trabalhadores na dinâmica da vida social.

A forma de ver a luta, a organização e a educação aparecem interligadas. Como se perpassasse ao longo destas atividades, uma espinha dorsal de solidariedade e fraternidade a amalgamar o conjunto das ações empreendidas, dando-lhes uma face, uma identidade que se constituía na afirmação da diferença, consolidada na recusa à ordem dominante, na resistência aos padrões de sua sociabilidade e, principalmente disseminando novos valores.

Entende-se que o movimento anarquista na sua passagem vigorosa no começo do século no Brasil, teve grande influência não só em relação às lutas do movimento operário, mas igualmente divulgou valores anti-burgueses: a negação da exploração do homem, a solidariedade entre os trabalhadores, a não hierarquização, por exemplo, num significado importante de negar as bases e a forma de organização do mundo burguês.

Do ponto de vista da memória dos rumos das classes trabalhadoras pode-se afirmar que a experiência anarquista, do ponto de vista educativo, ofereceu enorme contribuição; no entanto, na articulação que estou a fazer com o meu objeto de estudo, há uma reflexão que me parece pertinente ser explicitada, ao se recuperar dimensões do conjunto de seu experimento histórico.

No que se refere à educação, se esta experiência ao se fundamentar na transmissão de valores, contribuiu à circulação de outra base valorativa - distinguindo-

se, portanto, da do capital -, do ponto de vista de sua permanência e internalização significativa nos sujeitos, com capacidade de promover não só a subversão ao instituído mas igualmente, a reelaboração de outras bases de sociabilidade, antagônicas às do capital, esta experiência foi histórica e politicamente limitada. Assim, do ângulo dos necessários componentes estratégicos da classe trabalhadora, a negação no âmbito do anarquismo, da teoria crítica, em verdade significava a consideração da desnecessidade de uma teoria revolucionária para que a revolução efetivamente ocorresse. A presença significativa dos experimentos organizativos assentados em lutas e manifestações de orientação espontânea, deixavam antever esta concepção, com implicações na ordem de uma certa recusa em estabelecer um norte ao próprio processo organizativo.

Como parte destas ponderações poder-se-ia considerar que a ausência desses componentes teóricos não permitem que seja realizado o processo de fecundação dos próprios experimentos, informado por uma perspectiva totalizadora através da qual este real seria reconstruído, tornando inteligível o dado. Assim, as práticas (experiências) dos trabalhadores desprovidas desses componentes teóricos, não realizam a potencialização que seria possível de uma intervenção consciente na âmbito da luta de classes.

Nessa direção salienta Chatelêt (1994):

“a crítica da economia política - que toma as práticas na sua materialidade - se transforma em análise política - que definiu os termos de uma prática de transformação material da sociedade.”. (p.54)

Nesse contexto caberia a afirmação de que o plano da mediaticidade ficou restrito à esta difusão e vivência de valores, sem no entanto dialeticizá-los à luz da teoria crítica ao capitalismo, com capacidade de elaboração de dimensões fundamentais de um projeto de sociabilidade distinto.

Este recorte mínimo acerca do movimento anarquista, relevante se torna ao longo da história de afirmação e lutas das classes trabalhadoras brasileiras no sentido da necessidade de buscar, na atualidade desse final de século e, na particularidade do desenvolvimento das condições subjetivas do trabalhador brasileiro, a memória das lutas, contribuições e desacertos do conjunto dos trabalhadores, estabelecendo desta feita os nexos entre passado e presente e, a partir deles, a compreensão das

continuidades e rupturas necessárias, tanto no sentido de acesso ao real, na busca de detectar as tendências aí postas, como igualmente, as possibilidades objetivas e subjetivas de existência de um novo projeto societário.

Munida da perspectiva, portanto, de no presente mapear minimamente um certo itinerário formativo, com a capacidade de se constituir uma expressiva contribuição ao fortalecimento de uma perspectiva estratégica marcada pela alteração da sociabilidade capitalista, darei continuidade às reflexões item que se segue.

4.3- O desenho de uma outra lógica, as possibilidades de uma novo projeto de sociabilidade

A reflexão em torno das possibilidades de elaboração de novas formas de sociabilidade, fundadas a partir de outras referências acerca da personalidade humana e da vida social, implicam na consideração de alguns aspectos que considero relevantes.

O primeiro se refere à presença do capital e de suas formas contemporâneas de atualização, subalternizando as classes trabalhadores ao mesmo tempo em que lhes impõe, e ao conjunto da sociedade, o seu modelo de sociabilidade.

O segundo se apresenta a partir da afirmação da perspectiva dialética da história, especialmente no que esta vai implicar, em termos de atribuição à ordem humana de um estatuto de não 'naturalização' ao dado, afirmando-a exatamente na perspectiva oposta, a supor na capacidade presente nos sujeitos a lhe conferir materialidade, de encarnar atributos substantivadores de sentidos novos e diversos aos acontecimentos e às relações sociais que estão postas no presente.

A formulação de Marilena CHAUI (1997), talvez sintetize esta minha maneira de introduzir a reflexão em curso. Diz ela:

“O que pode ser uma nova sociabilidade da classe trabalhadora, quando, em decorrência da forma atual do capital e da revolução tecnológica, ela perdeu todos os referenciais de identidade de classe (portanto, de sua subjetividade) e seus referenciais de espaço e tempo. Ou, para usar uma expressão de Harvey, está mergulhada, como nós todos, na compressão espaço-temporal produzida pelas novas tecnologias. Que nova subjetividade coletiva pode ser criada numa sociedade que se assenta sobre o desemprego estrutural, mas continua valorizando moralmente o trabalho e por isso desmoraliza, humilha, degrada o desempregado, e que julga todo trabalhador um desempregado potencial e, como tal, descartável? Como poderá ser inventada uma nova subjetividade emancipadora e emancipatória, depois desse

terrível refluxo simbolizado pela queda do Muro de Berlim que simbolizou não só o desocultamento final do totalitarismo, mas sobretudo a construção do verdadeiro muro, invisível e intangível, o da divisão social do trabalho entre uns poucos poderosos que dominam o planeta e a massa dos deserdados da terra, a massa planetária dos descartáveis, do lixo?” (CHAUI, 1997:19).

As inquietações da autora, ao mesmo tempo em que tocam nas questões e nos desafios centrais do ponto de vista de uma efetiva emancipação do gênero humano, reiteram a presença de novas possibilidades, de um porvir que pode se por em movimento, calcada na positividade da presença dos sujeitos históricos e de seu potencial de subversão e transformação; sujeitos políticos a expressar, igualmente, a presença das classes sociais assim como de seus distintos projetos societários.

Tais inquietações estão igualmente postas na própria reflexão em torno do processo de subordinação das classes trabalhadoras, tanto na esfera do pensamento como das suas ações no interior do ordenamento conformado pelas classes dominantes, o que, para Edmundo DIAS (1995), pode ser compreendido ao se constatar as dificuldades que estas classes têm de elaborar sua singular identidade.

Segundo o autor, essa elaboração tem sido delineada e difundida, de forma efetiva e permanente, exatamente pelos que exercem a dominação. Ao terem que dar respostas aos problemas mais imediatos colocados por tais setores, as classes subalternas pensam e se movimentam no restrito espaço que lhes é reservado.

“Com isso, normalmente eles pensam no interior, no próprio cerne das práticas dominantes e de seus discursos. Subtrair-se a isso significa dar o primeiro passo para um processo de liberdade, de autonomia, para construir seu projeto de autonomia.”(DIAS,1995:1)

Formulação que implica em uma outra, a da ordem do “como fazer”, dos procedimentos essenciais para que tal subtração ao universo das referências dominantes se efetive.

Igual ordem de relevância tem também outra observação de Dias (1995), no sentido de se pensar, ainda no interior do ordenamento burguês, a lapidação, a conformação dessa identidade do campo do trabalho. Esse para se constituir carece de uma especial valorização do universo da cultura, da presença do simbólico e do imaginário no conjunto das representações sociais existentes nos distintos experimentos de vida das classes subalternas.

Numa perspectiva ampliada da análise marxista da cultura, esta não vai comportar apenas a função desmistificadora de desvelar as formas através das quais um artefato cultural cumpre uma tarefa ideológica específica ao legitimar uma estrutura de poder, perpetuando e reproduzindo formas também específicas de ideologia. Isto deve ser feito e é importante de fato. Mas é insuficiente. JAMESON (1994) alerta para a necessidade de igualmente ser buscado, através e além desta demonstração da função instrumental de um dado objeto cultural, a projeção de seu poder utópico como afirmação simbólica de uma formação de classe - específica e histórica - dimensão da unidade coletiva em contínua construção.

A positividade e potencialidade desse campo cultural são explicitados por Gramsci. Afirma o seguinte:

“dou à cultura este significado: exercício do pensamento, aquisição de idéias gerais, hábito de conectar causas e efeitos. Para mim, todos já são cultos, porque todos pensam, todos conectam causas e efeitos. Mas o são empiricamente.(...)”
(Gramsci, 1982:19)

Creio que este amplo exercício cultural arrolado por Gramsci, pode ter através do processo de formação, um dos instrumentos auxiliares da ultrapassagem desse pensamento empírico predominante. O acesso à uma teoria social - na qualidade de componente “desarranjador” do que está cristalizado e suscitador de compreensões mais substantivas do que está em torno do indivíduo, de sua própria personalidade, assim como do acesso às referências de uma prática emancipatória da humanidade -, se revelam, do meu ponto de vista, como momento privilegiado da síntese a ser operada pelos sujeitos:

“Conhecer a si mesmo, quer dizer ser si mesmo, quer dizer ser senhor de si mesmo, distinguir-se, sair fora do caos”
(Gramsci, 1982:102, apud DIAS, 1996:74)

elemento fundamental à conformação de uma concepção de mundo menos fragmentada e negadora do senso comum.

No entanto, todo este processo está por sua vez imbricado num possível movimento de setores das classes subalternas - na qualidade de sujeitos de um processo que está em curso - se distinguirem do ordenamento hegemônico que os tem subalternizado, e ao fazê-lo, apostarem na possibilidade de superação desta situação que está vigindo, negando-a na qualidade de ente naturalizado, face de um presente absolutamente a-temporal e a-histórico.

4.3.1- Formação : da educação “desinteressada” aos princípios educativos da escola unitária.

Há uma formulação de Gramsci vital se se pensa o processo educativo como algo que transcenda o imediatismo, seja de uma ordem social ou das demandas postas na ótica da produção e do mercado. Trata-se da recuperação da educação ‘desinteressada’, a valorar o processo de conhecimento humano na qualidade de valor em si mesmo - se opondo à dimensão predominante na particularidade do capitalismo, da perspectiva do ‘conhecimento utilitarista’ -, em conexão com o trabalho.

Em carta à sua esposa Julia, ao discorrer sobre o que deveria ser o homem moderno como síntese da personalização dos caracteres nacionais, afirmava ser este

“ o engenheiro americano, o filósofo alemão, o político francês, recriando, por assim dizer, o homem italiano do Renascimento, o tipo moderno de Leonardo da Vinci feito homem-massa ou homem-coletivo mesmo conservando a sua forte personalidade e originalidade individual.” (Carta de 1/8/32, apud Staccone:37)

Esta reapropriação da perspectiva da educação desinteressada se dá a partir de sua constatação do contexto caótico em que atravessavam as escolas ‘interessadas’, e na necessidade que se impunha, de buscar ser assegurado um ‘humanismo pleno e moderno’, capaz de formar os indivíduos numa perspectiva de enfrentamento efetivo da vida, sem modelos, a partir de elementos significativos à estruturação de sua personalidade bem como de referências para a vida social.

MANACORDA (1990), vai chamar a atenção para o homem ‘moderno’ do qual Gramsci está à procura, e que corresponderia ao homem socialista, realidade histórica ainda em constituição. Nesse sentido, ressalta Manacorda, Gramsci ao se preocupar com os fins educativos tem em mente não a “salvação” do indivíduo singular, mas exatamente a perspectiva de formação da totalidade dos indivíduos, o homem-massa ou o homem-coletivo.

Gramsci em artigo não assinado no “*Avanti*”, se expressava assim acerca da escola desinteressada:”

“Para o proletariado é necessária uma escola desinteressada. Uma escola em que seja dada à criança a possibilidade de formar-se, de se tornar homem, de adquirir os princípios gerais que servem para o desenvolvimento do caráter. Uma escola humanista, em suma, como a entendiam os antigos e os mais recentes homens do Renascimento. Uma escola que não hipoteque o futuro da criança e não obrigue a sua vontade, a

sua inteligência e a sua consciência em formação a mover-se num sentido pré-estabelecido. (em 24/12/1916/ 1976:101)

Esta preocupação se fundamentava na sua constatação de que uma formação apenas voltada às demandas imediatas e, de certa forma fortalecendo exatamente a perspectiva do que está estabelecido, abdica de preparar nos indivíduos, capacidades de mais longo prazo, capacidades e convicções para a resolução de desafios mais profundos e que não se explicitam de imediato. E nesse sentido, visualiza nas organizações de cultura da classe, esta finalidade:

“Não existe uma convicção firme difundida. Não existe aquela preparação de longa data que provoca a rapidez de deliberação em qualquer momento, que determina os acordos imediatos, acordos efetivos, profundos, que reforçam a ação. A associação de cultura deveria tratar desta preparação, deveria criar estas convicções. Desinteressadamente, isto é, sem esperar o estímulo da atualidade, nela se deveria discutir tudo o que interessa ou poderá interessar ao movimento proletário”.(1976:177-8)

NOSELLA (1991), a partir da Edição Crítica dos Cadernos e das Cartas do Cárcere, especialmente no Caderno 12 - de 1932 -, destaca esta dimensão ‘desinteressada’ como essencial ao pensamento gramsciano. Esta é explicitada não só nos Cadernos (quando elabora uma proposta de escola unitária, a ser realizada pelo Partido Comunista ao assumir o poder do Estado), como também em momentos anteriores, quando do experimento da escola do Ordine Nuovo (o Círculo de Cultura), ocorrido em 1919-20 em Turim.

A esse sentido ‘desinteressado’ corresponderia, segundo Nosella, o conceito basilar de educação onilateral, a pressupor o desenvolvimento harmonioso de todas as atividades.

Considero ser este um dos conceitos centrais para se pensar a formação política. A expressão ‘desinteressado’ não se refere à neutralidade ou indiferença; é explicada por Gramsci como algo que não tem motivação imediata, subjetiva e individual, e sim, algo de longo alcance e que interessa objetivamente a muitos homens ao longo da própria história humana.

Portanto não é algo utilizável, imediate e individualmente, mas que implica em componentes relevantes a muitos indivíduos, a uma coletividade e é, de certa forma,

histórica e objetivamente, de longo alcance. Significa, portanto, afirmar a construção do futuro.

Esta formulação gramsciana tem lastro na crise que este vai verificar na escola tradicional, na qual fica evidenciada a tendência de ser abolida exatamente esta dimensão desinteressada, substituindo-a pela mera profissionalização. E esta mudança, reitera ele, não só é inadequada como classista.

Pode-se afirmar que Gramsci já questionava a prevalência deste sentido prático-interessado, em verdade revelador da predominância desta dimensão utilitarista no interior do processo educativo, no qual o adestramento para o exercício imediato de um ofício se constituía em elemento determinante.

A proposição gramsciana vai procurar fundir as características formativo-humanistas da escola com a sua dimensão prático-produtiva. Portanto ela é pensada a partir de um conjunto múltiplo de elementos, o que significa assumir a questão de uma cultura socialista a partir deste campo de diversificadas dimensões, algo absolutamente essencial à constituição política das classes trabalhadoras e para a circulação de valores que conformem esta perspectiva mediata e assim, o seu próprio projeto societário.

Manacorda sintetiza a proposição gramsciana salientando que esta

“prevê, como desenvolvimento necessário em direção a uma solução que ele define como “racional”- uma escola que faça saltar esses elementos de crise; que seja, por isso, única, integrando assim as funções dispersas e os dispersos princípios educativos da desagregação escolar atual, e que se apresente como escola de cultura e de trabalho ao mesmo tempo, isto é, da ciência tornada produtiva e da prática tornada complexa.”
(1990:155)

Este é portanto um outro núcleo problematizado por Gramsci no interior do terceiro texto do caderno: a crise da escola, a morte da escola tradicional, num quadro de distanciamento do contexto social no qual se sustentava e da ausência de alternativas pedagógicas adequadas no âmbito da moderna pedagogia.

Deste diagnóstico vai elaborar uma solução para tal crise e o faz reiterando o próprio experimento do Ordine Nuovo. Assim, destaca o imperativo de serem constituídas instituições formativas desinteressadas.

Assim, o princípio unitário tão caro a Gramsci deve ser entendido no interior dessa perspectiva mais ampla, informando e dando sentido não só à escola unitária como às demais relações sociais.

Nosella explicita como tal princípio visa atingir toda a sociedade

“criando novas relações entre a vida e a cultura, entre trabalho intelectual e trabalho industrial, enfim, entre todos os organismos produtivos e formativos da sociedade (...)”
(1991:29)

Esta ênfase do autor numa singular estratégia didático-educacional que supõe e valora o particular e o geral, presentes na sociedade, permite a feitura de algumas considerações:

- a importância que ao desenvolvimento de práticas educativo-culturais, na qualidade de necessidades políticas, conformadoras de criação e implementação de outras formas de subjetividade.

- a afirmação de que precede às mudanças no ordenamento social - ou da revolução -, a criação de canais educacionais alternativos à escola, campo de constituição dessa cultura desinteressada.

- o fato de que este princípio da ‘educação desinteressada’ pode ser compreendido como um ‘campo de força’, fundamental à constituição desse novo ordenamento, e que vai supor a elaboração, afirmação e disseminação de ‘conteúdos da ordem intelectual e moral’, absolutamente diferenciados dos existentes na racionalidade burguesa.

O conjunto das sistematizações precedentes impõe, no itinerário destas reflexões, a necessidade de ser afirmado, como componente central desta tese, uma particular concepção da formação, qualificando-a como absolutamente central e propulsora de uma campo de força que repõe e revalida o mote da estratégia, elemento inequivocamente vital, no sentido de fazer circular, no âmbito dos trabalhadores, a perspectiva do porvir. O item seguinte se deterá nessas ponderações.

4.3.2- Formação e caráter estratégico

“O Senso comum, o estúpido senso comum, prega usualmente que é melhor um ovo hoje do que uma galinha amanhã. E o senso comum é um terrível negreiro dos espíritos. Sobretudo quando para ter a galinha é preciso romper a casca do ovo. Forma-se na fantasia a imagem de qualquer coisa de ferido com violência; não se vê a ordem nova possível, mais bem organizada do que a velha, mais vital do que a velha, porque ao dualismo se contrapõe a unidade, à imobilidade estática da inércia, a dinâmica da vida que se move.” Gramsci, La Città futura.

A formulação acima, ao enfatizar a necessidade de se ultrapassar o dado, o estabelecido, acena para as dificuldades presentes num ordenamento social impregnado pelo conformismo, de serem elaboradas as condições - subjetivas - que predisponham os sujeitos à constituição do novo. E este novo para que seja instaurado, exige uma postura de não conformidade com o instituído, supondo, para além da mera rejeição, um norte, um sentido. Tal perspectiva supõe rupturas e mudanças expressivas no presente e, sobretudo, que certo grau de compreensão sobre o real se estabeleça, bem como ações, engendradas em outros valores, essenciais à conformação desta nova racionalidade.

Este é um componente vital nos projetos formativos que operem numa perspectiva mediata, ao mesmo tempo em que se constitui em desafio permanente, nem sempre reconhecido ou até mesmo enfrentado de forma clara pelas entidades e formadores.

Através de falas, compreensões e formas distintas de empreender as atividades formativas, a predominância da concepção de formação informada pela perspectiva da imediaticidade parece se revelar mais nitidamente. Um dos integrantes da equipe de formação do Sindicato dos Metalúrgicos do ABCD, discute esta questão:

“O nosso projeto de formação está muitas vezes associado à necessidade da categoria; e a necessidade imediata hoje é discutir reestruturação produtiva. É uma coisa que tá pegando muito forte aqui no nosso caso, é que hoje a nossa formação tá muito voltada para isso. Eu acho que um dos problemas da crise de valores é justamente porque a gente não discute a questão do socialismo, a questão da mais valia, a questão da postura do militante, não se discute mais companheirismo, a questão da ética. E aí é o tipo de tema que não desperta nada na categoria.” (19/07/95)

Um companheiro seu já pensa diferentemente:

“A gente tinha um sonho. a gente sonhava, eu pelo menos, que através da formação a gente ia começar do chão da fábrica, e da fábrica a gente ia começar a passar para a sociedade, a gente ia melhorar o partido. A gente pensava isso. (...) Agora a gente pensa que a coisa é mais imediata mesmo. Tem que trabalhar no imediato para se conseguir mais presença de trabalhadores aqui dentro. (...) Eu vou falar pra ele do socialismo. Pô! mas eu tenho que negociar com o patrão... E aí, que que eu falo na mesa de negociação? Como eu apresento uma pauta de negociação? (...) Então, primeiro tem que dar aquilo que interessa a ele, depois as prioridades. (...) Mas a prioridade mesmo é o chão da fábrica mesmo para a formação aqui dentro. Não vamos nos iludir! Aquele sonho pode acontecer mais lá na frente; quem sabe meu filho pretende levar isso em frente, meu neto, né?” (Entrevista com formador do Sindicato do ABCD, julho 1995).

A fala de mais um sindicalista enfatiza essa dificuldade de transitar da cotidianidade das pressões dos próprios trabalhadores - em função do que está visível e é necessário -, para essa outra perspectiva, longínqua e fluída :

“Pro Sindicato nós vivemos um cotidiano que é muito perverso. Porque nós temos que dar respostas a coisas assim, a toda hora, a todo momento. Então muitas vezes se a formação se afastar muito, não, só vou pensar o estratégico, ela acaba, como acontece em muitos sindicatos, sem ter importância. Se ela fica só no cotidiano, ela perde a importância do estratégico; então a gente vive numa gangorra muito grande.” (Entrevista com o Secretário de Formação do SINTELL /RJ. em 2/05/95).

No entanto, o que vai ficando também explícito através das falas e do próprio posicionamento público de entidades sindicais e até da própria CUT, é que a perspectiva mediata ou não está clara, visto que se confundem as conquistas imediatas com avanços políticos históricos (estes situados para além das lutas específicas de uma categoria profissional), ou definhou em função da “crise dos paradigmas” e da desintegração do socialismo real, não tendo assim para encarná-la nenhum experimento efetivo vitorioso, ou ainda, conforme ressalta Iran Jácome RODRIGUES (1997), porque de fato, a concepção dominante no âmbito da Central, bem como dos setores mais expressivos e organizados do movimento sindical está mais voltada para uma prática contratual, de negociação. Assim,

“a estratégia cutista de trazer o conflito para a mesa de negociação se mostrou mais consistente e em consonância com a realidade dos trabalhadores em nosso país.” (p.42).

Por outro lado estão também presentes no âmbito de setores dos trabalhadores experiências que carregam efetiva preocupação com referências que se coloquem para além das conquistas imediatas, ainda que a partir delas, busquem revelar a sua necessária incompletude em função do próprio modelo de organização social. Dai a importância de se refletir acerca das questões estratégicas.

A experiência, por exemplo, do MST (Movimento dos Trabalhadores sem Terra), tem revelado a presença desta dimensão. Trecho de uma publicação em jornal do movimento traduz um pouco esta diferenciação. A forma de expressão é outra, pois além de ser um texto por escrito - diferindo muito de uma opinião emitida oralmente, marca das entrevistas precedentes -, é explicitada por professor universitário que é igualmente intelectual do movimento e membro de sua equipe de formação. Assinala ele:

“O novo caráter da luta pela reforma agrária exige que se tenha uma compreensão mais global do processo e dos rumos da luta dos trabalhadores no Brasil, dos acontecimentos e rumos do socialismo e, para os dirigentes, uma capacidade cada vez maior para compreender e analisar temas estratégicos. E, sobretudo, uma formação ideológica consistente.” (Membro do Setor de Formação do MST, 1990:56)

Esse ‘inventário’ de formulações é revelador da diversidade de leituras em torno dos tempos estratégicos que informam a compreensão, intencionalidade e práticas efetivas de formação político-sindical no âmbito das classes trabalhadoras brasileiras. Portanto, diferenciadas serão igualmente as formas de consideração e pertinência de uma estratégia particular que informe o processo formativo, no sentido de substantivá-lo, priorizando as possibilidades de conformação de mudanças qualitativamente diversas.

No entanto, esta reflexão vai se defrontar com certos desafios e limites, alguns deles considerados pelos trabalhadores entrevistados.

Um primeiro, que claramente aparece nas falas, se refere à necessidade de se concentrar esforços nos interesses mais imediatos dos trabalhadores, de alguma forma se abrindo mão de dimensões outras de suas existências, como igualmente, da desistência de terem, no presente, um projeto diferente e que beneficie o coletivo.

Esta ênfase com tudo que é imediato, por sua vez, está colada na forma pela qual se vive o tempo nesse contexto de globalização, onde tudo muda com muita velocidade, onde tudo é instável e fortuito e, exatamente por isso, se vai perdendo o sentido de certas dimensões da existência humana a carecer de afirmação e permanência; pelo contrário, a velocidade dos fatos, as relações fugazes entre as pessoas, a presença marcante dos meios de comunicação a enfatizar as imagens em detrimento das palavras e dos conteúdos, forjam uma banalização da vida individual e especialmente da dimensão mais coletiva da existência.

No âmbito dessa perspectiva, de certa forma a fala do trabalhador-formador do Sindicato do ABCD traduz o que está existindo no interior da maioria dos movimentos, que, sucumbindo às reais dificuldades de sobrevivência, especialmente sob a égide da perspectiva utilitária e pragmática que conforma a vida social no capitalismo, retoma o mote da des-necessidade dos sonhos, da dificuldade de discussão para além da premência das condições de vida dadas e, portanto, da constatação da impossibilidade do socialismo, de alguma forma fazendo aparecer em texto (in)visível, a subordinação do frágil movimento instituinte - anteriormente explicitado - , pela ênfase na queda das 'antigas' e já retrógradas referências.

Neste contexto se põe em descrédito a presença e 'eficácia' dos sujeitos coletivos, ou, sendo mais direta, se coloca em circulação a teoria da morte do sujeito, a exigência de serem construídas pelos movimentos 'novas e pós-modernas referências' - substitutivas da ultrapassada 'ortodoxia' marxista - , a negação não só da permanência dos conflitos entre as classes sociais e mais que isto, da necessidade do socialismo.

Entre os limites e desafios de realização desta reflexão, especialmente do ângulo dos processos e práticas de formação em curso, merecem particular atenção, e mais que isto, afirmação, as esferas que retomam a centralidade do sujeito, a conformação de sua personalidade, a concepção da história como presente e, portanto, com movimento e, finalmente, na junção dessas dimensões mais totalizadoras, a retomada da questão do porvir, e, dessa feita, das possibilidades de transformação dos sujeitos e da sociabilidade capitalista.

Uma formulação de Gramsci na qual ele instiga ao exercício desse enfrentamento e potencialização das possibilidades que estão timidamente submetidas ao real, vai supor como componente essencial,

“a possibilidade de atuação integral da própria personalidade humana, concedida a todos os cidadãos. Com o concretizar desta máxima caem todos os privilégios constituídos (...). Deseja-se que a regra da vida e das atribuições seja a capacidade e a produtividade, fora de todos os esquemas tradicionais; (...) que a escola eduque os filhos inteligentes, nascidos não importa de quem (...). Desta máxima dependem organicamente todos os outros princípios do máximo programa socialista. Isto, repetimos não é utopia. é universal e concreto, pode ser actuado pela vontade.” (La Città futura, 1976, p. 119)

Gramsci ajuda a elucidar uma das questões essenciais que está posta nesta contemporaneidade, de intensificação do processo de acumulação de capital e permanência, sob novas formas, da exploração do trabalho : trata-se da afirmação do socialismo, de sua atualidade e necessidade para o gênero humano.

A constatação de que no âmbito da materialidade e das relações sociais não se evidenciaram mudanças substantivas em prol, não apenas de uma classe, mas do gênero humano, constatação esta verificável de forma muito simples, através da continuidade de aviltantes condições materiais e globais de existência dos trabalhadores, previsíveis no âmbito da teia do ordenamento do capital. Este, por sua vez, continua enredando e conformando um consenso fundado na falsa base de um nós-nação, reificando assim uma identidade , que na prática, mantém subalternizada a maioria da população.

Assim, a questão central que está colocada no âmbito da formação política dos trabalhadores, a meu ver, consiste na busca de se qualificar a formação pretendida e efetivada. E do meu ponto de vista, poder-se-ia afirmar que se destacam dois campos formativos. O primeiro, hegemônico no interior do movimento sindical e das próprias centrais sindicais, inclusive a CUT, tende a priorizar as demandas e lutas mais imediatas dos trabalhadores ou, ainda, numa aparência moderna de envolvimento com os novos processos de trabalho, reestruturação produtiva, parcerias trabalhadores/empresários, tende a condicionar os conteúdos formativos nos marcos da própria ordem burguesa. Neste momento, tende-se a não romper com a unilateralidade criada por esse ordenamento. Assim, como enfatiza DIAS (1997), os trabalhadores

não se subtraem à dominação ideológico-política da burguesia, não colocando a questão do seu próprio poder, hegemonia e Estado.

O outro campo, minoritário, vê na formação este espaço de transgressão dessa ‘naturalização’ da ordem burguesa, no trabalho de desobscurecimento do lugar efetivamente ocupado pelos trabalhadores, garantindo-lhes o acesso ao conhecimento, especialmente da teoria social que faz a crítica dessa ordem. Está em jogo, portanto, o trânsito, possível, do senso comum ao bom senso, a afirmação de um ‘lugar’ onde se negue o dado e se criem as condições de elaboração de um possível.

Dessa perspectiva há um rompimento com o sentido de unilateralidade, afirmando-se a concepção de omnilateralidade do homem, possível pela apropriação da teoria crítica, o que implica que seja colocado não só o controle do processo de produção, como da vida social.

No âmbito dos movimentos se torna fundamental

“aprofundar um amplo debate democrático no interior dos partidos, dos sindicatos, no qual e pelo qual se compreenda a necessidade de combater uma postura de que basta a experiência da luta imediata para resolver toda e qualquer questão. Combater o anti-intelectualismo ainda vigente em setores, partidos e sindicatos significa realizar, por fim, um esforço radical de clarificação ideológica” (DIAS, 1997:134)

No interior da revista Forma e Conteúdo, de responsabilidade da Secretaria de Formação da CUT, encontramos registros, distintos desta questão, expressos por dois diretores da Central:

“A CUT teve um papel determinante na história do Brasil sobre a questão da cidadania. Pela primeira vez na história do Brasil, o trabalhador teve condições de se sentir cidadão e a CUT teve muito mais papel nisso do que o PT. Não é à toa que os partidos de esquerda cresceram depois da criação da CUT. Porque os sindicatos são aparelhos rentáveis e os partidos são aparelhos deficitários. Você cria um diretório de partido e ele é fonte de despesa. Um sindicato é fonte de receita(...)” (Gilmar Carneiro apud POMAR, 1993:51)

“A formação sindical e política da militância da CUT, entendida como compreensão mais aprofundada da situação em que vivemos e de quais são nossas tarefas para a transformação dessa realidade, é componente essencial para a construção do nosso projeto de central sindical: um instrumento para a luta da nossa classe pelos seus interesses imediatos e históricos.” (José Maria de Almeida, 1º tesoureiro CUT Nacional, 1993:46)

Uma entidade de formação, o 13 de maio- Nep, através de entrevista com um dos membros da sua equipe de formação, reforça a importância dessa dimensão mediata. Afirma ele:

“A gente tem clareza que a gente não forma massas, até porque a massa, uma de suas características é a de ser heterogênea, desagregada, etc. A gente acha que a sociedade gera a consciência das massas. E em dado momento da trajetória das militâncias, a formação passa a ser importante; nós localizamos dentro da nossa perspectiva de consciência, exatamente naquele questionamento inicial da revolta, até a inicial e embrionária formação de uma consciência em si; aí a formação é fundamental como é essencial na passagem dessa consciência em si para uma consciência revolucionária.”(Entrevista com monitor do 13 de Maio-Nep, julho de 1995)

A formulação teórica que se segue e que tem como base o movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST), ajuda a elucidar a relevância no âmbito dos movimentos sociais em geral, da assunção de um posicionamento estratégico, exatamente no sentido de trazer o possível para a necessária contraposição com o que está socialmente cristalizado na teia da hegemonia burguesa. Afirma BELLATO:

“A tendência hoje de dar um papel centralizador à formação é uma maneira que os Movimentos Sociais têm de responder a um processo crescente de exclusão dos cidadãos dos meios de ensino, culturais e de comunicação. Essa tomada de posição é estratégica (grifo meu), central e fundamental, porque, basta olhar em volta para ver que não existe setor do planeta investindo na formação, ou, qualificação das pessoas. Um exemplo histórico do que significa apostar na formação do indivíduo vem do Movimento dos Sem-Terra. Este Movimento trabalha com as pessoas mais pobres do campo, sendo que 99% de seus integrantes não têm acesso a escola, e se têm, é muito precário. Apesar disso, no entanto, no interior da organização, a partir de um trabalho de formação intensa ou de permanente debate interno, transforma-se pessoas de baixíssima escolaridade e de grande exclusão e nula participação social em sujeitos com uma fantástica compreensão da realidade social, inclusive, com o domínio simbólico dessa realidade através da linguagem.” (1997:13)

Gramsci formula a necessidade vital dessa ultrapassagem da mera perspectiva individual, marca da sociabilidade burguesa, dispondo da importância dos indivíduos serem tocados por algo que transcenda as suas limitadas perspectivas pessoais. Diz ele:

“Por que é que os indivíduos, na sua maioria, cumprem só determinados actos? Por que não têm outro fim social senão a conservação da própria integridade fisiológica e moral; adaptam-se assim às circunstâncias, repetem mecanicamente alguns gestos, os quais, por experiência própria ou por educação recebida (resultado das experiências de outros), se mostram idôneos para alcançar a finalidade desejada: poder viver. Esta semelhança de actos da maioria produz uma semelhança de efeitos, dá à atividade econômica uma certa estrutura: nasce o conceito de lei. Só a perseguição a um fim maior corrói esta adaptação ao ambiente; se o fim humano deixa de ser o simples viver mas o viver qualificado, cumprem-se esforços maiores e conforme a difusão do fim humano superior assim se consegue transformar o ambiente, instaurando novas hierarquias, diversas das existentes, para regular as relações entre os indivíduos e o Estado, tendentes a substituí-las para a realização difusa do fim humano superior.”
(Avanti!, 7/1918,1976:263)

Trata-se de reconhecer que a luta de classes permanece, assim como se embatem, ainda que com munições diferenciadas, projetos societários díspares: o do capital, com sua ênfase no processo de ‘atualização’ da sociedade das mercadorias, correspondendo na contemporaneidade à perspectiva do mercado, e o socialismo, a por em evidência um novo lugar e sentido para o trabalho, fundado na afirmação da perspectiva de emancipação humana.

Sobre os liames entre formação e constituição de uma subjetividade que recusa a subordinação dos sujeitos ao capital, se deterá o próximo capítulo.

5º Capítulo: Novos possíveis: subjetividades, traçados formativos e afirmação do porvir.

Este capítulo encerra o percurso desenvolvido pela tese. Retoma as categorias centrais que deram sustentação teórica à reflexão proposta, ao mesmo tempo em que vai reiterar o mote da centralidade dos sujeitos nas práticas formativas - resenhando dessa perspectiva questões básicas acerca da subjetividade no campo marxista - e recuperar a essencialidade da presença da teoria crítica na potencialização dos sujeitos e de suas intervenções.

5.1- Formação e produção de subjetividade: recusa ao movimento instituído de seletiva subalternização.

Inicialmente há que se fazer o registro do crescimento do debate e da produção teórica em torno da temática da subjetividade no interior do pensamento dialético, ainda que tal processo dê margem a leituras bastante diferenciadas e polêmicas, que se traduzirão no campo das relações sociais em geral, assim como no campo mais especificamente cultural, ideológico e político.

Anita REZENDE (1992) situa algumas destas leituras e tendências. Uma primeira delas procura excluir o conjunto de construções e significados subjetivos, *“compreendendo-os como quimeras individuais desprovidas de qualquer significação universal e histórica.”* (1992:8)

Procedimento a revelar a separação entre a vida individual, a elaboração de sentimentos e todo o campo espiritual, ou seja, a totalidade da vida social. Nega-se, dessa forma, a compreensão de que a subjetividade ao se conformar na objetividade é, portanto, também constitutiva da realidade concreta.

Acrescenta a autora que

“a autonomização da subjetividade frente à objetividade do indivíduo em relação à sociedade, está fundada no suposto de uma relação de externalidade e exclusão entre estes dois termos, o que permitirá, da mesma forma, autonomizar também a sociedade, a objetividade frente ao indivíduo, à subjetividade. Esse movimento sugere um jogo de luzes e sombras. Entre a atividade luminosa e a passividade obscura, os termos se trocam, isto é, de um lado a luz e de outro, a sombra, de um lado a sociedade, de outro o indivíduo”. (Idem:9)

A autonomização desses elementos não só fetichiza como também reduz a própria análise da realidade social, ao despojá-la dos componentes de subjetividade que, efetivamente, a compõe.

Ainda no campo marxista a subjetividade vai apresentar uma outra forma de entendimento, apenas referida minimamente no corpo deste texto.

Esta visão da subjetividade tem como ponto de partida o reconhecimento de que na produção marxiana as temáticas da vida espiritual não teriam sido utilizadas como reais referências para análise das relações sociais e, portanto, necessário seria trazer tais elementos - exteriores - para dentro do pensamento de Marx, o que significaria a afirmação da efetiva ausência no âmbito de sua produção.

Uma outra leitura que não nega mas atribui secundariedade - e, portanto, separação - entre subjetividade/objetividade e que está fortemente presente, por exemplo, no meio sindical brasileiro, considera que face à premência do processo organizativo e das lutas econômicas e políticas a serem travadas, os componentes subjetivos apareceriam não só de forma secundária, mas principalmente na qualidade de comportamentos e sentimentos que tenderiam a fortalecer o individualismo, ou ainda se apresentariam como entraves ou até mesmo “desvios”, frente à importância e emergência do trabalho político a ser feito.

“A subjetividade foi atrelada de tal forma a um individualismo e a um subjetivismo abstrato, sem sujeito e sem objeto, que terminou sendo desnecessária, e até mesmo reacionária, uma vez que passou a significar a morada dos sentimentos mais egoístas, dos projetos mais individualistas, enfim, o reservatório dos ideais do conservadorismo e do reacionarismo burguês.”
(REZENDE:18)

A concepção de subjetividade que o marxismo vai romper - presente no âmbito da hegemonia burguesa - supõe o indivíduo na qualidade de ente abstrato e idealizado, por conseguinte, exterior às suas efetivas relações sociais. E nessa abstração, ele pode ser “modelado”. Marilena Chaui chama a atenção para a forma de subjetividade que está sendo plasmada no interior do capitalismo, a se sustentar, menos nas relações intersubjetivas e mais numa subjetividade conformada pela *mass media* e pela publicidade, apresentando uma incapacidade de simbolização, de transcender ao dado, de relacionar-se com o possível e, sobretudo, com a marca de uma certa infantilidade que se expressa perante a promessa de satisfações imediatas. Banaliza-se a competição

e a violência, sucumbindo-se, assim, “à *velocidade e fugacidade das imagens, sem passado e sem porvir*”. (*Idem*:20)

A literatura para referência analítica usada ao longo dos capítulos anteriores expressa, ainda que sucintamente, a presença e relevância do sujeito no interior do campo marxista.

Dessa perspectiva é possível ressaltar desde as pertinentes reflexões de Antonio Gramsci, especialmente o seu conceito de hegemonia na afirmação da possibilidade de expansividade de uma determinada visão de mundo, ou ainda os aportes de Henri Lefebvre em torno do (des)sentido da vida cotidiana sob o capitalismo, bem como as formulações de Karel Kosik sobre a pseudo-concreticidade do ordenamento capitalista, fetichizando e naturalizando as relações sociais, as considerações de Lucien Séve em torno da personalidade e das formas sociais de individualidade, no contraponto essencial entre as necessidades do indivíduo concreto e as contradições com as quais se depara na dependência de seu lugar de classe no âmbito de uma determinada formação social; ou ainda nos aportes críticos de Frederic Jameson em torno da construção social pós-moderna, fundada na ode ao mercado em detrimento dos indivíduos reais e de seu processo de humanização; das instigantes contribuições de Terry Eagleton e Slavoj Zizek em torno do conceito de ideologia, enfatizando menos seu caráter de obscurecimento do real - em função do ideário dominante -, mas qualificando-o como componente estruturante desse real.

Esta pequena síntese se circunscreve apenas no sentido de recuperar os fundamentos teóricos constitutivos de conteúdos que informam a temática da subjetividade, revisitando-os, e pondo assim em relevo, entre os demais já mencionados, uma das dimensões presentes no marxismo e que se vincula à recusa frente e existência de um sujeito não emancipado, de um sujeito para o qual se atribui uma relação de subordinação a um ordenamento social que o desfigura, retirando-lhe componentes de humanidade e equalizando-o a mera mercadoria. Esta recusa em verdade traduz, por parte desta concepção totalizadora da vida, não só a presença do sujeito mas a afirmação de sua centralidade e indispensabilidade.

Para além da literatura já considerada, considera-se relevante acrescentar breves anotações acerca da polêmica entre Antonio NEGRI (1996) e Mario TRONTI (1979) em torno da existência de uma particular subjetividade operária. Esta inclusão se justifica na medida em que estes autores vão atribuir aos sujeitos-trabalhadores uma

perspectiva de subjetividade imanente, vinculada à objetividade de seu lugar no próprio espaço do processo de trabalho capitalista. Para esta reflexão serão privilegiadas as ponderações trazidas por Edith THÉVENIN, em texto específico no qual discute as perspectivas desses dois autores.

A noção de uma subjetividade operária é oriunda dos anos 60 na Itália, explicitando uma preocupação essencial dessa época, qual seja, a possibilidade de a classe operária tomar o poder.

Mario Tronti e Antonio Negri se destacam na qualidade de dois grandes pensadores italianos que implementaram tal debate, não só influenciando toda uma geração - como bem salienta Thévenin (1986) - mas ambos, por caminhos teóricos distintos, recolocam, seja a massificação da classe operária no âmbito do desenvolvimento do capitalismo e a relação que vai sendo instituída entre o capital e os trabalhadores, seja a afirmação de que é absolutamente vital a adoção de uma perspectiva estratégica e, portanto, ambos estão a reiterar a necessidade de um rumo, um norte, de certa forma recuperando a dimensão do devir.

Esta convergência inicial se materializa em faces diferenciadas. Na produção de Negri de 1979, *“Marx, oltre Marx quaderno di lavoro sui Grundisse”*, em tradução francesa de 1996 intitulada *“Marx, au-delà de Marx”*, se evidencia, a partir do privilegiamento dos “Grundisse”, o movimento da classe operária na afirmação de sua identidade, num processo em que a sua subjetividade irrompe; e nessa direção, a ênfase da análise vai estar no processo de circulação e não no de exploração. Afirma Negri:

“Se a teoria da mais valia introduz na teoria econômica a exploração, a teoria marxista da circulação introduz a luta de classes.”(1996:8).

Negri se deterá para fundamentar seu ponto de vista, no caderno VII dos Grundisse, relativo à crise da lei do valor e suas transformações, à temática do lucro e à crise das condições objetivas e subjetivas da produção do capital.

Sem se entrar em detalhamentos acerca de sua obra, do ponto de vista da subjetividade o registro a ser feito é o de que vai predominar a preocupação com a conformação da classe operária, assentada na afirmação de sua autonomia e de seu caráter expansionista a construir uma vontade singular; exatamente este movimento iria implicar a sua afirmação na qualidade de sujeito. Assim, destaca ele a presença no

operário de uma recusa ao assujeitamento que o predisporia à luta e ao exercício da crítica. Justifica o fato deste processo poder se estabelecer em função da própria circulação do capital, que vai tornar possível a presença de um certo processo de liberação, fazendo com que este circule em consonância com a constituição da vontade do sujeito.

Ao ampliar sua reflexão introduzindo a temática do trabalho, Negri sinaliza para a importância da análise do próprio assalariamento, especialmente para que se reponha a questão da subjetividade operária. Destaca na caracterização do dinheiro sua dimensão de imediatez concreta e, portanto, sua oposição imediata ao capital, na qualidade de poder sobre o operário. Assim, segundo ele, são reveladas também as tensões de classe. O valor de uso e troca, apartados, explicitam igualmente a separação do sujeito produtor de seu produto.

E a subjetividade operária se daria nesse patamar da imediatez, no nível da circulação e, portanto, da troca, na qual o assalariamento atirando os trabalhadores num amplo processo de proletarização permitiria que o mote da revolução pudesse eclodir.

Uma das problematizações pertinentes em torno dessas considerações é explicitada por THÉVENIN, ao questionar que Negri parte

“da ideologia da forma-sujeito de direito que ‘circula’ no nível da troca e elabora a ilusão de uma classe operária oposta, diferente, autônoma e portanto todo-poderosa e consciente, não submetida ao processo do capital, não submetida portanto ao Estado e às instituições. (...) O recurso à subjetividade é então a única maneira de recuperar, fantasmagoricamente, o que de fato está aprisionado e disperso.”(1986:161)

Thévenin, a meu juízo, destaca um aspecto importante na formulação de Negri, qual seja, uma concepção de subjetividade apartada do real, embasada num operário que existe idealmente, atribuindo-lhe, de princípio, uma situação de superioridade fundada numa pretensa autonomia deste ao movimento do capital, desconsiderando assim a efetiva relação de força que está posta no âmbito da luta de classes.

A escolha do campo da imediatez como campo privilegiado da constituição da subjetividade dos trabalhadores, na prática oblitera a adoção de uma perspectiva estratégica, atribuindo às vitórias e conquistas parciais uma onipotência e um peso político que, efetivamente, tais setores não têm. Num certo sentido a subjetividade passa a ser, majoritariamente, atribuição e não constituição.

Tronti por sua vez vai destacar a ligação orgânica existente entre a classe operária e o capital. Dessa perspectiva não se pode pensar a existência de uma classe operária independente do processo do capital; assim também a sua subjetividade se encontra sob a influência de seu poder econômico, jurídico, político e ideológico. E portanto essa relação de subordinação que se institui, atinge a sua identidade de classe.

Thévenin ressalta que para Tronti é no seio mesmo de sua dependência que a classe operária deve encontrar sua forma de recusa, de recuperar uma teoria e uma prática política que não se dá espontaneamente, mas deve ser construída através da organização. A organização é para Tronti o cerne da subjetividade da classe operária, visto que a afasta da submissão econômica e ideológica. Segundo o próprio Tronti:

“Há uma necessidade de estratégia, uma vontade de se ver além, uma revolta contra o dia pelo dia, que vem de baixo, debaixo de uma crise que atinge, em primeiro plano quem entra pela primeira vez na sociedade, por baixo de um sistema político que não pode ser considerado a última palavra da prática. (...) A razão crítica, se quer produzir teoria, deve estar cheia de história; se quiser fazer política deve estar rica de dados empíricos, se quiser ser, ela mesma, sujeito revolucionário deve criar consenso em torno às suas próprias ações, deve preocupar-se em produzir não uma ética mas uma política de convicção. Uma ideologia como política, isto é, como relação entre lógica da teoria e mobilização de massa, entre projeto e movimento, entre conhecimento e organização.”
(1979:53-4).

E essa organização, supõe, segundo ele, não só o ponto de partida da produção, e, portanto da relação estreita entre força de trabalho e capital (tendo como aspectos determinantes os conceitos de exploração e mais-valia), como também, teorização, compreensão, autocrítica, realizáveis no partido, com capacidade de se constituir neste espaço de análise, previsão e direção.

Dessa perspectiva a presença da exploração é que vai assegurar a possibilidade de existência desta subjetividade, visto que, a tomada de consciência dessa realidade é essencial à elaboração de uma determinada prática política, constitutiva da própria identidade da classe.

Se Negri supervaloriza a presença da classe operária vendo-a já exercitando a sua contínua ruptura com o capital e, dessa feita, se afirmando como sujeito em sua autonomia, Tronti não percebe indício de que a revolução se prenuncia, mas, como assinala Thévenin, ao contrário, percebe ele o crescimento de uma tendência à social-

democratização, representando a continuada vitória do capital. perante a qual a palavra de ordem é resistir.

Considero valiosas as reflexões de ambos intelectuais no que implicam em busca de efetivar uma leitura da subjetividade valorando nas relações sociais dadas a presença da classe operária na qualidade de sujeito. No entanto, faria restrições à pertinência de uma subjetividade operária em si, porque ela restringe o campo de junção de outros setores das classes trabalhadoras, capazes de compor e ampliar este campo identitário em permanente conformação, não determinado estrito senso, nem pela exploração nem pela circulação de capital.

Há um campo vasto de outras determinações com potencialidades de interferir na formação destas subjetividades, sendo estas marcadas por processos múltiplos e extremamente diferenciados. Isto não significa que se está a refutar a ordem da materialidade e das formas correspondentes de estruturação social como determinantes das formas possíveis de realização da subjetividade - especialmente em sociedades ordenadas pela exploração econômica e dominação política - mas o questionamento que se está a suscitar, seguindo por exemplo a formulação de Negri, diz respeito à subtração possível da classe operária ao ideário e à estruturação capitalista da vida, se conformando autonomamente ao largo dessa presença mais que evidente.

Em Tronti, particularmente se destaca a equalização da subjetividade humana à tomada de consciência de uma situação de exploração. Acredita-se que essa pode ser uma das feições de expressão da subjetividade de alguns sujeitos, impossível de ser generalizável e absolutamente empobrecedora das outras frentes de humanização e de expressão da subjetividade. Por outro lado ambos me parecem colocar em plano secundário a relação fundamental que um sujeito individual precisa estabelecer com outros sujeitos (as relações intersubjetivas) - além de outras esferas coletivas que também funcionarão como plano objetivo a dialogar-conformar a sua subjetividade - essenciais à afirmação de sua personalidade (como bem salienta Lucien Sève) e à constituição de sua identidade. Num certo sentido, ambas as concepções de subjetividade dialogam num campo de excessiva abstração, não permitindo que se visualize o sujeito real, operário, participe de grupo religioso, membro da associação de bairro, temperamental, admirador de Mozart e de Zeca Pagodinho, que não está

satisfeito com o sindicato e pensa em votar em políticos identificados com o pensamento neoliberal.

Há uma outra dimensão no pensamento de Tronti, já explorada ao longo da tese, visto que ocupa papel central em relação à formação. Trata-se da importância atribuída por ele à teoria. O registro diferenciado a ser feito se circunscreve à subordinação de sua utilização no âmbito do alcance dos objetivos formulados pelo partido - na suposição de sua maior eficiência -, de certa forma assumindo uma perspectiva também utilitarista. Isso vai implicar no uso extremamente restritivo da teoria sem exatamente inscrevê-la, articulada a uma visão estratégica mais rica, a supor o seu emprego na perspectiva de potencialização no sujeito de outros pensares, contribuindo não apenas no desvendamento das intrincadas relações da vida social, como igualmente permitindo que se revise o senso comum aí cristalizado.

Num certo sentido, tanto em Tronti quanto Negri, parecem convergir concepções que permitem que a interpretação da presença da excessiva valoração da relação direta com o componente político, com isso empobrecendo a visão de subjetividade, não só porque se referem a um sujeito excessivamente marcado pelo lugar na produção, limitando excessivamente o campo da subjetividade e de suas formas organizativas ao espaço fabril e também por visualizar este sujeito-trabalhador, apartado de outras esferas da vida social.

Nicole Thévenin, criticando o sentido de ruptura referido tanto por Negri quanto por Tronti, afirma que tal posição está a supor uma ilusão de passagem do poder do Estado para as mãos da classe operária, sem tocar no poder do Estado dominante. Segundo ela trata-se de um “reequilíbrio” dos poderes no interior do processo do capital, de um certo “reformismo autogestionário”, conforme expressão da autora, a supor a idéia de que o Estado se dissolve na fábrica.

Em verdade, sem entrar nessa polêmica acerca do Estado, especialmente no que se refere à tomada do poder ou à constituição de um outro Estado que já está a existir em potência, para os limites deste trabalho, o debate com esses autores me possibilitou recolocar, de um lado, a perspectiva da mediaticidade no plano também da subjetividade e no plano dos objetivos históricos - na busca da efetiva existência de um outro ordenamento-, reafirmando a fundamental importância do plano subjetivo, que, conformado por novas referências, re-elaboradas também nos espaços formativos dos

trabalhadores, possa passar ao largo da perspectiva mercantil, na afirmação possível de uma outra sociabilidade.

Eis parte do desafio posto aos sujeitos trabalhadores: Afirmar sua personalidade e subjetividade, construindo uma identidade com capacidade de potencializar os elementos que estão postos no real, na tentativa de dar um sentido novo às condições dadas, a partir de uma perspectiva anticapitalista, o que significa apostar numa nova ordem humana, criação histórica de uma outra sociabilidade. Penso que o processo formativo, na dependência exatamente de sua intencionalidade real e da utilização de uma teoria específica, pode auxiliar nessa dimensão de fecundar as “intuições” de mudança existentes no senso comum dos trabalhadores; parafraseando Sève (1974:323) diria que essa formação vinculada à perspectiva do trabalho amplia as subjetividades numa direção que vai supor a apropriação das forças sociais existentes e dos conflitos concernentes, implementando o movimento de busca de superação exigida pela própria dinâmica das necessidades históricas em curso.

5.2- Alguns sujeitos e tantos outros descobrimentos

“O que funda o sujeito é o que lhe escapa. (...) Esta ignorância é uma das “desagradáveis premissas” que a psicanálise descobre no cotidiano, desagradável porque as pessoas - tão poderosas que somos - preferem a superioridade do eu ao surgimento do imprevisto do sujeito, porque este imprevisto é sempre desnudamento.” Nicole- Edith Thévenin

“Uma das coisas que para mim é fundamental é a história. As pessoas não conhecem a história das lutas, é como se o mundo fosse assim desde sempre, como se nunca os trabalhadores tivessem lutado. E aí como foi sempre assim, não tem jeito, nunca vai mudar”. (Isabel, diretora dos Sindicatos das Costureiras do ABC).

O movimento de reconstrução de uma forma particular de subjetividade, fruto da contínua construção que se verifica ao longo das experiências significativas que transcendem à mera consciência do sujeito individual, ou ainda, como enfatiza Marilena CHAUÍ(1997), “*uma teia de sentidos tecida na relação intercorporal e no diálogo com o outro*”, são algumas das idéias-força que substantivam a leitura acerca da subjetividade, a supor a indissociabilidade entre os campos objetivo e subjetivo.

Esta afirmação está por sua vez vinculada ao movimento traçado ao longo deste texto e que se sustentou, teoricamente, num quadro de formulações que sustentam uma análise da formação humana, a partir de uma determinada matriz de pensamento. Esta ao considerar a história humana em seu contínuo movimento, comporta igualmente a possibilidade de conformação e explicitação de comportamentos negadores da organização social vigente, na afirmação da perspectiva de emancipação - em que pese a sua fragilidade - dessa perspectiva a possibilidade dos sujeitos se subtraírem à ordem capitalista se coloca na qualidade de projeto emancipatório coletivo, rompendo com a forma de organização social fundada em relações mercantis fetichizadas.

No entanto, conformando as formulações essenciais, necessário se torna explicitar a negação que ora se faz, de uma atribuição naturalizada de uma subjetividade para as classes trabalhadoras, lastreada na suposição de sua inquestionável subordinação frente aos determinantes de classe.

O contraponto que se está a fazer, e que tem sustentação no quadro teórico adotado parte da premissa de que esta situação de subalternidade é contingente. Sua cristalização se deve - para além dos elementos mais gerais já apontados ao longo da tese -, no âmbito da formação dos sujeitos, a uma contínua e competente privação de informações e conhecimento pleno das situações e do próprio processo histórico-social, a uma perda contínua dos bens materiais elaborados socialmente, perda que se acentua com a ampliação do desemprego estrutural.

E essas perdas, sem dúvida, vão marcar a subjetividade dos trabalhadores. Fica mais difícil, neste contexto, se pensar numa subjetividade qualificada, quando se constata que essa face renovada do capital, a se alimentar da rapidez das mudanças tecnológicas em curso, vai priorizar a cristalização e alastramento de uma “sociabilidade do mercado”, esta com outro tipo de marca, a engendrar indiferença e profundo individualismo, a ignorar o rastreamento que produz em termos de exclusão e desigualdades sociais.

Nesse contexto, previsível é o que vai ocorrer com o trabalho: não só vai se distanciando de sua dimensão de criador e produtor de bens, como vai perdendo seu significado essencial de dar sentido à experiência humana. A decorrência natural desse processo consiste na articulação entre essa contínua desvalorização e da perda pelos sujeitos individuais de seus referenciais de constituição de uma identidade de classe.

Esta dificuldade está por sua vez também relacionada com a rapidez das mudanças trazidas pela globalização que, mesmo não atingindo a todos os segmentos de classe em termos de acesso às solicitações do consumo, reforça um componente presente nesse trânsito - o individualismo - e, mais que isso, como acentua WIEVIORKA, com *“as fragilidades pessoais que vêm junto.”* (1997:23)

E aí vale recuperar um outro aspecto já explicitado por Gramsci. Repensar a subjetividade nas condições atuais, adversas, significa mais que encontrar a definição ou o sentido para o homem singular, perscrutar as possibilidades em termos do

“o que é que o homem pode se tornar, isto é, se o homem pode controlar seu próprio destino, se ele pode “se fazer”, se ele pode criar sua própria vida. Digamos, portanto, que o homem é um processo, precisamente o processo de seus atos.”(GRAMSCI,1981:38)

Este é um dos desafios essenciais presentes nos experimentos de formação voltados efetivamente à constituição de uma nova racionalidade. É algo que precisa ser intencionalmente buscado pelas entidades de formação e, mais que isto, permanentemente avaliado.

O conteúdo da subjetividade supõe, portanto, construção, que se evidencia a partir da presença e relação com os outros homens na concretude do mundo, e em especial, por meio do trabalho. Ao se referir ao indivíduo e suas relações, Gramsci enfatiza a transformação que pode ocorrer com cada um ao estabelecer de forma orgânica, relações com os outros homens e, mais que isto, ao transformar igualmente o conjunto das relações das quais participa.

Massimo SALVADORI (1977) salienta, na produção gramsciana, a íntima vinculação com o pensamento de Marx através de uma particular interpretação, na qual se destacava a relação entre objetividade e força política subjetiva. Dessa perspectiva, perante a premissa de que o socialismo é uma alternativa e que no período histórico vivido as condições objetivas estavam dadas, a questão já apontada por Gramsci e que, a meu juízo, permanece extremamente atual, diz respeito à necessidade de amadurecimento, organização e disciplina dos elementos subjetivos. Este se revela um problema teórico-prático da maior envergadura.

O autor destaca ainda a existência de condições objetivas que apontam o socialismo como uma possibilidade histórica, acentuando no entanto a necessidade de

enfrentamento de um problema de fundo que está posto e precisa ser melhor delineado.

Assim:

- 1) *“Trazer esta possibilidade ao nível da subjetividade, através de uma aquisição consciente.*
- 2) *tornar atual a possibilidade objetiva mediante a organização política.” (SALVADORI, 1977:211-12).*

Destaca igualmente, no âmbito do pensamento gramsciano, a sua centralidade em relação à problemática ético-política. Ao se colocar o exercício da crítica da organização política e, sobretudo, uma reflexão acerca da proposta de uma reforma intelectual e moral, a questão que se está a apontar se refere à possibilidade interventiva - e criativa- de um sujeito coletivo, no caso específico, o partido. Dessa perspectiva, ressalta Salvadori, compreende-se o fato de que no pensamento de Gramsci certas questões são essenciais e recorrentes: a ideologia e o plano da superestrutura, a questão da reforma moral e intelectual e a temática da hegemonia, constituindo um todo de enorme significação e que por sua vez se apresenta repleto de protagonistas.

Penso que estas formulações repõem no âmbito das dificuldades de afirmação dessa identidade coletiva - auxiliar à consecução de uma subjetividade autonomizada das relações reificadas do capital -, duas ordens de questões absolutamente centrais no interior do pensamento dialético. Uma primeira, já desenvolvida no corpo deste trabalho, recupera a dimensão das possibilidades que estão no real, a comportar assim a categoria de devenir. A implicar, como ressalta o próprio Gramsci, na idéia de que o *“o homem devem, transforma-se continuamente com as transformações das relações sociais”*.(1981:43).

Ora, estas modificações tendem a acontecer quando algo significativo agrega os homens, quando uma inteligibilidade mínima acerca da realidade e das relações sociais aí constituídas faz com que uma associação de igualdades ou desigualdades se constitua (usando os termos de Gramsci). Esta, por sua vez, dotada de uma explicação não só sobre esse real, como também sobre os indivíduos em relação a esse real, elabora uma referência identitária (oriunda do campo do trabalho), que de alguma forma unifica pensamento e ação, conhecimento e intervenção. Dessa perspectiva, a vida e os sujeitos que a elaboram e reelaboram - se modificando igualmente - se tornam substantivos, em que pese a própria provisoriedade desta mudança. Este

componente fundante do singular movimento presente na categoria de devenir exclui a perspectiva de evolução ou de linearidade, visualizando o experimento da história humana na qualidade de reposição contínua e dialética de possibilidades.

Penso igualmente que a colocação no fluxo de nossa formação social desses componentes filosófico-políticos - das possibilidades e do devir -, implicam necessariamente que alguns sujeitos sociais se associem, elaborem a sua identidade e, principalmente, definam as referências efetivas a partir das quais vão interpretar esse universo de signos que conformam a lógica do capital, o que vai permitir possa ser, simultaneamente conformado um norte, a fazer circular as possibilidades e o sentido desse devenir.

E exatamente neste ponto considero absolutamente pertinente a realização do trabalho formativo, voltado à materialização desse conjunto de processos.

Das experiências consideradas a partir da positividade e limites considerados pelas entidades e pelos trabalhadores que vivenciaram práticas formativas - arroladas no corpo do capítulo terceiro -, considera-se pertinente destacar alguns aspectos referentes à metodologia e conteúdos programáticos dos cursos. Assim,

“Nossa proposta metodológica se baseia na necessidade de socializar os elementos teóricos básicos para a compreensão da realidade, fazendo com que isto seja um instrumento nas mãos daqueles que querem se tornar sujeitos das transformações necessárias. (...) A teoria, fruto do acúmulo e do amadurecimento de pensamento de toda a humanidade, se torna abstrata e de difícil compreensão para o público com quem trabalhamos.(...)”

As pessoas têm uma visão do mundo estruturada, com a qual vivem, buscam compreender seus atos e a realidade, julgam através de um sistema de valores e agem através de normas de comportamento e conduta. Acumulam um conhecimento e um saber que lhe são próprios e derivados de sua inserção particular na realidade imediata do trabalho, de sua região, de sua comunidade, etc.

Esta concepção de mundo não é, portanto, simples idéias que podem ser substituídas por novas apenas pela força do discurso ou pelo peso dos argumentos. São relações vivenciadas e fortemente enraizadas com carga afetiva, vividas como verdade, como realidade e naturalidade. Antes de ser um novo valor ou idéia assumida pelo sujeito, o conhecimento deve ser vivenciado.

Foi por esse processo que as pessoas superaram seu estágio inicial de consciência. Viveram novas relações que se chocaram com antigos valores e agem através de normas de comportamento e conduta. A migração para o sudeste em busca

de uma vida melhor, e o choque com a dura realidade das fábricas, a adolescência e o contato com a realidade da escola, a vivência das relações de opressão sobre a mulher no trabalho ou em casa, são algumas das situações que levam as pessoas a questionar sua vida e seus valores, que se tornam insuficientes para explicar as contradições de sua vivência presente.

Esta percepção inicial leva, no começo, à revolta como ato individualizado, e apenas em certas condições pode levar a uma nova fase de seu processo de consciência. Estas condições parecem estar ligadas à existência de situações de grupalização, onde o indivíduo percebe sua revolta na revolta dos outros e desenvolve um sentido de grupo, de coletivo. A percepção de um problema comum pode levar a uma ação coletiva, a novas vivências e a emergência de novos valores. (...) Ainda nessa fase, enfrentamos as aparências, lutamos contra os efeitos e não as causas. (...) Os limites dessa percepção ficam claros quando começamos a nos indagar sobre as causas e não nos contentamos em saber que existe a miséria, os baixos salários, a precariedade da moradia, da saúde, a violência. Buscamos saber o “por quê” existe tudo isto, quais as causas, as raízes destes fenômenos. Procuramos saber como funciona para saber como mudar.

As respostas a estas questões não podem mais ser encontradas no horizonte imediato da vivência de cada um. Exigem conhecimento do funcionamento estrutural da sociedade, de história e de meios teóricos para estas compreensões. São necessárias mediações teóricas. (...) Assim, partimos de um conhecimento universal, já existente antes da atividade de formação na forma de conhecimento acumulado que, na situação do curso, deve ser vivenciado pelo grupo, reconstituído como conceito e traduzido para aquela realidade particular.” 13 de maio- Nep - Projeto de Formação e Capacitação de Trabalhadoras e Trabalhadores. (1994)

“Numa experiência formativa ele tem a oportunidade de parar, refletir sobre a experiência dele, contrapor e observar outras experiências que supostamente estavam distantes em termos de tempo, de lugar, mas que criam identidade. Não é igualdade de experiência, mas identificação entre, um trabalhador rural do interior do Espírito Santo que está assentado, com um metalúrgico da Baixada Santista, que nessa reflexão sobre o cotidiano, sobre sua experiência, sobre a sua luta, se identifica no processo”. (...) Eu acho que o mais importante na concepção de formação da CUT são os sujeitos que ela conseguiu reunir. As pessoas ou o coletivo de formação são militantes profissionais, comprometidos acima de tudo, com essa reflexão, com esse aprendizado, com essa troca de experiência. (...) A inquietação. O elemento fundamental seria exatamente essa visão crítica, essa insatisfação com o que está fazendo, o querer mais...” (Membro da Equipe Nacional de Formação da CUT)

“Quando a gente fala que a construção da identidade masculina e feminina tem que perpassar todos os cursos, a gente já vê no finalzinho dos cursos algumas mudanças. É lógico que as pessoas não vão mudar uma coisa que está enraizada culturalmente por conta de uma atividade que nós fizemos. mas a gente propõe, até duma certa forma, ousada, eu acho, uma alteração na forma de olhar para isso. Nós tivemos depoimentos no curso de movimento popular, de uma pessoa que era homossexual. A gente está olhando para isso no sentido de construção de identidade, no sentido de mostrar como nesse processo se negou outras possibilidades, digamos assim. Então esse é um dado que não dá para dizer que as pessoas vão alterar a prática, mas a gente tenta mudar o olhar, para não trabalhar com uma visão preconceituosa, entendeu?” (Membro da equipe de formação do Instituto Cajamar)

“A gente recupera a noção de sindicato já trabalhada e começa a ir prá frente, chegando à noção de que o sindicato Não começou agora, com a gente, e vamos ver como é que era: e aí entra a História. E aí se entra no ‘Túnel do Tempo’: eles são levados através desse túnel e quando o pessoal entra na sala, a turma inteira, tem aí os atores representando personagens da história; e assim vai evoluindo do sindicalismo até o surgimento da CUT. Os atores são funcionários e diretores do sindicato que deliram fazendo essa atividade. E aí o Getúlio Vargas é negro, tem um anarquista que começa tocando violão. (...) No dia seguinte se anunciam as várias concepções sindicais, sobretudo o sindicalismo corporativo versus o novo sindicalismo”(...)
(Assessor de Formação do Sindicato de Bancários de São Paulo)

“O que a gente quer é construir uma sociedade fraternal, sei lá? Ou que nome queiram dar, não interessa. O que a gente quer é construir uma sociedade justa, igualitária, humana. É para isso que a gente trabalha, não é? É para que o trabalhador não só tenha uma consciência crítica, mas para que ele aja. Então o que a gente quer é isso, impulsionar a ação concreta nesse sentido. Mudar a sociedade e junto com isso se mudar, se transformar...” (Assessora de Formação e Monitora do Sindicato dos metalúrgicos do ABC)

“Nós trabalhamos com o público do PT e da CUT, fundamentalmente. Como trabalhamos com pessoas do PSTU, do PC do B. E como é que a gente vê essa relação? É uma relação que, ao mesmo tempo é intensamente generosa e severamente crítica. Agora isso é muito pouco compreendido. Certas pessoas cobram um certo grau de fidelidade, no sentido de amoldamento. Nós achamos que enquanto entidade nós não temos alinhamento na disputa interna nem da CUT nem do PT. Porque nós acreditamos que o trabalho de formação, ele é mais eficiente, quando ele estabelece vínculos dessa generosidade

afetiva que eu estava falando, e nessa perspectiva mais ampla de classe, para poder cobrar o que a própria realidade emerge como crítica.” (Monitor de 13 de maio-NEP)

Estas práticas reais de formação sinalizam, ainda que marcadas por profundas diferenças ideológicas, para as tentativas que estão existindo no interior do campo do trabalho, no sentido de um investimento inicial na criação de novos olhares substantivados pelos sujeitos. Não resta dúvida que isso é algo insuficiente. Mais que deficiências quantitativas, a compreensão da importância política desse investimento é precária tanto no interior das lideranças sindicais, como no âmbito dos partidos de esquerda. Além disso, a própria responsabilidade política desse processo é magicamente atribuída às entidades de formação e educação popular, exingindo-se delas posturas participativas e técnicas modernas de envolvimento dos trabalhadores, secundarizando-se, ou, mais que isso, não compreendendo as próprias contradições oriundas do mundo da produção e das relações de classe que perpassam a sociedade brasileira na sua totalidade.

Nessa direção, Joelzito ARAÚJO (1989) ao discutir as próprias concepções metodológicas presentes na educação sindical brasileira, salienta que os próprios trabalhadores envolvidos nesse processo não visualizam as possibilidades de conformação de uma outra concepção de mundo, ou nos seus termos, da consciência de classe,

“como produto das possibilidades de incorporação e reflexão deste movimento próprio da classe, que por si comporta um processo educativo, e que será a base concreta dos trabalhadores na cena política, nas lutas por liberdade sindical e cidadania, organizadas a partir dos locais de trabalho e moradia.”(1989:99)

O que pode ser considerado diz respeito, portanto, às formas de recuperação do saber oriundo das classes e a sua ampliação na qualidade de processo de conhecimento, a supor a utilização de conteúdos teóricos mediados pela realidade concreta. Assim, está em questão a produção de uma nova cultura, articulando de forma orgânica relações entre os intelectuais da classe e o mundo real dos trabalhadores, incorporando os seus interesses específicos, as suas formas de sentir, compreender os acontecimentos e de agir, a partir de uma ótica não particular desses setores, mas do conjunto da classe.

Desse ponto de vista, a subjetividade, a conformação do sujeito não se constituirá fora de suas relações reais, sejam elas mais próximas - o que vai ocorrer, segundo Lefèbvre (1971), no deslizamento do eu para o nós - ou ainda na ordem mais longínqua, na qual se destacam entre os seus elementos essenciais, a ideologia, seu funcionamento e difusão. Nesse emaranhado de relações sociais, os indivíduos ao estabelecerem as suas relações com os outros indivíduos e grupos, vão igualmente elaborando a sua identidade e as suas próprias referências do mundo.

No caso específico da sociedade capitalista, há, no âmbito da grande maioria dos trabalhadores, a absorção das referências do mundo do capital, embotando os valores de solidariedade e fortalecendo o des-sentido - para o campo do trabalho - desse ideário dominante.

Reafirmando a concepção de subjetividade como construção, entende-se que o trabalho formativo com estas preocupações, tenderá a contribuir para a conformação de outras referências subjetivas.

Considerações Finais:

Das análises e reflexões efetuadas e que tiveram como eixo norteador a temática da formação política, podem ser sintetizadas, e mais que isto, afirmadas, algumas dimensões essenciais. Antes de explicitá-las vale reiterar que não me dispus a fazer estudo de caso dos experimentos formativos arrolados. Estes funcionaram na qualidade de referências concretas de práticas, ‘locus’ a partir do qual são fornecidos os componentes que dão sentido às análises empreendidas.

Os alinhavos - necessários - ao movimento de síntese.

O primeiro, fundamental no interior do pensamento de Gramsci, diz respeito à sustentação de que uma nova civilização só teria condições de se afirmar, através da presença na história das classes apartadas continuamente do poder político e do efetivo desenvolvimento de suas condições “ intelectuais e morais”, - as classes subalternas -, o que implicaria na possibilidade de constituição de uma outra forma de sociabilidade, com a marca da humanização aludida por Marx.

Esta dimensão, retomada por Gramsci, repõe com qualidade nova o lugar das classes trabalhadoras neste processo em termos de sua efetiva participação e, mais que isto, sinaliza para a importância do desenvolvimento de uma consciência histórica da realidade, com capacidade de fecundar as possíveis ações políticas. Tal concepção crítico-histórica, impõe em sua singularização, a inclusão de um conjunto de componentes que possa favorecer a formação da personalidade dos trabalhadores. Assim, para além dos aspectos objetivos e nucleadores imediatos do seu processo organizativo e de lutas, fundamental se torna investir no processo de subjetivação das classes subalternas, a implicar na re-elaboração da própria função da cultura, da liberdade e da vontade, assim como das esferas do individual e do coletivo.

Assim o papel de protagonista e não de mero coadjuvante, pelos trabalhadores, se coaduna às premissas objetivas do campo econômico-social e com a feição subjetiva que vão construindo que, integradas, criam condições à existência da ação política; nessa direção Salvadori destaca que este postulado está diretamente vinculado à concepção gramsciana de que os acontecimentos não dependem do arbítrio de um indivíduo e nem tão pouco de um grupo também numeroso, mas sim da vontade de

muitos, os quais se revelam ou não capazes de assumir certos atos com vinculações espirituais correspondentes. Nesse âmbito, dependerá igualmente do grau de envolvimento de parte significativa deste conjunto - no sentido de tomar ciência dos acontecimentos e na percepção profunda de que a vontade já aludida tem, efetivamente, a marca do coletivo-, a emergência de outras formas com capacidade de impulsionar os sujeitos à realização de movimentos em direção a um certo fim comum.

Adentrar por esses novos rumos representa, já de per si, iniciar uma ruptura real com as formas tradicionais de galvanização dos sentimentos destas classes, não subestimando as suas possibilidades de se tornarem dirigentes.

Esta relevância dos sujeitos históricos, explicitada por Gramsci, vai implicar na valoração da própria constituição desses sujeitos, na qualidade de personalidade, vontade e processo organizativo, num movimento real de construção de um novo “bloco histórico”.

A Formação Política se inscreve nesse processo, na qualidade de instrumento auxiliar, a comportar investimento nas potencialidades das classes subalternas, conferindo dessa feita ênfase ao seu conhecimento particular, ao desenvolvimento de sua criatividade e capacidade de iniciativa e à construção de novas formas de conhecimento, conformadas a partir da negação do instituído processo de submissão à lógica burguesa. Evidentemente este processo não é linear e supõe, na perspectiva de totalidade social, as contradições e antagonismos que constituem as classes e dão feições singulares à história que está em curso.

Em verdade, Gramsci retoma o potencial educativo do próprio marxismo, afastando-se das leituras mecanicistas e estruturalistas da objetividade materialista - na sua atribuição do primado das estruturas materiais. Salientará, portanto, não a autonomia ou prevalência dos campos de objetividade/subjetividade, mas o seu mútuo engendramento.

A afirmação que faço - a partir da delimitação de um tempo histórico dado que vai se pautar no âmbito da formação social brasileira, numa conjuntura de crescimento das formas de acumulação -, diz respeito à necessidade de investimento nas condições subjetivas aludidas por Lênin e retomadas em novas bases por Gramsci.

Formação, subjetividade e potencialização de possíveis.

A constituição desse campo de conhecimento, a reelaborar as relações individuais, a compartilhar os experimentos de perda e descoberta e, principalmente, a conformação de um lugar de experimento da alteridade de classe por segmentos de trabalhadores, supõe um espaço real no qual são descosturadas e re-alinhavadas as concepções de mundo, ao mesmo tempo em que se busca o acesso às distintas dimensões de sua subjetividade, a partir da indispensável presença de um outro, garantia de seu próprio reconhecimento e afirmação de personalidade. Esse campo tem também, e especialmente, a singularidade de ser o espaço no qual podem ser elaboradas e explicitadas, coletivamente, as possibilidades de uma nova sociabilidade.

Indagados através de questionário acerca do que sentiram que aprenderam nos cursos, alguns trabalhadores traduziram sua avaliação pessoal desta forma:

“A buscar cada vez mais conhecimento de formas que quebrem ou tentem quebrar padrões estabelecidos, que parecem irrefutáveis, para superar a atual ordem dominante.(o capitalismo). - Bancária, Pará.

“Aprendi que o mais importante e necessário é não desanimar”, seguir em frente.”- Técnico em Informática RJ -

“Que tudo é possível transformar, depende de nós ir à luta.” - Vigilante, São Paulo.

“Aprendi que encontro formas sobimiço a classe dominante, não podemos nos expressar corretamente”. - Comerciante, Rio de Janeiro.

“Tive uma visão clara da burguesia, de como o trabalhador é massacrado pela ideologia do capitalismo”. - Professora de pré-escola, Pará.

“Percebi como estamos isolados e a falta de uma consciência de classe; vi que não poderia ficar como expectadora de minha própria vida.” - Servidora pública, Rio de Janeiro.

“ Tive uma nova visão das coisas. Aprendi que um trabalhador pode mudar os rumos políticos desse país.”- Operador de Computador, Rio de Janeiro.

“Que é preciso aprender a ser revolucionário”. Professor, Pará.

“Que o lucro do capitalismo precisa acabar, caso contrário acabamos nós.” - Motorista, São Paulo.

“Aprendi que como trabalhador produzo a riqueza das classes dominantes (burguesia), onde sou explorado como força de trabalho, aprendi que devo me defender, reivindicar meus direitos.” - Copeiro, Rio de Janeiro.

“De saber que ainda tem pessoas dispostas a lutar por um mundo melhor, e isso me alegra. Aprendi a entender melhor as causas e o porque das revoluções.” - Professora, São Paulo.

A simplicidade desses depoimentos com certeza não traduz uma situação de “preparo das classes trabalhadoras” em termos de uma ofensividade que as coloque num estágio de efetiva disputa de hegemonia. Não se trata disso. No entanto, o fato de que as classes estão construindo e dispõem de um espaço que lhes é próprio, através do qual conformam a sua leitura do mundo e elaboram a sua rota de expectativas, novos comportamentos e, principalmente, desenham um campo identitário, este experimento em si é absolutamente fundamental se buscam as *formas* de tornar possível a circulação de um novo projeto de sociabilidade. Mais que concepções acabadas, estas formulações traduzem dimensões de algumas práticas formativas, se constituindo em experimentos de sujeitos reais, minimamente “tocados” por desafios da vida social, a transcender a sua existência individual. Os experimentos formativos, operando no interior de um singular campo cultural, possibilitam aos sujeitos - para além da visão instrumental e adaptativa da cultura hegemônica -, o desenvolvimento da capacidade de explicar e interpretar, iniciar formulações críticas acerca de suas experiências, em síntese, propiciam aos sujeitos auto-reconhecimento.

Por outro lado, para além dessas descobertas e da construção de explicações e sentidos mais substantivos sobre a vida individual e coletiva, estes experimentos permitem igualmente que se elabore um certo desaguadouro mais coletivo para as inquietações sociais: possibilita que seja re-desenhado o projeto e visualizado o devir.

O “possível”, obscurecido no cenário pós-moderno de ode ao mercado, é resgatado, decifrado na sua necessária atualização. Como categoria teórica se inscreve na perspectiva da dialeticidade imediato-mediato - utilizada ao longo da tese. Ele não pode ser confundido numa leitura própria ao senso comum, com uma política medíocre de resultados que reside apenas no plano da imediatividade estas realizações com certa previsibilidade são conceituadas por Bloch como o campo do “provável”.

O fato de existirem experiências de formação que estão a romper com a atribuída impossibilidade de simbolização das classes subalternas, com a adaptação e

convivência ao que está dado e estabelecido pela sociedade burguesa, com a perspectiva de satisfação imediata dos desejos e necessidades humanas, conformada pela mídia na ode ao consumo e ao entretenimento a qualquer custo, e ainda com o pacto que se espalha de relações fundadas na fugacidade e volatilidade, revela que existem ainda setores sociais não conformados, não indiferentes perante o ordenamento vigente e que buscam direcionar esta salutar inquietude a formas de intervenção significativas, voltadas exatamente para a implementação das condições subjetivas explicitadas por Gramsci a partir de seu próprio tempo. Pode igualmente significar, embrionária mas significativa postura de colocar-se na contracorrente desse ordenamento que busca aparecer como definitivo e acabado, afirmando a sua condição contingente.

Este espaço recupera o sentido do passado num outro patamar e repõe, ainda que fragilmente, a perspectiva do porvir: *“a possibilidade não é a realidade, mas é, também ela, uma realidade”* (Gramsci, 1981). Essa dimensão é reinventada, retomada na dimensão profunda por ele ressaltada da liberdade humana.

Nesse curso, algumas destas experiências formativas - ainda que poucas - permitem aos sujeitos um outro olhar perante os acontecimentos. O acesso às informações sobre a história humana, sobre a estrutura social na qual os fenômenos sociais se evidenciam, a compreensão acerca das forças que movimentam as conjunturas, sobre a conformação da própria subjetividade, entre outros aspectos, tendem a propiciar aos trabalhadores conhecer componentes desse real que ‘se fantasia’ e, sobretudo, iniciar o exercício de crítica e descoberta, absolutamente vital na conformação de suas identidades.

Isto vai implicar, na ordem da formação, num reconhecimento basilar: o de que as classes subalternas são sujeitos, o que, de per si, impõe, desnecessidade de qualquer qualificação. Dessa perspectiva, se está a afirmar a dimensão essencial do processo de conhecimento, bem como do alargamento do campo de inscrição qualitativa dessas classes no curso da história humana.

Esta referência facilita não só tomar como ponto de partida o senso comum que habita os experimentos de vida dos trabalhadores, como fornece significativos elementos da ordem da cotidianidade, tornando visível a temporalidade com que enfrentam sua luta contínua por sobrevivência: o tempo da imediaticidade.

Na sua vida cotidiana é o imediato que vai se impor, é o visível que vai de fato “aparecer” e forjar comportamentos os mais diversificados.

No plano da formação, a constituição de elos entre este tempo das exterioridades, que parece adquirir uma autônoma opacidade para quem nele está imerso, e o tempo mediato, de compreensão do plano que não aparece, da busca coletiva de desvendamento do “segredo das formas” que estruturam a realidade dos fenômenos e experimentos humanos, torna-se procedimento extremamente significativo no interior desse embate de racionalidades inscritas na vida social.

Retoma-se o ponto de partida, revisitado, não a partir dos efeitos que a formação já está acarretando (a perspectiva é mediata, mesmo), mas, e talvez seja este o segredo da forma, da forma/formação - garantir não o que está oculto, mas o que já se faz presente a partir do senso comum dos trabalhadores, ainda que fragmentado, ambíguo e fantasioso e que precisa e pode ser fertilizado e potencializado com a utilização da teoria social: a dimensão do porvir.

Formação: campo de força estratégico

As formulações precedentes procuraram afirmar a importância de um conjunto de elementos fundamentais em termos do processo de auto-conhecimento, deciframento do mundo e envolvimento com o curso da vida social por parte das classes trabalhadoras, valorando nesse percurso, o privilegiamento do exercício da crítica, bem como das possibilidades históricas postas no presente via componentes mais imediatos, e que podem ser implementados noutras dimensões, a partir não só, mas também, de uma práxis formativa que atue na qualidade de elemento auxiliar desse amplo processo de conhecimento anteriormente aludido, e que pode, em função das referências efetivas adotadas, constituir um necessário diálogo com a teoria, potencializando os componentes mediatos que aí já estão, de alguma forma presentes.

Ao formular positivamente a articulação entre formação e estratégia, se está a levar em conta as considerações precedentes, a revelar a constituição de uma nova concepção de mundo e a criar as condições à conformação de uma nova hegemonia.

Retomam-se os elos entre o real e o possível, entre o dado e o devir.

Nesse trânsito, mediações teóricas se fazem pertinentes, componentes essenciais para que uma elaboração crítica das classes subalternas ocorra, permitindo a atribuição de novos sentidos às suas experiências individuais e coletivas.

Essa mediação no plano teórico, por sua vez, supõe a presença de uma dimensão estratégica, a assegurar a perspectiva de mediaticidade, que não se confunde com o imediato das práticas e lutas cotidianas destas classes.

Entendo que o acesso ao conhecimento teórico por parte das classes trabalhadoras, e mais que isto, o “exercício” que possam vir a fazer coletivamente, revisitando as suas experiências sob o crivo de explicações menos mágicas, pode se constituir numa ferramenta importante ao longo desse itinerário. Evidentemente esse processo não é mecânico, envolve a materialidade da vida dos sujeitos, sua subjetividade, enfim, todo o campo de relações reais que conformam a sua vida social.

Na medida em que a proposição investigativa não foi a de efetivar um estudo de caso do processo de formação da CUT nem, tão pouco, esgotar tanto empírica quanto analiticamente as empreitadas de formação assumidas por um conjunto diversificado de entidades de educação popular, reitero a explicitação do caráter desses experimentos e impressões dos sujeitos formadores/formandos, na qualidade ponto de partida concreto das reflexões e análises empreendidas ao longo da tese. Penso que os grandes eixos de categorias utilizados foram importantes na retomada do sentido destes experimentos, a partir de um olhar mais qualificado. Dessa feita, pode-se afirmar no interior destas práticas, tanto a dubiedade de referências teóricas, quanto, mais que isto, a própria inexistência delas, fazendo com que a formação se mantenha como mais uma tarefa no rol dos rituais burocráticos dos sindicatos, tornando bastante frágil esta força estratégica que a formação poderia assumir.

Nesse percurso, creio que algumas considerações mais gerais precisam ser feitas:

- o investimento que vem sendo feito em formação por parte da Central Única dos Trabalhadores através do CONAFOR - o Coletivo Nacional de Formação -, das Secretarias de Formação e das Escolas da própria Central, assim como de alguns de seus sindicatos filiados. Em termos de alguns movimentos populares e do PT, os registros das entidades formadoras bem como as entrevistas feitas, permitem que se possa afirmar a presença de alguns programas de formação, não obstante a insipiência e a descontinuidade desses empreendimentos.
- as entrevistas e as fontes das entidades permitem que se afirme o fato de que as metodologias explicitadas pelas entidades revelam concepções de formação distintas: assim, no âmbito de 13 de maio-NEP, por exemplo, o corte de classe se

mantém ao longo da fundamentação do processo de análise e reflexão de sua experiência formativa, a encontrar respaldo na forma/conteúdo das atividades empreendidas; percebe-se a presença de definição estratégica e esta funciona como norte do projeto formativo. No Sindicato dos Metalúrgicos do ABC este corte em momentos se afirma - os experimentos dos membros das comissões de fábricas como monitores, participando de programas permanentes de estudo, os conteúdos de cursos e o seu significado, por exemplo -, em outros momentos fica mais fluido, e isto fica perceptível quando são empreendidas, por exemplo, modificações em algumas programações anuais do sindicato assim como são alterados conteúdos de cursos ou ainda o tipo de atividade proposta. Estas mudanças são fundamentadas através de argumentações que permitem seja detectado este certo trânsito (ver estes elementos no capítulo do campo concreto de análise). Já no caso das mudanças efetivadas na proposta formativa do Instituto Cajamar - a partir de sua última reformulação -, se evidencia - como explicitado no terceiro capítulo da tese -, uma tendência para trabalhar com o universo da cidadania no interior do ordenamento burguês; no entanto isto não significa que o conjunto dos cursos se subordine a esta linha, havendo não só conteúdos como também formadores (vide entrevistas), mais próximos a este campo de classe. O dado a merecer melhor análise e reflexão diz respeito à explicitação da necessidade de rompimento com o pensamento marxista clássico, assim como com a perspectiva do socialismo. Este dado deve ser até relativizado, visto que se circunscreveu a afirmação de um dos entrevistados.

- Por outro lado, as formas de instrumentalização da experiência vivida dos trabalhadores, resgatada como ponto de partida dos cursos, parece ter sido pouco aproveitada no sentido de pouca clareza por parte dos formadores, da necessidade não só de construção de mediações teóricas, assim como na sua própria utilização. Assim, por exemplo, os vínculos entre o particular e o geral das conjunturas ou ainda entre processos de trabalho capitalista e luta de classes. Este dado pode ser interpretado seja na qualidade de incapacidade teórica dos monitores ou ainda como forma de supervalorização do saber empírico das classes subalternas, obstaculizando, de certa, sua potencialização pelo uso mais acertado da teoria crítica. A esse respeito Joelzito de ARAÚJO (1989) salienta que nos cursos dirigidos às bases se

“tende a ficar na constatação deste saber e como consequência é empobrecido o processo de aprendizagem, o conhecimento da realidade e o papel do educador” (p. 128)

- A formação tem se destinado mais ao plano imediato das lutas, ou das informações acerca das modificações nos processo de trabalho - sem um estabelecimento de sua relação com a nova face de presença do próprio capital e aí, situando as classes -; em verdade confunde-se até o debate sobre democracia e participação, com as novas estratégias gerenciais de produção ou ainda a informações acerca das estruturas organizativas da Central, sindicatos, etc, sem uma certa preocupação com a própria organicidade deste conjunto de aspectos. Fica, de fato, diluído, o plano da mediaticidade.
- As experiências formativas que explicitam em seus enunciados uma intencionalidade classista e um claro compromisso com os processos de transformação social -, voltados à efetiva participação desses sujeitos trabalhadores - têm tido na tradutibilidade desse enunciado à prática formativa dificuldades reais, compreensíveis até pelos aspectos já abordados. Vale no entanto destacar que, no que pese a conjuntura adversa, vários trabalhadores que responderam os questionários e/ou participaram de avaliações - por escrito - de alguns cursos feitos, afirmam a importância destes cursos nas suas vidas, dando destaque para a capacitação dos trabalhadores, em geral no sentido de que possa contribuir na transformação do mundo do capital.
- As diferenciações relativas à orientação teórica no interior das entidades de formação pode ser visualizada na ordem do método utilizado. O uso da teoria crítica implicaria num olhar para as lutas imediatas dos trabalhadores, como algo essencial, porém com uma compreensão - teórica- da importância da dialetização dos componentes com capacidade de transitar para o plano mediato. Traduzindo um pouco tal afirmação, poder-se-ia dizer, por exemplo, que um monitor ao tomar como ponto de partida o experimento concreto dos trabalhadores, pode atribuir-lhe um recorte conjuntural permeado pela ótica que circunscreve tais lutas e sua interpretação, no âmbito da ordem capitalista: flexibilização da jornada de trabalho, câmaras setoriais, etc, ou ainda trabalhá-las no horizonte da cidadania burguesa: ênfase na relevância do processo eleitoral, por exemplo.

Reitera-se assim, do ponto de vista ideológico, a ausência de uma perspectiva histórica do campo do trabalho, - ao mesmo tempo em que se fortalece a dominante. O trânsito para o plano mediato, as condições para que as classes subalternas se pensem para além da teia que ordena a vida sob o capitalismo, não se evidencia. A perspectiva do projeto deixa de ser potencializada.

Estas possibilidades interpretativas e prospectivas do real são informadas pela teoria. Sua ausência, explícita ou implícita, no âmbito das atividades formativas, definem o campo de lutas que se está a fortalecer.

Concluindo estas ponderações diria que essa tese não busca desqualificar as entidades e os sujeitos que estão fazendo formação e apostando na sua importância. Pelo contrário, como disse um dos entrevistados, temos que “botar no colo”, embalar e olhar com muito respeito este esforço como parte do trabalho da classe. O que não impede que, buscando entendê-lo melhor, se vejam os seus limites e potencialidades, ou ainda, o que este experimento poderia estar oferecendo de melhor para a classe trabalhadora e para seu projeto. Imbuída desse sentido, algumas observações se revelam mais pertinentes. Uma primeira diz respeito à importância da teoria no âmbito de um particular programa de formação humana que “trabalhe” as categorias constitutivas da concepção teórica adotada num amplo processo de reconstituição das relações vigentes engendradas sob o capitalismo e, mais que isto, na sua necessária atualização - sem prejuízo de suas referências identitárias.

Frente a um tempo vivido sob a marca do neoconservadorismo envernizado, a dar o tom às relações que se estabelecem entre processo de globalização e o Estado-Nação (a instituir ou intensificar a privatização de serviços públicos e a desregulamentação de direitos sociais) na ênfase à pertinência de uma consciência coletiva globalizada - quiçá virtual - fundada no pano de fundo comum do capitalismo transnacional que se impõe, “puxado” pela retórica do mercado, torna-se algo extremamente desafiador garantir aos trabalhadores o acesso a estas modificações e, mais que isto, à própria lógica desse rearranjo do capital. Este acesso permite entender em como a divisão do trabalho também se atualiza, atravessando o planeta (COMAROFF,1997:71) numa “modernização” classista que mantém e amplia a exploração do trabalho, paga baixíssimos salários, transforma os trabalhadores em meros fornecedores de força de trabalho (que no mundo “globalizado” migram para

outros países em função das demandas do capital), num avassalador processo de manutenção de sua hegemonia e mais que isto, na subsunção real do trabalho ao capital e na ampliação do aviltamento da subjetividade do trabalhador. Dessa perspectiva, o capital global é que vai determinar as decisões dos Estados e dos governos - e todos os desdobramentos concernentes, entre os quais a redução de custos com políticas de cunho social é um dos exemplos gritantes -, (*Idem*: 71). E isso precisa ser compreendido pelos trabalhadores para que possam perceber igualmente a origem do discurso da inexistência de classes sociais, ou ainda, o trabalho ideológico efetivado pela mídia no sentido de tornar as relações de classe existentes na sociedade, fluídas ou tão dispersas que adquirem a aparência de invisibilidade.

Fundamental se torna para os programas de formação de trabalhadores a adoção de uma referência clara que os situe num campo de força próprio, definindo assim a sua real intencionalidade epistemológica e política. Edmundo DIAS (1997) chama a atenção para a consequência da carência destas referências classistas

“levando a maioria dos movimentos sociais a se integrarem, permanecendo assim prisioneira de concepções econômico-corporativas, reduzindo sua intervenção nas lutas sociais, privilegiando o campo corporativo - defesa de emprego, melhores salários. (...) Negociar a qualquer preço passa a ser a idéia dominante, a idéia ‘moderna’.” (1997:119)

Reconhece-se a necessidade de uma perspectiva claramente anti-capitalista, sobretudo capaz não só de fazer a crítica ao que está dado pelo ordenamento vigente, mas que defina, cristalinamente, a necessidade e atualidade do socialismo.

Em verdade, a formação ao empreender uma atividade mais sistematizada de conhecer e decifrar o conjunto destas relações, tende a contribuir para dar sentido e consistência aos elementos da vida social que estão desconectados e/ou dispersos, reconstruindo a lógica e as formas através das quais se expressam, resgatando as dimensões de passado e porvir, especialmente as referentes ao campo do trabalho, obliteradas pela racionalidade mercantil. Recupera-se, de outra feita, a perspectiva de humanização, em amplo processo de deterioração, reintroduzindo-se a possibilidade de constituição de uma nova sociabilidade.

Retorna-se ao mote da teoria, na certeza de que esta, de per si, não é onipotente nem única frente auxiliar nessa compreensão do mundo em que se vive e de suas intrincadas relações nem, tampouco, tem a capacidade de dar conta da totalidade do complexo processo social em curso. No entanto, reafirma-se a sua importância na

qualidade de componente essencial à sua inteligibilidade, no enfrentamento da obliteração que impede a compreensão do processo societário e dos próprios sujeitos.

O acesso das classes subalternas à teoria - e a reflexão coletiva que pode ser conformada nos espaços formativos -, se afirma como instrumento valioso na tradutibilidade dos limites e possibilidades das lutas sociais, na batalha incessante e intransigente aludida por Gramsci, de formação de uma nova visão de mundo por parte dos trabalhadores, dos nexos que precisariam ser construídos entre a concretude do “movimento social” e a perspectiva de mediaticidade, tão difícil de ser “trabalhada” e, talvez por esta razão - para além das estritamente ideológicas -, tão pouco exercitada nos próprios espaços das classes trabalhadoras.

Entende-se que com que esta intencionalidade a impregnar as experiências de formação de trabalhadores, tende a ser instaurado um singular processo de conhecimento que inclui o senso comum que povoa estas experiências, valorizando-o na qualidade de precioso ponto de partida de novas descobertas e não simploriamente reificado como “saber do povo a ser respeitado na sua intocabilidade e superioridade” mas que, pelo contrário, precisa ser “tocado”, interpelado, incentivado a ir além de sua forma fragmentada e diluída na ambiência ideológica reinante, no sentido de responder aos desafios da vida cotidiana. Esta intencionalidade propicia descobertas individuais e coletivas, apropriação de informações e, sobretudo, acesso a uma outra lógica, com capacidade de possibilitar a elaboração dos elementos de criticidade, fundamentais à afirmação e emancipação dos sujeitos.

O conjunto desses acessos, o espaço imprevisível de encontro e criação de laços, pode igualmente predispor estes sujeitos à conformação - ainda que extremamente frágil - de uma dimensão de nós que está a se construir e, portanto, de uma certa identidade de classe. A reconstituição dessa identidade adquire palpabilidade à medida em que as relações sociais que cristalizam o desencontro no trato com o trabalho para o trabalhador e o capitalista vão sendo decifradas e compreendidas na sua gênese de classe. A memória do passado e a vida do dia-a-dia são atualizadas frente ao entendimento da permanência desse desencontro no presente. O acesso aos enfrentamentos operados pelas classes, à sua história e ao saber que vai sendo acumulado ao longo das lutas e das relações vividas, pode permitir a tradutibilidade dos seus conflitos e, especialmente, a compreensão do lugar que objetivamente tem o

trabalho no âmbito da sociedade de mercadorias: a de contínua e “modernizada” subalternidade.

Em verdade, creio que o processo formativo ao transcender o espaço das demandas imediatas postas pelos trabalhadores, numa proposição de atuação numa perspectiva de impulsionamento das possibilidades de fazer circular e solidificar valores anticapitalistas, funciona como um campo de força estratégico. Dessa feita, ao fazer frente à passividade, ao conformismo, à incapacidade de indignação, ao individualismo, busca-se, como em Benjamin, reiventar o passado retirando-o do aprisionamento sofrido por iniciativas que apostaram na perspectiva de emancipação. Nesse curso, são postas em circulação novas interpelações, se refazem princípios, se efetivam posicionamentos e, sobretudo, são delineados novos rumos.

Nesse delineamento, o lugar do trabalho se torna central e, é a partir de sua reavaliação, que as novas concepções de mundo, do eu e do outro, de um “nós” requalificado, pode se colocar em movimento a dar concretude ao porvir.

De alguma forma retorna a consciência antecipadora aludida por Bloch. Uma certa idéia-força na medida que vai se encarnando, faz circular aqueles valores novos, podendo forjar o estabelecimento de outras, ainda que tímidas, relações sociais.

Retomo o mote gramsciano da hegemonia. Não evidentemente no sentido de que tais experimentos formativos se constituam, de per si, projeto de hegemonia dos trabalhadores, mas sim no que expressam e vão dando significado a uma nova elaboração do ordenamento vigente criando, se afirmando como polo identitário e pondo a circular os traços de uma sociabilidade em constituição. SEMERARO (1997) ressalta que a vida em sociedade para Gramsci comporta especialmente

“uma práxis consciente e coletiva que visa transformar a realidade, combate os privilégios e promove o protagonismo das massas espoliadas e excluídas. Sem ficar prisioneiro dos sistemas de dominação Gramsci confia no ‘otimismo da vontade’ e na capacidade de iniciativa e de organização das classes trabalhadoras na dinâmica da história.”(p.13)

Ao restituírem a si próprios a centralidade do trabalho gerando, assim, as condições fundamentais ao assentamento de uma outra base a esta sociabilidade, os sujeitos sociais estão não só negando a presença da propriedade privada e da exploração mas, sobretudo, estão a enfrentar o ordenamento burguês, desordenando-o na sua lógica fundante.

*“A desordem desata forças novas, novos princípios reguladores da vida e das relações sociais, novas concepções, novas relações, nova maneira de ser e conceber as coisas”
(MARTINS, 1989 :132)*

Acredito que a formação política que se alimente da crítica à sociedade burguesa, bem como do desvendamento de suas intrincadas relações, o que necessariamente vai supor a efetiva valoração do trabalho e dos sujeitos a lhe atribuírem sentido.

Dessa perspectiva, afirmar a centralidade do trabalho no interior de uma sociedade organizada a partir do predomínio da propriedade privada e da coisificação do homem significa recuperar a própria concepção de trabalho construída por Marx, na qualidade de práxis humana, objetivação do próprio mundo, condição e possibilidade de constituição do homem enquanto ser individual e coletivo. Significa compreender para negar à contínua fragmentação do processo de trabalho capitalista, e a ela resistir bem ao destroçamento forjado através da relação que o homem estabelece com a realidade social, com os outros homens e consigo mesmo e que vai sendo por ele internalizada.

Ao desvendar a irracionalidade objetiva no próprio percurso do processo de trabalho, do fetichismo da mercadoria e da reificação no âmbito da sociedade capitalista, pode-se igualmente ter acesso a um conjunto de fatores que afetam o sujeito concreto - processo explorado ao longo da tese - impedindo o seu reconhecimento e desenvolvimento marcando, dessa feita, decisivamente, a sua subjetividade. Reintroduz-se no ideário dominante, marcado exatamente pela naturalização do presente e pelo exílio da memória histórica, outros registros significativos acerca de outras formas, criadas pelos homens, de organização da vida social. recupera-se o sentido essencial da obra de Marx no sentido de não adoção de um modelo objetivo de sociedade, mas no de tornar possível sua compreensão e transformação pelos sujeitos sociais.

Creio que a formação que contemple em sua pauta formativa a perspectiva desse singular porvir, assume um papel essencial no sentido de potencializar os componentes de mediaticidade obscurecidos pela naturalização dos fatos sociais no âmbito do capitalismo, a transmutar as subjetividades tornando-as extremamente vulneráveis e aderentes ao plano da mediaticidade. Dessa feita se afirma, não a dimensão de um porvir desprovido de traços, mas se recupera via referências da

centralidade do trabalho e da humanização desses sujeitos o mote do socialismo. Mantém-se a coerência na negação da integração do trabalho à teia do ordenamento capitalista e ao decantado mundo da pós-modernidade mercantil. Compreende-se, ainda que fragmentariamente, que na sociedade de consumo e de informação, a proposta do que “nos une” se assenta na ótica do mercado e da expansividade do capital. A união que alguns experimentos formativos buscam implementar criam espaços de difusão do saber e socialização de experiências, apontando para a solidariedade e a emancipação humana, re-desenhadas a partir das classes que têm sido permanentemente subalternizadas ao longo da história humana.

Assumindo a perspectiva desse campo do trabalho, considero a pequena frase de Marilena Chauí uma primeira e grandiosa síntese. Diz ela:

“Fala aqui meu dogmatismo marxista, evidentemente! Pois estou convencida de que, numa sociedade capitalista, um projeto emancipatório só pode vir do mundo do trabalho, ainda que este esteja despedaçado e estilhaçado”(1997:20)

A reflexão de Gramsci pode servir na qualidade de uma outra síntese, instigante, desafio do enorme e importante trabalho formativo a ser feito, investimento na constituição das condições subjetivas mínimas à efetividade desse novo processo societário em constituição.

“O homem passa. Uma geração é substituída por outra. A história dos homens é uma matriz fecunda de consciências sempre novas ainda que nutridas de velho, de tradição. Mas a matéria bruta não possui em si esta elasticidade de renovação. São os homens que lha transmitem quando têm a consciência desta sua projeção no futuro, deste reviver de seu esforço actual numa força de amanhã, quando transformam a estratificação geológica do mundo, quando extraem granito do monte ou cal da pedreira para os ordenar em muros e tectos, e procuram fazer tudo com critérios de continuidade para não ferir inutilmente o decrépito mundo, para não atulhar inutilmente o novo mundo que se debate para nascer.”(1976:108)

Este novo mundo está na consciência dos sujeitos, na forma de teoria crítica. Na sua construção, os homens com o seu trabalho esculpem na pedra bruta do real, as formas novas imaginadas na teoria. E, ao fazê-lo, esculpem a si próprios.

BIBLIOGRAFIA

- ADDARIO Nicolò e SEGATTI, P. **Forme di Ideologia**, Franco Angeli Editore, Milano, 1984.
- ADDOR, C. Augusto . **A Insureição Anarquista no Rio de Janeiro**, Editora Dois Pontos, Rio de Janeiro, 1986.
- ANDERSON, Perry. **As Antinomias de Gramsci, Crítica Marxista** , Editora Joruês, São Paulo, 1986.
- ANDREANI, Tony. **Rapports sociaux et rapports interindividuels: un point obscur de la pensée marxienne**, in org. Zakalulis, M. et VINCENT, J. **Marx, après les marxismes**, tomo I: Marx à la question, Futur Antérieur, L'Harmattan, Paris, 1997.
- ANTUNES, Ricardo. "A Crise e os Sindicatos". **Revista Teoria e Debate** 20, 1º trimestre, São Paulo, 1993.
- _____ **O Novo Sindicalismo**, Editora Brasil Urgente, São Paulo, 1991.
- _____ "A Metamorfose do Mundo do Trabalho e os Trabalhadores". **Caderno ADUFF** (Associação de Docentes da UFF - Niterói), nº 3, setembro, 1995.II
- _____ **Adeus ao Trabalho**, Editora Cortez, São Paulo, 1995.
- ARANTES, Paulo E. "Uma reforma intelectual e moral - Gramsci e as origens do Idealismo Alemão", **Presença**, revista de Cultura e Política, nº 17, 1991.
- ARAÚJO, Joelzito Almeida. **Formação Sindical e novo sindicalismo: análise de algumas experiências**, dissertação de Mestrado em Educação, UFMG, abril, 1989.
- BARRAZA, Ximena. "Notas sobre a vida cotidiana numa ordem autoritária". **América Latina: novas estratégias de dominação**, Editora Vozes, Petrópolis (R.J.), 1980.
- BARRET, Michèle. "Ideologia, política e hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe". **O Mapa da Ideologia**, Contraponto, Rio de Janeiro, 1996.
- BIRMAN, Joel. O sujeito na diferença e o poder impossível. **Revista de Psicanálise do Rio de Janeiro**, vol. 1, nº 1 Dumará, Rio de Janeiro, 1991.

- _____ **Psicanálise, Ciência e Cultura**. Jorge Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1994.
- BLACKBURN, Robin (org) **Ideologia na Ciência Social**, tradução Aulyde Rodrigues, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1992.
- BLOCH, Ernst. **Le Principe Espérance**, tome I, Parte II, tradução do alemão por Françoise Wuilmart, Éditions Gallimard, Paris, 1976.
- BORGES, C. R. Congílio. A Atual Reestruturação Produtiva e a crise econômica global. **Lutas Sociais** (Núcleo de Estudos de Ideologia e Lutas Sociais) nº1, 2º semestre, PUC-SP, São Paulo, 1996.
- BORTOLOZO, M. **Incursões pela concepção de subjetividade do pensamento pedagógico de Paulo Freire: um esboço**, tese de Mestrado, faculdade de Educação, Unicamp, 1993.
- BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**, São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BUTTIGIEG,, Joseph. “Il metodo di Gramsci”, traduzione di Guido Liguori, **Critica Marxista**, n. 6, novembre-dicembre Roma, 1991.
- CAETANO, Miriam Expedita “**Educação para transformação ou para mudar as algemas de mão?**” - Um estudo sobre Educação e Formação no Instituto Cajamar-INCA, tese de mestrado em Educação, Unicamp, Campinas, 1995.
- CALDEIRA, T. P. **A Política dos Outros: o cotidiano dos moradores da periferia e que pensam do poder e dos poderosos**, Editora Brasiliense, São Paulo, 1984.
- CAMARENA, M. Teresa. “Racionalidad, consciêncai y educación”, **Revista Mexicana de Sociologia**, ano IIII/nº 4, octubre-diciembre de 1991.
- CANÊDO, Letícia B. **A Classe Operária vai ao Sindicato**, Editora Pinsky, São Paulo, 1988.
- CANEVACCI, Massimo (org). **Dialética do Indivíduo**, tradução de Carlos Nelsom Coutinho, Editora Brasiliense, São Paulo, 1981.
- CARDOSO, F. H. “Regime Político e Mudança Social”. **Revista de Cultura Política** nº3, Nov.jan 1981, CEDEC/ Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1980.
- CARNOY, Martin. **Estado e Teoria Política**, tradução da equipe de tradutores do Instituto de Letras da Puccamp, Editora Papyrus, 4ª edição, Campinas, São Paulo, 1994.

- CARRÃO, P. V. M. **Anarquismo e Educação**, tese de Mestrado em Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1992.
- CASSAB, Maria Aparecida T. **Cidade e Consumo na produção da Subjetividade de Jovens Excluídos**, texto de Qualificação Doutorado Psicologia, PUC-R.J, 1996.
- CERICA, C. et VERCELLONE. “Au-delà de Gorz. Travail et revenu garanti”. **Futur Antérieur** n° 18, L’Harmattan, Paris, 1993/4.
- CHATELÊT, François. **História das Idéias Políticas**, tradução de Carlos Nelson Coutinho, 2ª edição, Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1990.
- CHAUÍ, Marilena. ‘**Subjetividades Contemporâneas**’ - Comentários, Instituto Sedes Sapientiae, ano 1, n° 1, São Paulo, 1997.
- CLEAVER, Harry. **Leitura Política de ‘O Capital’**, Zahar, Rio de Janeiro, 1981.
- COCCO, Giuseppe. “As Dimensões Produtivas da Comunicação no Pós-fordismo”. **Comunicação e Política**, V.III,n°1, jan-abril, 1996.
- COMAROFF, Jean. O retrato de um sul-africano desconhecido. **Novos Estudos Cebrap**, n° 48, novembro, 1997.
- COUTINHO, Anamaria Ribeiro. A questão da subjetividade: justificativa de uma abordagem transdisciplinar baseada na pragmática. **Cadernos de Subjetividade**, v. 3, n° 2, São Paulo: PUC-SP, set-fev de 1995
- COUTINHO, C. N. Kafka: pressupostos históricos e reposição estética. **Temas das Ciências Humanas** n°2, Editora Grijalbo, São Paulo, 1977.
- DIAS, Edmundo F. Sobre o pensamento político de Antonio Gramsci. **FASE/Edição especial**, São Paulo, 1984.
- _____ **Democracia Operária**, volumes I e II, Editora da Unicamp, Campinas, 1987.
- _____ et alii **O Outro Gramsci**, Xamã Editores, São Paulo, 1996.
- _____ “Hegemonia: nova civiltá ou domínio ideológico?”. **História e Perspectiva** n° 5, Universidade Federal de Uberlândia, julho-dezembro, 1991.
- _____ A Liberdade (Im)possível na ordem do Capital. Restruturação produtiva e passivização, **textos didáticos IFCH/Unicamp**, n° 29, agosto, Campinas, São Paulo, 1997.

- _____ “Cultura, Política e Cidadania na produção gramsciana de 1914 a 1918”, **Cadernos CEDES nº 3**, Cortez Editora, São Paulo, 1985.
- _____ “Projeto democrático-popular”. **Universidade e Sociedade**, Ano V, nº8, Fevereiro, 1992.
- DORAY, Bernard. “Da produção à subjetividade - referências para uma dialética das formas”. **Teoria Marxista da Subjetividade**, Editora Revista dos Tribunais, São Paulo, 1989.
- EAGLETON, Terry. **Ideologia. Uma introdução**, Editora da Universidade Estadual Paulista/Editora Boitempo, São Paulo, 1997.
- _____ Capitalismo, modernismo e pós-modernismo. **Crítica Marxista**, Editora Brasiliense, São Paulo, 1995.
- Escritos Políticos**, Editora Seara Nova, Lisboa, 1976.
- FENOGLIO, Irène. Sujet, culture: quelle question? (quelle question!). **Tradisis nº 3**, Paris, Février, 1994.
- FERNANDES, Florestan. **Nova República**, Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1986.
- FIDALGO, Fernando S. “O caráter das atuais transformações societárias e o lugar dos sujeitos nestas mudanças”. **Gestão do Trabalho e Formação do Trabalhador, Movimento de Cultura Marxista**, Belo Horizonte, 1996.
- FIORI, José L. **O Vôo da Coruja**. EdUERJ, Rio de Janeiro, 1995.
- FREDERICO, Celso. **A Esquerda e o Movimento Operário - 1964-1984**, vol. 2, Oficina de Livros Ltda., Belo Horizonte (M.G.), 1990.
- FREDERICO, Celso. **A Esquerda e o movimento operário -1964-1984**, vol 2, Oficina de Livros Ltda, Belo Horizonte , 1990.
- FROMM, Erich. **A Revolução da Esperança: por uma tecnologia humanizada**, Editora Zahar, Rio de Janeiro, 1975.
- FURTER, Pierre. **Dialética da Esperança**, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1974.
- GHIRALDELLI JR, Paulo Os corpos de Ulisses: Geografia e história da subjetividade moderna. **Rev. Tempo Social**, vol. 8, nº 1 São Paulo: USP, maio de 1996
- GIANOTI, Vito **Cem anos de luta da classe operária no Brasil: 1880-1980** In **FORMAR**, Cultura e Educação Popular, São Paulo, 1985.

- GLUCKSMANN, Christinne. **Gramsci e o Estado**, tradução Angelina Peralva, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1980.
- GÓES, Maria da Conceição P. **A Formação da Classe Trabalhadora. Movimento Anarquista no Rio de Janeiro - 1888-1911**, Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1988.
- GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel a política e o Estado moderno**, tradução de Luiz Mário Gazzaneo, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1968.
- _____ **Alguns temas da questão meridional**, tradução de Marco Aurélio Garcia, Editora Rioniti(1974). **Temas das Ciências Humanas**, Volume 1, Editorial Grijalbo, São Paulo, 1977.
- _____ "Sindicalismo e Conselhos, Sindicatos e Conselhos". Textos sobre Sindicalismo, **Proposta**, Fase, suplemento 2, maio, Rio de Janeiro, 1978.
- _____ **Concepção Dialética da História**, tradução de Carlos Nelson Coutinho, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1981.
- _____ **Pasado y Presente**, tradução de Manlio Macri, Graniaca Editor, S.A., Barcelona, 1977.
- _____ **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**, tradução de Carlos Nelson Coutinho, Editora Civilização Brasileira, 4ª edição, Rio de Janeiro, 1982.
- _____ **Obras Escolhidas**. Martins Fontes Editora, São Paulo, 1978.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio. "Sindicatos, corporativismo, socialismo", In **Repensando uma década - a construção da CUT na Bahia nos anos 80**, Univ. Fed. da Bahia, 1994.
- HADDAD, Fernando. Trabalho e classes sociais. **Tempo Social**, Rev. Sociol., USP, S.Paulo, vol. 9, nº 2, outubro, 1997.
- HALL, Stuart et alii. "Política e Ideologia em Gramsci" **Da Ideologia**, tradução de Rita Lima, Editora Zahar, Rio de Janeiro, 2ª edição, 1983.
- HALL, Stuart. A Questão da Identidade Cultural. **Textos Didáticos**, n. 18, São Paulo: IFCH/UNICAMP, dez. de 95.
- HARVEY, David.. **Condição Pós Moderna**. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 4ªed. São Paulo:Edições Loyola, 1994.

- HITOMI, Alberto Haruyoshi. **Ideologia: relações sociais e subjetividade- Estrutura ideológica e formas sociais de consciência**, dissertação de Mestrado de Sociologia, IFCH/Unicamp, Campinas, novembro 1993.
- HOBSBAWM, Eric. **Mundos do Trabalho**, tradução de Waldea Barcellos e Sandra Bedran, Editora Paz e Terra, 2ª edição, Rio de Janeiro 1987.
- _____ **A Era dos Extremos: o breve século XX : 1914-1991**; tradução de Marcos Santarrita, São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- IANNI, O. **Teorias da Globalização**, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1996.
- JAMESON, Fredric. Sobre os "Estudos de Cultura". **Revista Novos Estudos**, São Paulo, CEBRAP, nº 39, 1994.
- _____ **Pós Modernismo, a lógica cultural do capitalismo tardio**, tradução Maria Elisa Cevasco, Editora Ática, São Paulo, 1996.
- _____ Pós modernismo e o mercado. **O Mapa da Ideologia**, org. Slavoj Zizek, trad. Vera Ribeiro, Rio de Janeiro : Contraponto, 1996
- _____ **O Inconsciente Político**. A narrativa como ato socialmente simbólico. Tradução de Valter Lellis Siqueira. São Paulo: Editora Ática S.A., 1992.
- _____ Reificação e utopia na cultura de massa. **Rev. Crítica Marxista**, vol.1, nº 1, São Paulo: Brasiliense, 1994.
- JARA, Oscar "Como conhecer a realidade para transformá-la? anotações sobre metodologia nos processos de educação popular", documento interno e provisório, INCA, (s/d)
- _____ **Temas relevantes para aprofundar uma proposta de sistematização de ALFORJA**, tradução de Marco Arroyo e M. do Carmo, Cajamar, setembro, São Paulo, 1992.
- JÚNIOR, Armando B. "Reforma e Persistência da Estrutura Sindical" In **O Sindicalismo Brasileiro nos anos 80**, Editora Paz e Terra, São Paulo, 1991.
- KARSENTI, Bruno. "Pouvoir, assujettissement, subjectivation", **Futur Antérieur**, nº 10, Éditions L'Harmattan, Paris, 1992/2.
- KONDER, Leandro "O Trabalho e a crise da Modernidade" In **O Social em Questão**, revista do Mestrado em Serviço Social da PUC-R.J., 1997.

- KOSIK, Karel. (1976) **Dialética do Concreto**, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro
- _____ (1995) **O século de Grete Samsa**, Trad. Leandro Konder, mimeo, 1995.
- KOUVÉLAKIS, Eustache. “L’individualité contemporaine entre repli et résistance”,
L’Homme et la Société, nº 113, juillet-septembre 1994.
- LAZZARATO, Le “cycle” de la production immatérielle. **Rev. Futur Antérieur. n° 16**,
 Paris:L’Harmattan, 1993
- _____ “Le concept de travail immatériel: la grande entreprise”. **Futur Antérieur**,
 nº 10, Éditions L’Harmattan, Paris, 1992/3.
- LEFÈBVRE, Henri. Hacia el cibernantropo. Una crítica de la tecnocracia, Colección
Hombre y Sociedad, Gedisa, Barcelona, 1971.
- _____ . **Critique de la vie quotidienne**, L’Arche Editeur, Paris, 1958.
- _____ **Hacia el Cibernatropo, una crítica de la tecnocracia**, Gedisa,
 Barcelona, 1980.
- LEITE, M. de Paula **O Futuro do Trabalho**, Editora Página Aberta Ltda., São Paulo,
 1994.
- LEITE, Marcia de P. **O Futuro do Trabalho**, Editora Página Aberta, São Paulo, 1994.
- LOPES, Paulo R. Curvelo. **A Democracia como possibilidade na prática educativa**,
 tese de doutoramento em Educação, PUC/Rio de Janeiro , 1996.
- MACCIOCCHI, M. Antonieta. **A Favor de Gramsci**, tradução de Angelina Peralva, Ed.
 Paz e Terra, Rio de Janeiro, 2ª edição, 1977.
- MACHADO, Lucília R.S. “Qualificação do Trabalho e Relações Sociais” In **Gestão do
 Trabalho e Formação do Trabalhador, Movimento de Cultura Marxista**, Belo
 Horizonte (M.G.), 1996.
- MANACORDA, Mario. **O Princípio Educativo em Gramsci**, tradução de William
 Lagos, Editora Artes Médicas, Porto Alegre, 1990.
- MANFREDI, Sílvia Maria. **Educação em Sindicatos.(quem disse que a gente não
 sabe?)**, tese de doutorado em Sociologia, USP, São Paulo, 1983.
- _____ “A Educação Popular no Brasil: uma releitura a partir de Antônio
 Gramsci”. **A Questão Política da Educação Popular**, Editora Brasiliense, São
 Paulo, 1984.

- _____ **Educação Sindical - Entre o conformismo e a crítica**, Coleção Educação Popular nº 6 , Edições Loyola, São Paulo, 1986.
- _____ **Formação Sindical no Brasil - História de uma prática cultural**, Editora Escrituras, S. Paulo, 1996.
- MARINHO, M. Regina Novaes. “As reflexões do movimento sindical sobre a educação” In **A Educação e os Trabalhadores**, DESEP-CUT, Editora Página Aberta, São Paulo, 1992.
- MARINI, Ruy Mauro . “O movimento Operário no Brasil” In **Movimentos Sociais no Brasil, Fundação Escola de Serviço Público**, edição especial, v.1, nº1, mar., 1985
- MARTÍN-BARBERO, Mediaciones urbanas y nuevos escenarios de comunicación. **Sociedade**, Rev. Facultad de Ciencias Sociales de la Univ. de Buenos Aires, octubre, 1994
- MARTÍN-BARBERO, Jesus. América Latina e os anos recentes: o estudo da recepção em comunicação social”. In: Sousa, Mauro W. (org.) **Sujeito, o lado oculto do receptor**, São Paulo:Brasiliense, 1995
- MARTINS, J. A. **A riqueza do capital e a miséria das nações**, Editora Página Aberta, São Paulo, 1994.
- MARTINS, José de Souza **Caminhada no chão da noite**, Editora Hucitec, São Paulo, 1989.
- MARX, Karl. **O Capital**, vol I, Livro I, tomo I, Nova Cultural, São Paulo.
- _____ **“O Trabalho Alienado”**, org. Florestan Fernandes, Ática, São Paulo, 1983.
- _____ **A Ideologia Alemã** (primeira parte), tradução de Waltenir Dutra e florestan fernandes, Zahar Editora, R.J., 1965.
- _____ **Manuscritos Econômicos e Filosóficos**, Tradução de José Carlos Bruni, Coleção Os Pensadores, Eitora Abril Cultural, 1978.
- _____ **Capítulo inédito d’O Capital**, publicações Escorpião, Porto, 1975.
- _____ **Para a crítica da economia política**, tradução de Edgar Malagodi, coleção Os Pensadores, Editora Abril Cultural, São Paulo, 1978.
- MELAMED, Clarice. “Movimento sindical e institucionalidade política”, Revista **PROPOSTA**, nº 50, ano XV, setembro, Rio de Janeiro, 1991.

- MEZAN, Renato. Subjetividades contemporâneas? São Paulo: Instituto Sedes Sapientiae, ano 1, nº 1, 1997
- MORAES, Reginaldo C. C. “Exterminadores do Futuro, a lógica dos neoliberais.” **Universidade e Sociedade**, ano IV, nº 6, fevereiro, 1994.
- NEGRI, A. “La Première crise du postfordisme”. **Futur Antérieur** nº 16, L’Harmattan, Paris, 1993
- _____. **Marx, Au-delà de Marx**, tradução do italiano de Roxane Silberman, em edição de 1979, Editions L’Harmattan, Paris, 1996.
- NEGT, Oskar. “As Condições para dizer-se marxista”. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, nº 19, vol. III, nº 1, janeiro, 1980.
- NETTO, José Paulo **Crise do Socialismo e ofensiva neoliberal**, Cortez Editores, São Paulo, 1993.
- NOEL, Lise. **L’Intolerance, une problématique générale**, Les Éditions du Boreal, Canadá, 1989.
- NORONHA, Eduardo “A Explosão das Greves da década de 80” In **O Sindicalismo Brasileiro nos anos 80**, Editora Paz e Terra, São Paulo, 1991.
- _____. A Transição das Greves nos anos 80, **XIV Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambú., 1990.
- NOSELLA, P. “Antonio Gramsci, caderno 12 - 1932 - Apontamentos e notas esparsas para um conjunto de ensaios sobre a história dos intelectuais”, apresentação, comentários e tradução, mimeo, 1993.
- NUN, José. “O Controle operário e o problema da organização” In **A situação da classe trabalhadora na América Latina**” CEDEC/Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1978.
- O’DONNEL, G. “Anotações para uma teoria do Estado” **Revista de Cultura e Política** nº3, Paz e Terra, 1981.
- OLIVEIRA, Francisco. A Revolução dos Zés. **São Paulo em Perspectiva**, vol. 8, nº3, São Paulo: São Paulo:Fund. SEADE, , jul-set. de 1994
- OLIVEIRA, M. Antonio.) “O desafio presente- o neoliberalismo e a estratégia de organização do capital-”, **Universidade e Sociedade**, Ano IV, nº6, julho, 1994.

- PAOLI, Maria Célia Paoli. "Trabalhadores e Cidadania. Experiência do mundo público da história do Brasil moderno". **Estudos Avançados**, USP/São Paulo, setembro-dezembro, volume 3, nº 7, 1989.
- PAOLI, Maria Célia et ALMEIDA, Marco Antonio. Memória, Cidadania, Cultura Popular, **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, nº 24, Rio de Janeiro: IPHAN, 1996
- PÊCHEUX, Michel. "O mecanismo do (des)conhecimento ideológico". **O Mapa da Ideologia**, Contraponto, Rio de Janeiro, 1996.
- PÊCHEUX, Michel. O mecanismo do (des)conhecimento ideológico. **O Mapa da Ideologia**, org. Slavoj Žižek, trad. Vera Ribeiro, Rio de Janeiro: Contraponto, 1996
- PIERUCCI, Antônio Flávio. Ciladas da Diferença. **Rev. Tempo Social**, vol.2, nº2, São Paulo: USP, 2º Semestre de 1990.
- PONCE, Aníbal. **Educação e luta de Classes**. Cortez, São Paulo, 5ª edição, 1985.
- RAINHO, Luís Flávio. **Os Peões do grande ABC**, Editora Vozes, Petrópolis, 1980.
- RECONSTRUÇÃO. Reconstrução de Lutas Operárias. "Comissões de Fábrica em São Paulo, Caderno no 6, **Reconstrução, Educação, Assessoria, Pesquisa**, São Paulo, 1985.
- REICH, Wilhelm. **Materialismo Dialético e Psicanálise**. Editorial Presença, Lisboa, 1977.
- RESENDE, Anita C. **Fetichismo e Subjetividade**, tese de doutorado em Ciências Sociais, PUC-São Paulo, 1992.
- ROSDOLSKY, Roman. **Genesis y Estructura de el Capital de Marx**, Siglo Veintiuno editores, 5ª edição, México, 1986.
- RODRIGUES, Iram Jácome "Anos 90: uma década de incertezas para o novo sindicalismo?" In Revista **PROPOSTA**, nº 50, Ano XV, setembro, Rio de Janeiro, 1991.
- RODRIGUES, L. Martins. "As Tendências Políticas na Formação das Centrais" In **O Sindicalismo Brasileiro nos anos 80**, Editora Paz e Terra, São Paulo, 1991.
- _____ **Sindicalismo e Política - a trajetória da CUT**, Scritta Editora, São Paulo, 1997.
- ROZITCHNER, León. **Freud e o problema do poder**. Editora Escuta, São Paulo, 1982.

- SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1988.
- SALVADORI, Massimo “Gramsci e il rapporto tra soggettività e oggettività nella prassi rivoluzionaria”. **Gramsci e il problema stórico della democrazia**, Einaudi, Turim, 1977.
- _____ “Politica, potere e cultura nel pensiero di Gramsci”. **Gramsci e il problema stórico della democrazia**, Einaudi, Turim, 1977.
- SANTOS, Boaventura de S. “Modernidade, identidade e a Cultura de fronteira. **Revista Tempo Social**, USP, S. Paulo, 5(1-2), nov 1994, 1993.
- _____ Fragmentos de uma nova teoria da história, **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, nº 47, março, 1997.
- _____ . A queda do *angelus novus* - fragmentos de uma nova teoria da história. **Rev. Novos Estudos Cebrap**, nº 47, CEBRAP: São Paulo, março de 1997.
- SANTOS, Heloisa H. **“Trabalho e Educação: o Cotidiano do Operário na Fábrica**, tese de Mestrado em Educação, UFMG- Belo Horizonte, 1985.
- SANTOS, J. Agostinho. “Gramsci: Ideologia, Intelectuais Orgânicos e Hegemonia”, **Temas de Ciências Humanas** , nº 9, Ed. Ciências Humanas, São Paulo, 1980.
- SCHAFF, Adam. **O Marxismo e o Indivíduo**. Editora. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1967.
- SEMERARO, Giovanni. **Da sociedade de massa à sociedade cívil: a concepção de subjetividade em Gramsci**, texto preparado para o Congresso Internacional “Antonio Gramsci: da un secolo all’altro”, Napoli, mimeo/UFF, Niterói, 1997.
- SÈVE, Lucien. **Marxisme et Théorie de la Personnalité**, Editions Sociales, 3ª edição, Paris, 1974.
- _____ “A Personalidade em gestação”. **Teoria Marxista da Subjetividade**, Editora Revista dos Tribunais, São Paulo, 1989.
- SILVA, Lorena H. “A Experiência da Submissão e os Limites da Participação Operária, **XVI Encontro da ANPOCS**, Caxambu, 1992.
- SILVA, Tomás Tadeu. “Produção, conhecimento e educação: a conexão que falta” **Educação e Sociedade**, ano X, nº 31, dezembro de 1988.

- SILVEIRA, M. L. Souza. "Anotaciones preliminares sobre la constitucion de un movimiento social: el ABM (Amigos del Barrio del Meriti), **XII Seminário latinoamericano de Trabajo Social: "Movimientos Sociales, Educacion Popular y Trabajo Social"**, CELATS, Lima, 1986.
- SOBRINHO, Gabriel. K. "O Cenário econômico da década de oitenta" **Repensando uma década, a construção da CUT na Bahia nos anos oitenta**, Universidade Federal da Bahia, Editorial e didático da UFBA, 1994.
- SOLIS, S. e LEITE, M. de Paula. O Último Vendaval : A Greve dos 700.000. **Revista Cara a Cara**, Centro de Estudos Everardo Dias, Rio de Janeiro, Ano I, Nº 2, Julho a dezembro, 1978.
- SOUZA, Angela M. T. "A Crise Contemporânea e a Nova Ordem mundial. **Universidade e Sociedade**, ano IV, nº6, fevereiro, 1994.
- SOUZA, Mériti. "De modernos a globalizados". **Universidade e Sociedade**, ano VII, nº 12, fevereiro, 1997.
- STACCONE, Giuseppe. **Gramsci - 100 anos: revolução e política**, Editora Vozes, Petrópolis, R.J, 1991.
- TEIXEIRA, Francisco J. S. "Notas para uma crítica do fim da sociedade do trabalho". **Universidade e Sociedade**, ano IV, nº 6, fevereiro, 1994.
- TELLES, Vera da Silva. . "A Experiência da Insegurança: trabalho e família nas classes trabalhadoras urbanas em São Paulo": **Revista Tempo Social**, USP, nº4, São Paulo, 1992.
- _____. "Pobreza e Cidadania - dilemas do Brasil contemporâneo" In: O Mundo do trabalho e dos Trabalhadores, **Caderno CRH**, jul/dez , São Paulo, 1993.
- THEBORN, GORAN A formação ideológica dos sujeitos humanos. **Rev Lutas Sociais**, nº1, São Paulo: Xamã, novembro de 1996.
- THEBORN, Goran _____ As novas questões da subjetividade. **O Mapa da Ideologia**, org. Slavoj Zizek, trad. Vera Ribeiro, Rio de Janeiro : Contraponto, 1996.

- _____ **Dialética da Modernidade: A Teoria Crítica e o Legado do Marxismo do Século XX. Dados - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol.38, n.2, 1995.
- THÉVENIN, Nicole-Edith. (1986). "Peut-on parler de 'subjectivité de la classe ouvrière'?" **De Marx au Marxisme**, Éditions du Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), Paris, 1986.
- _____."Psychanalyse el quotidienneté". **Futur Antérieur** n° 18, L'Harmattan, Paris, 1993/4.
- THIRY, Bruno. "Désutopie et transition : l' actualité de la politique spinoziste selon A. Negri". **De Marx au Marxisme**, Éditions de Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), Paris, 1986.
- TRAGTEMBERG, Maurício. **Reflexões sobre o Socialismo**, Editora Moderna , 2ª edição, São Paulo, 1986.
- TRONTI, Mario. "Política e Poder". **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro,n° 8, fevereiro, 1979.
- TUMOLO, Paulo "A Formação Sindical frente à dinâmica da Acumulação Flexível de capital: uma proposta de investigação", Projeto de doutoramento em Educação, PUC/São Paulo, 1996.
- VELASCO, Sebastião e MARTINS. De Castello a Figueiredo: Uma incursão na pré-história da "Abertura", **Sociedade e política no Brasil pós-64**, Ed. Brasiliense, São Paulo, 2ª edição, 1984.
- VINCENT Jean-Marie et VAKALOULIS, M. "Marx après les marxismes". **Futur antérieur**, Édition L'Harnattan, Paris, 1997.
- VIRNO, Paolo. "Quelques notes à propos de 'General intellect'. **Futur Antérieur**, n° 10, Éditions 'L'Harmattan, Paris, 1992/2.
- WACQUANT, Loïc J. D. O Retorno do Recalcado: Violência Urbana, "raça"e dualização em três sociedades avançadas, **Rev. Anpocs**, n.24, Rio de Janeiro: ANPOCS, fev. de 1994.
- WIEVIORKA, Michel e DUBET, François (Org.). **Penser le Sujet**, Fayard, Paris, 1995.

_____ “O Novo Paradigma da Violência”. **Revista Tempo Social**, volume 9, nº 1, maio, USP, São Paulo, 1997.

ZIZEK, Slavoj. Critique de l’ideologie aujourd’hui. org. Zakalulis, M. et VINCENT, J. Marx, après les marxismes, tomo I: Marx à la question, **Futur Antérieur**, L’Harmattan, Paris, 1997

_____ Como Marx inventou o sintoma?, **O Mapa da Ideologia**, org. Slavoj Zizek, trad. Vera Ribeiro, Rio de Janeiro : Contraponto, 1996.

_____ O espectro da ideologia, **O Mapa da Ideologia**, org. Slavoj Zizek, trad. Vera Ribeiro, Rio de Janeiro : Contraponto, 1996.

Relatórios/Documentos de Encontros/Cadernos

- ARRUDA, Marcos. "Educação: Formando a nova mulher e o novo homem", PACS - Políticas Alternativas para o Cone Sul, **Textos de Educação Popular**, abril, mimeo, São Paulo, 1988
- CADERNO 6, RECONSTRUÇÃO. Comissões de fábrica em São Paulo: **reconstrução de lutas operárias**. São Paulo, 1985.
- DOCUMENTO de Monlevade. **Relatório ANAMPOS**. São Paulo, cópia mimeografada, 1980.
- DOCUMENTO de Vitória- E S. **Relatório ANAMPOS**. São Paulo. Cópia mimeografada, 1981
- DOCUMENTO de São Paulo. **Encontro Nacional da ANAMPOS**, 5. São Paulo, 1984.
- DOCUMENTO ANAMPOS , Relatório final do Encontro do Setor Popular, setembro, mimeo, 1985.
- DOCUMENTO Instituto Cajamar, mimeo, documento interno, 1992.
- DOCUMENTO Instituto Cajamar, mimeo, documento interno, 1995.
- DOCUMENTO **FORMAÇÃO X ORGANIZAÇÃO: um passo a frente** , Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, mimeo, 1993..
- DOCUMENTO 'Sobre o processo constituinte do projeto INCA', autoria de Claudio NASCIMENTO, Instituto Cajamar, São Paulo, mimeo.
- ENCONTRO Nacional de oposições sindicais. **Texto preparatório, ENOS**, São Paulo, Cópia mimeografada, 1979.
- FORMA E CONTEÚDO. revista da Secretaria Nacional de Formação da CUT, São Paulo, nº 5, dezembro, 1993.
- _____ revista da Secretaria Nacional de Formação da CUT, São Paulo, nº 6, maio, 1994.
- _____ revista da Secretaria de Formação da CUT, "**Seminário Nacional de Metodologia**", , São Paulo, fevereiro 1990..
- _____ , revista da Secretaria Nacional de Formação da CUT, São Paulo, nº3, dezembro, 1993..

- GENNARI, Emílio. "Cultura e Organização de Base", **13 de Maio, Núcleo de Educação Popular**, São Paulo, mimeo., 1994.
- _____. "Senso Comum e Bom Senso na construção do poder dos trabalhadores", **13 de Maio- Núcleo de Educação Popular**, São Paulo, mimeo., 1995.
- _____. "Polivalência: crenças, mitos e novos desafios para o trabalhador coletivo" **Cadernos do Fórum Nacional de Monitores**, julho/agosto, 13 de maio- NEP, São Paulo, 1995.
- _____. "A educação em termos de qualidade total" **Cadernos do Fórum Nacional de Monitores**, março/abril, nº 30, 13 de maio- NEP, São Paulo, 1997..
- _____. "Cidadania: paraíso ou inferno?" **Cadernos do Forum Nacional de Monitores**, agosto/setembro, nº 32, 13 de maio- NEP, São Paulo, 1997.
- JORNAL da FETAG/RS agosto, nº 3 apud QUINZENA nº 258, 15/10/97, publicação do **Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro**, 1997.
- PLANO NAC. de FORMAÇÃO.. **Secretaria Nacional de Formação da CUT**, São Paulo, abril, 1992.
- _____. CUT Nacional, **Secretaria Nacional de Formação**, São Paulo, 1994
- PLANO de FORMAÇÃO. **Rede Regional Sul**, CUT, Florianópolis, março 1995.
- QUINZENA Concepções e práticas sindicais na CUT, publicação do **CPV (Centro de Pastoral Vergueiro)**, nº55, agosto, São Paulo, 1988.
- _____. "Sindicatos mudam para enfrentar globalização", nº 241, novembro, São Paulo, apud **Jornal da Cidadania**, nov. 96, nº50, 1996..
- RELATÓRIO Escola São Paulo **Curso de formação de formadores**, abril, São Paulo, 1995.
- _____. **Curso de formação de formadores**, maio, São Paulo, 1995.
- SINDICATO de TRABALHADORES METALÚRGICOS do ABC: **Relatório do departamento de Formação de 1990**, São Bernardo, mimeo.
- _____. **Relatório de Atividades de 1991**, São Bernardo, mimeo.
- _____. **Relatório de Atividades de 1992**, São Bernardo, mimeo.

_____ : **Relatório de Atividades de 1993**, São Bernardo, mimeo.

_____ : **Relatório de Atividades de 1994**, São Bernardo, mimeo.

_____ : **Relatório de Atividades de 1995**, São Bernardo, mimeo.

13 de MAIO- Núcleo de Educação Popular: **Relatório de Atividades de 1992**, São Paulo, mimeo.

_____ : **Relatório de Atividades de 1993**, São Paulo, mimeo.

_____ : **Relatório de Atividades de 1994**, São Paulo, mimeo.

_____ : **Relatório de Atividades de 1995**, São Paulo, mimeo.

_____ : **Projeto de Capacitação de Trabalhadores / Trabalhadoras**, São Paulo, setembro de 1994.

A N E X O S

Anexo I

A relação referente aos entrevistados está disposta em anexo. (Anexo I)

- 1 membro da Equipe de Formação da CUT Nacional
- 1 membro da equipe de Formação da Escola São Paulo da CUT.
- o Coordenador da Formação do Instituto Cajamar
- 2 componentes da Equipe de Formadores do Instituto Cajamar
- 2 Planejadores e Formadores do Núcleo 13 de maio de Formação Sindical.
- 1 Diretor sindical, Secretário de Formação do Sindicato de Metalúrgicos do ABC
- A Assessora e formadora da Equipe de Formação do Sindicato de Metalúrgicos do ABC
- 3 Trabalhadores e membros de Comissões de Fábrica de indústrias do ABC, igualmente membros da equipe de Formadores Voluntários do Sindicato.
- 1 Diretor do Sindicato de Trabalhadores em telecomunicações do Rio de Janeiro (SINTELL), Secretário de Formação.
- 2 membros da Secretaria de Formação do SINTELL-R.J.
- 1 ex-diretor do Sindicato de Bancários de São Paulo, membro da equipe de Formação, ex-formador do Instituto Cajamar.

Anexo II

Síntese de Atividades concretas de formação do Instituto Cajamar

Há duas naturezas de atividades arroladas. A primeira da ordem da capacitação de pessoas que apresentam possibilidades de assumir um trabalho educativo e/ou de liderança em seus espaços de participação e movimentos. Este está voltado essencialmente para:

- dirigentes e lideranças dos movimentos sociais.

- formação de monitores
- construção e integração de políticas e estruturas de formação nos próprios movimentos (Programa de Formação de Formadores)

A outra linha de atuação do departamento de Formação, diferenciada, se destina a criar programas voltados para setores dos movimentos sociais, a partir de suas especificidades: programas de formação sindical, de formação popular, de formação político-partidária, de formação de formadores. Nessa direção serão realizados vários tipos de cursos, entre os quais:

- Conceção, prática e estrutura sindical, Formas de Luta e Organização dos Trabalhadores, Conceção e Prática do Movimento Popular, Conceção e prática do movimento Negro, Conceção e prática do movimento de Mulheres, Metodologia do Trabalho Popular, História das Lutas Populares Brasileiras, Formação de Monitores, Formação de Formadores, Análise de Conjuntura, Noções Básicas de Socialismo e Estado Capitalista no Brasil.

O período de 1993/94 vai se configurar pela priorização de projetos de trabalho por áreas de especialização temática. São estas: Formação de Educadores, Relações Sociais de Gênero, Mundos do Trabalho, Movimento Popular Urbano, Gestão Democrática, Comunicação e Assessoria aos Movimentos de Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes. Estes projetos se materializam através de cursos, seminários, assessorias e publicações.

Tomando como referência as Programações, utilizaremos os dados das referentes ao ano de 1994 - Atividades formativas por projeto - , e a Programação de 1995 - resumindo cursos, linhas gerais e atividades previstas.

ATIVIDADES FORMATIVAS DE 1994 POR PROJETO

PROJETO	ATIVIDADES	DATA(*)
Formação de Educadores	<ul style="list-style-type: none"> • Curso Formação de Educadores Populares: 1ªetapa,2ªetapa e 3ªetapa. • Seminário Dimensão Pedag. da Participação Popular 	
Mundo do Trabalho	<ul style="list-style-type: none"> • Curso transf. no Mundo do trabalho(2 etapas) • Curso 'Política, Trabalho e Cidadania'(2 etapas) 	
Relações Soc. de Gênero	<ul style="list-style-type: none"> • Seminário Gênero, Classe e Raça. • Curso Gênero e Trabalho 	
Gestão Democrática	<ul style="list-style-type: none"> • Fórum PP Reg. Sul • Fórum P.P. Reg. Centro-Oeste • Fórum P.P. Nacional • Fórum P.P. Reg. Nordeste • Curso de Planejamento- Método ZOPP • Avaliação da entidade • Planejamento - 3 cursos para entidades distintas • Curso de Planejamento- Método MAPP • 2ª Etapa de Planejamento • Planejamento Estratégico • Oficina p/ elaboração de Plano Operacional • Planejamento Estratégico • Planejamento (Orçamento Participativo) • Seminário planejamento 	
Comunicação	Cursos Comunicação e Expressão:2	
Criança e Adolescente	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação e Planejamento • Planejamento • Curso sobre Planejamento • Curso Formação de Formadores (5) • Planejamento estratégico • Coordenação plenária do Fórum 	
Comitês Populares	<ul style="list-style-type: none"> • Curso Capacitação p/ Formação Comitês Populares 	
Movimento Pop. Urbano	<ul style="list-style-type: none"> • Curso: Desafios atuais do Mov. Popular • Seminário Relação de Governo, Mov. Pop. e Vereadores • Pastoral Moradia • Assessoria Perman. Movim. Nacion. de Luta pela Moradia • Assessoria Secret. de Form. da Central de Mov. Populares • Curso sobre Mov. de Moradia 	

Fonte: Instituto Cajamar - Planejamento 1994.

(*)Não discriminamos datas pela sua irrelevância para o trabalho em curso.

A formadora da equipe de Cajamar, sintetiza a lógica dos programas existentes em Cajamar, pertinentes para o período de 1995. Afirma ela:

“Hoje tem dois programas grandes: um de Formação de Dirigentes e um outro de Educadores Populares. Dentro desses dois programas atuam diversas temáticas. As temáticas a gente chama de projetos. Projetos são áreas de acúmulo temático. Então você tem o projeto Mundo do trabalho, Comunicação, Relação Social de Gênero... Esses projetos têm atividades próprias de cursos, seminários, pesquisas(...) (Abril de 1995)

A partir dessa lógica explicitada pela entrevistada, será arrolada a previsão de atividades para o ano de 1995:

PROGRAMAÇÃO 1995

‘O trabalho de formação desenvolvido pelo Instituto Cajamar está organizado em áreas de especialização, aqui denominadas projetos. Os projetos desenvolvem atividades de formação que compreendem cursos, assessorias, produção de recursos pedagógicos, participação em redes e ações conjuntas com outras entidades. Em 1995 os projetos de trabalho são: Comunicação, Gestão Democrática, Movimentos Sociais e Cidadania, Mundos do Trabalho, Relações Sociais de Gênero.

Além dos projetos estamos implantando dois programas gerais de formação: Formação de Dirigentes e Formação de Educadores, os quais visam desenvolver atividades de formação, a partir da integração com os projetos acima descritos, oferecendo atividades de reflexão e qualificação em temas polêmicos, estratégicos e de interesse dos diversos setores dos movimentos sociais na construção de um projeto nacional democrático e popular.”(P. 3)

De forma sintética, segue-se a previsão concreta de atividades a serem realizadas no INCA, seus objetivos (excluindo-se o detalhamento programático) e o tipo de público a quem os cursos se destinam.

Projeto Formação de Dirigentes:

Eixo do programa: *“o desenvolvimento do processo político brasileiro dos últimos anos no que se refere à disputa de hegemonia, assinalando a necessidade de construção coletiva de um projeto nacional do campo democrático-popular.”*

Objetivos: *“discutir as possibilidades de um projeto alternativo de sociedade que combine a questão nacional com a cultural, o nacional com o internacional, assinalando um novo ciclo da esquerda.”* (p. 4)

Público: não definido.

Projeto Formação de Educadores

1- Curso ‘Formação de Educadores Populares -FEP

Objetivo: *“potencializar o desenvolvimento de políticas sistemáticas de formação, através da capacitação pedagógica e política de seus participantes”* (p. 5)

Público: *“destina-se a lideranças e/ou assessores de movimentos sociais, ONGs, prefeituras, universidades, centros de pesquisa ou pastorais que desempenham um papel educativo nas suas entidades.”* (Idem)

Atividades: . curso composto de 3 módulos(Detalhamento dos módulos em Anexo)

2- Seminário ‘Educação e Cidadania’

Objetivos:

- “a) Debater os novos paradigmas para a Educação Popular*
- b) Contribuir para a superação dos limites que se colocam entre a escola pública e a Educação Popular.*
- c) Contribuir na construção de uma ampla Rede de Educadores Populares.*
- d) Trocar experiências entre os participantes dos cursos de Formação de Educadores Populares do INCA) (p. 7)*

Público: Educadores em geral.

Projeto Movimentos Sociais e Cidadania

Objetivo: *“contribuir com as organizações sociais em seu esforço propositivo para a ampliação da democracia e da cidadania no Brasil”.* (p.9)

Atividades previstas:

1-Seminário Permanente: “Desafios atuais dos Movimntos Sociais”.

Público: movimentos, instituições, prefeituras, ONGs que desenvolvem trabalho de formação ou acompanhamento a movimentos sociais.

2- Assessorias a Movimentos Sociais e ONGs

Público: Idem.

Projeto Gestão Democrática

Objetivo: *“construção de uma concepção de democracia participativa na qual se verifique o exercício efetivo da participação popular (...) capacitar os vários atores sociais (prefeituras, representantes dos movimentos, ONGs) a desenvolverem uma política de gestão democrática.”*(p. 11)

1- Capacitação para Ações com Participação Popular

Público:- agentes responsáveis pela discussão e implantação dos projetos de participação popular das prefeituras em conjunto com a população.

- membros das comunidades, conselheiros e representantes de entidades e movimentos envolvidos na discussão e implantação dos projetos desenvolvidos pelas prefeituras.

2- Planejamento da Ação Estratégica

Público: assessores, formadores que atuam em movimentos sociais, ONGs, etc.

3- Seminário: Aplicações do Planejamento Estratégico

Público: Idem

4- Fórum Nacional sobre Participação Popular nas Administrações Municipais Democráticas.

Público:- prefeitos, prefeitas, assessores diretos, etc

- representantes de movimentos, ONGs e Universidades

- representantes de partidos políticos e do legislativo que atuem

com essa temática.

Projeto Mundos do Trabalho

Eixo Temático: processo de reestruturação produtiva, transformações tecnológicas e organizacionais que vêm ocorrendo no mundo do trabalho. O projeto busca compreender este processo a partir de uma perspectiva histórica, enfatizando suas características políticas e culturais.

1- Curso ‘Transformações no Mundo do Trabalho’.

Público: dirigentes sindicais interessados em debater esse tema com outros sindicalistas, buscando propostas alternativas para a ação sindical.

2-Curso ‘História da Classe Trabalhadora Brasileira’

Público: Dirigentes, assessores e militantes do movimento sindical e dos movimentos sociais em geral.

3-Curso ‘Expressões da Subjetividade no Trabalho’

Público: trabalhadores, educadores e dirigentes que estejam interessados no debate sobre a subjetividade dos trabalhadores.

Projeto Relações Sociais de Gênero

Objetivos: introduzir a temática das relações de gênero nos diferentes programas do instituto com a perspectiva de que o gênero seja considerado como uma categoria de análise nas diferentes atividades do INCA; além de continuar oferecendo atividades formativas para mulheres, buscar a ampliação para um público misto, visando a integração dos homens neste debate.

1- Curso ‘Gênero e Trabalho’

2- Seminário ‘Gênero e Políticas Públicas’

Público:mulheres e homens dirigentes e lideranças do movimento sindical e outras(os) interesadas(os) no tema.

Além destes projetos o INCA prevê mais dois na área da Comunicação, relativos à capacitação para uso e produção de vídeos, além de outro ligado à própria utilização dos recursos pedagógicos no interior das atividades formativas do INCA.

Anexo III

Síntese de atividades concretas de formação do 13 de maio- Nep

A prática formativa do 13 de Maio- NEP até 1995 está estruturada em 3 agrupamentos gerais de cursos: Básicos(9 cursos) numa variação de mais dois ou três, em função de novas demandas, de Aprofundamento (3 cursos) e de Formação de Monitores (1 curso anual e acompanhamento direto com programa de estudos, combinando aprofundamento teórico e práticas formativas).

- Básicos; constituem a porta de entrada para o desenvolvimento de programas de formação. Atingem setores mais amplos das bases do movimento, contribuindo para capacitação e qualificação, potencializando e dando outras significações às suas ações. Têm em média 16 horas de carga horária.

Esse programa inclui os seguintes cursos:

- Como funciona a sociedade / - Como funciona a sociedade II
- Comunicação e Expressão / - Como fazer análise de conjuntura
- Organização nos locais de Trabalho./- Organização Patronal nos locais de Trabalho./- Questões de Gênero /- Campanha Salarial e Negociação / - Plano de Ação Sindical

E outros dois cursos mais eventuais:

- Questões de Método / - Consciência do Militante.
- Aprofundamento de temas Econômicos e Históricos: visam complementar e aprofundar os cursos anteriores, desenvolvendo um sentido crítico sobre a história e o papel dos trabalhadores; avaliam também suas experiências históricas no Brasil e no mundo, além de incentivar a participação qualificada dos 'cursistas', como sujeitos ativos das necessárias transformações coletivas. Constituem-se dos seguintes cursos, com 40 horas de carga horária:

- Economia Política
- História das Revoluções
- História dos Trabalhadores Brasileiros : lutas e estratégias.

- Formação de Monitores: visa preparar os participantes para o desenvolvimento de atividades de formação. (Detalhamentos em ítem posterior)

Abaixo, dados acerca dos cursos efetivados no período 1990/1995:

1- CURSOS

1.1-Comparativo entre o número de cursos dados:

a) Período 1990/1991/1992/1993

CURSOS	1990	1991	1992	1993
Questões de Sindicalismo	44	21	05	11
Como funciona a sociedade	14	53	33	23
Plano de Ação e Adm. Sindical	12	07	07	04
Campanha Salarial	05	11	08	09
Organização no Local de Trabalho	09	53	11	13
Organização Patronal no Local de Trabalho	-	-	05	06
Comunicação e Expressão	19	26	36	18
Noções Básicas de Economia Política	14	10	04	07
História das revoluções	06	05	06	03
História do Mov. Oper. e Sindical no Brasil	05	04	03	02
Como fazer análise de Conjuntura	03	04	03	12
Monitores	14	08	08	17(*)
Exploração dos Trabalhadores Rurais	-	-	02	01
Desenvolvimento da Consciência do militante	-	04	05	01
Mulheres: Questão de Gênero	-	-	-	01
TOTAIS	174	207	152	128(**)

Fonte: ANEXO do Relatório de 1993.

(*) São 17 encontros de monitores, sendo dois encontros intensivos de 15 e 10 dias, nove encontros de 3 dias e seis encontros de 4 dias.

(**) Os 128 cursos correspondem às atividades desenvolvidas pela equipe. Os monitores em formação monitoraram cursos que serão contabilizados à parte.

b) Período 1994/1995.

CURSOS	1994	1995
Como funciona a sociedade	29	
Comunicação e Expressão	13	25
Monitores	16	17
Plano de Ação Sindical	11	11
Campanha Salarial/Negociação	5	10
Organização nos locais de trabalho	10	10
História Trabalhadores Brasileiros	-	9
Como funciona a sociedade II	-	8
OPLT/Novas Tecnologias	4	8
Mulheres: Questão de Gênero	6	7
História das Revoluções	7	6
Noções Básicas Economia Política	10	3
Como fazer análise de conjuntura	10	3
Método	-	1
TOTAL	122	125

1.2- Comparativo entre o número de participantes

a) Período: 1990/1993

CURSOS	1990	1991	1992	1993
Questões de Sindicalismo	964	462	125	232
Como funciona a sociedade	622	1019	907	357
Plano de Ação e Adm. Sindical	231	75	133	61
Campanha Salarial	136	196	135	169
OLT	194	188	228	268
OPLT	-	-	114	187
Comunicação e Expressão	415	515	824	316
Noções Básicas de Ec. Política	402	249	105	76
História das Revoluções	120	95	154	62
Hist. do Mov. Op. Sind. no Brasil	103	67	129	30
Questões de Métodp	67	68	58	-
Como fazer análise de conjuntura	100	55	94	238
Monitores	-	-	50	59
Desenv. da consc. militante	-	69	143	15
Mulheres: Questões de Gênero	-	-	-	18
Exp. dos trabalhadores rurais	-	-	25	20
TOTAIS	3354	3058	3224	2108

Fonte: ANEXO do Relatório de 1993.

b) Período: 1994/1995.

CURSOS	1994	1995
Como funciona a sociedade	586	476
Comunicação e Expressão	217	334
Monitores	72	189
Plano de Ação Sindical	162	186
Campanha Salarial/Negociação	75	174
Organização nos Locais de Trabalho	188	179
História Trabalh. Brasil.	-	162
Como funciona sociedade II	-	154
OPLT/Novas Tecnologias	90	154
Mulheres: Questão de Gênero	101	160
História das Revoluções	110	81
Noções Básicas Econ. Política	185	61
O que é uma Análise de Conjuntura	197	54
Método	-	16
TOTAL	2002	2380

Fonte: Relatório de Atividades - Dezembro 1995.

2- Distribuição de Cursos por Estado

Como o 13 de Maio-NEP atua a nível nacional, considerou-se relevante propiciar esta visibilidade:

Período: 1993.

Paraná	23
São Paulo	33
Minas Gerais	14
Santa Catarina	12
Rio G. do Sul	9
Rio de Janeiro	9
Mato Grosso Sul	5
Pará	4
Espírito Santo	4
Goiás	2
Distrito Federal	1
Rondônia	1
Maranhão	1
TOTAL	118 (*)

(8) Não estão incluídos 17 encontros de monitores que se realizaram em São Paulo.

2.2- Origem das solicitações:

ORIGEM	Número	%
Sindical	88	70%
Pastoral	8	7%
Partidos	7	6%
Mov.Popul.	1	1%
outros(*)	21	17%
TOTAL	125	100 %

Fonte: Relatório 1995

(*)Outros inclui cursos promovidos pelo 13, prefeituras, Associações não sindicais, etc.

2.3- O Perfil dos Participantes vai revelar uma concentração de público pertencente ao operariado e uma significativa participação de funcionários públicos:

Amostragem: 1393 declarações

Operários	647	46%
Funcionários Públicos	186	13%
Professores	94	7%
Trabalhadores da Saúde	54	4%
Bancários	47	3%
Radialistas	32	2%
Engenheiros Agrícolas	30	2%
Trabalho Doméstico	30	2%
Trabalhadores Rurais	16	1%
Outros	57	4%
Não declararam	200	14%
Total	1393	100%

Fonte: Relatório 1995.

3- Programa de Formação de Monitores

O relatório/95 vai apontar o seguinte quadro: 9 turmas somando 133 participantes, oriundos de entidades de diferentes regiões do Brasil.

3.1- Núcleos Regionais.

Alguns entre os novos monitores, têm se aglutinado com educadores formados pelo programa em núcleos por regiões, com total autonomia em relação ao 13 de maio no desenvolvimento de suas atividades formativas. Permanece *“uma identidade de propósitos e uma concepção comum da prática formativa”*. (Relatório 95:11)

No entanto estes coletivos estão difundindo e ampliando a prática de formação política junto aos trabalhadores brasileiros. Resumidamente, traços destes coletivos:

- Núcleo Humberto Bodra de Educação Popular(NuHBep)

Composto de monitores residentes no Rio de Janeiro, oriundos da 1ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª e 9ª turmas de monitores. Estruturaram uma equipe fixa de oito monitores e têm trabalhado um programa próximo ao do 13 de maio. Apenas em 1995 realizaram 28 atividades com 473 participantes.

- Coletivo de Formadores da Fetravisp

Composto de 7 monitores que fazem parte desta federação e que reúne trabalhadores de diferentes categorias profissionais. O coletivo dá cursos e realiza atividades que aglutinam número expressivo de trabalhadores. No ano de 1995 desenvolveu 56 atividades próprias, numa participação de 749 pessoas.

- Centro de Educação e Documentação Popular Outubro

Este centro tem se reunido e iniciado a programação e efetivação de cursos e outras atividades de formação. Composto de cinco monitores, realizaram este ano, 1995, 5 atividades próprias além de participar de várias outras promovidas pelo 13 de Maio.

Num somatório da inserção dos monitores formados pelo 13 de maio e que já estão a se envolver em programas de formação, o cômputo explicitado no relatório /1995 é da

ordem de 123 atividades realizadas em 12 estados brasileiros, num registro de 1914 participações.

3.2- o Forum Nacional de Monitores (FNM)

O FNM se constitui num espaço efetivo de articulação e troca de experiências e reciclagem dos monitores agrupados em torno da concepção formativa do 13 de maio-NEP.

Constitui-se através de um ou dois encontros por ano, de 3 dias, para realização de oficinas de reciclagem ou de programação de um novo tipo de curso demandado pela realidade de organização e formação dos trabalhadores. Compõe igualmente este coletivo a edição pela equipe do 13 de maio um Boletim a cada dois meses, contendo contribuições teóricas, análises de conjuntura, troca de experiências de formação, poesias, comentários de livros, etc., auto-sustentado pelos próprios monitores.

Anexo IV

Síntese das atividades concretas realizadas: Sindicato dos Metalúrgicos do ABC

No trabalho de formação do sindicato, há um fator que o distingue das atividades das outras entidades de formação. Participam da equipe do Departamento de Formação, trabalhadores, com atuação mais limitada em alguns cursos profissionalizantes ou cursos de programa de formação, e, de forma mais intensa através de uma atuação direta no interior da própria fábrica, especialmente nas Comissões de Fábrica. Este trabalho é planejado no departamento, assim como há reuniões sistemáticas de estudo, num processo de aprofundamento e reciclagem permanente dos trabalhadores envolvidos. Sobre este 'fazer formativo' na fábrica, o formador e membro da Comissão de Fábrica da Mercedes Benz, efetiva as considerações que se seguem:

“Na Comissão de Fábrica a gente tem um tempo livre. Então o sindicato pode me requisitar a qualquer momento pra eu sair da fábrica. Eu tenho o tempo livre, mas dentro da fábrica, tempo livre do meu trabalho profissional dentro da fábrica. E, conversando com um, conversando com outro, levantando dificuldades dentro do setor, tentando resolver algumas